

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
Área de concentração: Organizações e Empreendedorismo

NAYARA EMI SHIMADA

**TRAJETÓRIAS ANÔNIMAS NO COTIDIANO DA CIDADE:
A TERRITORIALIZAÇÃO DO BAIRRO SANTA FELICIDADE PELOS
SEUS MORADORES**

Maringá
2015

NAYARA EMI SHIMADA

**TRAJETÓRIAS ANÔNIMAS NO COTIDIANO DA CIDADE:
A TERRITORIALIZAÇÃO DO BAIRRO SANTA FELICIDADE PELOS
SEUS MORADORES**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Elisa Yoshie Ichikawa.

Agência Financiadora: CAPES

Maringá
2015

NAYARA EMI SHIMADA

**TRAJETÓRIAS ANÔNIMAS NO COTIDIANO DA CIDADE:
A territorialização do bairro Santa Felicidade pelos seus moradores**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá na linha Organizações e Estratégia, sob a apreciação da seguinte banca examinadora:

Aprovada em ____ de _____ de _____

Prof^a. Dra. Elisa Yoshie Ichikawa (PPA-UEM)
(presidente)

Prof. Dr. Luiz Alex Silva Saraiva (CEPEAD-UFMG)
(membro convidado)

Prof. Dr. William Antonio Borges (PPA-UEM)
(membro)

Maringá
2015

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado força e inspiração durante todos os momentos da minha trajetória nessa vida. Sem a fé e a certeza que ele caminha comigo, nada disso seria possível.

Aos meus pais, Josemeire e Cleiton, pelo amor e apoio incondicional, que mesmo a distância, sempre me motivaram e estiveram comigo nos momentos de dúvidas e de alegrias. As minhas irmãs, Natalie e Natalia, que desde o primeiro momento que ingressei no mestrado, me deram força durante essa caminhada.

Sou muito grata à minha orientadora, Professora Dra. Elisa Yoshie Ichikawa, pela sua confiança depositada em cada etapa desse trabalho, que só me fez crescer e acreditar nas decisões tomadas, e por sempre estar disposta (e com muito bom humor) em ajudar, ensinar e a ouvir. À senhora minha profunda admiração e carinho!

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Administração por cada conhecimento compartilhado e que, sem dúvida, foram importantes para o resultado final desse trabalho. Em especial, ao professor Dr. João Marcelo Crubellate, que foi o grande incentivador para o meu ingresso no mestrado e na pesquisa acadêmica.

Também sou muito grata aos professores Dr. Luiz Alex Silva Saraiva e Dr. William Antonio Borges, por todas as valiosas considerações e discussões na banca de qualificação do projeto desta dissertação, pois me fizeram olhar além e acreditar que era possível continuar a trajetória.

A todos os moradores do bairro Santa Felicidade, que colocaram à minha disposição seu tempo e histórias nas longas horas de entrevistas.

Agradeço por ter conhecido amigos queridos durante essa caminhada, em especial, Clariana, Jacqueline, Laiza, Patrícia, Edna e Kaio, que mesmo percorrendo caminhos diferentes, pude contar com a amizade, companheirismo e a força de cada um para que a caminhada se tornasse mais suave e divertida.

Meu muito obrigado. Não teria chegado até aqui sem a contribuição de cada um.

RESUMO

Este estudo teve início com a proposta de trabalhar a temática de Michel de Certeau, o estudo do cotidiano. Para o autor, o cotidiano vai além da repetição e monotonia, ele é constituído pelas *mil maneiras* de fazer e de inventar do mais fraco diante daquilo que lhe é imposto. Por conta das leituras sobre a temática, um campo de pesquisa despertou meu interesse, a temática das cidades, foi então que uma nova abordagem sobre cidades no campo dos estudos organizacionais começou a ser compreendida. Assim, cheguei à conclusão que a dinâmica da cidade compreende mais que uma face, isso significa que pode ser vista por meio de sua organização espacial e funcional, e também a partir do olhar dos sujeitos que a praticam, e se apropriam cotidianamente dela. Em meio à reflexão dessas temáticas, surgiram alguns conceitos que me conduziram ao fenômeno da *territorialização*. Processo este que diz respeito a forma que os sujeitos se apropriam do espaço e, se tornam de algum jeito ligado a ele, seja pelo modo que se organizam e dão significados ao lugar e/ou pelas efetivas relações de pertencimento construídas (de posse material e/ou simbólica) sobre o espaço, no intuito de estabelecer um território. Dessa forma, partindo dessas concepções, me pus a investigar a história da cidade de Maringá-PR e acabei me defrontando com um discurso amplamente reproduzido pela população maringaense de cidade-perfeita, sem sinais de miséria ou pobreza. Contudo, em meio a essa realidade planejada, um caso específico chamou minha atenção – a história do bairro Santa Felicidade, caso que irei detalhar no decorrer deste estudo. Diante desse contexto e das intervenções realizadas em Maringá em favor da manutenção de um ideário urbanístico, busquei compreender como ocorreu a territorialização dos moradores do bairro Santa Felicidade, desde os primeiros anos de fundação do bairro até os dias atuais. Para tanto, fazendo o uso de uma perspectiva multiparadigmática, da técnica *bricolage*, das entrevistas de história oral temática e da análise de discurso da vertente francesa, é que pude ter acesso às práticas e as vivências que tecem o cotidiano desses moradores. Deste modo, diante das adversidades no qual foram expostos, esses moradores conseguiram, no seu cotidiano, construir suas práticas de apropriações (material e/ou simbólica) sobre o espaço ao longo da história, todavia, a mudança ocasionada principalmente pela execução do projeto de requalificação no bairro, trouxe também alterações nas formas de apropriações desses moradores e, conseqüentemente no processo de territorialização, isto é, no modo como essas pessoas se organizavam e produziam significados ao lugar. Deparei-me, portanto, com sujeitos que não se sentem totalmente pertencentes nem dentro do território que construíram, nem fora dele. Nesse sentido, eis que a territorialização construída se encontra num processo de transição, onde sentidos e significados que antes eram compartilhados estão sendo esquecidos e, ao mesmo tempo, reconfigurados, em que cada vez mais o “espaço privado” e o “individual” estão sendo priorizados.

Palavras-chave: Cotidiano. Estratégias e Táticas. Apropriação. Territorialização. Santa Felicidade.

ABSTRACT

This study began with the proposal to work the theme of Michel de Certeau, the study of everyday life. For this author, the everyday life goes beyond repetition and monotony; it consists of a thousand ways of doing and invents the weakest, against what is imposed to him. Because of the readings on the theme, a field of research sparked my interest, the theme of cities, and it was then that a new approach to cities in the field of organizational studies began to be understood. Therefore, I concluded that the dynamics of the city comprises more than one side, that means it can be seen through its spatial and functional organization, and also from the sight of the subjects who practice it, and own it daily. Among the reflection of these themes, there were some concepts that led me to a territorialization phenomenon. A process which concerns the way the subjects appropriate the space and become somehow attached to it, by the way that organize and give meaning to the place and / or by the built belonging effective relationships (of material possession and/or symbolic) on space, in order to establish a territory. Thus, based on these concepts, I began to investigate the history of the city of Maringá, PR, and I ended up coming across with a speech, widely reproduced by Maringá's population, of a "perfect city" with no signs of poverty or misery. However, amidst this planned reality, a particular case called my attention - the history of the Santa Felicidade neighborhood, the case that I will detail in the course of this study. Underneath this context and in the context of interventions in Maringá in favor of maintaining an urbanistic idea, I pursue to understand how the territorialization of the residents of Santa Felicidade neighborhood occurred, from the first years of foundation of the neighborhood to the present day. Thereby, with the usage of a multi-paradigmatic perspective, usage of *bricolage* technique, usage of oral history interviews and the adjunct of the French discourse analysis is that I could have access to practices and experiences that weave the daily lives of residents. Therefore, concerning the adversity in which they were exposed, these residents have succeeded in their everyday lives, in build their appropriations practices (material and / or symbolic) on the area throughout history. Nevertheless, the change mainly caused by the implementation of the requalification project in the neighborhood, also brought changes in the forms of appropriation of residents and consequently in the process of territorialization, that is, on how those people organized and produced meanings to that place. I came across with people who do not feel entirely belonging to the territory that they have built neither out of it. In this sense, the territorialization built is in a process of transition, where senses and meanings that were shared are being forgotten and at the same time reset, whereupon more and more the "private area" and the "individual" are being prioritized.

Keywords: Everyday life. Strategies and Tactics. Appropriation. Territorialization. Santa Felicidade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Destaque da legenda que consta no projeto inicial de Maringá	098
Figura 2 - Anteprojeto para a cidade de Maringá, elaborado em meados da década de 1940.	098
Figura 3 - Ocupação da região do bairro Santa Felicidade no ano de 2008.	115
Figura 4 - Ocupação da região do bairro Santa Felicidade no ano de 2015.	116
Figura 5 - Condomínios na região do bairro Santa Felicidade (2014)	116
Figura 6 - Santa Felicidade em meados nos anos de 1990.	117
Figura 7 - Santa Felicidade antes da Requalificação no ano de 2008.	118
Figura 8 - Santa Felicidade depois da Requalificação no ano de 2014.	118
Figura 9 - Rua do bairro após a Requalificação em 2008.	119
Figura 10 - Lixo e entulhos após a Requalificação em 2008.	119

SUMÁRIO

1	CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA	09
2	BASES CONCEITUAIS	20
2.1	SOBRE CIDADES	21
2.1.1	A cidade como organização	23
2.1.2	A cidade como produção do espaço urbano	29
2.2	O COTIDIANO: ESTRATÉGIAS E TÁTICAS	38
2.3	ESPAÇO, LUGAR E TERRITÓRIO.	48
2.3.1	Tateando a cidade: espaço, lugar e território	48
2.3.2	Sobre territorialização: apropriação e territorialidade	58
3	TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	65
3.1	A PESQUISA QUALITATIVA FRENTE A UM CONTEXTO SOCIAL	77
3.2	A PRÁTICA DA <i>BRICOLAGE</i> E OUTROS POSICIONAMENTOS	80
3.3	A ANÁLISE DE DISCURSO DA VERTENTE FRANCESA	89
4	A TRAMA DE UM PROJETO “BEM SUCEDIDO”	93
4.1	SANTA FELICIDADE: SEUS PRIMEIROS PASSOS	103
4.1.1	Uma nova fase? Ou o retorno da velha fase para o bairro	108
5	RELATOS DE CAMPO	114
6	PRÁTICAS COTIDIANAS DE APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO REALIZADAS PELOS MORADORES NO SEU TRANSCURSO HISTÓRICO	151
A)	A vinda para o bairro e os primeiros vínculos	151
B)	O antes	159
C)	As mudanças	168
D)	Requalificação para quem?	171
E)	A relação bairro-moradores	178
F)	“... é cada um no seu quadrado”.	196
G)	“Se fosse oferecido, mudaria do bairro?”	202
6.1	A TERRITORIALIZAÇÃO: UMA (NOVA) SITUAÇÃO?	207
7	CONCLUSÕES	216
	REFERÊNCIAS	221
	APÊNDICE A - Roteiro de entrevista de história oral temática	234

1

CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Uma proposta. Tudo começou com uma proposta...

Foi assim que surgiu meu interesse pela pesquisa acadêmica. No segundo ano da graduação em administração, recebi de um professor a proposta de desenvolver um projeto de iniciação científica. De início, sem qualquer pretensão futura de desenvolver uma carreira acadêmica, resolvi aceitar a proposta. A principal base teórica do projeto era o filósofo francês Michel Foucault. Filósofo pouco explorado nos estudos em administração. No entanto, mesmo enfrentando as dificuldades no início do projeto, como a falta de experiência em conduzir uma pesquisa e as dificuldades conceituais e metodológicas, digo que esse período foi essencial para minha construção como pesquisadora iniciante, pois foi quando comecei a aprender como era de fato construir uma pesquisa e, além disso, essa experiência despertou em mim um interesse de *querer olhar além*. Um olhar além das temáticas e autores que comumente eram estudados no campo da administração. Esse contato inicial com a prática da pesquisa que instigou em mim a vontade de continuar na área acadêmica. Assim, logo que concluí a graduação, surgiu a oportunidade de participar do processo seletivo do programa de pós-graduação em administração, e felizmente, consegui entrar na primeira tentativa.

Você leitor, deve ter percebido o uso da primeira pessoa na narrativa desse trabalho, então antes de prosseguir, gostaria de explicar o porquê da escolha. Pode parecer estranho para alguns, para outros falta de profissionalismo acadêmico, ou ainda, até incapacidade do próprio pesquisador em construir o seu raciocínio. No entanto, apenas optei por esse tipo de escrita por me parecer mais fácil expor minhas escolhas, angústias e pensamentos no decorrer da pesquisa. Além disso, é curioso, mas relatando os fatos dessa forma me sinto mais participante da pesquisa, próxima das pessoas e principalmente do campo que irei pesquisar. Porém, desde já esclareço que apesar de me sentir à vontade em escrever dessa forma, será um trabalho árduo, já que desde cedo nós aprendemos que um texto, para transmitir seriedade

e verdade ao leitor, deveria estar isento de qualquer resquício de subjetividade ou posicionamento por parte do escritor. Portanto, será um desafio, e desde já aviso que se algo fugir da proposta inicial, peço que reconsiderem, já que é um processo de aprendizagem e adaptação. Já esclarecido, volto a narrar o percurso da minha problemática.

Quando iniciei o mestrado, apesar das minhas certezas em relação ao interesse pela pesquisa, muitas dúvidas e medos surgiram: se estava no caminho certo, o que deveria pesquisar ou se seria capaz de continuar na área. Confesso que algumas dessas dúvidas continuam sem respostas, outras aos poucos estão sendo solucionadas. Em meio a essas indagações, entrei em contato com a minha orientadora para estudar possíveis temas de pesquisa. Foi então que ela me apresentou a temática de Michel de Certeau, o estudo do cotidiano. Autor que nunca tinha ouvido falar, nem lido nada sobre, mas que de início me chamou a atenção pela sua sensibilidade em “dar voz ao mais fraco”. Certeau direciona seu olhar para a astúcia do homem comum, suas micropráticas presentes no cotidiano, mas que para muitos, permanecem invisíveis. Normalmente o cotidiano é visto como monotonia e repetição, aquilo que nos prende dia após dia, o peso da vida. No entanto, Certeau vai além dessas práticas do dia a dia, no qual às vezes nos cega. Ele busca no cotidiano aquilo que está invisível: a criatividade, a reflexão, as mil maneiras de fazer e de inventar do mais fraco diante daquilo que lhe é imposto.

Portanto, após apreender sobre a temática e o autor em questão, iniciei a minha saga por um problema de pesquisa que conciliasse a temática tão particular de Michel de Certeau com os estudos organizacionais. Digo saga, porque não foi um percurso fácil, muitas inquietações emergiram: como explorar esse tema numa área tradicionalmente direcionada para estudos centrados numa racionalidade econômica e funcional? Entretanto, diante das dificuldades teóricas, epistemológicas e metodológicas que emergiram, resolvi buscar em outros campos científicos temas que contribuíssem para minha pesquisa e que pudessem conciliar perspectivas tão diferentes. Nesse ínterim, por conta da leitura de alguns artigos indicados por minha orientadora e também pelas discussões nas aulas, um campo de pesquisa despertou meu interesse, a temática das cidades.

No entanto, a dúvida permaneceu: de que forma explorar a temática das cidades no campo da administração, em específico, nos estudos organizacionais? Foi então que compreendi que para conciliar tais temáticas, *cotidiano* e *cidades*, na área da administração, teria que adotar uma proposta de integração e/ou convergência entre esses campos de pesquisa, já que são temas tradicionalmente explorados em ciências como a Educação, a Geografia, a Sociologia, a Antropologia Social e a Arquitetura e Urbanismo. Proposta que

somente é possível de ser realizada devido à possibilidade de diálogo entre teorias ou temáticas distintas que compreende a pesquisa qualitativa, isto é, ao seu caráter multiparadigmático e interdisciplinar, em que raramente os estudos desenvolvidos no campo qualitativo utilizam apenas um único paradigma, teoria ou prática metodológica, o que permite ao pesquisador o acesso a outras comunidades acadêmicas ao invés de se fechar em uma única base de conhecimentos, além da chance de se compreender diferentes dimensões da realidade social complexa. Desse modo, a partir da flexibilidade e da abertura oferecida pela pesquisa qualitativa é que enxergo a oportunidade de trabalhar com temáticas e conceitos tão distintos numa única pesquisa e, principalmente trazendo esses diferentes olhares para o fenômeno investigado, já que não existe um paradigma ou teoria exclusiva capaz de sustentar e enquadrar tais temáticas.

Assim, tendo em conta esse suporte de integração concebido pelo viés qualitativo, comecei a investigar algumas pesquisas da área da administração que tomavam a *cidade como objeto de estudo* e percebi que, os estudos com maiores frequência e predominância no campo nos últimos anos têm explorado a cidade por uma perspectiva funcionalista, em que o foco é sobre as práticas organizativas que tratam as pessoas como recursos administráveis, sendo possível organizá-las, controlá-las e geri-las sob a intermediação, muitas vezes, de interesses ligados apenas a uma única lógica: a do capital. A cidade, nessa perspectiva, é pensada principalmente a partir de sua gestão, como simples configuração espacial, lugar de habitação, trabalho, constituída de indústrias e serviços (CANCLINI, 2002). Uma visão um tanto economicista e funcional, mas que não deixa de oferecer uma perspectiva de compreensão sobre o objeto *cidade*. Contudo, será que compreender a cidade apenas por esse ângulo não é um erro? Será que a cidade como fenômeno não abarcaria outros olhares, outras dinâmicas? Com esse pensamento, continuei investigando. E, felizmente encontrei outros olhares.

Trabalhos que têm defendido outra visão da cidade, indo além de tê-la como mero elemento estratégico para a reprodução do capital, ou ainda, da sua concretude física e formal. São estudos que compreendem que a cidade também é formada por vivências, de interações, por pessoas e suas práticas do dia a dia, que são tão importantes quanto aspectos estruturais ou formais da cidade. É claro que ainda é um cenário que merece ser bem mais explorado dentro do campo dos estudos organizacionais, entretanto importantes pesquisas já vêm trabalhando a cidade nesse sentido, entre os quais podemos citar: o estudo de bares e restaurantes como espaços intermediários da cultura de uma cidade, realizado por Ipiranga (2010); o estudo sobre as contribuições ao desenvolvimento do conceito de cidade, realizado por Saraiva e Carrieri (2010); a de Coimbra (2013) que desenvolveu um estudo acerca da

dinâmica territorial do Movimento Quarteirão do *Soul* na cidade de Belo Horizonte, evidenciando seus termos físicos e simbólicos; o estudo da Viegas (2014), que investigou como se caracteriza, em termos identitários e topográficos, a dinâmica urbana conexa ao circuito da pichação em Belo Horizonte; e mais recentemente, Honorato (2014) também estudou a cidade a partir das práticas sociais das pessoas em situação de rua em relação às políticas de ação social na cidade de Belo Horizonte.

Acrescento também dois trabalhos apresentados no ano de 2013 no I Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais que trabalharam com a questão do espaço urbano: Melo (2013), que buscou compreender as transformações praticadas por moradores de uma comunidade sem-teto, entendendo que a cidade praticada distingue-se bastante da cidade planejada; e Peixoto, Quaresma Júnior e Toledo (2013), diante da dinâmica do espaço urbano, buscaram elucidar as *performances* de resistência de um circo itinerante frente ao espaço organizado da cidade.

Nesse sentido, é possível afirmar que existe uma mudança de perspectiva da cidade sendo compreendida somente a partir de um planejamento, ou ainda, como um conjunto de prédios, avenidas, jardins, pontes, escadarias e pessoas se locomovendo, para uma cidade que integra imagens e sons, diferentes realidades e representações, vive do movimento, da experiência e da memória, e dessa forma, sendo possível admitir possibilidades de criação simbólica no espaço urbano (FISCHER, 1997; 1997a; PEIXOTO; QUARESMA JÚNIOR; TOLEDO, 2013). Dessa forma, vemos que a “cidade” emerge como fenômeno social quase impossível de ser enquadrado em uma única perspectiva investigativa, devido à dinâmica e à complexidade inerentes à sua compreensão, uma vez que pode ser entendida como unidade geográfica e econômica, espaço para a articulação de dispositivos administrativos e políticos; e ao mesmo tempo, a cidade também é concebida pelo olhar dos sujeitos que a praticam, por seus conflitos e modos de vida, costumes e tradições e suas construções simbólicas e culturais.

Outra perspectiva que vem desvelando a importância de inserir a cidade com objeto de estudo no campo dos estudos organizacionais são os estudos de Fischer (1997); Fischer *et al* (1997) e Mac-Allister (2004; 2001), que lançam a proposta de pensar a relação entre organizações e cidades, para além de uma única perspectiva. Fischer (1997; 1997a) propõe compreender a cidade como uma grande organização complexa, já que esta é constituída ao mesmo tempo de muitas unidades organizativas (partes) que, vistas em conjunto, representam um todo maior que a soma das partes. Já o estudo realizado por Mac-Allister (2004; 2001) privilegia o desenvolvimento do conceito de *organização-cidade*, em que uma cidade pode

ser uma organização, no seu sentido mais amplo do termo e conceito, incluindo sua dimensão social e também seu contexto espacial e territorial. Também dou destaque aos trabalhos de Saraiva (2009) e Saraiva e Carrieri (2012) que a partir da abordagem funcional do conceito de *organização-cidade* elaborado por Mac-Allister (2004; 2001), propõem a incorporação de novas implicações à essência urbana, no qual enfatizam que a cidade é constituída pelo seu povo, a sua cultura, isto é, aquilo que é produzido dinamicamente e simbolicamente por uma população.

Assim, refletindo sobre as possibilidades que surgiram com a investigação, percebi que a decisão de olhar para o fenômeno da “cidade” sob o ângulo de uma única perspectiva ou paradigma seria insuficiente, já que a dinâmica da cidade compreende mais que uma face, isso significa que ela pode ser assimilada por meio da sua organização espacial e funcional, como por exemplo, sua gestão formal, práticas organizativas e sua configuração física e territorial, porém esta mesma cidade também é compreensível a partir dos olhos de quem a pratica, e se apropria cotidianamente dela, suas experiências e práticas subjetivas, e construções simbólicas e culturais. Nesse sentido, compreendi que independente do objeto a ser estudado, cada um dessas perspectivas poderia trazer para o meu estudo contribuições surpreendentes, no sentido de aproximar detalhes e entender posições que, às vezes olhando apenas por uma “fresta” seria incompreensível.

Dessa forma, é possível relacionar o estudo das cidades com a primeira temática apresentada aqui, o estudo do *cotidiano*, uma vez que é a partir das práticas comuns que será possível compreender as relações construídas entre um grupo distinto e o espaço urbano; ou ainda, captar as táticas desviantes dos sujeitos no intuito de se apropriar e territorializar um espaço. Nesse sentido, o cotidiano perpassa todas as relações e representações presentes nesse espaço urbano, ou seja, é o solo fértil no qual emergem as astúcias anônimas pelas quais os indivíduos se reapropriam do espaço organizado. Além disso, do diálogo entre essas temáticas é que será possível descortinar as histórias desses “praticantes ordinários da cidade”, que muitas vezes são abafadas ou escondidas em meio aos olhares totalizantes que lançamos sobre a vida cidadina.

Em meio à investigação e reflexão das temáticas já apresentadas, vejo surgir alguns conceitos que são inerentes à compreensão da dinâmica sócio-urbana, são eles: *espaço*, *lugar* e *território*. Conceitos-chave que são provenientes do campo da geografia, mas que nos ajudará a compreender como os indivíduos ou um grupo estabelecem vínculos afetivos e identitários com o espaço habitado. São conceitos que, possuem uma relação muito estreita entre si e por causa disso, geram muitas ambiguidades quando utilizados na literatura. São

termos sinônimos? Dependem um do outro? O *espaço* seria um conceito mais amplo, o *lugar* algo particularizado e o *território* referente à conquista ou domínio? Sabemos que dependendo do campo científico pelo qual foi abordado – geografia, arquitetura e urbanismo, sociologia, antropologia – e principalmente da vertente adotada pelo pesquisador, são muitas as perspectivas possíveis de serem apresentadas, e justamente, partindo dessas abordagens distintas e que por vezes até possuem um ponto em comum, é que pretendo compreender os referidos conceitos presentes no contexto urbano.

Após explorar a inter-relação entre esses três conceitos, o próprio aprofundamento na temática me conduziu a outras duas noções que também fazem parte desse envolvimento do sujeito com o espaço e sua produção sobre ele, a noção de *apropriação* e de *territorialidade*. A noção de *apropriação* que pressupõe um envolvimento, uma inserção do sujeito no ambiente social por meio de uma produção simbólica ou uma intervenção física no espaço, possui uma relação estreita com o conceito de *territorialidade*, esse que por sua vez, também corresponde a conjunto de relações que o sujeito mantém com o espaço, capaz de garantir a *apropriação* e promover construção de um território. No entanto, as noções de *apropriação* e de *territorialidade* são práticas que condicionam e dão forma ao processo dinâmico em que indivíduos tornam um espaço, antes desconhecido e vazio, em seu território, seja por meio de uma dominação concreta e/ou pela *apropriação* simbólica realizada por grupos humanos, processo ou múltiplas ações que aqui será chamado de *territorialização*, como será explicado no capítulo 2 das bases conceituais.

Portanto, chego até aqui talvez de maneira inversa, já que iniciei apresentando como aconteceu minha entrada na área acadêmica, e logo em seguida, talvez por empolgação, acabei expondo as bases teóricas que pretendo explorar na pesquisa, sem antes apresentar meus sujeitos ou problema de pesquisa. A causa dessa inversão talvez seja resultado da própria trajetória que percorri até encontrar um problema de pesquisa que despertasse meu interesse. E felizmente encontrei. A partir de agora exponho o percurso dessa descoberta.

Já que propus estudar a temática do *cotidiano* e de *idades*, dei início a minha busca de maneira mais simples, pesquisando a história do próprio espaço urbano, local onde moro desde que iniciei minha graduação, a cidade de Maringá. Logo que cheguei a Maringá, no ano de 2009, fiquei impressionada com a beleza do espaço urbano central da cidade. Lindos corredores verdes formados pela arborização urbana configuravam uma imagem marcante e positiva da cidade. Ruas, avenidas, praças, canteiros, todos bem cuidados e organizados. Uma cidade bela e acolhedora, segura e desenvolvida, sem sinais de miséria ou pobreza, uma das melhores cidades do interior para se morar, essa foi a primeira impressão que tive da cidade.

Entretanto, essa primeira impressão que tive da cidade é a imagem que os agentes produtores do espaço, como por exemplo, a elite política e econômica da cidade, o poder público local e o mercado imobiliário (setor com forte influência na cidade) buscam incessantemente manter e alimentar entre os cidadãos e aqueles que visitam a cidade.

No entanto, esse discurso de cidade-perfeita amplamente veiculado e comprado pela população maringaense foi o que despertou meu interesse de investigar a história da configuração do espaço urbano de Maringá. Será que não existem outros olhares? Outras perspectivas sobre essa mesma cidade “bela”? Ou ainda, algo invisível, abafado ou silenciado nesse discurso dominante? A partir dessas indagações iniciais, comecei pesquisar em outras fontes – artigos, livros, teses e dissertações – que traziam a história “oficial” da cidade, mas principalmente que apresentavam olhares críticos sobre essa mesma história. E efetivamente, acabei encontrando uma outra Maringá, uma outra história “não oficial” nessas fontes.

Desde o início, o espaço urbano de Maringá foi segregado social e economicamente por todos agentes sociais envolvidos, dificultando que a população trabalhadora viesse habitar nas áreas nobres e centrais da cidade, ou seja, as áreas privilegiadas não reservadas a elas (ARAÚJO, 2005). Em Maringá é notável a ação conjunta desses agentes, mas principalmente a ação do poder público local e do Estado, que relegaram o direito à habitação da população para um segundo plano, privilegiando assim, a valorização da propriedade privada e a obtenção de lucros. No entanto, por mais que se tente manter uma imagem de um produto “perfeito”, um espaço de consenso dentro dos padrões estabelecidos, que lhe asseguram uma configuração “ajardinada e bela” (TONELLA; RODRIGUES, 2003, p. 2), o inevitável aconteceu, começou a aparecer “furos” no espaço urbano de Maringá que permitiu vir à tona uma situação que antes estava sendo abafada.

Assim, pesquisando sobre essa outra realidade “não oficial” da formação do espaço urbano de Maringá, um caso específico chamou minha atenção – a história do bairro Santa Felicidade. Bairro que surgiu na segunda metade da década de 1980 numa atuação conjunta do Estado, do poder público municipal e dos agentes imobiliários em relação à organização o espaço urbano da cidade. Essa ação conjunta fazia parte de um programa social de desfavelamento municipal, no qual essas pessoas, que sequer sabiam para onde seriam transferidos, foram levadas para um local que, na época, era a periferia da cidade, destituído de qualquer serviço público (CANIATO, 1986).

Em virtude de tudo o que foi mencionado até aqui, o bairro Santa Felicidade pode ser visto como um caso de desigualdade espacial e social, construído e mantido pelos agentes construtores do espaço urbano da cidade de Maringá, afirma Rodrigues (2004). Por outro

lado, durante todo esse período de constituição, em que o bairro encontrava-se distante do centro, desprovido de equipamentos urbanos e na condição de segregados e excluídos do restante da cidade, os moradores do bairro Santa Felicidade durante muitos anos conseguiram construir suas vidas no bairro, ergueram suas casas, construíram suas relações de vizinhança no lugar que foram a eles destinados, ou seja, conseguiram tomar para eles este espaço, antes desconhecido e indesejado por todos, e transformá-lo na “casa deles”, embora estivessem ainda expostos a todas as adversidades existentes, como a precariedade na infraestrutura urbana e de serviços, além da estigmatização dos moradores por parte do conjunto da sociedade maringaense.

No entanto, nesse meio tempo, a cidade e principalmente a região do bairro Santa Felicidade é atingido por um surto de novos loteamentos e condomínios, provocando nessas áreas, antes desvalorizadas e segregadas, novos contornos e valorização no mercado imobiliário, o que resulta na instalação de vários condomínios, instituição de ensino e empresas na região, e também na diminuição da distância entre o centro da cidade e o bairro, considerado antes “periferia da cidade”, agora se torna uma região “visível” e alvo de investimentos privados (STAHLHOEFER; RODRIGUES, 2010).

Assim, superando a precariedade dos anos iniciais e com a valorização da região, a história de remoção e transferência começava se repetir e, sobretudo, novamente os moradores são vistos como “obstáculos” para o progresso imobiliário, o bem-estar social e econômico da cidade, e principalmente, o fato de que a “aparência de bairro simples” não estava mais “combinando”, ou melhor, se “adequando” com o que estava sendo construído ali ao seu redor. Foi então que no ano de 2007 é apresentado à população um Projeto de Requalificação Urbana e Social - ZEIS¹ Santa Felicidade, da Prefeitura Municipal de Maringá, com recursos do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal, que continha como previsão a intervenção de requalificação urbana e social na zona sul de Maringá composta pelos bairros Jardim Ipanema, Conjunto Residencial João de Barro I, Bairro Santa Felicidade e Residencial Tarumã.

Assim, estimulado em promover a cidade para os agentes imobiliários e os grandes proprietários fundiários, o poder público local consegue novamente por meio dessa intervenção, agir em favor da manutenção e propagação de um modelo de cidade que “esbanja” progresso e qualidade de vida e de serviços, e que para isso aconteça, aquele bairro que surgiu e permaneceu por tantos anos sendo o local destinado a esconder os “indesejáveis”

¹ ZEIS: refere-se à Zona Especial de Interesse Social. Definição disponível no Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257/2001.

e que carregava características pouco atrativas para os investidores, tornam-se neste momento alvo de interesses e infelizmente sujeitos a “adequação” aos padrões de beleza apregoados na região e por toda a cidade de Maringá.

Diante de tudo o que foi exposto até aqui, desde as temáticas propostas e o caso dos moradores do bairro Santa Felicidade, alguns questionamentos emergiram: considerando as intervenções realizadas e ainda produzidas pelo poder público local e os agentes imobiliários e fundiários em prol da manutenção de “um padrão de embelezamento” constituído em Maringá, como será que esses moradores construíram (e constroem) suas vidas nesse local reservado para eles? Será que eles reconhecem ou ocupam esse espaço como sendo deles? Será que são produzidos significados, fixações, marcas concretas e/ou simbólico-identitárias nesse espaço, mas que são abafados ou escondidos em meio aos olhares totalizantes? Será que fazem o uso criativo desse espaço, capazes de criar movimentos heterogêneos no espaço urbano?

Assim, partindo desses questionamentos e das temáticas apresentadas, foi desenvolvido o seguinte problema de pesquisa: Levando em consideração as intervenções realizadas em Maringá em favor da manutenção de um ideário urbanístico, como ocorreu a territorialização dos moradores do bairro Santa Felicidade, desde os primeiros anos de fundação do bairro até os dias atuais?

Por territorialização entende-se como um conjunto de múltiplas ações pelo qual os sujeitos, no seu cotidiano se apropriam do espaço e, tornam-se de algum jeito ligado a ele, seja pelo modo que se organizam e dão significados ao lugar e/ou então, pelas efetivas relações de pertencimento construídas (de posse material ou simbólica) sobre o espaço, no qual são definidos comportamentos, práticas, linguagens e novas estéticas, com o qual se identifiquem, se sentem parte do local, culminando assim, no seu território (HAESBAERT, 2002; 2004; MOURÃO; CAVALCANTE, 2006; BALDISSERA, 2011).

Logo, objetivo geral é compreender como ocorreu a territorialização dos moradores do bairro Santa Felicidade, desde os primeiros anos de fundação do bairro até os dias atuais. Para conseguir alcançar o objetivo geral proposto, terei que:

1. Apresentar como ocorreu a configuração do espaço urbano da cidade de Maringá, bem como a formação histórica do bairro Santa Felicidade, do ano de 1975² até 2007, quando foi apresentado à população o Projeto de Requalificação Urbana e Social – ZEIS Santa Felicidade.

² No ano de 1975 foi quando a prefeitura instituiu o Programa Social de Desfavelamento Municipal que tinha como meta criar o Núcleo Habitacional Santa Felicidade.

2. Descrever as práticas cotidianas de apropriação do espaço do bairro Santa Felicidade realizadas pelos seus moradores ao longo da história.
3. Interpretar como os moradores do bairro Santa Felicidade a partir de suas vivências cotidianas construíram suas territorializações ao longo da história.

Nesta linha, pensando em como o conhecimento que será aqui produzido pode contribuir para o campo dos estudos organizacionais, uma das primeiras contribuições que exponho diz respeito à própria temática do *cotidiano*. Tema em evidência nas áreas da antropologia social, educação e sociologia, mas pouco explorado no campo dos estudos organizacionais. A riqueza presente no cotidiano, as micropráticas que os indivíduos desenvolvem no seu dia a dia diante daquilo que lhe é imposto ou ainda, as mil maneiras de fazer pelas quais o homem anônimo se reapropria do espaço organizado (CERTEAU, 1996a). São temáticas que podem trazer para o campo dos estudos organizacionais outros olhares sobre as operações dos usuários, suas maneiras de agir, que normalmente são vistas com passividade e obediência, ou ainda, apenas pela ótica utilitarista. Espero, portanto, trazer à tona essa engenhosidade do homem comum, suas *microtáticas* frente à realidade vivida, perspectiva com tão pouco enfoque na área de administração.

Outro ponto que pretendo contribuir com este estudo é a possibilidade de “dar voz aos sem voz”, ou seja, de permitir que pessoas comuns exponham suas histórias, narrem os fatos através de suas perspectivas. Não somente de grandes personagens ou casos de sucesso, como geralmente é abordado no campo da administração, é que se constrói material e simbolicamente a formação histórica de uma cidade, mas essa mesma história também pode ser produzida a partir do olhar desses heróis comuns e anônimos, aos quais Michel de Certeau dedica seu livro *A invenção do cotidiano*. Dessa forma, desejo dar vez e voz para esses homens e mulheres anônimos, que há muito tempo vem sendo esquecidos e abafados, mas que são pessoas que nas suas trajetórias cotidianas contribuem, a partir de suas vivências, para a história e a contínua transformação da cidade de Maringá. Além disso, a intenção aqui também é apresentar a história por outro ângulo, um lado da história que geralmente não é estampada nos jornais ou revistas, e muito menos pronunciada nos discursos políticos ou publicitários.

A discussão aqui travada também possibilita trazer um novo olhar e direção para a área da administração sobre a temática das *idades*. Muitos dos trabalhos desenvolvidos na área abordam a temática do espaço urbano pelo *mainstream* dos estudos organizacionais, ou seja, as cidades são consideradas apenas pela ótica do desenvolvimento econômico, do

progresso ou da distribuição eficiente dos recursos, ou seja, nos dizeres de Certeau (1998) “o olhar do alto”. Portanto, pretendo contribuir no sentido de trazer para esses estudos outra perspectiva da cidade. Compreender o espaço urbano a partir do olhar dos sujeitos sociais, suas histórias, emoções, experiências e práticas subjetivas. É claro que, nesse caso especial dos moradores do Santa Felicidade, será considerado o lado funcional da cidade, isto é, suas por práticas organizativas que fragmentam e segregam o espaço urbano, já que essa perspectiva revela um contexto histórico-espacial da cidade, que me auxiliará a compreender a forma que se deu a configuração do espaço urbano, no entanto, apesar de considerar essa “face da cidade”, o principal enfoque e contribuição desse trabalho continua sendo a cidade enquanto produção simbólica e cultural daqueles que a praticam. Dessa forma, releva-se a importância de se ampliar a agenda de pesquisa no campo dos estudos organizacionais, direcionada para temática das cidades, principalmente voltada para a perspectiva dos sujeitos sociais.

Por fim, este estudo também possui o intuito de entender a gestão produzida sobre o espaço urbano de Maringá sob um enfoque diferente, pois o que será considerado é a história dos moradores do bairro Santa Felicidade, mas a partir disso se buscará compreender como as ações e intervenções políticas, econômicas realizadas na cidade em prol da sustentação de uma ordem espacial e um padrão urbanístico projetado para a cidade podem acabar influenciando, excluindo e alterando o modo de vida daqueles que estão à sua volta.

Este trabalho está organizado em sete capítulos, veremos além desta introdução, um segundo capítulo em que apresentei as bases conceituais que nortearam minha pesquisa, logo no terceiro capítulo foi trabalhada a trajetória metodológica que fundamentou a construção dos argumentos teóricos utilizados no trabalho. No quarto capítulo foi descrito de que forma ocorreu a configuração do espaço urbano de Maringá, bem como a formação histórica do bairro Santa Felicidade. No quinto capítulo foram apresentados meus relatos e experiências no campo. No sexto capítulo apresentei as análises das entrevistas acerca das práticas cotidianas de apropriação do espaço urbano do bairro Santa Felicidade realizadas pelos seus moradores e terminado esse item interpretei como os moradores a partir de suas vivências cotidianas construíram suas territorializações. Por fim, no sétimo capítulo, apresentei as minhas conclusões.

2

BASES CONCEITUAIS

Pretendo, neste capítulo, desenvolver as bases conceituais que possibilitem a compreensão e construção dos elementos dessa pesquisa, e principalmente, que permitirá enxergar e relacionar o problema de pesquisa e minhas inquietações com as diferentes áreas do conhecimento. Para tanto, trouxe elementos teóricos que contextualizem a pesquisa e ajudem o leitor a entender quais interpretações foram consideradas ao longo do trabalho. A intenção, de início, não foi dividir esse capítulo em inúmeros tópicos ou subtópicos, já que os conceitos e definições abordados possuem inter-relações ou se perpassam em muitos pontos, no entanto, senti extrema dificuldade em afastar-me desse padrão de escrita e organização com limites e subdivisões, por isso que o leitor encontrará algumas subseções, mas busquei manter uma fluidez no pensamento e um encadeamento das discussões, a fim de transmitir uma melhor elocução das ideias. Porém, apenas você leitor poderá dizer se alcancei tamanho objetivo.

Dessa forma, como já exposto na construção da problemática, trouxe como bases teóricas principais a discussão da temática das cidades e do cotidiano. Temas que já foram tratados por diferentes áreas do saber e que, nesse trabalho, busquei aproximá-los do campo dos estudos organizacionais. Inicialmente, portanto, abordo o tema das *cidades*, explorando a metáfora da *cidade como uma organização* e depois, tratando-a como produtora do fenômeno da segregação urbana. Fenômeno historicamente relevante para compreender a situação atual do bairro Santa Felicidade. Logo em seguida, apresento a temática que deu início a toda construção da problemática dessa pesquisa: o estudo do *cotidiano*, embasado na perspectiva de Michel de Certeau.

Nesse sentido, como forma de entender como os indivíduos ou um grupo estabelecem uma ligação ou vínculo entre si e com o espaço habitado, explorei alguns conceitos que se inscrevem na dinâmica sócio-urbana, tais como os conceitos de *espaço, lugar e território*. E por fim, para compreender como os indivíduos se organizam dentro dessa dinâmica, isto é,

como eles se apropriam e estabelecem fixações no espaço territorial, trago para a discussão o fenômeno da territorialização, resultante de todo esse processo realizados pelos sujeitos. Eis então que apresento caro leitor, de agora em diante, o resultado desse itinerário teórico.

2.1 SOBRE CIDADES

O que é cidade? Uma segunda natureza. Construída sobre rios, montanhas e pedras. Feita a partir do trabalho organizado de vários homens. Obra coletiva estabelecida sobre a natureza primeira. Transformada em produto. Hoje domesticada, colonizada e civilizada, mas sempre cheia de paradoxos, e ainda em fase de construção. Essa é a primeira definição de cidade descrita por Raquel Rolnik, no seu livro *O que é a cidade*. Realidade muito antiga, início de uma civilização, a cidade nesse tempo já possuía uma lógica que delimitava lugares, desenhava traçados, seja em formato quadrado ou circular; espaço construído e cercado por muralhas, torres, arenas, edifícios públicos, templos; já nessa época, se via a presença de um poder regulador da vida social (PESAVENTO, 2007).

Ainda nesse aspecto, Rolnik (1995) acrescenta que o espaço na cidade antiga era marcado por grandes muralhas, mantendo-a fechada e vigiada no intuito de defender seus habitantes dos inimigos. Hoje, na cidade contemporânea, esse espaço fechado se tornou mais acessível, devido a uma alta circulação de pessoas, mercadorias e capital numa velocidade cada vez mais rápida, ultrapassando limites, ocupando e conquistando territórios. No entanto, ressalta Rolnik (1995), mesmo em uma grande metrópole os habitantes continuam sendo vigiados, protegidos e principalmente reprimidos, não mais por meio de muralhas ou fortalezas, porém de uma forma menos visível, mas não menos eficiente.

Reiterando, esta mesma autora (ROLNIK, 1995) aponta que o surgimento da cidade transformou a relação do homem com a natureza virgem e conseqüentemente também trouxe grandes mudanças para as relações sociais. Nesse contexto, desperta no homem um sentimento de querer conquistar e lutar por um lugar próprio, isto é, nasce no homem um desejo de sentir-se dono ou proprietário de um território, de “fincar raízes”, ter a chance de construir sua vida social nesse lugar, de criar vínculos e laços de pertencimento.

Pesavento (2007) chama esse envolvimento do homem com o lugar de *sociabilidade*. O autor observa que além dos seus aspectos físicos, como a arquitetura e os traçados elaborados pelo homem, a cidade também é composta por atores, relações sociais, grupos, classes sociais, práticas de interação e de conflitos, ritos e festas, comportamentos e hábitos.

Elementos estes que marcam a vida social e a transformação de um espaço, antes natural e desconhecido, para território. Nesse sentido, podemos considerar a cidade pelo seu caráter múltiplo, isso quer dizer que, por um lado, ela é vista por um conjunto de características concretas, formas geográficas, arquitetônicas; mas por outro lado, ela é plena de representações, exibidas por meio de uma população, pelo simples ato de habitar, vivenciar um lugar e atribuir significados e sentidos (PESAVENTO, 2007).

Lynch (2006) concorda com a afirmação de Pesavento (2007), argumentando que a cidade, acima de qualquer formação física, é constituída de elementos móveis, em especial, por pessoas e suas atividades, elementos que trazem movimento e alteração para o espaço urbano, que são tão essenciais quanto os elementos físicos imóveis. Em razão disso, qualquer análise realizada sobre cidades que compreenda apenas seus fenômenos físicos se torna incompleta já que, conforme foi visto e Cunha (2008) reafirma, compreender a cidade em sua completude, é considerar tanto seus elementos materiais e imateriais interconectados na formação de um espaço vivente.

Já Milton Santos (1999) propõe uma outra maneira para compreender o fenômeno da cidade: a partir de uma forma-conteúdo. O autor explica que seja qual for a *forma*, isto é, qualquer delineamento, contorno ou formato de alguma coisa, não teria existência, quer prática ou filosófica, se a analisarmos isoladamente daquilo que é o seu interior, ou seja, o seu *conteúdo*; ou ao contrário, um conteúdo não existiria sem a forma que o abrigou. Assim, Santos (1999) sugere que, o espaço da cidade não existe por si só, com uma forma isolada, mas ele é dotado de conteúdo, de significados, representações e ações humanas que constantemente alteram seu entorno. Além de analisar essa forma-conteúdo, este mesmo autor lembra que é preciso também observar a relação de dependência entre forma e conteúdo e ainda, pesquisar o dinamismo e os processos que levam uma simples forma se transformar em forma-conteúdo.

Desse modo, pelos diferentes aspectos que o fenômeno urbano pode ser compreendido – por sua materialidade, elementos físicos, por sua lógica capitalista, suas relações sociais, a presença de símbolos e representações – é possível dizer que a discussão sobre cidades se tornou interdisciplinar, angariando contribuições de diferentes campos científicos – história, geografia, sociologia, economia, urbanismo e antropologia – em que cada um sustentará uma determinada perspectiva. Nesse contexto, Pesavento (2007) ressalta que a cidade, portanto, pode ser entendida “como um problema e um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais” (PESAVENTO, 2007, p. 13). A cidade, portanto, em sua paisagem urbana torna-se um campo de investigação instigante ao

pesquisador, por ser um espaço que agrega mais do que uma visão funcionalista, a cidade é vivência, emoções e interpretações. Assim, compreender a cidade é falar sobre sua configuração física, mas principalmente é falar daquilo que está “escondido” nas suas práticas do dia a dia, que juntos formam um espaço urbano habitável.

Dessa forma, é possível perceber que entender a cidade a partir de uma única perspectiva é insustentável, pois a sua dinâmica envolve mais de uma face ou ângulo, isso significa que a cidade como objeto de estudo pode ser compreendida a partir das práticas simbólicas ou experiências subjetivas dos seus moradores, isto é, como eles vivem e dão sentidos a ela; entretanto, existe um outro lado que é a visão funcional, em que a cidade é compreendida enquanto realidade objetiva, ou seja, entende-se que também é constituída por práticas que tornam a organizar, fragmentar e segregar o seu espaço urbano. Perspectiva esta que não poderia ser desconsiderada, já que essas práticas também compõem o contexto espacial e histórico de uma cidade, assim como, são práticas que influenciam e são igualmente influenciadas (por vezes em silêncio) por aquilo que é produzido e reproduzido pelos sujeitos, como suas relações, conflitos, suas práticas, hábitos ou comportamentos, ou seja, a cidade vivida por eles. Portanto, na tentativa de compreender a cidade em sua complexidade, trouxe para a discussão contribuições de abordagens ou autores com perspectivas e até paradigmas diferentes, por vezes discordantes, mas que no final, conseguiram trazer para esse “debate teórico” visões que são capazes de conviverem e dividirem o mesmo espaço. Assim, veremos que, não apenas a temática das cidades, mas quase todas as bases conceituais aqui desenvolvidas, foram construídas sobre esse pensamento, isto é, agregando sempre mais de uma perspectiva e autores para a discussão.

2.1.1 A cidade como organização

Início essa discussão lançando a cidade como objeto de pesquisa, tão complexa e constituída por múltiplas vozes, para dentro do campo dos estudos organizacionais. Como frisado anteriormente, a cidade tem sido tratada por diferentes campos do conhecimento, pela arquitetura, pela geografia, pela sociologia, pela antropologia e também na área da administração pública, contudo, no campo dos estudos organizacionais ainda existe um cenário a ser preenchido, apesar de que muitas pesquisas já foram desenvolvidas. No entanto, ainda existe um longo caminho a ser produzido, em que a cidade possa ser compreendida

como um objeto fértil e legítimo nos estudos organizacionais e ser incluída, mesmo diante das dificuldades e limitações nas discussões no campo da administração.

No que tange o campo da administração, algumas incursões sobre a temática das “cidades” têm sido desenvolvidas, abordagem que, aliás, vem apresentando certa predominância no campo nos últimos anos, em que a cidade é abordada por uma perspectiva funcionalista, isto é, o foco é sobre as práticas organizativas que tratam as pessoas, ou seja, a população em geral, como recursos administráveis, sendo possível organizá-las, controlá-las e geri-las sob a intermediação, muitas vezes, de interesses ligados apenas a uma única lógica: a do capital. A cidade, nessa perspectiva, é pensada principalmente a partir de sua gestão, como simples configuração espacial, lugar de habitação, trabalho, constituída de indústrias e serviços (CANCLINI, 2002). Uma visão um tanto economicista, mas que como já dito, apesar da sua predominância no campo, não deixa de trazer para a discussão uma perspectiva de compreensão da cidade. Contudo, olhar a cidade por apenas essa perspectiva pode ser um erro, já que se o objetivo é compreendê-la em sua complexidade, é necessário abrir espaço para perspectivas não hegemônicas, isto é, o intuito não é excluir, mas pensar a temática e suas práticas a partir de ângulos diferentes.

Outra perspectiva que vem desvelando a importância de inserir a cidade com objeto de estudo no campo dos estudos organizacionais são os estudos de Fischer (1997); Fischer *et al* (1997) e Mac-Allister (2004; 2001), que lançam a proposta de pensar a relação entre organizações e cidades, para além de uma única perspectiva. Fischer (1997; 1997a) propõe compreender a cidade como uma grande organização complexa, já que esta é constituída ao mesmo tempo de muitas unidades organizativas (partes) que, vistas em conjunto, representam um todo maior que a soma das partes. Já o estudo realizado por Mac-Allister (2004; 2001) privilegia o desenvolvimento do conceito de *organização-cidade*, em que uma cidade pode ser uma organização, no seu sentido mais amplo do termo e conceito, incluindo sua dimensão social e também seu contexto espacial e territorial. Também dou destaque aos trabalhos de Saraiva (2009) e Saraiva e Carrieri (2012) que a partir da abordagem funcional do conceito de *organização-cidade* elaborado por Mac-Allister (2004; 2001), propõem um outro olhar, isto é, a incorporação de novas implicações a essência urbana, no qual enfatizam que a cidade é constituída pelo seu povo, a sua cultura, isto é, aquilo que é produzido dinamicamente e simbolicamente por uma população.

Assim, para Fischer (1997) uma cidade é muito mais do que um conjunto de prédios, avenidas, jardins, pontes, escadarias e pessoas se locomovendo e circulando, ela encontra-se entrelaçada com imagens e sons, realidades e diferentes representações. Ela vive do

movimento, da experiência e principalmente, da memória. Ainda nesse aspecto, Fischer (1997) acrescenta que a cidade, pode ser entendida a partir de algumas dimensões, como a *cotidianidade*, solo fértil para as relações entre a sociedade e o seu espaço; pelo seu *localismo*, que diz respeito às relações de fronteira e proximidade; por sua *identidade*, que expressa tradições preservadas a partir de um patrimônio comum; e por fim, por sua *integração*, remete as tramas e jogos de poder que definem relações. Diante disso, é possível notar que, para a autora a cidade ou o espaço urbano é preenchido por relações sociais, seja por meio de relações que os sujeitos constroem com o lugar onde moram, caracterizando-o conforme seus traços e marcas pessoais e identitárias; seja por relações de poder que, de alguma maneira atua na articulação e desarticulação do espaço urbano, de acordo com os interesses em jogo.

Como destacado, Fischer (1997) também é uma das autoras que propõe uma aproximação entre cidades e organizações. Na visão da autora, a cidade como objeto de análise amplia as possibilidades para a compreensão das organizações complexas, temática de grande importância nos estudos organizacionais. Dessa forma, as organizações surgem a partir da interação entre pessoas, artefatos e a natureza. São constituídas por tijolos, argamassa, estrutura física, e ao mesmo tempo, de esforço e ação humana. A cidade, por outro lado, fluxo em constante transformação, pode ser vista como uma bela metáfora de organização, aproxima Fischer (1997). A cidade, como fenômeno urbano, diz respeito a um conjunto de ações coletivas agrupadas em muitas dimensões, repleta de significados e formadora de identificações. Megaorganização real e imaginária. Concreta e simbólica. Organizações e cidades são complexas, diversas, singulares, contraditórias e apresentam vários sentidos, sublinha Fischer (1997).

Como organização complexa, a cidade é atravessada por fluxos que, ao mesmo tempo, produz e revela símbolos, signos e significados. Espaço ora organizado, ora desorganizado. Por vezes, campo de solidariedade e partilha, mas também de lutas, conflitos e resistências. Espaço de interação real e simbólica. Como sugere Fischer (1997a), a cidade metaforicamente institui-se como uma grande teia organizacional. Constituída de unidades organizativas, das mais simples às mais complexas. Singular em histórias e identidades, a cidade é formada por inúmeras relações e manifestações. Manifestações estas que podem incentivar o surgimento ou fortalecimento de identidades, fruto da experiência e da prática vivida no lugar. Lugar de cidadania e marginalidade. A cidade desmascara e ao mesmo tempo abafa. Morada de encontros e desencontros. Cenário de crises e opressão, mas também de oportunidades e desvios (FISCHER, 1997; 1997a).

Como acrescenta esta mesma autora (FISCHER, 1997; 1997a) a cidade como espaço de relações, pode ser compreendida como uma organização social. Um arranjo de relações entre indivíduos, grupos e instituições, localizados no tempo e no espaço, submersa em uma complexidade, que processa de maneira coletiva e contínua uma cultura, resultando ora em uma identidade cultural relativa à totalidade da cidade ora à gestão desta totalidade. A cidade, ainda no entender de Fischer (1997a) pode ser representada pela metáfora do imenso jogo de espelhos, pois ao inovar suas formas de apropriação e articulação do espaço, de alguma maneira, pode estar garantindo a permanência de elementos culturais e simbólicos nesse processo de inovação, já que muitos desses elementos são parcialmente reinventados e reintegrados em novas configurações dinâmicas de ação. Logo, uma mesma ação ou movimento na cidade pode transparecer um processo de inovação e, ao mesmo tempo, garantir uma continuidade cultural, assegura Fischer (1997a).

Assim, é notável que Fischer (1997; 1997a) ao pensar a relação entre cidade e organização, a autora coloca ênfase na dimensão social, isto é, conceitua a cidade como uma organização social, no sentido de que a cidade vai além de um conjunto de pessoas sobre um dado espaço geográfico, a autora acredita que existe uma troca ou uma ação coletiva que é sempre realimentada por traços individuais e culturais que, implicam na construção de uma identidade cultural, que se refere à totalidade da cidade ou a gestão dela. Para tanto, acredito que as relações sociais e o compartilhamento dinâmico com um lugar, é o principal dessa perspectiva evidenciada por Fischer (1997; 1997a).

No sentido de contribuir para a possibilidade de ampliação da abordagem do objeto cidade como objeto cidade no campo dos estudos organizacionais, Mac-Allister (2004; 2001) decidiu desenvolver o conceito de *organização-cidade*. Para a autora, a proposta que conceitua a cidade como uma “organização social” é considerada problemática ao considerar apenas ou reduzir a cidade a uma dimensão social em detrimento de outras dimensões que poderiam ser incluídas, aponta Mac-Allister (2001). Por isso que a autora apresenta uma análise “menos problemática”, pois não privilegia interpretações parciais e estanques da realidade contemporânea, resultando numa melhor compreensão das relações entre os aspectos espaciais e sociais. Ou seja, para a autora, a cidade pode ser vista como uma organização espacial, isto é, a partir de sua configuração e atributos de gestão, mas, sobretudo, é possível abordá-la segundo as relações sociais e os elementos simbólicos construídos no tempo e espaço. Com essa reflexão, Mac-Allister (2001) amplia a abordagem do conceito organização-cidade como objeto de estudo do campo da administração, por considerar ao mesmo tempo as várias dimensões do objeto *cidade*, incluindo os aspectos sociais e espaciais

e por situá-la em um tempo presente e em um determinado espaço geográfico, e paralelamente, também instrumentalizar a gestão dessa organização. Portanto, Mac-Allister (2010) avança e conceitua o objeto *cidade* no campo dos estudos organizacionais, mas interagindo, num âmbito mais amplo, com outros campos, teorias e paradigmas.

E mais recentemente, pesquisadores da área de estudos organizacionais que estudam o tema de cidades na perspectiva de dinâmica simbólica, ampliaram a abordagem com novas implicações. Os autores defendem que, além das dimensões estruturais e formais, é necessário reconhecer que existe na cidade aspectos que não são controláveis. É o caso, por exemplo, de Saraiva (2009) que analisou a dinâmica simbólica de uma cidade do interior de Minas Gerais, Itabira, evidenciando os aspectos identitários do povo e da cidade em um espaço-tempo; e também em Saraiva e Carrieri (2012), em que é utilizado o mesmo caso de Itabira, mas com uma proposta de avanço ao conceito de *organização-cidade*, no qual os autores ao analisar a história, o lugar e a identidade, chegam à conclusão que a cidade é definida pela dinâmica da população, isto é, o modo como conferem sentidos e vida ao lugar é o que define e constitui a essência urbana. Assim, a cultura como metáfora é privilegiada.

Conforme definido anteriormente, em que o fenômeno da cidade seria compreendido na complexidade, é necessário esclarecer que conceber a cidade como uma organização também implica compreendê-la a partir de diferentes perspectivas, e para que isso aconteça, tanto os elementos concretos (espaciais e territoriais), como também e, principalmente as construções e práticas simbólicas e culturais realizadas pelos sujeitos praticantes da cidade serão considerados. Assim, interpretarei a territorialização dos moradores do bairro Santa Felicidade conforme as perspectivas que aqui apresentei, as autoras Fischer (1997; 1997a) e Mac-Allister (2004; 2010), e os estudos realizados por Saraiva (2009) e Saraiva e Carrieri (2012), isso quer dizer que, levarei em consideração os aspectos espaciais na formação da territorialização, assim como trarei os aspectos sociais e simbólicos que estão envolvidos nessa relação de apropriação. Assim, no próximo tópico, veremos a cidade por outro ângulo ainda não abordado, isto é, como um espaço suscetível à produção de estratégias dominantes, mas também como espaço de possibilidades e subversões.

2.1.2 A cidade como produção do espaço urbano

O espaço urbano cada vez mais é marcado pela tendência de reapropriação capitalista da cidade. Mas será que só existe esse tipo de produção no espaço urbano? Será que não

existem outros usos capazes de criar movimentos heterogêneos e imprevisíveis no espaço urbano? Estes são alguns questionamentos que levanto para iniciar a reflexão acerca da cidade como produção do espaço urbano.

A cidade como espaço urbano é passível de ser analisada a partir da percepção de alguns dos seus segmentos e agentes, mas existe principalmente a possibilidade de abordá-la por meio das práticas e do olhar dos seus moradores. Dessa possibilidade, aliás, pode surgir a proeminência de espaços diferentes convivendo dentro de uma mesma cidade, isto é, espaços de conflitos e resistências e ainda, espaços de consenso e da absoluta ordem (CORRÊA, 2004). Para tanto, sendo a cidade compreendida como um espaço urbano capaz de envolver mais de uma perspectiva, nesse tópico a intenção foi trazer para a discussão autores que o compreendesse também por diferentes olhares ou diferentes concepções. Assim, na devida ordem, veremos autores que abordam o espaço urbano a partir de influências marxistas, no qual é subjugado a uma ordem capitalista, refém de uma complexa estrutura social e transformado em produto e instrumento político; mas também veremos essa concepção de espaço sendo questionada e, juntamente o surgimento de um novo espaço urbano com possibilidades de apropriações e reapropriações no interior de uma cidade capitalista. E por fim, veremos um espaço urbano que se apresenta de duas formas: do alto, a partir de uma visão funcionalista; e do chão, onde se privilegia os praticantes ordinários da cidade e suas práticas desviantes. Perspectivas que demonstram a complexidade que envolve o contexto urbano, mas que se tratam de recortes, o que acarreta na predileção de alguns paradigmas que mais contribuem para a problemática, e na exclusão de outros, já que é impossível contemplar todos os autores e perspectivas.

Assim, de forma simples, Corrêa (2004) dá início a essa discussão definindo que o espaço urbano de uma grande cidade pode ser entendido como um conjunto de diferentes usos de terra sobrepostos entre si. Usos que diferem áreas, como a região central de uma cidade, no qual normalmente é lugar de atividades comerciais, de serviços e gestão; áreas industriais, local indutor de desenvolvimento; ou ainda, áreas residenciais separadas em razão de forma e conteúdo social; e tem aquelas que ainda nem foram ocupadas, entre outras. Assim, esse conjunto de usos do solo é, na verdade, a organização espacial da cidade, ou seja, é o espaço urbano contemporâneo, já configurado e fragmentado de acordo com a sua função ou utilidade (CORRÊA, 2004).

Não obstante, de acordo com o mesmo autor, esse mesmo espaço urbano que é fragmentado e dividido de acordo com sua funcionalidade, é ao mesmo tempo, articulado, isso quer dizer que cada uma de suas partes isoladas mantém relações entre si, variando a

intensidade de cada relação. Empiricamente, estas relações se manifestam por meio de fluxos, seja fluxo de veículos, pessoas e/ou mercadorias, e por outro lado, existe a presença de fluxos menos visíveis, sendo as relações que mais fragmentam, produzem e reproduzem o espaço urbano, pois envolvem a circulação de decisões e investimentos de capital, e as estratégias de poder e as práticas de ideologia (CORRÊA, 2004).

A esse respeito, Henri Lefebvre (2006) faz questão de ressaltar que paradoxalmente esse espaço dito homogêneo, de consenso e bem articulado é manualmente dividido em lotes, regiões e zoneamentos. Divisões que dão origem aos guetos isolados. Espaços que são propositadamente mal articulados ao restante da cidade, principalmente do centro urbano. Ainda nesse aspecto, Lefebvre (2006) afirma que essa fragmentação torna os espaços hierarquizados, uma vez que começam a existir espaços estritamente demarcados, como os espaços residenciais da classe alta, espaços comerciais, espaços da elite, espaços dos pobres, espaço para os “marginais”, para os indesejáveis, os moradores de rua etc. Entretanto, apesar de serem “espaços estritamente demarcados”, essa fragmentação e hierarquização, ou seja, essas relações reais de conflitos são cuidadosamente ocultadas e abafadas, restando a imagem de um único espaço urbano homogêneo e próspero a todos.

Para Corrêa (2004), esse espaço que é ao mesmo tempo fragmentado e dito articulado é o reflexo da sociedade. A cidade contemporânea é fortemente dividida em regiões residenciais segregadas, refletindo assim, a complexa estrutura social em classes. Espaço urbano que é reflexo de uma estrutura social que acontece no presente, mas que foi formada no passado e que se repete na configuração espacial no presente. Corrêa (2004) vai além e sugere que esse espaço tem a função de ser um condicionante social, isto é, acaba sendo solo para as obras construídas pelo homem, formas espaciais que desempenham o papel de reproduzir as condições de produção e as relações de produção num círculo vicioso.

Dessa forma, as áreas residenciais segregadas, no caso os bairros mais pobres e afastados do centro da cidade, possuem grande peso e também acabam tendo uma função dentro desse círculo, uma vez que são locais de reprodução dos diversos grupos sociais. Portanto, a cidade acaba sendo espaço também no qual as diferentes classes sociais vivem e habitam, assumindo assim, uma dimensão simbólica e surgindo como campo de lutas e conflitos, pois estas sempre estão em busca do direito à cidade, de fazer uso dela, às vezes da maneira mais simples, tendo direito à cidadania, direito a voz.

Posto isso, eis a definição de espaço urbano na perspectiva de Corrêa (2004): fragmentado, articulado, reflexo social, condicionante da sociedade, conjunto simbólico e campo de lutas. O fenômeno urbano sob a lógica capitalista, portanto, é assim, constituído de

formas espaciais, sendo utilizadas para diferentes usos. No entanto, como observou Corrêa (2004), essas formas espaciais não surgem naturalmente, mas são socialmente produzidas por agentes sociais concretos. Nesse sentido, a cidade é produto social, resultado de ações arquitetadas por agentes que produzem e consomem o espaço urbano. São agentes sociais concretos que agem pela acumulação de capital, pela manutenção das relações de produção e pelo constante processo de reorganização espacial conforme seus interesses, afirma Corrêa (2004).

Os donos dos meios de produção, os proprietários fundiários, os agentes imobiliários, o Estado e os grupos sociais segregados são todos agentes sociais que fazem e refazem a cidade por meio de estratégias e ações concretas (CORRÊA, 2004). Estes grupos atuantes no espaço urbano, principalmente os que são dotados de poder, inventam e reinventam uma planificação espacial, ou seja, possuem a autoridade para formar e modelar racionalmente o espaço social. Não obstante, Corrêa (2004) e Lefebvre (2006) acrescentam que as atuações desses agentes não ocorrem num espaço *a priori* neutro, preexistente, passivo ou vazio, somente determinado climaticamente e geograficamente. Como sugere Lefebvre (2006), nem a natureza, história ou a cultura bastam para explicar a formação desse espaço social. No entender desses autores, esse espaço – solo fértil para as relações econômicas e sociais – é sempre refletido pelos interesses dos agentes dominantes. Espaço que se produz e reproduz em paralelo com as forças produtivas e as relações de produção.

Nesse sentido, Lefebvre (2006) chama a atenção para o fato de que, daí em diante, o espaço é suscetível à troca e/ou consumo, tratado como produto ou mercadoria, mas não simples mercadoria, visto que é o pilar que sustenta grande parte das relações de produção e as forças produtivas. Anteriormente tinha a função somente de uso, agora é dotado de valor de troca, em que é possível vendê-lo e comprá-lo. Como sugere Carlos (1996), os espaços que antes eram resultado de uma produção socializada, de uma interação entre as pessoas, a partir do advento da urbanização, tais espaços são transformados em mercadorias ou produtos de troca, resultante de uma apropriação privada (CARLOS, 1996).

Dessa forma, o espaço urbano torna-se meio para a execução de um ordenamento potente e centralizado, no qual o fim desejado é a obtenção de lucros, afirma Lefebvre (2006). A partir disso, o discurso da “modernidade” atuante na cidade opera com este objetivo – maximização dos ganhos – sem qualquer outra estratégia criadora ou original. Além do mais, essa “gestão eficiente dos espaços” trouxe efeitos desastrosos para as relações sociais e para todos os lados (LEFEBVRE, 2006). Portanto, devido à forte influência desse discurso modernista, Lefebvre (2006) acrescenta que é impossível pensar a cidade ou o espaço urbano

sem tomá-los primeiramente como produtos, comparável a obras de artes produzidas a partir da atuação coletiva dos agentes sociais.

A partir de uma “matéria-prima”, isto é, a própria natureza, os espaços são transformados em artigos de trocas. São produtos econômicos, políticos, e mais do que isso, são produtos estratégicos, usados para fins específicos, determinado por cada instituição que o compõem, supõem e organizam segundo suas exigências (LEFEBVRE, 2006). No entanto, como observou Corrêa (2004), o espaço urbano é condicionante social, isto é, ele não é só produto, ele também é produtor, um meio para que as relações aconteçam, e produzido como tal, não pode ser compreendido isolado das forças produtivas, das técnicas, do conhecimento gerado, da divisão do trabalho social e nem do Estado; elementos ou agentes que o modelam, mas que também dependem do seu funcionamento. O mesmo autor complementa que enxergar o espaço social como mercadoria não é uma das tarefas mais difíceis, mas que sua complexidade se encontra em compreender *como* esses movimentos, ritmos, fluxos, reconstruções e reproduções são produzidos e sustentados ou ainda, o que garante a continuidade dessas estratégias, tanto dos grandes quanto dos pequenos agentes.

Faço uma pausa aqui para retomar a discussão da fragmentação e hierarquização do espaço urbano. Conforme advertido por Botelho (2007), com a utilização do espaço urbano pelas classes dominantes, que por meio do poder, da autoridade e do capital conseguem modelar, fracionar e ocupar o espaço da maneira que lhes convém. Com isso, grande parte daqueles grupos sociais segregados, ou com menor poder aquisitivo, que muitas vezes é a classe que participa arduamente da construção desse espaço, no final acabam sendo privados de aproveitar os benefícios e das oportunidades gerados pelo capital. Isso quer dizer que, na medida em que as estratégias de acumulação de capital operam sobre o espaço urbano, efeitos profundos são produzidos na sua formação e configuração, reiterando, desta maneira, as diferenças sociais já existentes, e a partir de agora também ocasionando distinções por espaços (BOTELHO, 2007).

Dessa forma, Lefebvre (2001) ratifica afirmando que, quanto maior for o domínio exclusivo do espaço pela lógica do capital e do mercado, maior será o nível de fragmentação do espaço e de segregação socioespacial presente na cidade, uma vez que só os que podem pagar poderão ter acesso irrestrito ao que autor Lefebvre (2001) chamou de “as positivities do urbano”, que seriam os benefícios ou os bons frutos que a cidade contemporânea tem para oferecer.

A esse respeito, vemos, então, o surgimento do fenômeno da segregação no espaço urbano, como resultado ou consequência dessas práticas coletivas ou ações políticas-

administrativas realizadas sobre o espaço com o intuito de organizá-lo e dividi-lo de modo diferenciado conforme as diferenças dos grupos sociais, como por exemplo, classe social, etnia, poder aquisitivo, raça, religião, educação, nacionalidade etc. Corrêa (2004) acredita que são diversos os processos sociais que agem na divisão social do espaço, conforme frisando anteriormente, a acumulação de capital e a reprodução social são alguns deles. Assim, a segregação, que pode ser vista como um resultado dessa lógica capitalista, também se insere como um processo que atua sobre o espaço urbano. A esse respeito, Nogueira (2009) observa que o fenômeno da segregação causa uma desqualificação social, no sentido de que o sujeito que é afetado por esse processo se sente como uma pessoa não merecedora de reconhecimento social, enquanto é transferido para um lugar desvalorizado, sofrendo ainda, com os mecanismos ideológicos da cidade capitalista. No entanto, apesar de a autora (NOGUEIRA, 2009) acreditar nessa estigmatização causada pelo fenômeno da segregação urbana, ela não desconsidera o poder de resistência ou de subversão que esses grupos considerados “desqualificados” podem desenvolver.

Na visão de Caldeira (2000), a segregação, tanto social quanto espacial, é uma característica presente nas atuais cidades capitalistas. As regras que regulam o espaço urbano geralmente são sustentadas e cunhadas sobre a diferenciação social. No entanto, complementa alegando que elas variam cultural e historicamente, e revelam sob quais princípios a vida pública foi estabelecida e como os grupos sociais inter-relacionam no espaço da cidade. Villaça (2011) corrobora com a visão de Caldeira (2000) que a característica mais marcante da cidade moderna é a segregação, social e espacial ou vice-versa, que atualmente se acoberta nos bairros residenciais das distintas classes sociais, fomentando dessa forma, verdadeiros conjuntos sociais muito particulares.

Somente a título de esclarecimento, Caldeira (2000) destaca que existiram, no Brasil, pelos menos três formas diferentes de segregação social ao longo do século XIX. Na primeira, que se iniciou no final do século XIX e foi até os anos de 1940, o espaço urbano era concentrado em diferentes grupos sociais que se reuniam numa pequena área urbana e estavam separados por tipos de moradia. Já nos anos de 1940 até 1980, a forma urbana centro-periferia dominou o desenvolvimento do espaço urbano, na qual os diferentes grupos estavam separados por grandes distâncias, isto é, as classes média e alta se localizavam nos melhores bairros, e os considerados “pobres” viviam nas distantes periferias, ou nas bordas da cidade. A última e mais recente forma de segregação apontada por Caldeira (2000), surgiu nos anos 1980 e vem se consolidando diante dos estudos de segregação moderna. Nessa forma, os grupos sociais estão ficando fisicamente mais próximos, mas separados por muros e

tecnologias de segurança, e possuem o comportamento de não circular ou interagir com quem está ao seu redor. Esse novo padrão de segregação é chamado por Caldeira (2000, p. 211) de “enclaves fortificados”. São espaços privatizados, fechados e extremamente monitorados, que zelam pela segurança dos moradores, exercendo um controle minucioso das trocas desses lugares com o mundo exterior, declara Rolnik (1995). Ainda no entender de Rolnik (1995), esses muros visíveis, e ao mesmo tempo invisíveis, que separam a cidade cumprem um papel importante na organização do espaço urbano capitalista.

No entanto, chego até aqui ainda com a seguinte indagação: quem produz essa segregação urbana? Nas palavras de Corrêa (2004), a segregação urbana é produzida pela intervenção estatal, mas precisamente é resultado da atuação da elite capitalista dominante. Essa atuação pode acontecer por meio da auto-segregação, uma vez que ela seleciona as melhores áreas da cidade para morar, excluindo-se do restante da população, sendo os condomínios de luxo exemplo disso. Por outro lado, a segregação também pode acontecer como uma imposição, porém, esse tipo é voltada aos grupos sociais excluídos, cujas opções de como e onde morar são quase nulas ou não existentes, discorre Corrêa (2004).

No entender de Lefebvre (2001), não há um agente específico que produz essa desigualdade, mas existe uma racionalidade que opera sobre o espaço urbano que possui uma inteligência muito desenvolvida, amparada e sustentada por grandes meios de pressão. Essa racionalidade, afirma o autor, tenta abafar aquilo que às vezes é nítido: as estratégias e ideologias vigentes. Fenômenos que conduzem a uma parcelarização e especialização do trabalho e do espaço. Portanto, é possível compreender que a segregação não ocorre de maneira natural ou como resultado de uma ação sem intencionalidade, mas essa surge a partir de ideologias e estratégias das classes dominantes.

No entanto, frente a essa concepção de espaço preenchido por ideologias, estratégias e formas de segregação, Lefebvre (2001) questiona: Será que não existe alguma prática social na cidade frente a essas ideologias e estratégias? Será que não existe uma prática que visa “destruir” essa cidade estratégica? Será que essa população excluída e segregada não possui a necessidade social de recuperar sua participação na vida urbana? De imediato, Lefebvre (2001) não apresenta respostas para essas perguntas, mas antes reivindica a satisfação de outras necessidades: de liberdade de espaço e tempo:

As necessidades urbanas específicas não seriam necessidades de *lugares* qualificados, lugares de simultaneidade e de encontros, lugares onde a troca não seria tomada pelo valor da troca, pelo comércio e pelo lucro? Não seria também a necessidade de um *tempo* desses encontros, dessas trocas? (LEFEBVRE, 2001, p. 105-106).

O que o autor propõe, portanto, não é voltar ao tempo anterior à urbanização ou da modernização capitalista, nem um regresso à cidade antiga, mas o seu pensamento busca a construção de um novo espaço urbano, mesmo em meio à caótica cidade capitalista. Um espaço voltado à apropriação, à reconstrução, onde seja possível criar novos lugares parcialmente livres do consumo ou da troca. Lugares transformados e renovados. Lefebvre (2001) reivindica tempo para a ocupação de novos lugares na cidade, espaços para possíveis encontros, para a criação de significados, sentido e símbolos. Essa visão de Lefebvre (2001), para o direito do homem à cidade, anuncia um “provável” desaparecimento das segregações, sugerindo a reapropriação do espaço urbano pelos grupos sociais dele excluídos. Mas será isso possível? No momento, não sei se cabe uma resposta, mas o que o autor tenta fazer é apontar um caminho de mudança; não esperamos uma mudança abrupta, mas vejo a possibilidade de uma brecha ou um suspiro no interior de uma racionalidade sufocante que é a cidade capitalista.

A partir dessas novas possibilidades do urbano, Lefebvre (2001) aponta, nesse momento, uma falha, a ausência de uma ciência analítica da cidade. O autor adverte a falta de uma ciência pautada na prática social-urbana, que visa uma mudança na relação do homem com o espaço urbano. Uma ciência que se preocupe com os que são expulsos e segregados da cidade, dos que são privados de uma vida urbana possível – *classe operária* – como define o autor. Estes que possuem a esperança e a obsessão de participar da cidade, mas, contudo, a cidade lhes é negada. Mesmo assim, a participação é a ambição dos não participantes, destes que são excluídos da cidade, relegados às portas do urbano, confessa Lefebvre (2001).

Assim, conforme já frisado, essa “nova” vida urbana exige uma superação da cidade tradicional, exige uma nova produção de conhecimento sobre a cidade. Diante dessa realidade de exploração e segregação presentes no espaço urbano, Lefebvre (2001) acredita no direito à cidade, isto é, na forma superior dos direitos. No dizer de Lefebvre (2001), essa forma superior dos direitos à cidade, refere-se ao direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar, e principalmente, o direito à *apropriação*, não no sentido de propriedade, mas no sentido do direito de participar da cidade, de tomar decisões, e de viver a cidade.

Lefebvre (2001) defende o direito de ter voz na cidade, de ser visto como sujeito, da possibilidade de produzir conhecimento e significados. A possibilidade de viver e habitar a cidade, e não apenas tomá-la como habitat ou propriedade; ele acredita no viver social da cidade, ter direito aos encontros espontâneos, direito à rua como espaço de liberdade e não de repressão. Acredita no compartilhamento de segredos, nas relações que se escondem na

prática cotidiana. Lefebvre (2001) enxerga a cidade com olhos de esperança. Frente a um espaço urbano que cada vez mais está sendo consumido pela indústria, que se sujeita os agentes imobiliários e fundiários, Lefebvre (2001) percebe na cidade um espaço para possibilidades, brechas para o surgimento de resistências que fogem à lógica da mercadoria e do valor de troca, ainda que isso aconteça de forma efêmera e breve, e que quase sempre seja invisível aos nossos olhos.

Assim, na cidade de Lefebvre (2001) o ser humano possui necessidades. Necessidade de ver, de ouvir, de sentir e de se apropriar dos benefícios da cidade. Necessidade de uma atividade criadora, de inventar, de informação, de simbolismo e de imaginário. É o desejo de ter um lugar de celebração. Só os excluídos são capazes de ser esse agente ou o suporte social dessa realização, afirma Lefebvre (2001). O autor ressalta a urgência de transcender a cotidianidade e a passividade presente na sociedade atual por meio do desvio e da reapropriação dos espaços vividos. Dessa forma, habitar a cidade significa para Lefebvre (2001) o direito de decidir como se quer habitar esse espaço, decidir sobre as relações entre uns e outros, com o espaço geográfico, com a vizinhança e assim por diante. Em tom de manifesto, portanto, Lefebvre (2001) propõe o direito à cidade, o autor acredita na possibilidade de resistência e de trocas que o espaço urbano pode proporcionar, ou como Sartre (2000) sugere, a perspectiva de Lefebvre seria sobre os processos libertários de apropriações do urbano.

Assim, um mesmo espaço que é utilizado pelas forças capitalistas como um instrumento de controle e poder, ao mesmo tempo, pode ser reconhecido como um lugar de transgressões, de fugas parciais (LEFEBVRE, 2001). No entanto, Lefebvre (2001) faz questão de lembrar que esse espaço que o homem tenta criar para si seria abstrato, mas ele também é real, como um produto ou mercadoria, mas seria ele então concreto? O autor afirma que como qualquer objeto, ele é concreto e instrumental, isto é, ele acaba transcendendo a instrumentalidade, por ser intermediado por relações sociais.

Nessa direção, o autor supracitado (LEFEBVRE, 2001) sublinha que essa resistência à homogeneização que as relações capitalistas impõem ao espaço urbano, é apenas possível nas tramas da vida cotidiana, ou seja, no próprio espaço vivido é onde se encontra o *desvio*. O cotidiano é o solo fértil capaz de sustentar essas novas possibilidades de reinvenção no espaço urbano. As diferentes formas como as pessoas utilizam ou fazem uso do seu espaço é o que na opinião de Lefebvre (2001) pode nos trazer surpresas e revelações. Ou seja, a revolução urbana que o autor tanto almeja, ou ainda, esse “romper” com a alienação presente nas relações capitalistas de produção, pode acontecer na própria vida cotidiana. Portanto, pela

perspectiva de Lefebvre, entendo que o cotidiano é um terreno aberto para o surgimento dessas possibilidades de resistências, surpresas ou revelações, entretanto, olhando pela lente marxista do autor, esse “romper” sempre surgirá de um embate constante com as forças capitalistas e com o próprio Estado.

Dessa forma, pude perceber que, mesmo sendo influenciado por uma veia marxista, Lefebvre acredita na existência de uma fissura no cotidiano, capaz de oferecer possibilidades ao homem “supostamente” alienado por completo. Assim, é nesse ponto da discussão que observo uma aproximação entre a visão de Lefebvre com a perspectiva de cotidiano de Michel de Certeau. No entanto, ressalto que é preciso cautela ao realizar essa aproximação, já que os autores referenciados abordam a vida cotidiana sob pontos de vistas diferentes. Certeau (1998) não defende apenas um cotidiano dotado de movimentos sutis de resistência, ou ainda, espaço de possibilidades frente a uma racionalidade técnica, o destaque de Certeau (1998) é acreditar numa “reinvenção” desse cotidiano, ou seja, o autor inscreve a criatividade ou a inventividade nessas produções desconhecidas. De certa forma, portanto, é na vida cotidiana que encontramos a repetição, a rotinização, isto é, a alienação da vida moderna, mas se olharmos com mais atenção, é também nessa suposta “passividade” que podemos descobrir as práticas anônimas ou as culturas ordinárias, muitas vezes personagem principal desse espetáculo social.

Embora mais adiante me deterei com maiores detalhes a temática de cotidiano, gostaria de trazer para essa discussão uma reinterpretação do fenômeno urbano proposta por Michel de Certeau (1998). Primeiramente, o referido autor apresenta a cidade de duas formas: do alto e do chão. Olhar a cidade do alto, como por exemplo, do alto de um prédio, é concebê-la a partir de uma visão globalizante, um olhar de administrador do espaço, da gestão urbana, de um urbanista. É colocar-se à distância. Julgar sem muito entender o que se passa lá embaixo, o fazer do dia a dia, que lá do alto aparenta compor comportamentos e maneiras estranhas. No entanto, esse é o tipo de visão que, na maioria das vezes, é a mais divulgada como verdade absoluta, e constantemente sobre ela que as decisões relacionadas ao espaço urbano são tomadas. Assim, sobre o discurso produzido a partir dessa visão é que se instauram ou se balizam as estratégias econômicas ou políticas implantadas na cidade.

Ainda nesse aspecto, Certeau (1998) acrescenta que a cidade, por meio de uma visão funcionalista, possui a capacidade de conceber e construir espaços “próprios”, estáveis, isoláveis e articulados um sobre o outro. Lugar que funciona sob uma lógica de gestão e eliminação, ou seja, valoriza-se o progresso, a hierarquização e as redistribuições dos espaços

em função do “bem da cidade” e rejeita-se tudo aquilo que não é possível controlar, organizar ou tratar, como por exemplo, a morte, a anormalidade, a violência etc. (CERTEAU, 1998).

Em contraponto a essa imagem do alto da cidade, Certeau (1998) afirma que é possível compreender o fenômeno urbano de uma outra forma: o olhar do chão. É lá embaixo que vivem os praticantes ordinários da cidade, observa o autor. É nesse espaço que os caminhantes e pedestres lidam, ou melhor, jogam com um espaço que é impossível de se ver. É onde acontecem as práticas urbanas que fogem de qualquer planejamento urbanístico. É a cidade vivida. Conforme Certeau (1998) aponta, é uma espécie de cegueira, onde tudo acontece, onde práticas são elaboradas e inventadas, fragmentos de trajetórias e histórias múltiplas que permanecem no anonimato, isto é, na cotidianidade. É nesse anonimato que acontecem as práticas ou os usos da cidade. Aquilo que ninguém enxerga.

Portanto, é nesse lugar de conflitos e disputas que Certeau busca detectar uma produção, práticas diárias e dispersas que escapem ao espaço geométrico ou geográfico, planejados e controlados pelos detentores de poder (CAVALCANTI, 2004). Uma outra espacialidade, defende Certeau (1998), que se movimenta silenciosamente na cidade habitada. Assim, uma cidade seria capaz de funcionar sobre estas duas visões: de cima, formada por operações totalizantes, tomada por uma racionalidade urbanística; e do chão, constituída por “movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico”, destaca Certeau (1998, p. 174).

Dessa forma, é possível notar que o autor, na sua compreensão sobre a cidade, não quis partir dos discursos já estabelecidos, formulados e idealizados pelos grandes gestores do espaço urbano, mas preferiu se orientar pelas práticas “microbianas, singulares e plurais” (CERTEAU, 1998, p. 175) presentes no sistema urbanístico e que dificilmente podem ser administradas ou controladas, uma vez que são práticas que se proliferam na opacidade, isto é, táticas que num primeiro olhar parecem ilegíveis, mas que se desenvolvem numa regularidade cotidiana. Portanto, trazer a perspectiva de Certeau (1998) para a discussão, nos permite compreender que existe no espaço da cidade a possibilidade de práticas ou de micropráticas cotidianas capazes de operarem sobre e entre uma lógica funcionalista estabelecida.

Finalizo esse tópico retomando as questões que levantei no início: Será que existe apenas um tipo de produção no espaço urbano? Ou será que existem outros usos capazes de criar movimentos heterogêneos e imprevisíveis no espaço urbano? Levando em consideração as perspectivas e reflexões levantadas aqui, foi possível compreender que a cidade em sua complexidade, pode ser preenchida por desigualdades, subjugada a uma lógica capitalista de reprodução das forças produtivas ou ainda, ser gerenciada por uma administração

funcionalista, mas também pode ser interpretada a partir de outra perspectiva, por outro olhar, por uma outra produção. Um olhar para as práticas ordinárias, realizadas por pessoas comuns, os “sem voz”, com base em suas vivências e emoções. Histórias que muitas vezes são abafadas ou escondidas em meio aos olhares totalizantes. Produções ou conforme Certeau (1998) denomina – as maneiras de fazer criativas – práticas que fogem momentaneamente à organização racional do espaço. Portanto, partindo do ponto que não é possível compreender a dinâmica de uma cidade a partir de um único ângulo, as diferentes perspectivas aqui apresentadas sobre a cidade como espaço urbano foram trabalhadas na problemática desse estudo, uma vez que utilizei a perspectiva da cidade submetida aos interesses dos agentes produtores do espaço para discutir e compreender a questão do contexto histórico das práticas organizativas que configuraram o espaço urbano da cidade de Maringá; e também empreguei o olhar “do chão” para as vivências e as possibilidades de novas articulações e produção dos moradores do bairro Santa Felicidade. Mas entendendo que, esses olhares e perspectivas na cidade convivem e dividem o mesmo espaço, uma exercendo influência sobre a dinâmica da outra e vice-versa. Assim, no próximo tópico, a discussão sobre a temática do *cotidiano* será retomada com maiores detalhes e aprofundamento, uma vez que representa essa outra produção ou usos que Certeau (1998) buscou detectar na cidade planejada e visível.

2.2 O COTIDIANO: ESTRATÉGIAS E TÁTICAS

O que se entende por *cotidiano*?

São práticas comuns do dia a dia? É aquilo que nos oprime, prende, pressiona? É algo que envolve monotonia e repetição, uma coisa banal que vivenciamos todos os dias? Ou, pelo contrário, podemos entendê-lo como um espaço de mudança, transformação, criatividade, reflexão e invenção?

A esse respeito, Guarinello (2004) faz questão de destacar que na origem latina, o termo cotidiano ou o *quot dies* engloba, ao mesmo tempo, tanto o instantâneo como o permanente, o transformador e o repetitivo. Nesse sentido, o cotidiano possuiria dois sentidos: primeiro, o cotidiano é aquilo que acontece em um dado dia, num tempo de um instante; ou é aquilo que ocorre todos os dias, num tempo gradual e longo. Mas fica a questão: seria possível dividir o cotidiano nesses dois sentidos, isto é, breve e longo, banal e único, ou ainda, transformador ou repetitivo? O cotidiano em sua existência não pode ser pensado em planos separados, mas como sentidos que convivem, se complementam, ou dito de outro modo,

como planos que conjuntamente ou paralelamente formam o cotidiano, que não passa do momento, do tempo presente (GUARINELLO, 2004).

Assumindo esse ponto de vista, Guarinello (2004, p. 25) afirma que o cotidiano em perspectiva pode ser visto como uma “sucessão de presentes no fluxo contínuo da vida”, entretanto isso não significa perceber o cotidiano como um presente referente à somatória de eventos do passado, mas como um solo que é constituído de limites e possibilidades, ou seja, um cotidiano marcado por ordem e movimento, por permanência e modificação, isto é, do passado e do futuro. Dessa forma, o cotidiano para o autor, é produto de uma abstração, é uma soma de ações reproduzidas no passado, como uma ordem já imposta, sendo ao mesmo tempo, constituído por atos transformadores que possuem a força para mudar, individualmente ou em conjunto a vida real. Por isso que, conforme Guarinello (2004), em hipótese alguma, essas duas esferas não podem existir separadamente, mesmo que convivam em conflito ou de forma consensual.

Após essa breve inserção na temática do cotidiano, pretendo no decorrer desse tópico apresentar a ideia de que o cotidiano, no espaço urbano contemporâneo, é construído pela normatividade, pelas regularidades sociais, mas que tais ações cotidianas também são compostas por rupturas imprevisíveis, por “lapsos de impulsividades não esperados” (LEITE, 2010, p. 738) que contrapõem a passividade que muitas vezes é prevista e calculada no mercado de bens. Lapsos ou prática do *desvio* (CERTEAU, 1998, p. 12) que fazem usos diferentes daquilo que parece homogêneo. Ações que recusam a uniformidade e ao mesmo tempo moldam, transformam as práticas do dia a dia. São maneiras ou usos anônimos que sem qualquer pretensão de dissipar ou negar inteiramente a ordem vigente (ordem que, às vezes, é reconhecida, mas que sem propósito algum, é subvertida por não possuir importância a uma determinada prática) atuam na proliferação de criações desconhecidas e efêmeras, que brotam na vivacidade do dia a dia, com a pretensão mínima ou até sem nenhuma pretensão, de gerar surpresas ou mudanças sutis na ordem social.

Além de Michel de Certeau já frisado nesse trabalho, outros autores como Henri Lefebvre e Agnes Heller, reconheceram que a compreensão do cotidiano pode ir além da normatização e rotinização dos fatos, podendo ser empregado como um instrumento de conhecimento e análise social, com destaque principal para a dinâmica dos processos de acomodação e de mudança social (LEVIGARD; BARBOSA, 2010). Lefebvre e Heller, diferente da obra de Certeau, apresentam outro enfoque para a temática do cotidiano, com influências do pensamento marxista. Apesar de os autores não negarem o predomínio da lógica capitalista, da ideologia da classe dominante presentes na vida cotidiana e das formas e

estruturas que buscam a alienação do homem, ambos acreditam que ainda é possível que o sujeito irrompa essa homogeneização e obtenha uma margem de movimento e de possibilidades concretas na vida real, seja por meio do lazer, arte, ciência ou a partir da forma que os homens se apropriam e vivenciam cotidianamente o espaço urbano (HELLER, 1985; LEFEBVRE, 2001; 2006).

Nesse sentido, o sujeito é capaz de criar para si uma vida própria, embora tenha ainda que conviver com as estruturas da cotidianidade mas, sobressaindo a isso, ele poderá “apropriar-se o seu modo da realidade e impor a ela a marca da sua personalidade”, afirma Heller (1985). Nessa direção, o que acontece no cotidiano deixa de ser entendido apenas como uma descrição factual da vida corrente, para ser compreendido como um terreno rico de significações, ações e movimentos, afirma Fernandes (2008a). É possível dizer então, que a temática do cotidiano surja como uma nova ferramenta teórico-metodológica para apreensão e interpretação da complexa realidade social, corroboram Levigard e Barbosa (2010).

Assim, embora existam atualmente distintas abordagens teóricas que trabalham com a noção do *cotidiano*, como as citadas, conforme Leite (2007) aponta, há ainda, no senso comum, uma tendência em considerá-lo apenas como um campo de rotina, isto é, como um campo que se constitui perante certa rotinização e normatividade, como já mencionado. Pais (1986) é um dos autores que vai além do senso comum, e defende que o cotidiano não é um espaço meramente formado por atividades repetitivas, mas também é local de inovação. O autor afirma que a vida cotidiana é também formada por aquilo que a perturba, que causa rupturas, sem por em risco a cotidianidade – embora a desafiem, relata Pais (1986). A partir dessa perspectiva de considerar certas rupturas e perturbações presentes na vida cotidiana, apresentarei a perspectiva de Michel de Certeau sobre o cotidiano, já que é a principal perspectiva que norteará esta pesquisa.

A originalidade do pensamento de Michel de Certeau está na forma que o historiador, jesuíta e pensador francês, interpreta e acredita no caráter político das práticas culturais contemporâneas, evidenciando as astúcias anônimas das “artes de fazer” do mais fraco (DURAN, 2007). Na apresentação de Luce Giard no *volume 1* do livro *A invenção do cotidiano*, Certeau é descrito como um autor com espírito anticonformista e perspicaz. Crítico e inconformado com aquilo que era produzido e disseminado como “verdade” pelas instituições científicas da época. Conhecido no campo da história por sua produção científica a respeito da mística e as correntes religiosas do século XVI e XVII, mas também por sua crítica mais forte direcionada ao campo da História, da qual ele fazia parte. Crítica que era voltada para o próprio campo do qual fazia parte, por este sobrevalorizar um discurso dito

como “científico e verdadeiro”, marcado por conivências hierárquicas e centralizador, além da sua produção científica ter uma estranha e dependente relação com as instituições, como as Universidades, a Igreja ou o Estado (GIARD, 1998).

Ler os escritos de Michel de Certeau causa, de início, um encantamento, pela sua forma de utilizar os termos ou as palavras que por vezes parecem simples e sutis, mas que carregam ricos significados. Por outro lado, o pensamento de Certeau intriga, desconcerta e traz um certo estranhamento, por nos retirar dos nossos lugares comuns, incitar novas reflexões para aquilo que já estava aceito como dado. Conforme Giard (1998) assinala, essa característica fazia parte da própria personalidade de Certeau, um dos raros historiadores da sua época que gostava de correr riscos, de adotar novos métodos, mas sempre consciente de suas determinações e limites.

Outra característica que Giard (1998) destaca e que influencia todo pensamento de Certeau é a sua capacidade de acreditar no outro, isto é, na possibilidade de *desvio* que o outro, o homem comum, possui diante das situações consideradas inabaláveis ou imutáveis. Certeau acredita na capacidade de pequenos movimentos de resistência do homem comum que acaba fundando microliberdades perante uma ordem social estabelecida pelo “conquistador” (GIARD, 1998). Torna-se este, portanto, um traço marcante do autor, de se maravilhar constantemente com as surpresas do dia a dia, atos que reinam por um instante, mas logo desaparecem e tornam a aparecer novamente. Sobre Certeau, Giard (1998, p. 19) ainda ressalta:

Sua não-credulidade diante da ordem dogmática que as autoridades e instituições querem sempre organizar, sua atenção à liberdade interior dos não-conformistas, mesmo reduzidos ao silêncio, que modificam ou desviam a verdade imposta, seu respeito por toda resistência, ainda que mínima, e por toda forma de mobilidade aberta por essa resistência, tudo isso dá a Certeau a possibilidade de crer firmemente na *liberdade gazeteira das práticas*.

Portanto, é com esse pensamento que Certeau irá preencher toda a sua obra, acreditando na habilidade do mais fraco, aquele “sem eira nem beira”, por tantas vezes tomado pelos outros como idiota, mas que consegue movimentar-se taticamente frente a estratégias do forte (GIARD, 1998). Certeau fica deslumbrado com esse o agir político do homem comum, que por vezes, surge de uma impulsividade ou rompante, sem qualquer planejamento prévio diante de determinada situação.

Numa sociedade ocupada por uma produção econômica capitalista, em que a maioria dos trabalhos aborda principalmente o poder adestrador e centralizador da classe dominante e

silencia completamente sobre o sujeito social, que sobrevive esquecido nesse espetáculo de consumo, Certeau consegue deslocar a atenção desse consumidor considerado pelo mercado de bens um ser passivo para “a criação anônima, nascida da prática do desvio no uso desses produtos” (GIARD, 1998, p, 12). Logo, o interesse de Certeau não é voltado para essa situação de oferta e consumo, mas na forma que esses usuários lidam com o produto oferecido, ou seja, com as diferentes maneiras do “consumidor” em operar socialmente esse desvio. Portanto, Certeau (1998) enxerga uma outra produção, praticamente invisível ou abafada por uma racionalidade dominante, mas de direito e fabricada pelos consumidores. Nessa produção, o sujeito social age sobre a ordem vigente e constrói seu próprio modo de operação ou esquema de ação, transformando-se em um “caçador”, capaz de realizar a sua própria caça oculta a partir daquilo que é posto (CERTEAU, 1998).

Dessa forma, Certeau (1998) esclarece, o domínio da sua pesquisa serão os modos de operações culturais, isto é, os movimentos, usos ou as trajetórias indeterminadas dos praticantes. Para isso, não fez usos de modelos estatísticos, nem se deixou fascinar pelo “canto da sereia do quantitativo” (GIARD, 1998, p. 16), pois não é um processo de investigação flexível já que, na visão de Certeau, deixa escapar o que mais lhe interessa: as operações e os usos individuais dos praticantes. Além do mais, o objetivo da sondagem estatística é classificar, calcular, selecionar e organizar os dados de forma que possa reproduzir algo, deixando o que é diferente ou heterogêneo à margem dos resultados. Resultados estes que mostram *o que foi usado* pelas práticas de consumo e não apresenta a maneira que esse material foi utilizado, “seu movimento sub-reptício e astucioso, isto é, a atividade de *fazer com*” (CERTEAU, 1998, p. 98). A esse respeito, Certeau (1998) critica esses métodos por oferecerem ao saber um olhar totalizador, uma vez que percebem a realidade à distância, do alto de suas torres, sem ao menos se interessar por aquilo que acontece no “subsolo”.

Assim, diante desse olhar totalizador e predominante, Certeau (1998) procurou na sua pesquisa não propor soluções fictícias mas, acima de tudo, e de maneira simples tentou demonstrar o que estava acontecendo, isto é, o sentido oculto, a apropriação ou reapropriação do consumo, considerada pelo autor como uma “maneira de praticar ou de fazer”. Eis então que se concretiza o campo de investigação de Certeau, trata-se de uma “teoria das práticas cotidianas para extrair do seu ruído as maneiras de fazer”; práticas que aparecem na vida real muitas vezes intituladas como “resistências” (GIARD, 1998, p. 17). No entanto, Giard (1998) destaca que Certeau não tinha a intenção de apresentar uma “história das teorias sobre as

práticas”, mas seu objetivo era inverso, o autor procurou descrever e explicar esses esquemas operacionais, isto é, essas “maneiras de fazer”.

Certeau (1998) acredita que, essas *maneiras de fazer* que diz respeito “às mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado” são do tipo “tática”, isso quer dizer que o autor acredita que essas práticas se articulam e proliferam no seio das estruturas do sistema, modificando seu funcionamento ou o ressignificando de maneira inteligente e criativa. Esses modos de agir e essas astúcias dos consumidores constituem, conforme observa Certeau (1998) em uma rede de uma antidisciplina. Assim, segundo Levigard e Barbosa (2010), Certeau buscou nessas trajetórias desconhecidas e operações heterogêneas entender os movimentos de resistências frente à variedade de forças hegemônicas. Ou seja, Certeau procurou compreender as *maneiras* utilizadas pelos indivíduos, mesmo que momentaneamente, para escapar ou driblar os modelos de consumo ditados pela ordem dogmática, modificando assim, o próprio cotidiano.

No entanto, Certeau (1998b) assegura que esse cotidiano comentado no parágrafo anterior não irá deixar de ser aquele que nos pressiona dia após dia, nos oprime, mas ressalta que, o que ele quer mostrar é aquilo que é invisível para nós. Uma vez que é nesse invisível, construído no cotidiano, que o homem comum é capaz de subverter e resistir à ordem dominante, isso significa que é nesse invisível que se encontram os movimentos e as trajetórias sutis dos consumidores (CERTEAU, 1998; CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1998).

A partir dessas questões, o autor decide esclarecer que essas práticas, como já mencionado, devem ser analisadas como operações, como manifestações de *táticas* e *estratégias*. Mas antes de compreender esses dois conceitos apresentados por Certeau (1998), é necessário definir um outro termo que vem para contribuir para essa discussão – é a noção de “próprio”. O *próprio* é a conquista do *lugar* sobre o *tempo*, explica Certeau (1998). É um lugar carregado do poder e de decisões próprias. Ou seja, esse *lugar próprio* é capaz de garantir legitimidade. Ter a vitória de um lugar *próprio* ou autônomo indica ter a capacidade de “capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e obter assim para si uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias” (CERTEAU, 1998, p. 99). Além disso, a posse do lugar *próprio* oferece o privilégio do domínio pela vista, isso significa que permite ao “dono do lugar” o poder de ver de longe, de antecipar-se e prever o tempo e o espaço do inimigo. O *próprio* também proporciona o poder de saber, digo, um tipo específico de conhecimento que sustenta para si um campo *próprio* na ordem social, é o caso das estratégias militares ou científicas que garantem para si lugares de poder e querer justamente por causa da constituição de campos *próprios*, afirma Certeau (1998).

Assim, partindo da compreensão do termo *próprio*, retorno à explicação das duas noções – estratégias e táticas – utilizadas por Certeau (1998). Estratégia e tática se diferenciam pelo tipo de operação ou prática efetuada frente às relações de poder e forças presentes no espaço (CERTEAU, 1998). Josgrilberg (2005, p. 124) aponta que uma das principais diferenças é “o *status* dessas relações e a capacidade de manter o que elas conquistam ou usam”. As estratégias possuem a habilidade de produzir, mapear e impor uma ordem, Certeau (1998, p. 46) chama de estratégias:

[...] o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico.

Dessa forma, a estratégia seria a ordem dominante, ou seja, o formalmente estabelecido. A estratégia almeja um lugar autônomo, Certeau (1998) cita exemplos – uma empresa, uma cidade, um exército ou uma instituição científica – todos são lugares de querer e poder que possuem formas de comportamento que buscam impreterivelmente a manutenção ou a reprodução de uma ordem social, afirma Peixoto (2011). Sendo assim, o ato estratégico sempre atuará com a intenção de conquistar um espaço estável, em que o tempo e os movimentos presentes no cotidiano, considerados “perigosos”, supostamente podem ser controlados (JOSGRILBERG, 2005). Definido a estratégia, é preciso compreender a tática. As táticas são trajetórias indeterminadas e desprovidas de sentido ou intenção, pois não possuem ligação com o local que habitam e que se movimentam (CERTEAU, 1998). Elas se apropriam de elementos do terreno do inimigo; saem do “eixo”, circulam, *vão e vem* entre os interstícios de uma ordem estabelecida, afirma Certeau (1998). A tática é definida por Certeau (1998, p. 100) como:

[...] a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto [...] tática é movimento [...] ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade.

Definida como a arte do fraco, sem um “próprio”, a tática define o seu *status* pela ausência de poder (CERTEAU, 1998). Faz o uso das falhas ou brechas encontradas nas relações de poder para ali criar surpresas, fazer manobras. O ato tático é a astúcia dos “consumidores”, ou seja, são práticas que alteram a ordem, inventam e reinventam o

cotidiano, com o uso do próprio conhecimento recebido e por vezes imposto pelo espaço social (SOUZA FILHO, 2002). Como foi ressaltado no início desse parágrafo, a tática é caracterizada pela ausência de poder, no entanto, é a falta de um poder controlador e dominador que Certeau (1998) se refere apenas, até mesmo porque a tática também é revestida por um tipo de força, não aquela que almeja dominar e classificar, mas uma força que tem como princípio resistir e subverter a uma situação imposta.

A tática, diferente da estratégia, não busca uma autonomia, isso significa que ela não objetiva alcançar um lugar no alto para se manter recuada, planejar ataques e prever movimentos (CERTEAU, 1998). No entanto, essas decisões de não buscar, de agir na surpresa ou depender das brechas da ordem imposta, não são decisões previamente pensadas, calculadas de modo coerente no instante de ser colocada em prática, mas o ato tático quando realizado, pode ser comparado a um ato subjetivo, isto é, uma ação impensada ou imprudente, precisamente por não calcular as consequências ou não ter consciência do que pode vir acontecer em seguida. Dessa forma, a única afirmação possível de ser realizada sobre a prática da tática é que ela habita numa linha tênue entre consciente e o inconsciente, do planejável ao “implanejável”.

É importante destacar que a relação entre tática-estratégia e entre lugar e não-lugar, não podem ser vistas como relações antagônicas ou rígidas, já que essas noções possuem fronteiras ou pontes permeáveis e que respeitam a dinâmica presente na vida cotidiana. Por isso, a inversão é uma questão subjacente nessas relações. Portanto, ainda que os conceitos sejam apresentados de maneira dual, a relação existente entre estratégia e tática se caracteriza de forma fluida, uma vez que nem o sistema social pode ser tomado como absoluto e permanente. Assim, essa característica da tática de saber utilizar a brevidade do tempo para desviar do poder controlador, porém sem instituí-lo do lugar *próprio* dele, às vezes é a única saída do homem comum para manifestar sua vontade em agir ou a sua sobrevivência diante das forças hegemônicas. No entanto, Certeau (1998) foi criticado por alguns autores, por vezes chamado de “romântico ou ingênuo” por acreditar na inteligência e habilidade do mais fraco, mas Souza Filho (2002) destaca que o intuito de Certeau foi apenas de mostrar que o homem comum nas práticas do dia a dia desenvolve suas lutas silenciosas e sem quaisquer pretensões de ganhar *status* ou romper com algum contrato social coercitivamente imposto.

Esclarecidas as duas noções – estratégia e tática – e suas relações com o *próprio*, é possível chegar às conclusões que a estratégia requer uma ordem, e por isso ela tem um *lugar próprio*, delimitado e estável, de onde ela pode operar e controlar; e a tática, dependente do tempo, da ocasião e se utiliza das referências desse *lugar próprio* para transformar e

reinventar um novo espaço para si. Espaço este que é chamado por Certeau (1998) de *lugar* praticado, no qual é produzido por movimentos sutis que fogem as operações de poder.

Outra questão que não foi discutida até aqui e que merece destaque por fazer parte da proposta do livro *A invenção do cotidiano – 2. Morar e Cozinhar*, elaborado por Certeau, Giard e Mayol (1998) diz respeito a uma pesquisa que foi desenvolvida com o objetivo de descobrir quais seriam as práticas culturais dos usuários da cidade no espaço do seu bairro. Os autores identificam o *bairro* como um espaço social que apresenta elementos da vida cotidiana. Elementos estes que podem ser articulados em dois aspectos: por um lado, os *comportamentos* ou condutas, visíveis no espaço da rua por meio dos códigos desenvolvidos (saudações, palavras amistosas), as formas de se vestir, o ritmo de andar, a valorização ou não de certos espaços públicos; e por outra parte, *os benefícios simbólicos*, que se espera obter segundo a forma de comportamento no bairro. Benefícios que, como ressaltado pelos autores, não são racionalmente calculados e esperados pelos sujeitos. Sendo assim, é possível entender que esses dois “registros” se articulam entre si dando forma às práticas culturais presentes na vida cotidiana do bairro. No entanto, esses dois aspectos, *comportamentos* e *benefícios simbólicos* inscritos no espaço social, são regulados pelo contrato “implícito” da *conveniência*.

Nesse sentido, a *conveniência* atua no sentido de manter uma coexistência no bairro, isto é, funciona como um “compromisso pelo qual cada pessoa, renunciando a anarquia das pulsões individuais, contribui com sua cota para a vida coletiva, com o fito de retirar daí benefícios simbólicos necessariamente protelados” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1998, p. 39). Assim, a *conveniência* enquadra o sujeito num engajamento social “necessário” para que seja sustentável a vida cotidiana no bairro. Ela impõe “convenções”, diz o que “não fazer”, se encarrega de divulgar os comportamentos esperados enquanto ser público. Além do mais, os autores afirmam que esse contrato implícito supera a ordem do concreto, uma vez que ela atinge o terreno do simbólico, revestida de “regra cultural” ou herança social, ela acaba por regular e caracterizar quais comportamentos são considerados “aceitáveis ou não” na ordem do espaço urbano. Assim definida, a *conveniência* ocupa a posição de lei, no sentido de ser um “passe” para o alcance da harmoniosa vida cotidiana no bairro.

Segundo Certeau, Giard e Mayol (1998), o espaço da rua passa a ser o elemento crucial nessa vida no bairro, uma vez que é no espaço público da rua que as relações de *conveniência* e *convivência* legitimam-se. A rua como um espaço de práticas, marca a transição entre o privado e o público, entre a moradia e a cidade. Lugar marcado pela proximidade, isto é, pelo contato cotidiano e pela repetição de condutas, onde os sujeitos são

vistos e reconhecidos. Assim, o bairro enquanto espaço público desconhecido vai progredindo e tornando-se íntimo ao sujeito, por meio do repetição do engajamento do corpo até exercer aí uma “privatização” desse espaço, em que o usuário consegue elaborar itinerários e criar para si um lugar que “se sinta bem”, e produza dessa forma, uma apropriação desse espaço (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1998).

Dessa forma, o bairro é visto como um espaço de identidade e de saberes que dizem respeito a uma “convenção coletiva tácita” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1998, p. 47), não no sentido escrito, mas compreendida por todos por meio dos códigos e gestos. Convenções ou planos mentais que “obrigam” que o morador se “conserva” por trás de uma máscara para cumprir bem o seu papel diante dos olhares dos “outros” e agir em conformidade com a mensagem social proferida, já que o seu descumprimento gera punições simbólicas. Portanto, posso compreender que as práticas cotidianas ou práticas culturais são “coordenadas” por um contrato social que se dá a partir do concreto, mas também por meio de um plano simbólico, chamada de *conveniência*, entretanto, como já exposto anteriormente, Certeau (1998) acredita que em meio a uma estrutura determinada, os sujeitos conseguem criar suas próprias maneiras, isto é, conseguem driblar os modelos de consumo ditados por uma ordem, modificando e desenvolvendo pequenos movimentos que marcam assim, o próprio cotidiano.

Dessa forma, tendo como base tudo o que foi apresentado nesse tópico, isto é, o modo como Certeau compreende o cotidiano, as práticas que o constitui e a capacidade do homem comum de ir além da passividade e obediência esperada, pretendo utilizar essa temática no sentido de descortinar as ações dos sujeitos, bem como sua criatividade e modos de vida que emergem das múltiplas experiências da prática, possibilitando dessa forma, a manifestação de uma história única, rica em minúcias, produzida no cotidiano e por “pessoas comuns”, mas que na maioria das vezes são apagadas pelas grandes estruturas e, ainda, são abafadas com a elaboração de conhecimentos hegemônicos. Portanto, nesse trabalho abro espaço para que novas histórias sejam aceitas como parte integrante da história, não como uma forma de apagar ou contradizer a “história oficial” construída pelos “grandes homens”, mas como uma maneira de demonstrar o dia a dia dessas pessoas, suas “artes de fazer”, as pequenas astúcias desses homens comuns que, mesmo quando aparentam serem meros reprodutores de “convenções”, resistem a uma ordem imposta, alterando códigos e “estabelecendo uma nova (re)apropriação do espaço e do uso ao jeito de cada um” (DURAN, 2007, p. 119). Assim, diante do que a análise do cotidiano propõe e dos objetivos da minha pesquisa, espero observar tais questões na minha investigação junto aos moradores do bairro Santa Felicidade.

2.3 ESPAÇO, LUGAR E TERRITÓRIO

Para entender de que forma os moradores do bairro Santa Felicidade realizam suas práticas cotidianas e como se apropriam do espaço citadino, é preciso antes esclarecer alguns conceitos que são intrínsecos a essa prática e que, sobretudo, fazem parte da produção do espaço e lugares na cidade.

2.3.1 Tateando a cidade: espaço, lugar e território

É inegável que muitas são as ambiguidades geradas quando esses três conceitos são utilizados na literatura. São conceitos sinônimos? São termos que dependem um do outro? O *espaço* seria um conceito mais amplo, o *lugar* algo particularizado e o *território* referente à conquista ou domínio? Sabemos que dependendo do campo científico – geografia, arquitetura e urbanismo, sociologia, antropologia – e principalmente da vertente adotada pelo autor, são muitas as perspectivas possíveis de serem apresentadas, e justamente, partindo dessas abordagens distintas e que por vezes até possuem um ponto em comum, é que busquei compreender como os conceitos de *lugar*, *espaço* e *território* se inscrevem na dinâmica sócio-urbana.

Primeiramente, apresento um autor que trabalha com as concepções de *espaço* e *lugar* a partir de uma corrente humanística na geografia. Tuan (1983) é um dos autores que tenta diferenciar e, ao mesmo tempo construir uma ponte entre os dois conceitos. Espaço e lugar são termos que um não pode ser definido sem o outro. Para o autor, na experiência, ou seja, na prática ou no vivido, o significado do “espaço” frequentemente se funde com o “lugar”. Mas como isso pode acontecer? Tuan (1983) explica que o espaço é um conceito mais abstrato do que lugar, isso significa que, quando os sujeitos investem valor e sentimento em uma porção de espaço e em seguida torna-se ligado a ele, de alguma maneira este espaço transforma-se em um lugar. É nesse sentido, portanto, que o autor afirma que o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado. Essa transformação ocorre por meio da experiência, que segundo Tuan (1983, p. 9), é um “termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade”.

Também influenciado por uma geografia humanística, Cresswell (2004) é um autor que se aproxima em muitos pontos da perspectiva de espaço e lugar apresentada por Tuan (1983). Para Cresswell (2004) o espaço também é um local anônimo, que aos poucos vai se

transformando em um lugar, isto é, num lugar particular. As pessoas se conectam de uma forma ou de outra com esse espaço. Constroem um senso ou um sentido de lugar, que se refere aos sentimentos e as emoções que um lugar provoca. Isto é, as pessoas acabam construindo uma ligação subjetiva e emocional com esse lugar. Entretanto, Cresswell (2004) acredita que esses sentidos compartilhados não são estáticos ou fixos, mas que são vulneráveis à produção de novos e diferentes significados, por meio de outras representações.

Outra ideia que Cresswell (2004) também compartilha com Tuan (1983) diz respeito à experiência. Por meio da prática, do que é vivido nesse local, é realizada a produção de significados que um lugar possa ter. Assim, o valor que atribuímos a um lugar é fortemente relacionado com a prática, ou seja, com a própria vivência no lugar. Dessa forma, para Cresswell (2004) o que a “experiência” ou a “prática” faz é transformar aquele espaço geográfico, antes indiferente, em uma ideia de *lugar* que é experimentado e praticado cotidianamente, adquirindo significados, sentidos e vivências.

Carlos (2007) apresenta uma questão importante nessa relação de espaço e lugar: o corpo. Segundo a autora, é por meio do corpo que o espaço pode ser sentido, construído, apropriado e vivido pelo homem. É por intermédio do uso do corpo que o homem transforma o espaço em uma porção de lugar apropriável para a vida. O espaço é assim, apropriado e sentido por meio dos modos de uso do corpo, seja andando pelas ruas do bairro ou pelas conversas nas calçadas do bairro. Assim, sob uma lógica repetitiva, o espaço urbano produzido e manipulado para determinado fim, parece tomar outro sentido, o sentido de lugar. O lugar que é indissociável do vivido que é de alguma maneira, como já mencionado, apropriado pelo corpo. Carlos (2007) também enfatiza a questão do poder e resistência. Esse espaço que é criado para determinado fim e utilidade, que impõe comportamentos e modos de uso, é então apropriado pelo homem. No entanto, essa apropriação que ocorre no plano imediato, por vezes silenciosa e invisível, mas nunca de forma pacífica, há sempre um combate ou uma luta composta por pequenas formas de apropriação, defende Carlos (2007).

A compreensão do *lugar* deve ser buscada no mundo do vivido, isto é, na vida cotidiana ou nas práticas mais banais, insignificantes e plurais, afirma Carlos (2007). É onde se localizam ao mesmo tempo, as especificidades históricas do local e a mundialidade em formação; ou ainda, as maneiras de cada habitante na produção de sentidos. Assim, na perspectiva de Carlos (2007) são nas práticas do dia a dia, no banal e no familiar que surgem as novas formas urbanas e os modos de apropriação do lugar para refletir e explicar as transformações que ocorrem no espaço urbano. O lugar enquanto construção social sugere a

possibilidade de pensá-lo como o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço. Local onde se manifestam os conflitos e os desequilíbrios.

Dessa forma, as discussões que envolvem os conceitos de espaço e lugar são sempre inerentes para Carlos (2007), visto que o *espaço*, sendo ele concreto e real, produzido e reproduzido, pode ser solo para os usos e os sentidos do *lugar*, pleno de relações sociais que se manifestam no plano do vivido “o que garante a constituição de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizatória que produz a identidade homem – lugar, que no plano do vivido vincula-se ao conhecido – reconhecido” (CARLOS, 2007, p. 22). Assim, essa prática social pertencente à esfera do lugar constitui ao mesmo tempo a identidade, o sentimento de pertencer ao lugar, à história fragmentada marcada pela acumulação dos tempos.

Carlos (2007) ainda relembra que hoje cada vez mais aquela noção de lugar visto apenas como localização dos fenômenos, ou como ponto no mapa, transforma-se em novos olhares diversos, acompanhando as transformações do mundo e das relações sociais. Assim, citando Milton Santos, Carlos (2007) reafirma que o lugar é onde se tem hoje a oportunidade de realizar uma história, se tem a chance de mudá-la, transformá-la, local em que os homens estão vivendo, sentindo e pulsando. Portanto, é indispensável discutir o conceito de lugar sem considerar a noção do todo, do global, da configuração espacial de um equipamento urbano, já que o lugar diz respeito ao mesmo tempo do global e do local (CARLOS, 2007).

Numa acepção crítica e marxista Lefebvre também discutiu a noção de espaço nas suas principais obras, enfatizando a questão inerente do poder e da política. Para o autor os espaços nunca são neutros, mas são sempre interpelados pelas ideologias, estratégias e políticas da classe dominante. Constituído por relações de poder, campo de lutas e confrontos ideológicos. Assim, a concepção de espaço para Lefebvre (2006) é resultado das relações sociais, exige vida social, sendo, portanto, um produto social.

Mesmo não sendo da área da geografia e trazendo contribuições para essa discussão, Certeau (1998) também é um dos autores que apresentou distinções pertinentes em relação aos conceitos *espaço* e *lugar*. Percebendo as distinções e também a relação inerente entre esses termos, Certeau (1998) define que o *lugar* é a ordem que permite a distribuição de elementos nas relações de coexistência. No *lugar* existe a predominância do “próprio”, em que os elementos se encontram um ao lado do outro, onde cada um é localizado num lugar próprio e distinto que define. Um “lugar é uma configuração instantânea de posições” relata Certeau (1998, p. 201), que implica uma relação de estabilidade. Um exemplo simples é entender o *lugar* como uma rua ou praça – desenhada e construída estrategicamente pelos

gestores urbanos – uma fração da cidade apenas, sem significado algum, mas quem possui uma ordem pré-estabelecida. No entanto, é importante não confundir a noção de *lugar* de Certeau com a presença obrigatória de um espaço físico e visível, pois não necessariamente existirá um *lugar* concreto.

Esclarecida a noção de *lugar*, Certeau (1998) apresenta a sua relação com o conceito de *espaço*. O surgimento do *espaço* está atrelado a “vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável *tempo*” (CERTEAU, 1998, p. 202). Logo, a distinção principal presente no espaço é o movimento. Para Certeau (1998) o espaço é de certa forma, constituído por um conjunto de movimentos e operações que o orientam, que criam ocasiões, que o temporalizam e que lhe dão esta forma de unidade tão polivalente. Por abrigar, assim, esse conjunto de operações e resultar disso, o espaço diferentemente do lugar não tem a “univocidade nem a estabilidade de um próprio” (CERTEAU, 1998, p. 202). Logo, o *espaço* é fruto do movimento, da ação, da circulação de operações realizadas na prática do *lugar*, e justamente por isso que Certeau (1998) se refere ao *espaço como um lugar praticado*, e traz a rua como exemplo novamente, que geograficamente projetada para um certo fim é transformada em *espaço* pelos usuários quando esta é ocupada para práticas coletivas, como festas ou movimentos de rua, as práticas esportivas.

Portanto, na visão de Certeau (1998), o *espaço* advém da prática do lugar, isto é, como determinados usuários o modificam por meio de suas distintas apropriações, atualizações, práticas e experiências. Os praticantes ordinários da cidade, isto é, as pessoas comuns habitantes da cidade, são os responsáveis em transferir essa carga de significados ao *lugar*, a partir de suas intervenções e operações, tanto corporais quanto cognitivas, nessas configurações físicas (REIS, 2013). Certeau (1998) acrescenta que são os passos desses sujeitos que demarcam os lugares e os transformam em espaços praticados. Ou seja, o simples ato de caminhar, o vai e vem pela rua, é uma forma de produzir uma rede de significados que, compartilhados com outras pessoas, alteram os usos que os sujeitos fazem dos mesmos. Assim, o *espaço* é fruto das dinâmicas de movimentos, isto é, do próprio uso.

Porém, examinando as práticas do dia a dia que convivem com essas experiências, Certeau (1998) amplia suas contribuições argumentando que o lugar e o espaço podem por meio dos *relatos*, coexistir em duas dimensões: uma, por objetos que tomam o *status* de um *estar-aí*, que fundam o “lugar”; e outra, atua nas *operações*, que são ações dos sujeitos históricos que transformam, especificam os “espaços”. Espaços estes, que são produzidos e delimitados historicamente pela ação dos seres humanos. Assim, por ser historicamente transformado, Certeau (1998) discute que entre essas duas dimensões, “lugar” e “espaço”,

podem vir a existir transgressões de fronteiras, isto é, objetos podem sair de sua estabilidade e deslocar-se para um lugar estranho no seu próprio espaço. Essa transposição ou ainda, essa dinâmica de lugar para espaço praticado ocorre por meio de uma ligação aos *relatos*, isto é, narrativas, o discurso falado ou as memórias, que transformam o *lugar* em *espaço* e vice-versa e ainda, que ativam a produção de sentidos para um determinado local (CERTEAU, 1998). Essas descrições orais, quer dizer, os *relatos* possuem um papel decisivo, aponta Certeau (1998). Toda descrição ou relatos cotidianos faz mais do que fixar. Os relatos possuem a capacidade de implantar uma ordem móvel e simultaneamente estipular operações de demarcações. É uma ação fundadora de espaços, garante Certeau (1998). Assim, quando os relatos são suprimidos, os espaços desaparecem, logo aparece aí a primeira função do relato, “de *autorizar* o estabelecimento, o deslocamento e a superação de limites” (CERTEAU, 1998, p. 209) e, dessa forma, os relatos criam um campo, uma base para as práticas sociais acontecerem.

Diante das concepções de *espaço* e *lugar* aqui apresentadas, é importante esclarecer que os geógrafos referenciados (CARLOS, 2007; CRESSWELL, 2004; TUAN, 1983) são autores que trabalham com perspectivas semelhantes, tendo em vista que estas consideram o *espaço* um local desconhecido, que com a investida ou construção de sentidos e significados, aos poucos vai apresentando características de um *lugar* particular, seguro e estável. Não obstante, os autores não deixam de frisar que essa conexão com o lugar é suscetível à produção de novos sentidos e representações que ocorrem na prática experienciada: lugar sujeito a resistências e disputas de poder. Portanto, partindo dessa perspectiva, é possível compreender que *espaço* e *lugar* são conceitos que remetem à prática, no sentido de vivenciados e construídos a partir da experiência e da dedicação do indivíduo com o espaço habitado. Portanto, para o presente trabalho, pretendo adotar a concepção desses autores para compreender de que forma os moradores do bairro Santa Felicidade realizam suas práticas cotidianas ou como se apropriam do espaço citadino.

No entanto, apesar de Lefebvre (2006) e Certeau (1998) apresentarem visões que divergem dos demais autores, eles também serão considerados no momento da análise e interpretação. Lefebvre (2006) irá contribuir no sentido de apresentar uma perspectiva de fundo marxista e crítica do espaço, como produto social e não neutro, e ainda, marcado por ideologias, estratégias e discursos não considerados pelos autores geógrafos. Já em relação à contribuição de Certeau (1998), o autor diferente das perspectivas dos outros autores citados, não é o espaço que se converte em lugar, pois Certeau (1998) propõe o espaço como um “lugar praticado”, ou melhor, o *lugar*, que de acordo com o autor já possui uma ordem pré-

estabelecida, transforma-se em *espaço* no momento que é invadido pelas práticas, pelas apropriações, movimentos e operações dos indivíduos ou grupos. Porém, essa ação de transformação de *lugar* para *espaço* ou vice-versa consegue ser mais inconstante e instável na perspectiva de Certeau (1998), do que na visão dos geógrafos. A versão do autor referido (CERTEAU, 1998) pode contribuir no sentido que traz para a discussão a questão da dinâmica constante do movimento, das rupturas, um contínuo jogo de produção de lugares e espaços, concepção não compartilhada pelos pesquisadores geógrafos aqui discutidos.

Portanto, conforme foi visto, dependendo da perspectiva do autor, diferentes concepções sobre *espaços* e *lugares* são apresentadas, entretanto, para trabalhar o problema de pesquisa aqui proposto, pretendo analisá-lo sobre a ótica dos geógrafos (CARLOS, 2007; CRESSWELL, 2004; TUAN, 1983), sem deixar de trazer para a discussão as perspectivas de Lefebvre (2006) e Certeau (1998).

Compreendida essa questão, trago para a discussão o conceito de território. Muitas vezes o conceito de território aparece confundindo-se com os de espaço e lugar (ANDRADE, 1996; CORRÊA, 1996; CRESPO, 2010). No senso comum dificilmente há uma distinção clara entre eles. A verdade é que nem mesmo na literatura científica há um consenso com relação a estes conceitos. No entanto, o que é possível afirmar é que a distinção entre eles, especialmente na ciência geográfica, irá variar conforme a escola ou perspectiva à qual pertença o pesquisador ou cientista.

Etimologicamente a palavra território é derivada do latim *territorium*, que traz a ideia de apropriação, terra apropriada, sendo o elemento definidor o seu uso social, onde é possível existir a estreita relação de um povo com uma terra (DOURADO, 2013). Além da sua origem etimológica, que traz a associação do conceito com solo/terra, existe também a sua associação com o campo da Ciência-Política, destacando a atuação do Estado-Nação, além das áreas que possuem certa tradição em abordá-lo, como a Biologia e a Zoologia (FERREIRA, 2014; CRESPO, 2010). No entanto, é importante salientar que, no decorrer do tempo esse conceito tornou-se polissêmico em função do surgimento de diferentes abordagens, onde cada uma traz um enfoque centrado em uma determinada perspectiva, aponta Dourado (2013). A mesma autora ainda destaca que em relação à ciência geográfica, a polissemia permanece, já que o conceito também é definido a partir de diversos argumentos e concepções, (jurídico-político, culturais, econômicos, simbólicos, psicossociológicos).

Sobre a origem do termo, Haesbaert (2004a, p. 1) destaca que o mesmo parece possuir uma dupla conotação, reunindo aspectos da materialidade e do simbolismo. Sobre isso, o autor comenta:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo, especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”.

Nesse caso, é possível compreender que o território não está desvinculado de sua raiz epistemológica – da posse da terra – contudo ele passa a ser dotado de uma carga “simbólica”, ou seja, nos dois sentidos destacados por Haesbaert (2004a) é possível dizer que existe a noção de poder, seja um tipo de poder que emana do domínio, do limitar e do exercício do controle do solo; ou por um poder que nasce a partir de um espaço cultural de identificação, da incorporação de uma dimensão simbólica, em que o sentimento é a base e a sua forma material pode importar muito pouco, já que esta tende a variar no tempo e espaço, afirma a autora Medeiros (2009).

Certeau (1998) não trabalha com o conceito de território, mas pensando na ideia de um lugar praticado, em que os sujeitos fazem o uso, se apropriam de um espaço, realizam o reconhecimento dele, ou ainda, produzem significados e sentidos, adquirem identidades etc.; enfim, os conceitos, assim, acabam se aproximando em alguns pontos. No entanto, contrapondo a noção de *território* como um espaço delimitado e dominado, subjacente às relações de poder, ao conceito de *espaço* de Certeau (1998) – em que não há um domínio (físico ou simbólico) permanente do local, já que as fronteiras e as pontes atuam no sentido de promover um jogo de mediação e interação entre os lugares – conceitos que parecem discordar, Mendes (2011) os aproxima. Para o autor, a fronteira considerada por Certeau como um vácuo ou uma terceira parte, também é construída sobre relações de poder, já que por não pertencer a nenhuma das partes, surge a possibilidade da instauração de um jogo de disputas entre as partes, uma vez que para a sua efetiva implantação elas devem ser reconhecidas tanto por aqueles que as instauram quanto por aqueles que reconhecem tais instituições, afirma Mendes (2011).

Dentro da escola da geografia crítica, Claude Raffestin é um autor que retorna àquela discussão sobre a distinção entre *espaço* e *território* e tenta caracterizar os conceitos. Para o autor, espaço e território não são termos equivalentes. O espaço é antecessor ao território, isso quer dizer que o território surge de uma ação de um sujeito qualquer localizado no espaço, que ao tomar aquele espaço como dele, ou seja, apropriar-se do espaço, seja em termos físicos ou abstratos, o sujeito acaba “territorializando” ele. Assim, todo trabalho, energia, informação

ou significados produzidos sobre uma porção do espaço, acaba-o transformando em um território, em reduto construído pelos homens, discorre Raffestin (1993). Ainda para Raffestin (1993), o espaço possui apenas valor de uso, ou seja, a sua troca não é enfatizada, somente sua utilidade. Assim, o espaço chega a ser preexistente a qualquer ação, conhecimento ou prática. Na visão do autor, o espaço é terreno para possibilidades e ainda, ponto de partida a ser utilizado pelo homem. “O espaço, portanto, é anterior ao território”, reafirma Raffestin (1993, p. 144).

O território a partir desse momento é comparado a uma produção. Produção que ocorre entre relações e sob um campo de poder. Qualquer produção que acontece sob um espaço dado, supõem códigos, conhecimentos, comportamentos e uma prática, que consciente ou inconscientemente, ocorrem em um campo carregado de relações de poder. Raffestin (1993) destaca a questão do poder embasada na visão de Michel Foucault, em que o poder não é um objeto ou coisa palpável, mas ele está presente na relação, e mesmo essa relação sendo desproporcional, não existe um único foco de onde emana o poder, podendo surgir em qualquer posição, tanto de cima quanto de baixo, isto é, não há uma posição fixa de dominador e dominado. Assim, seja uma empresa, o Estado ou até mesmo um indivíduo que luta para construir sua casa, todos em graus, momentos e lugares diferentes, produzem “territórios”, e isso não acontece longe das estratégias de produção, que esbarra com outras estratégias presentes no campo de poder. Dessa forma, discutir a noção de território é falar de limite, que mesmo não sendo visível ou proposital, demonstra uma relação que um grupo de indivíduos mantém com uma parcela do espaço, resultando assim, em uma delimitação. Delimitar, que na visão de Raffestin (1993, p. 153), “é isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda, manifestar um poder numa área precisa”.

Souza (1995; 2009) propôs uma questão importante quando se fala em território. Apesar de o autor concordar com o argumento de Raffestin (1993), quando diz que o espaço é anterior ao território, Souza (1995; 2009) traz a questão do movimento para o conceito, ao afirmar que o território é um campo de forças, uma teia ou ainda, uma rede de relações que, ao definir um limite, também demarca uma alteridade, já que a diferença entre nós (o grupo ou a “comunidade”) e os “outros” (isto é, os de fora, os estranhos). Nesse sentido, ao definir o território como um “campo de forças” o autor traz primeiramente a questão do *intangível*, assim como o poder imbricado nessa relação é impalpável, como relação social que é, afirma o autor. Além disso, essa afirmação nos remete à questão da dinâmica que envolve o território, em que podem ser construídos (e desconstruídos) em qualquer escala temporal e

que podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica ou cíclica, afirma Ferreira (2014).

Neves (1996) também compartilha da ideia de movimento, argumentando que os territórios são espaços de ação e de poderes. O autor afirma que o poder pode ser adaptado às circunstâncias no tempo e no espaço e, portanto, dependente da desobstrução e construção das condições históricas. Neves (1996, p. 272) segue afirmando que o exercício do poder “se faz sobre o conteúdo do espaço, transformando em territórios, não só pelas forças econômicas, mas também pelas raízes culturais, onde as imagens e os mitos não podem ser negligenciados”. Dessa forma, o autor dá a entender que esse poder que transforma o espaço em território é transitório, que ora pode estar a favor da classe dominante e contra as minorias ou vice-versa. Mas Neves (1996) destaca principalmente a ação do homem, que se dispõe a agir dentro dos limites, mas também é capaz de surpreender e de realizar infinitamente o impossível.

A questão *simbólica* é novamente lembrada por Haesbaert (2004) como ponto importante na relação de poder entre *espaço* e *território*, em detrimento da dimensão material, mais objetiva e concreta. O autor sustenta que é impossível formular uma noção de território que despreze a dimensão simbólica, no entanto, se isso acontecer, esta estará destinada a compreender apenas uma parte da complexa relação entre espaço e poder. Portanto, o *território*, para Haesbaert (2004), compreende uma dimensão simbólica e cultural por meio de uma identificação dos grupos sociais sobre o espaço onde habitam, e também uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar, que atua na disciplinarização dos indivíduos e na ordenação do espaço. Dessa forma, o território, funciona como uma “mediação espacial do poder” (HAESBAERT, 2004, p. 93), isto é, ele pode ser resultado da interação entre essas dimensões do poder, desde seu caráter de dominação e domesticação, por meio do poder político e econômico até a sua esfera simbólico-cultural, aponta Haesbaert (2004).

Com base nas ideias de Lefebvre (2006), de dominação e apropriação, também é possível fazer essa distinção. A dominação para Lefebvre (2006) ocorre por meio da racionalização do espaço, a partir da imposição de certas técnicas e práticas, transformando um solo genuíno em um terreno rico em possibilidades de trocas, tendo como impulsionador o poder político. Em contrapartida, a *apropriação* para Lefebvre (2006) refere-se quando um espaço tem a chance de servir às necessidades de um grupo, apropriando-se dele. Esse espaço apropriado assemelha-se a uma obra de arte, isto é, algo que desperta um certo encantamento é construído ou edificado nesse espaço, afirma Lefebvre (2006). Assim, destaca-se nessa relação o “uso” do espaço e não apenas a sua troca, uma vez que não envolve compra ou a sua

“propriedade”. A apropriação não é um ato estático, ela se move com o tempo e os tempos, com os ritmos da vida, com o tempo vivido ou o tempo cotidiano, aquele dos usuários, “tempo diverso e complexo”, assegura Lefebvre (2006, p. 411-412).

Dessa forma, Haesbaert (2004, p. 95-96) conclui que o território, enquanto espaço de dominação e/ou apropriação, pode ser compreendido “ao longo de um *continuum* que vai da *dominação* político-econômica mais concreta e funcional à *apropriação* mais subjetiva e/ou cultural-simbólica”. Assim, o autor alerta que é praticamente inviável diante de uma realidade cotidiana conceber territórios *puros*, isto é, territórios estritamente “funcionais”, já que este sempre, por menor que seja, possui uma dimensão simbólica, e nem territórios tão somente “simbólicos”, visto que sempre existirá a referência a um espaço material ou uma referência geográfica para a construção dessa identificação. No entanto, o autor ressalta que essa relação sociedade-espaço dependerá das relações de poder e das estratégias que estão vigentes em dado momento. Sendo assim, essa articulação de movimentos para a construção de um território, seja por meio de uma dominação concreta e/ou pela apropriação simbólica realizada por grupos humanos pode ser chamada de *territorialização*. É interessante, desta maneira, observar as palavras de Haesbaert (2002, p. 45):

[...] compreendida a territorialização, de modo muito genérico, como o conjunto das múltiplas formas de construção/apropriação (concreta e/ou simbólica) do espaço social, em sua interação com elementos como poder (político/disciplinar), os interesses econômicos, as necessidades ecológicas e o desejo/a subjetividade.

Assim, associado ao conceito de *territorialização* tem-se os processos de desterritorialização e reterritorialização, que são compreendidos respectivamente como o movimento de desenraizamento das pessoas de seus territórios; e a repetição das práticas de territorialização pelas mesmas pessoas (HAESBAERT, 2002; 2004; GREGORY, *et al.*, 2009). Contudo, cabe ressaltar que, nesse trabalho, foi dada ênfase no processo de apropriação ou constituição do território, isto é, na territorialização. Dessa forma, a partir da definição apresentada por Haesbaert (2002), a territorialização é entendida como um conjunto de múltiplas ações pelo qual os sujeitos se apropriam do espaço e, se tornam de algum jeito ligado a ele, seja pelo modo que se organizam e dão significados ao lugar e/ou então, pelas efetivas relações de pertencimento construídas (de posse material ou simbólica) sobre o espaço, no qual são definidos comportamentos, práticas, linguagens e novas estéticas, enfim, no intuito de estabelecer um território. No entanto, é importante salientar que essa ação ou processo de territorializar está sempre num movimento (dinâmico) de construção no tempo e no espaço, e além disso, é influenciado por outros diversos atores que também buscam

construir as suas territorialidades e territórios no mesmo espaço. Dito isso, a próxima seção será destinada a dar continuação à ideia de *territorialização*, dando ênfase em dois processos que condicionam ou que designariam o movimento de territorialização, são eles: a apropriação e a territorialidade.

2.3.2 Sobre territorialização: apropriação e territorialidade

Após apresentar as noções de espaço, lugar e território e por fim, chegar ao conceito de *territorialização*, a literatura me conduziu naturalmente a outros dois conceitos, que são as noções de *apropriação* e de *territorialidade*. Assim, pretendo nessa seção refletir sobre as diferentes concepções que discutem a noção de apropriação e em paralelo, abordar o conceito de *territorialidade*, uma vez que, como será visto, são fenômenos que condicionam à territorialização, e dessa forma, se tornam imprescindíveis na compreensão como parte integrante de todo processo.

A noção de apropriação pode ser definida sob diferentes perspectivas, mas de uma maneira geral, ao invocar o conceito apropriação, pressupõe-se que alguém esteja se apropriando de algo ou ainda, tornando esse algo próprio para seu uso; particular a alguém, a ponto da possibilidade de modificar ou readaptar esse “próprio” de acordo com seus gostos e características, algo que se identifique, mesmo que esse “próprio”, muitas das vezes, não nos pertença legalmente, afirma Fischer (2001). Assim, numa perspectiva psicológica, Fischer (2001) assegura que todo esse processo de “apropriar-se de algo” diz respeito a um mecanismo que inclui as formas de interações, atividades, práticas ou qualquer tipo de intervenção realizada pelo homem que lhe permite fazer o uso de um determinado espaço, afirmando sobre o mesmo uma identidade. No entanto, essa possibilidade de poder agir ou movimentar-se só acontece quando existe sobre o espaço um domínio físico ou psicológico, ou ambos, garante Fischer (2001).

Portanto, a visão de Fischer (2001) para a noção de *apropriação*, nos apresenta um sujeito ativo sobre o espaço, capaz de se relacionar com o meio e de transformá-lo, depositando sua marca e construindo ali um espaço pessoal. Além disso, Fischer (2001) acredita que a apropriação conduz o homem a um comportamento autônomo, ou seja, o autor confia na capacidade do sujeito de “recriar permanentemente uma perseverança de si mesmo em relação às diversas configurações fragmentadas do espaço” (FISCHER, 2001, p. 89). No entanto, em outro momento, o autor afirma que o homem ao se inserir no meio também é

marcado por este, sendo assim um processo interativo e dialético, resultando em uma transformação mútua. Assim, o processo apropriativo nessa perspectiva ocorre por meio de intervenções físicas e/ou psicológicas, em que o sujeito é plenamente capaz de integrar seus valores, histórias, necessidades e emoções no meio, modificando-o e, assim, construindo sua identidade no lugar e ao mesmo tempo sendo construído e marcado por ele.

Esse processo dialético ou interativo entre o homem e o seu meio, ou ainda, esse jogo de forças entre homem-espaco, aproximando da perspectiva de Lefebvre (2006) pode ser compreendido de duas formas: dominação e a apropriação, como já apresentado anteriormente. Formas que normalmente são vistas como termos excludentes, mas que deveriam andar juntas, pois o conceito de dominação somente atinge seu sentido pleno quando confrontado com o conceito “oposto e inseparável de apropriação”, assegura Lefebvre (2006, p. 165). Assim, além de serem termos não excludentes, tais ações também não devem existir em absoluto, isso quer dizer que, mesmo que a dominação pareça reinar sobre a apropriação ou queira reduzi-la ao extremo, a apropriação sempre existirá e será importante nesse movimento conflitual. A propósito, Lefebvre (2006) afirma que é na vida cotidiana da cidade, isto é, no espaço vivido do homem, que é possível enxergar a inter-relação e manifestação desses termos, principalmente a tentativa de predomínio da *dominação*.

Assim como Lefebvre, Carlos (2007) igualmente assegura que o cotidiano aparece como um campo propício à manifestação das atividades de rotina, repetição e das coerções, mas que não se restringe a isso, também é solo de possibilidades, reapropriações ou subversões. Desse modo, trazendo novamente a questão do cotidiano para a discussão, podemos considerar que as coações presentes nas práticas do dia a dia estão relacionadas com a *dominação*, onde um espaço natural é transformado e dominado por um conjunto de técnicas e práticas; enquanto que por outro lado a *apropriação* é referente às possibilidades de subversão, de insurgências e da chance de criar algo novo a partir daquilo que é estabelecido como ordem, aponta Carlos (2007). Portanto, a experiência do cotidiano é para onde as relações convergem e de onde eles divergem, ou seja, junto à prática de dominação é possível observar a prática de apropriação, e com ela a possibilidade de transformação, afirma Sobarzo (2006).

Neste contexto, é possível aproximar essa discussão de *dominação* e *apropriação* com os aportes teóricos de Certeau (1998), que também trata de dar a devida ênfase à relação de forças presentes nas práticas cotidianas, uma vez que o autor destaca a capacidade do homem comum, que mesmo aparentando estar submetido à ordem dominante, preso a uma rede de disciplina, consegue criar movimentos sutis de microrresistências, fazendo funcionar suas

próprias práticas e representações a partir do que foi imposto. Assim, essas maneiras criativas dos “consumidores” de se apropriarem do espaço organizado formam esquemas de ação que se proliferam sorrateiramente entre as estratégias dominantes existentes no espaço urbano. No entanto, essas ações que rompem com a suposta repetição e obediência do cotidiano, isto é, essa “nova produção” chamada por Certeau (1998) de *táticas*, são práticas que residem nos detalhes, ou melhor, no *invisível* do cotidiano, mas que por causa disso não deixam de ser menos eficientes, aliás, é justamente isso que torna possível o seu funcionamento.

Retomando a outras concepções relativas à prática de apropriação, Mourão e Cavalcante (2006) acreditam que o processo de apropriação acontece quando os sujeitos de alguma forma se sentem ligados ou pertencentes a um lugar. O que lhes dá a sensação de domínio sobre o lugar tendo, portanto, o direito de construir ali sentidos, emoções, vínculos e significações com o qual se identifiquem, se sentem parte do local, culminando assim, no seu território (MOURÃO; CAVALCANTE, 2006; BALDISSERA, 2011). Assim, dessa “intimidade” com o lugar é que nasce a *apropriação*. Produzida a partir de práticas e representações que irão se pendurar ao longo do tempo através de reconstruções e ressignificações, dependendo do grupo que se apropria e ocupa geográfica e identitariamente esse espaço (SARAIVA; CARRIERI; SOARES, 2014). Essa prática de apropriação abarca, portanto, um envolvimento do sujeito com o espaço físico, por meio do uso/prática ou da experiência cotidiana, e também a criação de um espaço simbólico, dando-lhe significados e produzindo sentidos sobre este.

Carlos (2007) descreve que esse *uso* do espaço pode ocorrer por meio da atribuição de valor e significados ao espaço público, interligando dessa forma, as esferas do particular e do público. Para a autora a *apropriação* acontece por conta desse prolongamento do privado no público, efetuando-se através da prática, uso dos espaços urbanos. Assim, essa experiência apropriativa, nesse momento, acontece por meio do corpo do sujeito, ou seja, é o corpo do sujeito que sai do espaço privado da sua casa e vai “experimentando” o espaço urbano, pela simples ação de praticá-lo (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1998). O corpo, sob essa ótica pode ser visto como uma forma de resistência ao processo de “dominação” presente no espaço urbano contemporâneo (JACQUES, 2010). Portanto, a apropriação do espaço nesse sentido, ocorre por meio do corpo, na verdade, o sujeito a partir do seu corpo, dos seus passos, irá subverter, improvisar, conquistar ou reinventar os espaços urbanos no cotidiano, seja uma rua, o bairro, uma praça ou qualquer “pedaço” da cidade (JACQUES, 2010). Essa apropriação mediante o engajamento do corpo do usuário no espaço público é, sobretudo, um exercício de *táticas* cotidianas, pois são movimentos que tem como lugar apenas “o lugar do outro”.

Dessa forma, é possível compreender que apropriação condiciona a territorialização, seja no sentido concreto, por meio da intervenção como, por exemplo, o engajamento do corpo dos sujeitos sobre o lugar; ou no seu sentido simbólico, em que o lugar acaba se tornando espaço de identificação, de reconhecimentos, onde são produzidos significados, sentidos e representações sobre esse meio, transformando-se assim, em um território. No entanto, essas apropriações, como ressaltado, acontece sobre o espaço do “outro”; espaço este permeado por relações de forças e de poder, que buscam sempre estabelecer e depositar sobre esse mesmo espaço regras, normas, condutas, enfim, uma ordem. Portanto, o sujeito convive com o lugar, apropria-se e incorpora o espaço público, interage com os outros e vai construindo, por sua vez, um espaço de reconhecimento e identificação, tornando-o capaz de transformá-lo, modificá-lo e habitá-lo. Assim, essa noção de apropriação que pressupõe um envolvimento, ou melhor, uma inserção do sujeito no ambiente social por meio de uma produção simbólica ou de uma intervenção física no espaço, possui uma relação estreita com o conceito de *territorialidade*, esse que por sua vez, também será considerado aqui como uma prática que designaria o movimento da territorialização.

A territorialidade, para Raffestin (1993), diz respeito a algo *vivido* no território pelos membros de um grupo social ou pela sociedade em geral. Esse *vivido*, citado pelo autor e que pertence à territorialidade, refere-se a um *processo territorial* e/ou um *produto territorial*, ambos resultantes das relações existenciais e/ou produtivistas, afirma Raffestin (1993). No entanto, quer trate de relações existenciais ou produtivistas, Raffestin (1993, p. 158-159) afirma que no fundo todas são relações de poder, uma vez que “há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais”, além do mais, essa interação também acaba “automodificando” os próprios atores. Logo, é difícil pensar em qualquer relação entre o meio e o homem que não seja marcada, seja proposital ou inocentemente, pelo poder, assegura Raffestin (1993).

Apesar dessa primeira definição apresentada pelo autor, Raffestin (1993) afirma que o conceito de territorialidade ainda está em fase de construção, mas que uma das primeiras definições partiu de uma perspectiva biológica, em que H. E. Howard a definiu como uma conduta própria do ser vivo em tomar posse de um território e de alguma maneira tentar defendê-lo do ataque de outras espécies e até da sua própria espécie. Anos depois dessa primeira definição, Raffestin (1993) ressalta que Edward Soja no livro *The Political Organization of Space*, publicado em 1971, apresenta uma definição que na época trouxe grandes contribuições à noção de territorialidade, no qual disse que ela pode ser encontrada na ideia ocidental da *propriedade privada*. Contudo, Raffestin (1993) lembra que o ato de

construir paredes, marcar ou cercar um espaço, não induz já aí uma relação ou ligação com o território, pois para a construção de uma territorialidade é necessário bem mais do que isso, ou seja, além da relação com o espaço físico, é preciso enfatizar as relações construídas e mantidas com os outros autores daquele espaço social, afirma Raffestin (1993).

É percebido, portanto, que a noção de territorialidade envolve relações que emergem da inter-relação de três dimensões – sociedade, espaço, tempo – logo, Raffestin (1993) afirma que é um conceito multidimensional, ou seja, a territorialidade vem ser a soma dessas relações construídas por um determinado grupo social num espaço em que vive e/ou ocupa, isto é, o seu território. Entretanto, os elementos que constituem essa “soma social” sofrem variações com o passar do tempo. Levar em consideração a variável tempo é fundamental nessa relação, visto que é o que permite que ao longo do tempo sejam produzidos novos significados e ressignificações em torno das experiências vividas em um dado território, além de proporcionar um dinamismo ao fenômeno da territorialidade (KOGA, 2003).

Remetendo-se ao conceito de território, Haesbaert (2004; 2009) descreve que a territorialidade pode ser entendida como um pressuposto para a formação dos territórios (estejam concretamente constituídos ou não), ou a dimensão simbólica-identitária. Assim, o autor afirma que embora todo território tenha uma territorialidade (tanto no sentido abstrato, da condição de ser território quanto em relação à dimensão simbólica-identitária), nem toda territorialidade possui um território, na sua efetivação concreta, isto é, sua plena “materialização” (HAESBAERT, 2009, p. 106). O autor ainda exemplifica com o conhecido caso da “Terra Prometida” dos judeus, em que existe uma territorialidade que os acompanhou no decorrer dos tempos, um espaço simbólico, ainda que não houvesse um território em seu sentido material. Dessa forma, a noção de a territorialidade para o autor estaria muito próxima com o conceito de território, entendendo-a como um “*a priori*” na construção de um território, mas como ressaltado pelo próprio Haesbaert (2004; 2009), nem sempre a territorialidade é dependente “concretamente” de um espaço físico.

Em outra perspectiva sobre territorialidade, Raffestin (1993) também recorre ao conceito de território, que para o autor, como já mencionado, é constituído por ações que ocorrem entre relações e sob um campo de poder e disputas, onde o sujeito, ao apropriar-se de um espaço, seja em termos físicos ou abstratos, acaba territorializando-o. Ou seja, quando o sujeito “toma para si” ou se apropria de um espaço, produzindo códigos, vínculos identitários e simbólicos, conhecimento e comportamentos, enfim, ele constrói relações que dão sentido a esse espaço antes desconhecido, isto é, ele o territorializa. Desse modo, conforme sublinhou Raffestin (1993), a própria ação que transforma o espaço em território é o que pode ser

chamado de *territorialidade*. Em razão disso é que Raffestin (1993) sustenta que é o *vivido*, ou seja, o próprio conteúdo que é produzido no território, o ato de apropriar-se, é o que pode ser entendido como territorialidade.

Assim, de acordo com a proposta de Raffestin, que traz para a discussão a questão do poder, a territorialidade se manifesta nas ações diárias, isto é, nas práticas de produção, troca e consumo; é uma interação social; uma relação que ocorre em qualquer escala espacial ou social, ou seja, é o que concretiza todas as relações. Dessa forma, Raffestin (1993) traz à tona a territorialidade como uma prática social que é construída no dia a dia, mas que, sobretudo, é assentada nas relações de poder, ou ainda, na experiência vivida que é criada e recriada a partir do jogo de poder e da disputa de forças entre grupos sociais presentes no espaço (SILVA, 2012). Assim, é possível perceber que o cotidiano, isto é, lugar de vivência dos indivíduos, se torna solo fértil para o surgimento da territorialidade, local onde se produzem os vínculos, as relações e as práticas sociais.

A esse respeito Saquet (2007) e Saquet e Briskievicz (2009) corroboram a perspectiva de Raffestin (1993), apontando que a territorialidade é o acontecer de todas as atividades e relações sociais cotidianas, tanto as relações econômicas, como políticas e culturais que um sujeito ou grupo social possui com o seu ambiente exterior. Ainda nesse aspecto Saquet e Briskievicz (2009, p. 8) acrescentam que a territorialidade corresponde, portanto, à produção que é realizada todos os dias, em cada território, sendo “fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana”. Dessa forma, a colocação de Saquet (2007) e Saquet e Briskievicz (2009) apontam que a territorialidade é resultado das relações do dia a dia, por vezes momentâneas, que construímos em um dado espaço, seja relações no trabalho, na família, na praça ou rua com os vizinhos, todas são relações que ajudam a promover e manter uma ligação que os homens mantêm entre si e com o território.

Além dos autores mencionados, também não se deve esquecer a contribuição de Milton Santos (2007) no debate sobre território e territorialidade, em que o autor assegura que o território em que vivemos vai além de um simples conjunto de objetos e bens, no qual trabalhamos e habitamos, mas também é espaço de produção simbólica. Produção que surge para complementar e formar esse *todo* que podemos denominar de territorialidade. Portanto, conforme frisado pelos outros autores anteriormente (RAFFESTIN, 1993; SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009, SAQUET, (2007), a territorialidade não se origina do simples fato de viver ou habitar num espaço físico apenas, mas como sugere Santos (2007, p. 82), ela nasce da “comunhão” com que mantemos com o lugar, isto é, são as ações diárias que praticamos nesse lugar que nos remetem à territorialidade.

Portanto, considerando as perspectivas de *apropriação* e *territorialidade* apresentadas, podemos inferir que existe uma similitude entre tais noções e a dificuldade de fixar limites entre o término de uma e o início da outra, posto que são práticas que resultam do trabalho, da construção social e histórica e da produção cotidiana que os sujeitos realizam sobre um determinado espaço ou lugar. Mais do que conceber a territorialidade como uma condição para a “formação de um território” ou como um produto final da prática de apropriação, tais noções são exemplos de ações que sobrepõem e, por vezes, rompem silenciosamente com uma lógica político-econômica que transforma um lugar em um espaço estruturado subjugado a um caráter funcional. Assim, mesmo em meio a disputas e conflitos, esse salto permite ao sujeito aproveitar as brechas existentes na ordem estabelecida, tendo, portanto, a chance de intervir sobre um dado espaço, de construir um lugar de reconhecimento ou ainda, de criar movimentos sutis de microrresistências, remetendo assim, a produção de territorialidades e de marcas pessoais e identitárias nas mais diversas tramas do cotidiano.

Assim, podemos inferir que territorialidade, assim como a apropriação, são práticas que condicionam e ao mesmo tempo, também fazem parte do modo como às pessoas se organizam, estabelecem fixações, a forma que se apropriam diariamente do espaço, produzem novas estéticas e linguagens, dão significado e sentido ao lugar; enfim, são práticas que, de uma maneira ou de outra, caracterizam e dão forma ao processo dinâmico por meio do qual os indivíduos tornam um espaço, antes desconhecido e vazio, em seu território, processo ou múltiplas ações que aqui chamei de territorialização. Portanto, por mais que foram vistos como conceitos ou práticas diferentes ou que se sobrepõem, desde o investimento (material e/ou simbólico) dos sujeitos sobre um espaço, transformando-o em seu território, até a produção de práticas espaciais ou territorialidades etc; todo esse processo ocorrido em um determinado contexto sócio-histórico e espaço temporal foram compreendidos como partes integrantes da efetiva territorialização. Assim, diante e a partir desse processo, considerei compreender a territorialização dos moradores do bairro Santa Felicidade, ou seja, como essas pessoas ao longo do tempo residindo no bairro, no seu cotidiano se apropriaram e estabeleceram relações de pertencimento (seja material ou simbólica) sobre esse espaço, e dessa forma, encontraram a possibilidade de construir ali sentidos, emoções, vínculos e significações com o qual de algum modo se identificaram, e se tornaram parte do local, culminando assim, no “território delas”.

3

TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

A palavra *trajetória* quando proferida por alguém ou utilizada em um texto, normalmente nos remete a um caminho percorrido ou ainda, a uma sucessão de eventos que fizeram parte da existência de algo ou da vida de uma pessoa. Em tal caso, essa mesma trajetória pode ser retilínea ou conter curvas sinuosas, ser percorrida por passos precisos ou cambaleantes e, ainda, ser composta por tropeços e recomeços. E pensando nesses aspectos que a palavra *trajetória* foi escolhida para intitular esse capítulo, pois acredito que traçar a trajetória metodológica de uma pesquisa, seja ela ainda um pré-projeto ou uma dissertação de mestrado, é um exercício que exige avanços e retrocessos, acertos e dificuldades, e uma série de reflexões, inquietações e desafios ao caminhante ou pesquisador. Portanto, desde já adianto que a trajetória metodológica aqui traçada não será diferente, isso quer dizer que, ela também irá compreender tais peculiaridades mencionadas.

Dessa forma, inicio esse percurso expondo as minhas primeiras preocupações enquanto pesquisadora iniciante: Qual método utilizar para me aproximar dos sujeitos de pesquisa? Qual estratégia de investigação científica ou opção metodológica adotar para dar sustentação aos meus argumentos teóricos? Que técnica empregar para transformar a rica experiência do pesquisador no campo em narrativas e textos de acordo com o objetivo do trabalho? Ou, como encontrar um meio para acessar a história de vida dos sujeitos investigados? E ao mesmo tempo também me perguntava: Será realmente preciso me ater tanto a essas aflições? Foi pensando nisso, que encontrei nas palavras do autor Demo (1995, p. 59) um certo alívio, uma vez que o autor justamente aponta a importância que o pesquisador deve dar à construção da metodologia numa pesquisa, assegurando que estas reflexões são “condições necessárias para a competência científica, porque poucas coisas cristalizam incompetência mais gritante do que a despreocupação metodológica”.

Nesse sentido, outro requisito necessário é o pesquisador estar consciente que não existe nenhuma fórmula ou configuração metodológica ideal que o levará a uma explicação

final sobre a realidade, uma vez que a complexa natureza das relações que a compõem não permite que isso aconteça, além de que, segundo Rampazo (2009), lidar com um fenômeno social é compreender as diferentes dimensões que atuam sobre ele, ora complementares ora contraditórias.

Assim sendo, creio ser importante o pesquisador passar por esse processo de “preocupações metodológicas”, pois isto o ajudará a refletir sobre a sua responsabilidade de estar lidando com um fenômeno social, e que qualquer ação de tentar reduzi-lo, pode acabar deturpando a “sua natural complexidade, em particular a sua dinâmica” adverte Demo (2000, p. 13). Portanto, a alternativa de adotar uma postura de indiferença em nome de uma pretensa neutralidade ou imparcialidade está fora de cogitação, pois acredito que elaborar uma ligação entre a teoria, opção metodológica e o fenômeno não é apenas um “processo de coerência lógica”, mas compreende também, como afirmou Rampazo (2009, p. 76), o pesquisador colocar sua posição perante o aparato teórico-técnico da pesquisa, isto é, inserir o seu ponto de vista.

Assim, levando em consideração as particularidades e o objetivo da pesquisa, que é compreender como ocorreu a territorialização realizadas pelos moradores do bairro Santa Felicidade, tentarei ao longo desse capítulo fornecer esclarecimentos do por que das minhas escolhas ou decisões e, sobretudo apresentar as diretrizes metodológicas adotadas que nortearam o percurso desta investigação. Portanto, também destaco que as posições assumidas neste capítulo foram balizadas principalmente dentro das possibilidades que o fenômeno estudado oferece, pelas inquietações da própria pesquisadora que aqui escreve, pelas perspectivas teóricas defendidas e também contei com os questionamentos realizados pelos membros da banca durante o meu exame de qualificação, que contribuíram trazendo outros olhares para a minha pesquisa.

Antes de iniciar a descrição dos procedimentos metodológicos escolhidos, gostaria de expor uma importante questão que foi discutida durante o exame de qualificação e que acabou alterando os rumos dessa trajetória metodológica. Dois questionamentos indissociáveis foram levantados por um dos membros da banca, o primeiro foi em relação ao posicionamento ontológico da pesquisa: de que forma o fenômeno aqui estudado será percebido – como algo que existe independente da percepção do ser humano ou pelo contrário, será visto a partir da construção realizada pelos sujeitos sociais? E o segundo questionamento tinha a ver com o posicionamento epistemológico da investigação: qual tipo de conhecimento será utilizado para compreender o fenômeno social – um conhecimento que utiliza uma visão objetiva e

racional para acessar a realidade social, ou um conhecimento construído a partir das percepções e significações dos sujeitos pesquisados.

Colocado dessa maneira, tais questionamentos foram essenciais, pois me fizeram ver que de fato, ainda havia muitas dúvidas ou indecisões em relação às questões ontológicas e epistemológicas. Além de que, me fizeram refletir que a posição aqui assumida influenciará desde as bases teóricas, o método de pesquisa, ou seja, o desenho geral da pesquisa, até as técnicas de coleta e de análise dos dados empregados. Nesse sentido, é importante para aqueles que são iniciantes na pesquisa, compreender e tornar clara para o próprio leitor a posição ontológica e epistemológica e, conseqüentemente, o paradigma ou os paradigmas que serão aprofundados na construção da pesquisa científica.

Essa discussão sobre visões ontológicas e epistemológicas tem como cerne o quadro de dimensões e paradigmas sociológicos propostos por Burrell e Morgan (1979), no livro *Sociological paradigms and organization analysis*. Nas ciências sociais, e particularmente no campo dos estudos organizacionais, as pesquisas científicas estão apoiadas na proposta desses dois autores, em que a teoria social e, em especial, a teoria das organizações são desvendadas a partir dos seus pressupostos subjacentes. Nessa direção, a ideia central de Burrell e Morgan (1979) é que todas as teorias das organizações são fundamentadas em duas dimensões principais: a *filosofia da ciência*, que envolve a maneira que o conhecimento do mundo social é produzido, indo do mais objetivo ao subjetivo; e a *natureza da sociedade*, abrangendo abordagens que explicam as relações sociais em termos de regulação e mudança radical, em que as *teorias de regulação* supõem uma sociedade caracterizada pela ordem e coesão, ao passo que as *teorias de mudança radical* pressupõem uma sociedade em que o homem luta por uma emancipação das estruturas que, segundo Carrieri e Luz (1998) limitam o seu potencial de transformação e desenvolvimento.

Com efeito, a partir da relação entre essas duas dimensões principais, Burrell e Morgan (1979) estabeleceram quatro distintos paradigmas científicos influentes para a análise organizacional, em que cada um a sua maneira abrange um quadro de crenças e pressupostos, “um modo de teorizar e um *modus operandi*” (BURRELL; MORGAN, 1979, p. 23), uma visão de mundo ou conforme afirmam os autores Godoi, Bandeira-de-Mello e Silva (2010), é a forma que os pesquisadores sociais percebem a realidade social e que, de modo inevitável, serve como guia na construção da investigação científica. Assim, partindo da classificação desses autores, do lado do eixo da natureza da ciência, os paradigmas *funcionalista* e *estruturalista radical* possuem uma visão de mundo *objetiva*, enquanto que os paradigmas *interpretativista* e *humanista* concebem uma perspectiva *subjetiva*. Em contrapartida, em

relação à dimensão da natureza da sociedade, os paradigmas *funcionalista* e *interpretativo* compreendem os aspectos da sociedade a partir da *regulação*, à medida que os paradigmas *humanista* e *estruturalista radical* pressupõem a *mudança radical* (BURRELL; MORGAN, 1979).

Caldas (2005) observa que apesar do avanço inquestionável que o trabalho de Burrell e Morgan trouxe para o campo da administração, como é o caso do conhecimento e a divulgação de abordagens críticas e interpretativas na teoria organizacional, por outro lado o estudo dos referidos autores também foi alvo de críticas, já que o modelo dos quatro paradigmas propostos levou a proliferação de uma “guerra” entre as abordagens diferentes, ocasionando segregação e polarização entre as mesmas. Na visão de Godoi, Bandeira-de-Mello e Silva (2010) essa divisão por cada paradigma acarretou mais problemas do que progressos para o campo, visto que não se debatia as possibilidades de diálogo ou entendimento entre eles, o que apenas gerou muitos conflitos e embates entre os cientistas, e poucos progressos significativos no campo das organizações.

Muitas dessas discussões e divergências geradas no campo dos estudos organizacionais foram desencadeadas pela incomensurabilidade dos paradigmas proposto pelos autores Burrell e Morgan (1979), em que cada paradigma deve ser compreendido e desenvolvido separadamente, portanto, como exclusivo e excludente, afirma Rodrigues Filho (1998). Dessa forma, essa mentalidade paradigmática proposta pelos autores Burrell e Morgan incitou o surgimento de várias críticas, principalmente contestando a excessiva ortodoxia e o banimento da possibilidade de conversação e produção de conhecimento interparadigmático, observou Caldas (2005).

No entanto, numa contracorrente, surgiram alguns trabalhos que preferiram deixar de lado o debate sobre incomensurabilidade dos paradigmas e investir na possibilidade de comunicação entre essas abordagens, nas quais podem se apresentar como rivais, mas que na verdade são formas ou maneiras diferentes de perceber e explicar uma mesma realidade social (PAULA, 2012). É o caso do estudo elaborado por Hassard (1991), que diante da questão da incomensurabilidade dos paradigmas, o autor decide propor uma nova metodologia para a ciência social, chamada de *pesquisa multiparadigmática*, onde o mesmo caso ou objeto pode ser analisado por teorias, métodos e técnicas advindas de paradigmas diferentes.

Portanto, levando em consideração as opções ontológicas e epistemológicas, os objetivos e as bases conceituais já definidos nessa pesquisa, o membro da banca propôs dois caminhos alternativos que poderiam ser desenvolvidos: uma abordagem interpretativa, no qual buscaria compreender a cidade e as práticas que a constituem a partir do olhar das

peessoas que vivem nela, isto é, ignorar os discursos ditos “oficiais” e entender a cidade enquanto e somente a partir da experiência subjetiva de seus moradores; ou a partir de uma segunda opção, uma abordagem funcionalista, em que a cidade e suas práticas seriam compreendidas enquanto realidade objetiva, ou seja, a partir de uma realidade já construída, isso quer dizer que, a fala dos moradores seria ignorada e a cidade seria compreendida com base apenas nos discursos oficiais promulgados. Foi proposto ainda um terceiro caminho, a adoção de uma perspectiva alternativa, que seria a opção da pesquisa multiparadigmática, no qual a cidade seria compreendida a partir de realidades e ângulos diferentes, com base em um diálogo teórico articulado entre os mesmos. Assim, para dar prosseguimento à pesquisa, esse impasse teria que ser resolvido antes, já que qualquer uma das opções que fosse escolhida, o olhar direcionado para o fenômeno teria que ser readequado segundo a perspectiva adotada.

No entanto, refletindo sobre os caminhos propostos, percebi que para conseguir contemplar o objetivo traçado nessa pesquisa, a decisão de enquadrá-la em um único paradigma ou caminho proposto não seria suficiente, pois a meu ver a dinâmica da cidade compreende mais que uma face ou perspectiva, isso significa que ela pode ser interpretada a partir das experiências e práticas subjetivas de seus moradores, porém esta mesma cidade também é influenciada e constituída por seu lado funcional, isto é, face constituída por práticas organizativas que fragmentam e segregam o espaço urbano. Lado este que não poderia descartado, já que as práticas organizativas revelam um contexto espacial e histórico da cidade, além de que, são práticas que influenciam e são igualmente influenciadas pelas práticas subjetivas dos moradores da cidade.

Dessa forma, o objetivo aqui proposto, ou seja, as práticas de territorialização realizados pelos moradores do bairro Santa Felicidade serão compreendidas a partir dessas “duas perspectivas flexíveis”: o olhar dos moradores, isto é, como esses moradores por meio de suas vivências e práticas cotidianas, tomam o espaço-bairro como sendo deles, mas também trago para a discussão uma outra realidade: o contexto histórico das práticas organizativas que configuram o espaço urbano da cidade de Maringá, no qual são ações que segregam e fragmentam o espaço urbano. Lembrando que, na cidade essas perspectivas ou realidades diferentes convivem e dividem o mesmo espaço, uma exercendo influência sobre a dinâmica da outra e vice-versa.

Diante desses esclarecimentos, vejo que não é possível adotar um posicionamento em um único paradigma ou abordagem, visto que para entender essas “duas realidades” e a complexidade em que se apresentam na cidade, terei que transitar e trazer contribuições de diferentes abordagens. Portanto, frente a essa situação, optei pelo terceiro caminho que me foi

proposto, chamado nos estudos organizacionais de *abordagem multiparadigmática*. Base epistemológica em que a cidade será compreendida a partir de um entendimento teórico articulado entre realidades e ângulos diferentes. No entanto, é importante esclarecer que o meu propósito em adotar o multiparadigmatismo não é discutir ou contestar a incomensurabilidade dos paradigmas, mas entendo que a adoção dessa perspectiva possibilitará o surgimento de novos conhecimentos para o campo organizacional, já que segundo Gioia e Pitre (1990, p. 8), o mesmo fenômeno poderá ser compreendido a partir de diferentes facetas ontológicas e epistemológicas.

Conforme Monteiro e Fontoura (2012) a perspectiva ou abordagem multiparadigmática surgiu a partir dos anos 90, com estudos que desenvolviam a possibilidade de um diálogo contínuo entre os paradigmas, ao invés da geração de conhecimentos monoparadigmáticos e excludentes entre si. A partir disso, alguns estudos foram desenvolvidos com base nessa perspectiva, como os já mencionados Gioia e Pitre (1990), que acreditam na existência de *zonas de transição* como meio de possibilitar a construção de pontes ou linhas *móveis* entre os paradigmas. Outro caso é o estudo desenvolvido por Hassard (1991), também já mencionado, em que o autor afirma que a pesquisa multiparadigmática se realizada com sucesso pode trazer muitos benefícios para a análise organizacional, pois permite ao pesquisador aprender “as línguas e as práticas” de outras comunidades acadêmicas ao invés de se fechar em uma única base de conhecimentos.

Os estudos de Scherer (1998) e Lewis e Kelemen (2002), entre outros, também difundem essa vertente. Na visão de Scherer (1998), a abordagem dos múltiplos paradigmas estaria numa posição intermediária, entre o relativismo, isto é, o “vale tudo” e o dogmatismo, ou seja, o isolamento em um único paradigma. Ainda no entender do autor (SCHERER, 1998), a abordagem multiparadigmática contribui para o necessário diálogo para o progresso do conhecimento científico, além de ser uma chance para o pesquisador compreender diferentes dimensões da realidade social complexa.

Já as autoras Lewis e Kelemen (2002) denominam a pesquisa multiparadigmática como uma alternativa instigante, que contempla dois objetivos principais: incentivar uma maior conscientização de alternativas teóricas e dessa forma, facilitar o discurso entre os paradigmas; e também promover uma maior compreensão da pluralidade organizacional. Além disso, as autoras defendem que a lente de cada paradigma pode trazer contribuições muito diferentes e por vezes conflitantes, mas que na verdade, cada paradigma possui uma faceta de interdependência com os outros paradigmas e que no final compõem uma mesma realidade complexa e ambígua. Nesse sentido, Lewis e Kelemen (2002) rejeitam a ideia da

existência de um único paradigma ou sistema de referência, no qual podemos tomar como verdade universal, já que cada posição paradigmática oferece à ciência uma visão parcial do mundo, na visão das autoras.

No Brasil, os já supracitados Monteiro e Fontoura (2012) e os estudos de Ottoboni (2009) e Silva e Roman Neto (2010), Feitosa, Poupadiuk e Drouvot (2009), Leão, Mello e Vieira (2009) e o mais recente, Amboni e Carminha (2014), entre outros, são trabalhos que também buscam desenvolver a perspectiva multiparadigmática no campo dos estudos organizacionais, rompendo com a concepção dos grandes paradigmas incomunicáveis e de posições antagônicas. Como colocam Amboni e Carminha (2014) a forma multiparadigmática incentiva o pesquisador a complementar as lacunas deixadas pela perspectiva de um único paradigma, além de proporcionar ao pesquisador uma postura mais reflexiva e contextualizada do fenômeno estudado. No entanto, Monteiro e Fontoura (2012) alertam que utilizar bases epistemológicas diferentes implica assumir e conciliar o que vem subjacente a elas, para que o estudo não se torne raso ou permaneça em um nível superficial.

Nesse sentido, depois das recomendações da banca durante o exame de qualificação e principalmente pela impossibilidade de compreender a dinâmica da cidade e das práticas que a compõem a partir de um determinado paradigma sociológico e o seu conjunto preestabelecido de técnicas, métodos e bases teóricas, decidi adotar a perspectiva multiparadigmática no intuito de alcançar uma complementação teórica, visto que antes mesmo da intenção de aderir a esta perspectiva, durante a construção das bases conceituais da pesquisa, já era latente a necessidade de trazer e aproximar autores de diferentes áreas e correntes de conhecimento para o entendimento do fenômeno estudado.

Assim, seguindo a abordagem multiparadigmática, na tentativa de compreender a *cidade* como um espaço que agrega mais do que uma perspectiva, trago para a discussão autores que a discutem a partir de uma visão mais objetiva e funcionalista, isto é, por meio de sua gestão e configuração física, mas também discuto outros autores que trazem uma visão mais subjetiva, que abordam o fenômeno urbano pelas práticas, vivências, emoções e interpretações simbólicas dos sujeitos e ainda, trago autores que apresentam um olhar crítico, ou seja, que trabalham a cidade a partir de seus processos de segregação e dominação. Igualmente ocorre com o fenômeno da *territorialização*, em que me baseio em autores que compreendem a relação do sujeito com o seu espaço por uma perspectiva mais funcional e racional, e outros que a abordam por meio da construção simbólica que os indivíduos realizam com o espaço vivido.

Dessa forma, com o intuito de construir um diálogo entre as abordagens e, a partir disso a possibilidade da geração de novos conhecimentos e questionamentos, para a compreensão de ocorreu a territorialização realizadas pelos moradores do bairro Santa Felicidade, a construção desse estudo se posicionou epistemologicamente sobre a combinação teórica das bases epistemológicas interpretativa e humanista, por destacarem a importância dos significados subjetivos e sociopolíticos na forma que as pessoas constroem e reconstruem a sua própria realidade (SACCOL, 2009). Transitei pelo paradigma funcionalista, como uma forma de compreender a complexidade que envolve o contexto urbano, ou melhor, como a configuração urbana da cidade de Maringá fundamentada numa ótica ordenada e reguladora, pode influenciar a territorialização dos moradores do bairro Santa Felicidade. Tangenciei também pela perspectiva marxista, já que foi utilizada a análise de discurso pêncheutiana para compreender os discursos colhidos sobre a história e as práticas cotidianas de apropriação do espaço no bairro Santa Felicidade.

Realizadas as devidas ponderações, gostaria de prosseguir com os esclarecimentos referentes à trajetória metodológica desse estudo. Os autores Godoi e Balsini (2010) afirmam que os pressupostos ontológicos, epistemológicos e teóricos escolhidos pelo pesquisador acabam por determinar o caminho para a escolha metodológica da investigação, entretanto, acredito que delinear um tipo de metodologia no momento em que o pesquisador esteja conhecendo o contexto em que o objeto de investigação está inserido ou ainda está sendo apresentado a outras opções metodológicas pode acarretar alguns problemas futuros à pesquisa. Nunes (2014) acredita que estamos falando de um momento da pesquisa em que é exigido de nós atenção e uma postura flexível sobre nossas decisões e sobre cada passo a ser dado, a fim de que a pesquisa prossiga e consiga atingir os objetivos propostos.

Dessa forma, creio que o pesquisador tem em mãos a opção de aceitar passivamente a “escolha” metodológica definida pelos pressupostos adotados ou ele pode desviar desse caminho pré-estabelecido, negociando ativamente com outras escolhas mais adequadas à complexidade do fenômeno estudado. Assim, levando em consideração as escolhas aqui assumidas e a abertura que a pesquisa multiparadigmática possibilita ao pesquisador, a estratégia de investigação científica sugerida pela banca de qualificação e sob supervisão da orientadora, capaz de sustentar a interdisciplinaridade subjacente ao multiparadigmatismo foi a técnica da *bricolage*. A partir dessa sugestão, e sem ter um profundo conhecimento sobre essa opção metodológica, mas acreditando que devido as suas características, seria a alternativa compatível com as decisões já tomadas, fui à busca de maiores detalhes.

O termo *bricolage* possui diferentes sentidos e significados. Oriunda da língua francesa, a palavra *bricolage* significa um trabalho manual feito no improvisado e que faz uso de materiais disponíveis para completar ou finalizar um objetivo (NEIRA; LIPPI, 2012). Por sua vez, nas ciências sociais, Lévi-Strauss (1989, p. 32) é um dos primeiros autores a empregar o termo para designar um tipo de ciência, no qual ele prefere chamar de ciência “primeira de que primitiva”. O autor também destaca que o termo *bricoleur* já foi utilizado para designar qualquer tipo de jogos que evocasse um movimento não previsto, como por exemplo, o jogo de bilhar, em que após a tacada da bola, sua trajetória é indeterminada. No entanto, apesar dos diferentes usos apontados por Lévi-Strauss, foi Joe L. Kincheloe um dos autores que trouxe o termo *bricolage* para dentro da prática da pesquisa científica, como uma nova forma de olhar para a construção dos métodos no processo de pesquisa.

A *bricolage* é caracterizada por Kincheloe (2001; 2005) como um novo modo particular de ver a pesquisa científica, em que se desvincula do conhecimento monológico, isto é, aquele conhecimento produzido a partir de um único método ou perspectiva, para se apoiar em múltiplas vozes, olhares e discursos, como uma tentativa de compreender a complexidade inerente da vida cotidiana, afirma o mesmo autor. Assim, na contramão do reducionismo, a *bricolage* questiona a verdade absoluta e imutável advinda dos métodos positivistas, atuando nas ciências sociais como disseminadora de uma nova forma de construir e interpretar a pesquisa e a produção de conhecimento. Dessa forma, a *bricolage* traz para a investigação diferentes pontos de vistas que auxiliam na compreensão da multidimensionalidade dos fenômenos estudados (GRANGEIRO; RODRIGUES; FALCÃO, 2013).

De acordo com Kincheloe (2005), a técnica da *bricolage* traz para a investigação científica uma visão ativa da metodologia de pesquisa, isso significa que o próprio pesquisador constrói os seus métodos de pesquisa, em vez de aplicar passivamente as metodologias “universalmente aceitáveis”. Nesse sentido, na tentativa de evitar uma visão determinista da realidade social, o pesquisador *bricoleur* compreende que já não é possível encapsular a complexidade advinda das relações humanas em procedimentos rígidos e unidimensionais, e que essa relação entre método e objeto de pesquisa é muito mais “volátil, imprevisível e, certamente, complexa” (KINCHELOE, 2004, p. 3). Isso quer dizer que, o fenômeno não é mais considerado uma coisa em si, mas um fenômeno social, cultural, histórico e de investigação, além de ser inseparável do seu meio social, afirma Kincheloe (2001). Dessa forma, o pesquisador *bricoleur* não ignora os fatores e o contexto que envolve o

fenômeno estudado, além de desenhar a pesquisa de acordo com as ferramentas que tem em mãos, ressaltam Rampazo e Ichikawa (2009).

Outro ponto destacado por Kincheloe (2005) que mostra como o papel pesquisador é importante na pesquisa bricolage tem a ver com a formação de sua percepção e compreensão em relação ao objeto investigado. Nossa percepção e interpretação são moldadas por diversos fatores, como é o caso do nosso conhecimento acumulado de outros métodos de pesquisa, e o nosso posicionamento político, argumenta o autor. Partilhando do mesmo raciocínio de não descartar a subjetividade do pesquisador, as autoras Rampazo e Ichikawa (2009) também afirmam que o pesquisador está presente na pesquisa, seja por meio do seu ponto de vista, sua posição social e/ou da sua história pessoal.

Dessa forma, percebo que a *bricolage* diferentemente das outras estratégias de pesquisa científica, possui um modo próprio de investigar, em que tanto aquele que realiza a pesquisa quanto aquele que é pesquisado, são compreendidos como seres complexos, ou seja, que interferem e sofrem influências de diversos fatores históricos e sociais, entre outros. Por esses motivos, portanto, rompe-se com aquela visão simplista do homem, isto é, com a ilusão que é possível compreendê-lo de forma isolável a partir de perspectivas unilaterais, que resulta em um conhecimento reduzido, fragmentado e distorcido do fenômeno estudado, observam Grangeiro, Rodrigues e Falcão (2013).

Portanto, para melhor entender e aprofundar na complexidade que envolve o cotidiano do objeto investigado, a *bricolage* se apoia em múltiplas vozes e olhares, não na tentativa de obter uma verdade final, mas com o intuito de ir além de uma perspectiva unilateral, isto é, na busca de uma reflexão mais profunda e ampla da realidade, aponta Kincheloe (2001; 2004; 2005). Na mesma direção, os autores Neira e Lippi (2012) corroboram com o autor anterior quando afirmam que a *bricolage* altera a lógica dominante da produção de conhecimento, em favor de uma pesquisa que privilegia os diversos olhares e experiências que fazem parte da sociedade contemporânea. É possível dizer então, que a *bricolage* direciona o seu olhar para a prática social, não de forma fragmentada ou buscando interpretá-la parcialmente, mas levando em conta as diversas vozes que podem permear um único fenômeno.

No entanto, Kincheloe (2005) afirma que não é possível alcançar essa multiplicidade de vozes com um rígido enquadramento do fenômeno em um único método existente e, com base nisso o pesquisador *bricoleur* buscará desenvolver diversas estratégias para ir além de um conhecimento monológico, mesmo que para isso ele tenha que buscar fundamentos teóricos em outras áreas distintas de conhecimento, na tentativa de elaborar conexões entre olhares e vozes diferentes, necessárias na compreensão do objeto em sua amplitude.

Conforme Kincheloe (2001), essa proposta de múltiplas estratégias tem como foco central a interdisciplinaridade, que segundo o mesmo autor, diz respeito a um processo em que as fronteiras entre as disciplinas ou perspectivas são cruzadas, isso quer dizer que mais de um embasamento analítico é empregado.

Portanto, é nesse sentido que Rampazo e Ichikawa (2009, p. 10) argumentam que a interdisciplinaridade não deixa de ser um meio de se compreender o mundo complexo, além de permitir “interpretar o objeto de pesquisa por múltiplas perspectivas, conforme as escolhas do pesquisador e o que ele encontrar no campo”. É claro que não é uma tarefa simples, no entanto, é preciso antes entender que a interdisciplinaridade intrínseca a *bricolage*, não tem como finalidade a dissolução das diferentes perspectivas, mas sim manter cada disciplina em suas posições e, partir disso incentivar a comunicação e entendimento entre elas, não deixando de produzir um conhecimento “válido”. Aliás, Kincheloe (2005) afirma que a *bricolage* não se prende a estas discussões sobre validade ou confiabilidade no processo de pesquisa, pois a forma de rigor que ela se dedica está relacionada com os diferentes modos de produção de significados e conhecimentos que se originam em diversos locais sociais. Dessa forma, o rigor de uma pesquisa inspirada na *bricolage* se assegura na construção de diversas maneiras de reconhecer e trabalhar com a complexidade do mundo social, ou seja, nas diversas posições existentes, garante Kincheloe (2004; 2005).

Os autores Neira e Lippi (2012) também ressaltam que ao considerar essa opção de múltiplas explicações, cabe ao pesquisador compreender de onde é que partem os discursos pronunciados e, a partir disso, entender quais grupos atuam para que sua presença seja permanente e divulgada em uma dada época e local. Além disso, os mesmos autores afirmam que o objetivo de olhar para outras perspectivas pode ser ainda mais enriquecedor para a pesquisa, no sentido de contribuir para o pesquisador desvelar as relações de dominação, subordinação ou resistências entre grupos que antes estavam ocultas por uma voz homogênea. Kincheloe (2004) também chama a atenção para essa questão, apontando que a prática *bricolage* no intuito de trazer olhares heterogêneos, não deixa de dar importância às relações de poder presentes na vida cotidiana. Dessa forma, a *bricolage* também trabalha na tentativa de trazer para o objeto de investigação um olhar mais crítico, no sentido de expor as relações que muitas vezes sustentam ou dissimulam uma situação existente na sociedade contemporânea.

Outra característica que os autores (KINCHELOE 2001; 2004; 2005; RAMPAZO; ICHIKAWA, 2009; NEIRA; LIPPI, 2012) ressaltam é que por considerar a complexidade que envolve o fenômeno investigado, a *bricolage* não trabalha com um planejamento previamente

definido ou fechado dos métodos de pesquisa, mas conforme Kincheloe (2005, p. 325) denomina, o pesquisador *bricoleur* atua na prática da pesquisa como um “negociador metodológico”, não esquecendo sempre as demandas que tem pela frente. Ou seja, a *bricoleur* emprega determinada estratégia de acordo com as circunstâncias do contexto particular estudado ou como Lévi-Strauss (1989) afirma, o pesquisador utiliza, neste momento, de uma espécie de *bricolage* intelectual, em que elabora o seu planejamento conforme as ferramentas que tem em mãos, isto é, de acordo com a situação que o fenômeno investigado oferece ou se apresenta para ele. Portanto, a *bricolage* entende essa complexidade e contribui trazendo diferentes teorias estruturalistas, marxistas ou metodologias como a análise do discurso ou a história oral, com o objetivo de melhor compreender o objeto que tem em mãos (RAMPAZO; ICHIKAWA, 2009).

Entretanto, embora a *bricolage* não enfatize um plano fechado, Nunes (2014) argumenta que é importante algum tipo de organização ou plano prévio, mesmo que seja algo parecido com um ensaio, no qual o pesquisador possa manter uma postura flexível e aberta diante dos procedimentos escolhidos. Ou seja, ele tenha a possibilidade olhar para diferentes ângulos e se for o caso, parar e repensar suas decisões. Apesar de adotar nesta pesquisa uma perspectiva multiparadigmática e principalmente a prática *bricolage*, compartilho da ideia de Nunes (2014), pois acredito que o pesquisador sente a necessidade de uma delimitação mínima de quais meios serão utilizados para a entrada no campo ou a primeira aproximação com o fenômeno estudado, ou quais técnicas de coleta e análise possivelmente serão empregadas.

No entanto, é preciso que o pesquisador esteja ciente que a partir da entrada no campo ou o contato com o objeto investigado, essas escolhas pré-definidas podem sofrer alterações, em razão na maneira que o pesquisador se coloca a sentir ou perceber aquele espaço ou fenômeno e, sobretudo, de acordo com as reações ou comportamento das pessoas investigadas. Assim, a *bricolage* exige do pesquisador um grau de sensibilidade a mais, para que ele possa perceber essas ‘respostas’ do campo e em seguida, se esforçar no sentido de aproximar as estratégias de pesquisa do seu objeto de investigação, com o propósito de compreendê-lo na sua complexidade. Portanto, creio que mais do que construir um planejamento com contornos metodológicos bem definidos, é importante o pesquisador fornecer explicações ou esclarecimentos de toda a construção do método, quer dizer, expor suas decisões no uso ou desuso de determinadas técnicas, ou ainda, suas experimentações e limitações encontradas no campo. E justamente isso que venho tentando realizar até aqui, no

intuito do leitor entender que as escolhas aqui tomadas não foram realizadas aleatoriamente, mas conforme as demandas e as características do fenômeno investigado.

Portanto, chego até aqui expondo algumas reflexões e meu posicionamento em relação às questões epistemológicas e ontológicas da pesquisa. De agora em diante, passo a outras discussões metodológicas, apresentando uma breve reflexão sobre a natureza da pesquisa, depois apresentarei as técnicas utilizadas na pesquisa, os instrumentos de coleta de dados e a forma de análise dos dados, as quais estão de acordo com a proposta nesse tipo específico de pesquisa.

3.1 A PESQUISA QUALITATIVA FRENTE A UM CONTEXTO SOCIAL

Como não poderia deixar de ser e também pelos pressupostos já assumidos anteriormente, para realizar esta pesquisa trabalhei dentro de uma perspectiva qualitativa com o intuito de aprofundar as questões que dizem respeito à territorialização dos moradores do bairro Santa Felicidade. Conforme explica Minayo *et al* (2002), a perspectiva qualitativa precisamente caracteriza-se por responder indagações muito particulares, isso significa que ela se aprofunda nos significados das ações, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes presentes nas relações humanas. Seu interesse é por aquilo que não pode ser representado ou perceptível em análises estatísticas, ou seja, a pesquisa qualitativa busca um entendimento mais amplo dos sujeitos da pesquisa, não sendo estes reduzidos ou trabalhados como dados ou variáveis (GODOY, 1995; MINAYO *et al*, 2002). Assim, é possível dizer que a pesquisa qualitativa se mostra adequada para sustentação do objetivo aqui proposto pelo fato de que, neste estudo, o importante não foi reduzir a realidade social a uma estrutura fixa, explicável por meio de leis e explicações gerais, mas sim, compreender a complexidade, as particularidades e as contradições inerentes ao fenômeno investigado,

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa merece destaque por sua diversidade e complexidade. É difícil defini-la como um campo de discussão ou discurso, precisamente por não possuir uma teoria ou paradigma próprio, ou ainda, por não possuir um conjunto de práticas metodológicas que sejam usadas apenas no seu campo. Além do mais, não existe uma única disciplina que domine a pesquisa qualitativa. Assim, o campo da pesquisa qualitativa é multiparadigmático e interdisciplinar, sendo transpassado por diferentes abordagens, métodos, técnicas, tensões e contradições (DENZIN; LINCOLN, 2010). Por causa desse caráter é que conseguimos trabalhar na perspectiva qualitativa, disciplinas ou práticas de pesquisa

comumente utilizadas em outras áreas de conhecimento, como será feito neste trabalho, no qual fiz o uso de técnicas e conceitos comumente utilizados em outros campos e áreas científicas. Entretanto, justamente por possuir as características citadas, e principalmente pela subjetividade envolvida nos seus estudos, a pesquisa qualitativa é questionada por muitos autores das ciências positivistas experimentais. É acusada de produzir ficção, e não ciência; é também interrogada sobre a validade e confiabilidade das suas pesquisas, já que não é utilizado nenhum método ideal para verificar o que é declarado como verdade (DENZIN; LINCOLN, 2010; VIEIRA; ZOUAIN, 2005). Rebatendo as críticas, os pesquisadores qualitativos respondem apenas afirmando que a competência dos estudos qualitativos se encontra exatamente na experiência vivida, no entrecruzamento entre a crença individual, a ação e a cultura, como destacam Denzin e Lincoln (2010).

Já em relação à crítica da subjetividade, existe uma tendência advinda do estilo de fazer ciência dominante de ver o *eu* do pesquisador como um “contaminador potencial” (DENZIN; LINCOLN, 2010, p. 116-117), algo que pode interferir negativamente e acabar desqualificando a pesquisa. Mas como já frisado anteriormente, é precisamente esta intervenção, ou melhor, esta não renúncia dos aspectos subjetivos ou pessoais da experiência vivida pelo pesquisador no campo, que torna a pesquisa qualitativa complexa e rica em detalhes, oferecendo aos pesquisadores uma oportunidade de assumirem uma posição e adotarem o uso de práticas diversas, na tentativa de tornar visível ou compreensível aquilo que estava sendo generalizado ou acobertado entre números, dados ou funções.

Concordando com essa não passividade do pesquisador, Oliveira, Leite-Filho e Rodrigues (2007) também entendem que a pesquisa qualitativa proporciona um tipo de compreensão que não se alinha ao racional, mas é influenciável pela própria capacidade do homem de ser parte ativa num contexto que constrói e convive. Dessa forma, afirmam os autores, não existirá uma busca por neutralidade do pesquisador em relação à investigação, justamente porque ele emprega significados, escolhe o que do mundo quer pesquisar, se relaciona com o conhecido e se dispõe a comunicá-lo. Nas palavras dos mesmos autores supracitados,

A investigação qualitativa é uma forma de estudo da sociedade que se centra na forma como as pessoas interpretam e dão sentido às suas experiências e ao mundo em que elas vivem. Existem diferentes abordagens que são consideradas no âmbito deste tipo de investigação, mas a maioria tem o mesmo objetivo: compreender a realidade social das pessoas, grupos e culturas. Os investigadores usam as abordagens qualitativas para explorar o comportamento, as perspectivas e as experiências das pessoas que eles estudam (OLIVEIRA; LEITE-FILHO; RODRIGUES, 2007, p. 1).

Portanto, sobre a neutralidade na pesquisa qualitativa, concordo com os autores referenciados que o pesquisador qualitativo dedica-se a prestar atenção nas singularidades do problema em questão, não descartando desta análise o seu próprio ponto de vista, experiências e envolvimento com a realidade estudada.

Já em relação ao tipo de estudo, acredito que este trabalho também pode ser compreendido como uma pesquisa descritiva, pois, segundo Vergara (1998, p. 45), a pesquisa descritiva “expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno”. Nesse sentido, procurei descrever como ocorreu a territorialização realizados pelos moradores do bairro Santa Felicidade ao longo da história, compreendendo suas características e comportamentos.

No entanto, um ponto que destaco é que a descrição em uma pesquisa com enfoque no *cotidiano* não acontece de maneira neutra ou desvinculada da realidade investigada, mas exige do pesquisador uma sensibilidade em perceber aquilo que está além do dito, do que é expresso nas falas, ou ainda, do que é repetido ou gesticulado, assegura Ferraço (2007). Isso significa que olhar para o cotidiano ou para as práticas cotidianas no espaço urbano, como é o caso que será explorado nesta pesquisa, é buscar o *invisível*, e por isso, requer que o pesquisador se ponha a sentir o mundo, as pessoas que estão à sua volta e não apenas se coloque na posição de observador do topo de um prédio, no qual é possível apenas perceber as formas geométricas e geográficas que estruturam uma cidade (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1998). Assim sendo, nesta pesquisa, proponho me ater às práticas, às características e aos comportamentos exercidos por pessoas comuns no seu espaço urbano, no caso, o bairro Santa Felicidade. Práticas peculiares e móveis, que de alguma forma “instauram o cotidiano inventado e reinventado” (MENDES; CAVEDON, 2012, p. 130).

Portanto, a partir da impossibilidade de me manter indiferente diante do fenômeno aqui estudado, assumo que procurarei descrever de maneira minuciosa as minhas experiências no decorrer de todo o processo de envolvimento com os sujeitos do campo, proporcionando ao leitor a oportunidade de imaginar a riqueza do contexto pesquisado por meio dessa narração densa. Na pesquisa qualitativa, esse aprofundamento no ato de narrar as experiências vividas no campo é o que permite que o texto ou o conhecimento produzido seja aceito como fonte de validação para uma ciência empírica, além de fornecer ao pesquisador social uma autoridade moral e científica, garantem Denzin e Lincoln (2010). Desse modo, utilizo a descrição densa não como forma exclusiva de angariar “uma certa validade” os fatos narrados, mas no sentido de aproximar o leitor da complexidade inerente a qualquer fenômeno social investigado.

Goldenberg (2004) destaca que cientistas sociais como Max Weber, Pierre Bourdieu e Howard Becker chamam a atenção para a descrição densa de todas as etapas da pesquisa, pois os autores acreditam que é uma forma de amenizar, afastar qualquer interferência do pesquisador. No entanto, não contradizendo tudo o que foi dito antes acerca do pesquisador como parte essencial na pesquisa, acredito ser importante que o pesquisador tenha consciência dos efeitos que a sua interferência pode causar na realidade estudada e nas pessoas com quem se envolve. Deste modo, Oliveira (2010) afirma que o pesquisador deve tentar no máximo se comportar como um “estranho” para evitar suas interferências pessoais em excesso, e consequentemente, melhorar a qualidade das descrições.

Entretanto, não existe nenhuma fórmula pronta capaz de tornar o pesquisador um “estranho”, mas existe sempre um esforço controlado de evitar ou suspender as suas próprias crenças e inclinações (OLIVEIRA, 2010). O que se discute, portanto, não é uma forma de barrar a interferência do pesquisador no objeto e na análise da pesquisa, uma vez que já estamos certo que na pesquisa qualitativa é impossível isso acontecer, mas a questão colocada em pauta aqui é o esforço, ou melhor, a consciência do pesquisador em evitar em excesso que seus preconceitos e verdades pré-concebidas interfiram na investigação (GOLDENBERG, 2004). Uma forma de o pesquisador buscar desenvolver essa consciência ou esse esforço contínuo é agir como um *bricoleur*, ou seja, na medida trabalhar com as ferramentas que tem em mãos com o intuito de trazer à tona ou “dar voz” aos participantes da pesquisa, no intuito de compreender as “suas verdades” dentro do contexto estudado. No entanto, é sempre um esforço. O essencial é o pesquisador ter consciência disso.

3.2 A PRÁTICA DA *BRICOLAGE* E OUTROS POSICIONAMENTOS

Assim, a partir dessa intenção de “dar voz” aos participantes da pesquisa e tendo pela frente o objetivo de compreender como ocorreu a territorialização, o próximo desafio foi escolher uma técnica ou instrumento de coleta capaz de me colocar o mais próximo possível do fenômeno estudado, sem qualquer expectativa de encontrar uma ferramenta ideal capaz de captar e compreender o objeto investigado em sua plenitude. Sendo assim, alinhado com o tipo de estudo proposto neste trabalho, antes de decidir qual técnica de pesquisa empregar, resolvi seguir o conselho de Denzin e Lincoln (2010), em que os autores asseguram que essas escolhas dependem primeiramente do contexto do fenômeno e, em seguida, do que está disponível nesse contexto e ainda, depende do que o pesquisador pode realizar nesse cenário.

Dito isso, o que tentarei formular e expor aqui não é um planejamento fechado, pois como já frisado, a prática da *bricolage* e a perspectiva multiparadigmática não compartilham dessa ideia, mas o que procurei fazer é traçar uma delimitação mínima, assumindo uma postura flexível a partir das minhas primeiras experiências com o campo.

Após estas reflexões, resolvi adotar de acordo com o problema que propus estudar e conforme as características dessa pesquisa as seguintes técnicas: entrevistas de história oral temática, pesquisa documental, observação não participante e análise de discurso. O porquê da escolha desses métodos e como estes foram empregados serão a seguir detalhados. A começar pela entrevista de história oral temática.

Entre as possibilidades de apreender um fenômeno social a partir da visão dos próprios sujeitos investigados e não apenas das condições objetivas, uma maneira que encontrei de compreender como estes construíram suas territorializações neste espaço, isto é, entender o processo dessas pessoas em reconhecerem esse espaço-bairro como sendo deles, construindo ali sentidos, vínculos e significados e, acima de tudo, se apropriando deste espaço, foi a técnica da história oral temática. A decisão por esta metodologia empregada comumente na área da História foi realizada pela preocupação de trazer para a análise as histórias e relatos individuais das pessoas, e ao mesmo tempo estabelecer uma relação entre a história no nível individual e a história em um nível mais geral, já que segundo Barros e Lopes (2014), as histórias individuais nos enviam sempre as histórias coletivas, isto é, ao campo social já estabelecido.

Alberti (2003) considera dois tipos de entrevistas de história oral: entrevista *temática* e a entrevista de *história de vida*. A entrevista *temática* é caracterizada por buscar a perspectiva do entrevistado sobre um assunto específico, no qual ele teve algum envolvimento ou vivenciou determinada situação. Dessa forma, o pesquisador tem acesso à matéria sobre a qual irá trabalhar, acontecimentos que só são compreensíveis se vistos de seu interior, isto é, a partir dos sujeitos que deles participam, explica Barros e Lopes (2014). Além do mais, os mesmos autores destacam que o aspecto fundamental dessa metodologia é a oportunidade do pesquisador obter detalhes desconhecidos ou abafados que enriquecem a investigação e nos ajudam a ir além das histórias oficiais disseminadas. Portanto, com um tom político, a técnica de história oral possibilita a chance de dar voz para aqueles que sempre foram renegados ao silêncio.

Thompson, Frisch e Hamilton (2005) corroboram com a ideia de que a história oral é um procedimento metodológico, ou seja, uma prática que resgata histórias não conhecidas e autoriza as pessoas a realizarem suas próprias histórias (THOMPSON; FRISCH;

HAMILTON, 2005). Na visão de Bosi (2003), a história oral proporciona pontos de vista contraditórios e não homogêneos, porém é nisso que se concentra a maior riqueza dessa opção metodológica. É a “história de baixo para cima” afirmam Thompson, Frisch e Hamilton (2005, p. 76); um olhar que busca um ângulo diferente acerca do que é aceito como história convencional. Portanto, são narrativas orais que trabalham com o imprevisível, o inusitado, o dinâmico, com o não dito; enfim, é construída uma forma diferenciada da história, que privilegia as subjetividades, as percepções e principalmente as experiências das pessoas. E justamente essa importância dada à subjetividade é o que há de mais encantador e sutil na prática da história oral (MENDES; BARROS, 2012).

A partir de tais ponderações, meu intuito maior na utilização dessa técnica foi buscar compreender a história a partir da visão dos sujeitos investigados, isto é, por meio do mundo subjetivo deles, entender de que forma foram construídas suas territorializações. Nesse sentido, para alcançar essas histórias ou relatos individuais, recorri à *memória*, pois acredito que quem narra ou conta uma história, realiza um retorno à memória e a partir disso, ressignifica o vivido. Bosi (2003a) discorre que lembrar não é reviver, mas é reconstruir, com pensamentos e ideias de hoje, as experiências do passado. Para a autora, a memória não é sonho, ou algo parecido com uma nostalgia, memória é trabalho. Assim, dificilmente relembramos o passado sem pensar no momento presente que vivemos, na vida do nosso hoje, o que temos e somos atualmente.

Pensando nessa reconstrução do que foi vivido, Custódio (2012, p. 4) destaca que quando o passado é narrado, normalmente ele não se “presentifica” como de verdade realmente aconteceu, mas conforme Silva e Barros (2010), os relatos são compreendidos pela esfera da imprecisão, da incerteza, das contradições e da dúvida. À vista disso, o pesquisador não deve almejar uma verdade absoluta nessas narrativas, mas sim uma “versão particular de sentimentos e acontecimentos históricos narrados por uma determinada pessoa” (SILVA; BARROS, 2010, p. 70). Portanto, cabe ao pesquisador o trabalho de reflexão e ponderações sobre os fatos narrados, já que essas memórias ocorreram num tempo, espaço e contexto específicos, além de serem parte das impressões, pontos de vista e reminiscências de alguma pessoa. Assim, são essas memórias que dão sentido as trajetórias singulares, conceito de difícil definição, porém traz uma bagagem de registros, pontos de vista e impressões, afirma Silva e Barros (2010).

A memória possui diferentes interpretações. Para Maurice Halbwachs (2004), a memória possui um caráter social. Seguidor de Durkheim, o autor nos diz que a memória de um indivíduo, ou seja, sua memória individual é formada a partir da combinação das diversas

memórias dos grupos dos quais ele participa e sofre influência, como por exemplo, a família, a escola, a igreja, grupo de amigos, colegas de trabalho etc., chegando até a própria nação que faz parte. Dessa forma, para Halbwachs (2004), toda memória é coletiva. Isso significa que todo grupo social realiza e articula lembranças em quadros sociais comuns e, portanto, essa articulação resulta em um acervo de lembranças compartilhadas que diz respeito à memória coletiva. Assim, uma das funções da memória é reunir esse acervo de pontos em comuns, formando um sentimento de pertencimento, no qual Halbwachs (2004, p. 38) chamou de “comunidade afetiva”. No entanto, para Halbwachs (2004) esses quadros comuns de memória, isto é, a memória coletiva está sempre se reconstruindo, articulando entre si.

Outra visão de memória foi proposta por Michael Pollak. O que me chamou atenção no raciocínio de Pollak no seu artigo “Memória, esquecimento e silêncio” foram justamente suas críticas ao pensamento de Maurice Halbwachs. Nas palavras de Pollak (1989), a memória coletiva definida por Halbwachs funciona como uma memória consensual, “oficial” a todos, quase beirando uma imposição, ou ainda, uma forma específica de dominação. O ponto que Pollak (1989) questiona é saber como determinada memória coletiva se tornou fato aceito e compartilhado, e mais do que isso, é saber como e quem está gerenciando esses registros. Dessa forma, o autor declara que o seu propósito é investigar quais processos e agentes intervêm na elaboração e na formalização das memórias. Ou seja, Pollak (1989) acredita na existência de todo um trabalho de enquadramento e manutenção dessa “memória oficial”, em que acontecimentos, personagens ou histórias são privilegiadas, em detrimento de outras que são esquecidas, apagadas ou simplesmente abafadas.

Assim, frente a essa “memória oficial”, Pollak (1989) acredita que possam existir outras memórias coletivas subterrâneas, marginalizadas ou minoritárias, no qual a história oral pode ser o caminho ou a possibilidade de dar voz aos sem voz. Além disso, a história oral pode vir desvelar por meio das memórias individuais, dos silêncios e o não-dito, como é que funcionam essas disputas entre as memórias oficiais e as memórias subterrâneas, esses processos de negociações e controle da memória (ALBERTI, 2004). Portanto, a memória para Pollak (1989) é disputa, enquadramento e seleção. Um jogo permanente entre políticas oficiais de memórias e memórias clandestinas que tentam resistir ao processo de enquadramento.

Próximo à mesma linha de pensamento, Michel Pêcheux (1999) também apresentou discussões acerca do papel da memória. O autor buscou entender as condições – mecanismos ou processos – que um dado acontecimento histórico se inscreve na continuidade interna e de coerência de uma memória. Portanto, o autor questiona-se sobre os implícitos que criam um

efeito de opacidade na memória, por meio da regularização discursiva ou o jogo de imagens contemporâneas (mídia, televisão, propagandas, filmes) que operam sobre a memória social. As conclusões que Pêcheux chega ao fim deste debate é que a memória não pode ser concebida como uma esfera plena, isto é, homogênea ou estática, e sim como um espaço móvel de deslocamentos e retomadas, de conflitos e regularizações, de polêmicas e contradiscursos. Assim, há sempre um jogo de forças, discursos agindo sobre a regularização da memória social.

Portanto, em direção as concepções apresentadas, as entrevistas de história oral aqui desenvolvidas foram realizadas com moradores que residem principalmente há mais tempo no bairro (no mínimo 20 anos), com o propósito de fazer emergir as práticas, experiências e as vivências daqueles que por muitos anos estiveram e ainda estão vinculados e, se relacionam com este espaço-bairro. Acredito que, com base nessas histórias e memórias do dia a dia, de lembranças desprezadas será possível compreender como que ocorreu a territorialização desde o início da estruturação do bairro Santa Felicidade até os dias de hoje, a partir de uma vertente diferente, isto é, por meio de histórias desconhecidas ou até então nunca contadas. Dessa maneira, a entrevista de história oral temática realizada com esses moradores mais antigos do bairro é a estratégia de pesquisa mais trabalhada neste estudo, que teve como objetivo trazer o olhar e a interpretação desses sujeitos para o próprio cotidiano vivenciado, e partir disso, entender o processo desses moradores de tornar este lugar como sendo deles.

Assim, a partir da minha primeira ida ao bairro, meu objetivo principal era tentar uma aproximação com esses moradores mais antigos, no entanto, a forma que faria isso ainda estava totalmente incerta, já que não tinha conhecimento aonde exatamente esses moradores residiam, além da preocupação de como eu seria recebida por esses moradores e, sobretudo, conseguir que eles se sentissem à vontade para contar a sua história para uma pessoa desconhecida. Assim, por causa desse receio inicial, resolvi que as minhas primeiras idas ao bairro seriam mais para me ambientar com o lugar, observar o movimento e obter algumas informações, e a partir disso, tentar uma primeira conversa informal com os moradores, contando sobre o porquê da minha presença ali e agendando uma entrevista “mais formal” numa próxima visita. Nessa fase, a minha intenção era sempre tentar criar uma relação mais próxima com essas pessoas, e nunca passar de alguma forma uma sensação de invasão de espaço ou de desrespeito à rotina deles, por isso que, a minha estratégia inicial era antes ter essa primeira conversa e marcar a entrevista num dia e horário mais apropriado para o morador.

Dessa forma, a minha primeira ida (09/09/2014) ao bairro aconteceu duas semanas antes do meu exame de qualificação, e ocorreu sob a orientação de um morador que acabei conhecendo por intermédio de uma professora da universidade e que reside na divisa do bairro Santa Felicidade e o bairro João de Barro. Porém, apesar de morar no limite entre os bairros, ele me relatou que se considera morador do bairro Santa Felicidade e não do bairro vizinho. Assim, nessa ocasião, essa primeira visita me ajudou a entender quais ruas são consideradas do bairro Santa Felicidade e quais não são, enfim, foi um apenas um “reconhecimento de campo”. Embora tenha sido uma visita breve, ela me colocou em contato com a dinâmica daquele lugar e, isso foi importante principalmente, na minha compreensão de quais meios faria uso para atingir meus objetivos diante de um contexto tão particular.

Após essa primeira ida ao bairro, preferi estar sozinha nas visitas seguintes, principalmente durante as caminhadas pelas ruas e as tentativas de aproximação com os moradores, já que percebi que somente estando sozinha conseguiria desenvolver as minhas próprias observações e principalmente, me concentrar e enfrentar as sensações que o lugar me causava. Desse modo, as primeiras conversas informais que realizei, assim como as entrevistas de história oral, resultaram das minhas itinerâncias pelas ruas do bairro, que inicialmente foram realizadas sem nenhum critério estabelecido, ou seja, apenas na tentativa de iniciar uma conversa com qualquer pessoa que estivesse na rua, sentada na calçada ou na frente de casa. Depois dessa conversa inicial, é que procurava saber quanto tempo esse morador residia no bairro, para em seguida, tentar agendar uma próxima visita mais formal. Após essa primeira abordagem “no escuro”, as entrevistas seguintes foram realizadas, na sua maioria, por meio de indicações dos próprios moradores já entrevistados, de amigos ou vizinhos conhecidos que eles sabiam que residiam no bairro também há alguns anos.

Como é possível perceber, apesar da entrevista de história oral ser o principal método de coleta de dados neste estudo, resolvi adotar uma técnica que naturalmente ou sem intenção prévia, já estava sendo desenvolvida durante as minhas visitas, isto é, a técnica de *observação*. Instrumento capaz de trazer à tona detalhes ou pormenores da vida diária dos sujeitos investigados não relatados durante as suas narrativas, ou ainda, gestos, expressões verbais e/ou práticas que poderiam trazer importantes contribuições à minha análise. Dessa forma, ao longo das visitas ao bairro, o simples caminhar pelas ruas ou ainda, o contato inicial com cada morador entrevistado foi observado com atenção, tentando captar as minúcias, os hábitos que de início aparentavam ser ações banais, corriqueiras, mas que poderiam trazer uma carga de sentidos e significados compartilhados. Assim, para evitar o mínimo de interferências, após cada experiência de observação, principalmente no percurso de volta para

minha casa, eram realizadas as correspondentes notas de campo ou como prefiro chamá-los, os relatos de campo. Notas de como determinadas situações imprevisíveis aconteceram e experiências vivenciadas pela pesquisadora que aqui escreve, como por exemplo, a forma como as pessoas me recebiam em seus lares, se eram hostis ou receptíveis, ou ainda, a maneira que os moradores se apropriam das ruas e calçadas do bairro.

Nesse sentido, a *observação* realizada durante a coleta caracteriza-se como uma observação não sistemática ou assistemática, já que as observações, sobretudo nas primeiras visitas ao bairro, não eram planejadas e controladas rigidamente, ou seja, não existia nenhum planejamento fechado do que seria observado durante as caminhadas, conversas ou ao longo das entrevistas. O único parâmetro estabelecido era estar aberta a todas as direções e vozes e também atenta ao máximo a tudo que viesse acontecer, uma vez que estava diante de situações espontâneas que compõem a vida diária. É claro que após algumas idas à campo, a características dessas observações foram se modificando e tornando-se um pouco mais estruturadas, dado o conhecimento já acumulado do perante as situações e práticas que antes eram desconhecidas (ANGUERA, 1997).

Outro ponto que merece destaque é o grau de envolvimento ou participação do pesquisador com o campo. Nas palavras de Tozoni-Reis (2010) quanto maior o envolvimento do pesquisador com os sujeitos investigados, mais ele se caracteriza como observador participante, por outro lado, quanto menos envolvido, mais próximo de um observador não participante. Dessa forma, pelo fato de ter escolhido as entrevistas de história oral como estratégia principal desse estudo, o meu envolvimento ou interação com os sujeitos do campo se aproxima de uma observação *não participante*, em que segundo Prodanov e Freitas (2013) o pesquisador desenvolve um contato com os sujeitos, mas sem integrar-se a eles, ou seja, ele atua mais como um espectador do que um ator perante o grupo estudado. No entanto, apesar de ocupar uma posição de quem está do lado de fora, a intenção foi compreender as práticas peculiares desses sujeitos dentro do contexto particular do bairro, sem colocar-me numa posição de quem olha do alto ou ainda, de espectador “julgador”, mas na condição de alguém que busca compreender os lugares ou papéis que são ocupados dentro dos limites daquele lugar.

Antes de dar prosseguimento, gostaria de esclarecer ao leitor, em especial, dois motivos que me conduziram à decisão pela técnica da *observação não participante*, já que muito foi questionado o porquê não optei pela *observação participante*. Uma das primeiras razões de ter escolhido a *observação não participante* foi o fato de não conhecer, antes de ir a campo, nenhum morador do bairro, o que dificultaria a minha permanência frequente ou

contínua no local. Somente com a realização das primeiras visitas e conversas com os moradores, que pude desenvolver uma relação de mais proximidade com essas pessoas. Entretanto, apesar de ter conseguido desenvolver essa relação de proximidade, observei que o estreitamento desse laço entre pesquisador e sujeitos da pesquisa, demandaria um maior investimento de tempo e esforço para construir essa relação de mais confiança com esses moradores de forma natural e não de maneira abrupta, forçando uma proximidade inexistente ou ainda, invadindo o espaço particular dessas pessoas.

Um segundo motivo que marcou a minha decisão pela *observação não participante* tem a ver com o que as pessoas falavam e me contavam sobre o bairro. Reconheço que fiquei receosa em contar sobre isso, mas creio que foi um momento importante para a pesquisa e, que me ajudou a compreender como os outros moradores da cidade de Maringá enxergam o bairro Santa Felicidade. Assim, desde o início da elaboração do pré-projeto dessa dissertação, nas primeiras discussões e apresentações nas disciplinas do mestrado sobre tema e, principalmente nas conversas informais nos corredores com meus colegas de curso, quando comentava sobre o objetivo da minha pesquisa em investigar os moradores do bairro Santa Felicidade e sobre a possibilidade de aplicar uma *observação participante*, a maioria das pessoas me alertava sobre a violência que “ouviram falar” existir no bairro. No entanto, algumas dessas pessoas confessavam que só estavam contando o que tinham “ouvido falar de lá”, mas na verdade não conheciam o local, no máximo passavam por perto de carro; já outras pessoas falavam com propriedade, pois já tinham frequentado o bairro.

Dessa forma, por morar apenas há cinco anos na cidade e, ainda, residir numa região considerada central, isto é, perto da universidade, pouco conhecimento tinha eu sobre “o que se falavam” dos bairros de Maringá, e mais os alertas recebidos das pessoas que faziam parte do meu convívio, em que o Santa Felicidade “era o bairro mais violento da cidade”, tudo isso foi suscitando uma certa cautela, fazendo com que repensasse se a *observação participante* seria mesmo uma escolha adequada, já que é uma técnica que demanda do pesquisador a criação de um laço estreito com as pessoas investigadas, caso ao contrário, corre-se o risco de inconsistência e ainda, se tornar superficial e generalista. A partir disso, tentando encontrar um equilíbrio entre não aceitar como dado ou “verdade única” o que tinha ouvido das pessoas, mas também não ignorar por completo esses comentários, resolvi adotar a *observação não participante* como técnica de observação. É claro que, como já mencionado, as limitações em relação ao tempo, o fato de no início não conhecer ninguém no bairro, além da preocupação com a minha própria integridade, pelo fato de ser uma mulher caminhando sozinha por um lugar desconhecido, foram fatores que reafirmaram a minha decisão. Entretanto, já adianto

que, esse meu receio com o campo, se perdeu por pouco tempo, isto é, foi se amenizando no decorrer das visitas, devido à forma com que fui recebida pelos moradores do bairro, mas esses detalhes deixo para contar posteriormente no capítulo da análise.

Outra opção metodológica utilizada durante todo o desenvolvimento desse estudo foi a pesquisa documental realizada sobre a história de Maringá e sobre a construção do bairro Santa Felicidade, conseguindo obter informações de documentos oficiais, produções de mídia, artigos jornalísticos e livros. Entretanto, é preciso esclarecer que as informações encontradas por esse meio são diferentes daqueles extraídos dos moradores, mas que não deixam de ser importantes para a pesquisa, já que mostram outro olhar para o mesmo objeto de estudo. Além disso, tais referências podem ser pertinentes, já que muitas informações relevantes podem acabar sendo perdidas por aqueles que contam a sua história, uma vez que cada sujeito traz um olhar particular para o passado, aquilo que foi marcante ou que considera importante devido ao seu histórico de vida.

No entanto, é preciso destacar que ambas as fontes de dados já aqui descritas, as entrevistas de história oral e a pesquisa documental, produzem perspectivas diferentes sobre um determinado fenômeno e, contudo é preciso atenção do pesquisador em trabalhar com esses dois olhares, já que ambos irão carregar o seu próprio ponto de vista, que em certos momentos pode existir uma complementaridade, mas na maioria do tempo, serão controversos e contraditórios. Nesse sentido, cabe ao pesquisador essa tarefa de compreender as diferentes fontes, na tentativa de encontrar um contraponto, ou ressaltar os implícitos ou o que se repete, ou ainda, elucidar aquilo que foi silenciado.

Utilizei-me também de trabalhos científicos já publicados – teses, dissertações, artigos – que abordem sobre as transformações ocorridas no espaço urbano de Maringá e no bairro Santa Felicidade. Cabe destacar alguns trabalhos que foram referências para mim sobre o bairro Santa Felicidade nos seus primeiros anos, no qual permitiram compreender o contexto em que se desenvolveu toda a história do bairro. Em especial, a tese da pesquisadora Prof^a Dr^a. Marivania Conceição de Araújo e da pesquisadora Ângela Maria Pires Caniato, em que auxiliaram entender e visualizar o cenário em que ocorreu a construção do bairro; além das teses dos pesquisadores Prof^a Dr^a Ana Lúcia Rodrigues e do Prof. Dr. Altair Aparecido Galvão, nas quais permitiram compreender a forma que ocorreu a configuração do espaço público da cidade de Maringá.

Além disso, com a permissão da coordenadora regional Dra. Ana Lúcia Rodrigues do Observatório das Metrópoles – Núcleo Maringá/UEM, fiz amplo uso de dados disponibilizados em forma de relatórios, projetos e imagens (fotos), além de contar com as

informações coletadas da minha participação no IV Seminário intitulado “Segregação e Crescimento Urbano na Região Metropolitana de Maringá”, realizado em Maringá no dia 24 de novembro de 2014, pelo Observatório das Metrôpoles – Núcleo Maringá/UEM e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, que na ocasião foram apresentados alguns resultados de pesquisas realizadas no bairro Santa Felicidade. Sendo assim, essas informações me auxiliaram no processo de apontamentos históricos sobre as mudanças e a dinâmica na configuração do espaço urbano de Maringá e também sob quais circunstâncias históricas ocorreu à formação do bairro Santa Felicidade e dados da situação atual do bairro.

3.3 A ANÁLISE DE DISCURSO DA VERTENTE FRANCESA

A partir de tudo que foi exposto até aqui, chego a uma última decisão metodológica, qual método utilizar para analisar os dados coletados? De acordo com o problema de pesquisa, os objetivos e também com as temáticas que fiz uso, julguei ser a análise de discurso (AD) a técnica mais adequada para fins propostos neste projeto, já que é uma técnica que busca compreender o que o sujeito está falando de uma forma mais crítica. Utilizei a análise de discurso a partir da vertente francesa, que tem o filósofo Michel Pêcheux como seu principal expoente. Para Malidier (2003), é sobre a noção de língua que Pêcheux irá refletir em seus estudos voltados para a análise do discurso. No entanto, não é o estudo da língua na forma de texto, mas Pêcheux trabalha a língua em funcionamento. Ou seja, normalmente a língua é estudada através de regras ou normas de gramática, mas Pêcheux vai além disso, para o filósofo a língua produz sentidos, significações e ideias na forma de texto.

Como coloca Orlandi (2007), a análise do discurso não trata especificamente da língua, nem da gramática, embora sejam assuntos que lhe interessam; mas ela trata do discurso, isto é, “procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2007, p. 15).

Dessa forma, na visão peuchetiana, é no discurso que a língua funciona, e é na materialidade desse discurso que buscamos identificar os aspectos sociais e ideológicos contidos no discurso produzido. Nesse sentido, por meio da análise do discurso e das escolhas lexicais, isto é, a forma que as palavras foram empregadas e usadas, é possível revelar a presença de diferentes discursos, que resultam em diferentes sentidos e ainda, expressam as

diferentes posições dos sujeitos em relação a um determinado tema. Por isso que, a AD vai além do que é pronunciado ou além dos significados fixados em dicionários, uma vez que seu foco é procurar compreender no discurso o sentido das palavras, ou seja, o porquê determinada palavra foi empregada e não outra em dado tempo e local. Sendo assim, atesta Orlandi (2007) que por causa dessa transitoriedade dos sentidos, os discursos nunca são fixos, estão sempre sofrendo alterações, ou seja, são sempre dependentes das transformações sociais e políticas nas quais estão inseridos, ou ainda, segundo Pêcheux (1995), os discursos e os respectivos sentidos empregados são produzidos de acordo com o lugar ou as posições ocupadas pelo sujeito, e por esse motivo que os sentidos das palavras estão sempre mudando de acordo com o lugar ou posição ideológica daqueles que anunciam.

Portanto, o estudo dos discursos e dos sentidos neles embutidos é realizado investigando-se o que está fora dele, isto é, as condições propícias que envolvem o discurso e que fizeram que o mesmo pudesse vim à tona. Assim, um discurso é sempre pronunciado conforme as condições de produção “aceitas” em determinada época e espaço social, ou seja, os aspectos históricos, sociais e ideológicos que envolvem o discurso, e que possibilitam ou determinam a sua produção, afirma Fernandes (2008). Essas condições de produção específicas, isto é, as impostas “regras da sociedade”, se aproxima daquilo que Pêcheux (1995, p. 160) chamou de *formações discursivas*, no qual o autor definiu da seguinte maneira:

Aquilo que, numa formação ideológica, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura social, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito.

Dessa forma, segundo o autor, tudo o que é permitido pronunciar, assim como os efeitos de sentido que o discurso produz em uma determinada época e determinada sociedade é balizada pelas *formações discursivas* que compõem o ambiente no qual os sujeitos estão inseridos. Por aí é possível compreender que tendo pela frente diferentes condições de produção, formações discursivas heterogêneas surgiram, fazendo emergir diferentes sentidos para o que está sendo dito, afirma Orlandi (2007). Ainda conforme a mesma autora (ORLANDI, 2007), por mais que a noção de formação discursiva ainda seja de difícil delimitação na Análise de Discurso, ela permite ao analista compreender o processo de produção de sentidos e, ainda, a sua ligação com a ideologia em vigência.

É nesse sentido que trago para a discussão a noção de *formação ideológica*, que por sua vez, é definida da seguinte forma:

Cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem 'individuais' nem 'universais' mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras (PÊCHEUX, 1990, p. 166).

Dessa forma, entender o que o sujeito fala, implica compreender as condições de produção do que é dito, suas inter-relações com as formações discursivas e, ainda, compreender as diferentes posições dos sujeitos frente às formações ideológicas em cena (ORLANDI, 2007). Nesse sentido, a ideologia também perpassa a língua para produzir sentidos. Ela é prática, se concretiza na fala. Seu papel é fazer o sujeito acreditar que aquele discurso pronunciado, ou seja, a sua própria fala, é fonte do seu dizer, de sua autoria. Ela torna o discurso normal, o naturaliza e legitima, fazendo o sujeito acreditar que é dono do seu dizer (MALDIDIER, 2003). A ideologia torna o sujeito assujeitado. Porém, num outro momento da sua investigação, afirma Maldidier (2003), Pêcheux coloca que a ideologia não é um conceito pronto, ou seja, ela não é um bloco fechado ou homogêneo, pode vir a existir furos, escapes ou resistências imprevisíveis frente este assujeitamento.

Assim, pretendo utilizar a análise do discurso com o intuito de compreender o que está além da prática da linguagem, além da fala dos moradores do bairro Santa Felicidade. Esse ver além é procurar entender os *efeitos de sentidos* evocados em suas falas, e principalmente, reconhecer as *condições de produção* que estas foram construídas, a fim de compreender os elementos que compõem esse social. Para isso, inicialmente foi realizada uma análise dos principais léxicos empregados, com o intuito de compreender o lugar e as posições assumidas por estes sujeitos; além de buscar identificar as figuras de linguagem presentes no discurso dos mesmos. E ainda, vislumbrei investigar as formações ideológicas ou os já ditos que perpassam ou interferem nas suas falas, no qual dão legitimidade aos seus discursos. E mais do que isso, foi pretendido prestar atenção no que estava sendo omitido, silenciado nas falas, que produz tanto sentido quanto as narrativas (ORLANDI, 2007). Desta forma, me dispus a ficar atenta às relações existentes entre o que foi dito pelos moradores, os diferentes discursos presentes em suas falas, suas posições defendidas frente ao discurso dominante e, principalmente, as condições sociais de produção desses discursos.

Uma última questão que considero importante ressaltar que fiz o uso de nomes fictícios para identificar os moradores com quem realizei as entrevistas e que me auxiliaram em todo o processo de coleta de dados. Confesso que, de início, não tive nenhum problema com relação à identificação das pessoas, já que as mesmas se mostraram muito receptivas e até lisonjeadas em participar do estudo, no entanto, com o decorrer das entrevistas, alguns

moradores me pediram para não terem o nome verdadeiro revelado, pelo fato de contar particularidades da vida pessoal ou expressar uma posição crítica no que se refere à convivência entre vizinhos, aos costumes e práticas cotidianas do bairro. Portanto, com a intenção de não causar uma possível confusão durante a análise, revelando o nome de alguns e de outros não, além de evitar causar qualquer tipo de atrito pessoal entre os moradores e respeitando o pedido dos mesmos, optei em preservar a identidade dessas pessoas que contribuíram tanto para a construção dessa pesquisa.

Deste modo, chego ao desfecho dessa trajetória metodológica apresentando os instrumentos utilizados e, principalmente esclarecendo o caminho percorrido até ingressar no universo particular desses moradores. Ressalto que no capítulo seguinte, meu objetivo inicial foi descrever brevemente como ocorreu a configuração do espaço urbano da cidade de Maringá, bem como a formação histórica do bairro Santa Felicidade, recorrendo aos dados obtidos durante a pesquisa documental e também explorando as informações obtidas pelos moradores. Em seguida, realizei a apresentação do que encontrei em campo conforme os objetivos pretendidos na pesquisa. Portanto, espero que o leitor fique junto comigo nessa caminhada e que, com base nas minhas palavras, apontamentos, interpretações, sensações e por que não devaneios, possa adentrar ao universo dessas pessoas e compreender como suas práticas.

4

A TRAMA DE UM PROJETO “BEM SUCEDIDO”

E de sol a sol os homens que aqui se encontravam executavam suas tarefas de abrir caminhos e de espalhar civilização. De picada em picada, foi-se alargando a área geográfica do lugar onde hoje conhecemos como “Maringá Velho”, nascedouro da exuberante Maringá. E a primeira ruazinha aberta, [...] propiciou que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (ex-Cia. de Terras Norte do Paraná) pudesse instalar o seu escritório e oferecer terrenos com excepcionais facilidades de pagamento a todos quantos o desejassem. [...] Assim, a 10 de maio de 1947, em plena tarde de outono, com as folhas das árvores caindo suavemente sobre a terra fértil, fundava-se a cidade de Maringá (ANDRADE, 1979, p. 62-63).

Que fascinante imagem que esse trecho do autor Artur Andrade nos traz sobre o surgimento da cidade de Maringá. No entanto, investigando como ocorreu a configuração da região onde hoje se encontra Maringá, deparei-me com o apagamento de uma história pré-existente em favor da divulgação de uma “tão bela” história de desbravamento e progresso avassalador da ocupação capitalista. Fatos que, a meu ver, se repetiram na história dos moradores do bairro Santa Felicidade, porém contarei sobre isso mais adiante. Detenho-me, neste momento, a apresentar ao leitor como que se deu a formação e configuração do espaço urbano de Maringá, para logo depois destacar a formação histórica do bairro Santa Felicidade.

Na verdade, a história do grandioso desbravamento realizado na região de Maringá pela empresa inglesa Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), que posteriormente passou a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), oculta a história regional de populações que já residiam primeiro nessa área. Os historiadores Mota e Noelli (1999) descrevem que os fundadores de Maringá não foram os primeiros habitantes a ocuparem essas terras, ou seja, não existia a falácia de uma terra “despovoada” ou a existência de um “vazio demográfico” apregoado pela empresa colonizadora, mas que a região conhecida como Norte do Paraná, onde está localizada Maringá, era antes ocupada por diferentes populações indígenas. E, portanto, para que a Maringá e o Norte do Paraná viessem

a ser regiões “prósperas”, foi necessário que a Companhia expulsasse e destruísse quaisquer vestígios de pioneirismo dessas populações no local.

Diante de tal ação, a Companhia acabou instituindo uma história de que essas terras estavam vazias à espera de uma ocupação, ou ainda, estavam livres para a venda de lotes àqueles interessados em comprá-las. Nessa situação, observa-se que a colonização da região de Maringá foi realizada dentro do modelo da expansão capitalista pela Companhia, sendo as terras indígenas ajustadas ao seu sistema de produção, não importando os direitos, muito menos a história de povos pré-existentes fixados na região (MOTA; NOELLI, 1999). Dessa forma, cria-se em torno da colonização do Norte do Paraná um “ideário” de uma ocupação tranquila e sem qualquer resistência da parte daqueles que estavam sendo expulsos dos seus territórios, destacando-se o caráter pioneiro e desbravador dos primeiros habitantes desta região, lugar de mata virgem e animais selvagens, e escondendo da história “oficial” uma guerra de conquista e dominação das populações existentes, marcada por morte, perseguição e expulsão daqueles que ali já viviam. Apaga-se o seu pioneirismo, seu modos de vida e até sua história de resistência para surgir a história de uma “colonização pacífica e harmoniosa” (MOTA; NOELLI, 1999, p. 23).

Assim se inicia o processo de *reocupação* capitalista da região de Maringá, marcada pela expulsão daqueles que já habitavam as terras, pela comercialização de lotes para aqueles que tivessem condições de comprar e a implementação da política agrícola vigente naquela época no país, o cultivo do café em grande escala. Dessa forma, uma terra que se caracterizava como “vazio demográfico”, para atrair os compradores passou a ser designada como o “Novo Eldorado” ou a “Nova Canaã”, fazendo parte do projeto de ocupação capitalista, promovido pelo governo estadual com associação com o governo federal e a Companhia inglesa, afirma Tomazi (1999, p. 51, cap. 3). A ocupação capitalista, como afirma Tomazi (1999) e Araújo (2005), procurou silenciar a existência e a expulsão dos primeiros habitantes do Paraná – os povos indígenas, os ribeirinhos, os colonos, os posseiros, os pequenos proprietários, os trabalhadores nordestinos – e mais tarde até a participação dessas pessoas no desenvolvimento daquelas terras foi omitido.

Enquanto isso, a rica floresta do Paraná ia desaparecendo rapidamente, dando lugar a uma nova vegetação e imagem que iam se construindo por meio de fotografias e relatos diversos, que visavam atrair compradores para as novas terras com a promessa de riqueza e a possibilidade de se ter uma vida melhor, afirma Cordovil (2010). O domínio da expansão capitalista sobre a mata “selvagem” a ser civilizada era glorificada e divulgada. Era o prenúncio de uma nova realidade imposta por uma política colonizadora realizada por uma

empresa privada que tinha como alvos principais: transformar aquele espaço “vazio”, remover os indivíduos considerados “indesejáveis” de suas propriedades e em seguida, introduzir relações capitalistas no uso da terra (CORDOVIL, 2010). Assim, não só Maringá, mas toda essa região do Norte do Paraná era vislumbrada como “o lugar” para se implantar o legítimo projeto de modernização.

Dessa forma, com as informações apresentadas até o momento é possível ter uma dimensão sobre qual contexto se formou a cidade de Maringá, e como essa *reocupação* é marcada por uma tendência de “reapropriação” capitalista do espaço. Assim, vemos uma cidade que foi idealizada e que ainda se desenvolve fortemente sob uma lógica capitalista, capaz de construir um espaço urbano que, segundo Corrêa (2004) é reflexo de uma estrutura de relações sociais que foram constituídas no passado e que se reproduzem até os dias atuais na configuração espacial da cidade. Portanto, consoante com que Carlos (1996) sugeriu, a região de Maringá foi estabelecida sobre um espaço em que antes era decorrente de uma interação entre pessoas, com suas produções e modos de vida singulares, e que a partir de uma colonização são expostos a uma urbanização planejada, transformando tais espaços em mercadorias de troca, resultantes de apropriação exclusivamente privada realizada pela CMNP, e posteriormente por outros agentes. Anteriormente tinha a função somente de uso, agora é dotado de valor de troca, em que é possível vendê-lo e comprá-lo.

Assim sendo, por volta dos anos de 1930, todo o Norte do Paraná vivenciou um intenso processo de *reocupação* capitalista, e a fundação de Maringá tornou-se desde logo, peça fundamental para a ação estratégica da Companhia, que se encarregava de assegurar o sucesso do empreendimento e ainda, garantir a continuação do planejamento cuidadoso e intencional que estava sendo realizado com a colonização do Norte do Paraná (GIMÉNEZ, 2007). Por isso, é impossível não perceber que a organização do espaço urbano de Maringá foi estrategicamente delineada por um agente hegemônico atuante: a Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), que desde o início, planejou e edificou a região por meio de suas estratégias e ações concretas, e acima de tudo, buscando alcançar os seus objetivos econômicos e políticos.

Então, antes mesmo da fundação da cidade, por volta do ano de 1938, a CMNP considerando que a estrada de ferro passaria pela região de Maringá em direção a Guaíra, começou a realizar a comercialização de alguns lotes no local em que posteriormente corresponderia ao município de Maringá (REIS, 2004). Não obstante, apenas em meados da década de 40 que se iniciaram as primeiras construções na região, onde posteriormente seria conhecido como “Maringá Velho”. Nome dado a um povoado destinado à formação de

comércio e abrigo aos milhares de imigrantes trazidos pela Companhia, sendo em sua maioria paulistas, mineiros e nordestinos. O local também servia para a realização de negociações de compra e venda dos lotes, e também como ponto de passagem para aqueles que já estavam construindo seus ranchos e as primeiras lavouras de café e cereais, complementa Reis (2004). Assim, para facilitar o deslocamento desses primeiros proprietários e principalmente o escoamento de suas produções, a Companhia construiu também nessa área, além da estrada principal, vários acessos secundários a região onde seria instituída a cidade de Maringá, afirma Luz (1999).

Entretanto, mesmo oferecendo suporte e toda estrutura para o desbravamento e povoação da região, a CMNP não queria que o povoado “Maringá Velho” se tornasse o local definitivo para a edificação de Maringá, uma vez que o objetivo traçado era conseguir um terreno que se adaptasse melhor ao arrojado projeto urbanístico que planejava implantar na região (LUZ, 1999). Nessa época, todavia, muitas famílias já estavam se deslocando para esse povoamento inicial em busca de novas oportunidades que as terras do Norte do Paraná anunciavam oferecer. Aliás, algumas dessas famílias traziam algum capital para adquirir suas terras, mas outras, com muitas dificuldades conseguiam dar a “entrada” na compra do lote e para pagá-lo tinham de passar privações durante algum tempo, afirma a autora Luz (1999).

Assim, com o estabelecimento definitivo da estrada de ferro na região, sem demora a CMNP mandou realizar diversos levantamentos e pesquisas sobre a topografia local para a efetivação do planejamento urbano da área. E com dados da futura cidade em mãos, a Companhia encarregou o urbanista e engenheiro Jorge de Macedo Vieira traçar o plano definitivo da mesma, tendo como a base “a mais avançada concepção de cidade existente na época” (LUZ, 1999, p. 135). Deste modo, o projeto de Maringá foi desenhado com alguns traços do modelo inglês de cidade-jardim, como por exemplo, a grande presença de espaços mais amplos, vias de circulação eficientes, divisão setorial da cidade, qualidade de vida, preservação de áreas verdes e arborizadas, adaptação do traçado das ruas ao relevo e o zoneamento, sendo executado conforme os critérios de uso e ocupação do solo, entre outros (GIMÉNEZ, 2007). Portanto, dentro dos padrões do modelo de cidade-jardim, a cidade de Maringá nasce sob a égide de um planejamento e, de uma combinação alinhada entre a topografia do solo e o traçado estratégico de suas ruas, praças, bosques e avenidas; fomentando nitidamente na cidade uma segmentação dos seus espaços (ARAÚJO, 2005; RAMOS; SANTOS, 2013).

Como informa a série *Como andam Curitiba e Maringá* de 2009, a cidade de Maringá foi estabelecida numa localização privilegiada, dentro da região de ocupação pela CMNP.

Obedecendo a um plano urbanístico, no dia 10 de maio de 1947, foi realizado oficialmente o lançamento de sua pedra fundamental. Nos anos de 1947 a 1949 mais famílias desembarcavam na cidade em busca da “Terra da Promissão” (TOMAZI, 1999, p. 64). Nessa época, a cidade despontava com um intenso ritmo de crescimento populacional e urbanização. Rodrigues, Costa e Ferrari (2009) afirmam que nos anos seguintes, apenas 18,8% da população de Maringá residia na área urbana e 81,2% na área rural. Já no ano de 1960, depois de ser elevada à categoria de município, o cenário já era bem diferente, 45,7% na área urbana e 54,3% na área rural. Dados que demonstram como a cidade vinha sendo destaque como exemplo de padrão urbanístico e se tornando um dos mais importantes centros urbanos do Estado.

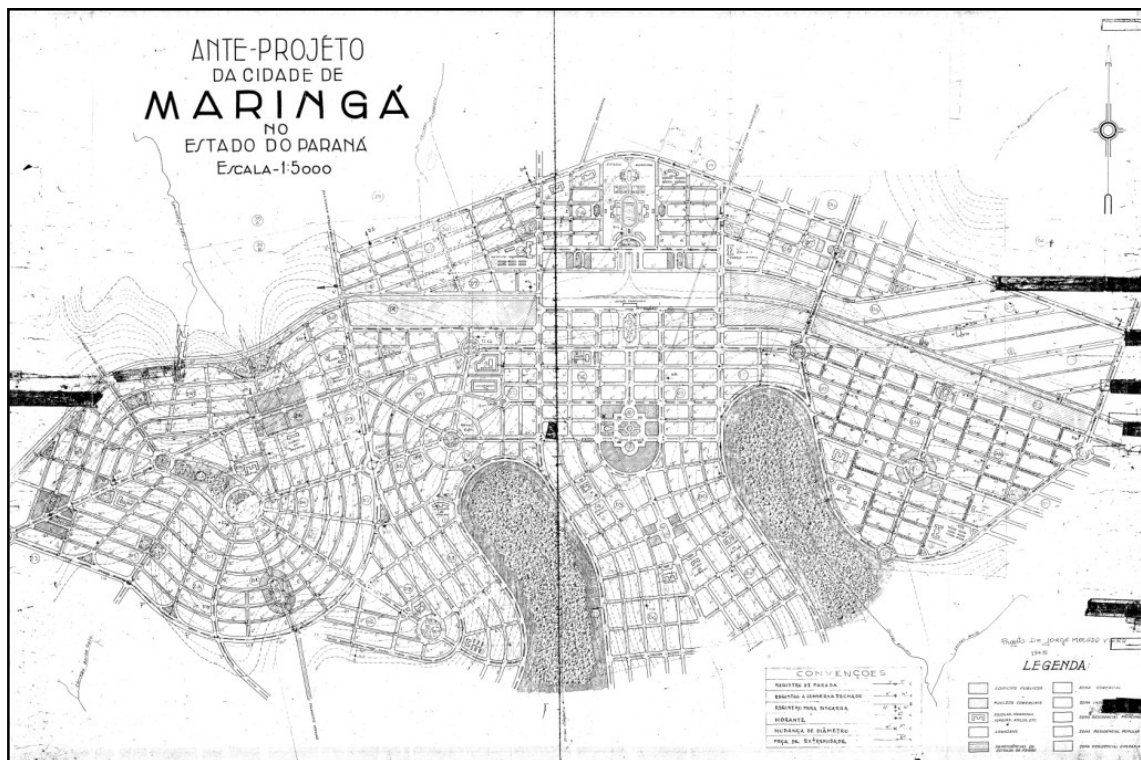
No entanto, é possível constatar que Maringá foi fundada como cidade planejada, trazendo em sua concepção os pressupostos de ordem e controle, ou seja, desde o início, o plano desenvolvido por Jorge Macedo Vieira determinou como seria realizada a ocupação do espaço urbano de tal maneira que, previamente, já era estipulado onde deveriam morar as diferentes camadas sociais da população (GALVÃO; TONELLA, 2010). Sendo assim, o plano inicial obedecia a conveniente localização dos bairros, determinando-lhes previamente sua função, e também a sua classificação socioeconômica: “principal”, “popular” e “operária”. Neste contexto, um lote de terras na zona “principal” custava até 10 vezes o valor de um lote de igual tamanho na zona “operária”, afirma os autores Galvão e Tonella (2010).

Assim, para entendermos melhor, no mapa a seguir (Figura 2), podemos observar o plano original de Maringá e, em destaque (Figura 1), a legenda que o compõe, que antevia as seguintes áreas para a cidade: 1) edifícios públicos; 2) núcleos comerciais; 3) escolas, hospitais, igrejas, asilos, etc.; 4) armazéns; 5) dependências da estrada de ferro; 6) zona comercial; 7) zona industrial; 8) zona residencial principal (zona 2); 9) zona residencial popular (zona 5) e 10) zona operária (zona 3).

Figura 1: Destaque da legenda que consta no projeto inicial de Maringá



Figura 2: Anteprojeto para a cidade de Maringá, elaborado em meados da década de 1940.



Fonte: Acervo do Museu da Bacia do Paraná.

Dessa forma, de acordo com Corrêa (2004) podemos observar que o espaço urbano de Maringá já nasce configurado de acordo com a sua funcionalidade ou utilidade, com formas espaciais para “operários”, outra para “populares” e uma zona privilegiada na região central da cidade, servida com os melhores serviços urbanos. Formas estas que não surgiram naturalmente, mas que foram produzidas socialmente pelos agentes sociais na busca da acumulação de capital, pela manutenção das relações de produção e pela procura constante da reorganização do espaço segundo seus próprios interesses (CORRÊA, 2004). Assim, vemos que a cidade de Maringá se constituiu desde os primeiros momentos de seu desenvolvimento, como uma cidade com espaços hierarquizados e estritamente demarcados, voltado ao atendimento do capital privado que, ao estipular as áreas a serem comercializadas conforme a condição socioeconômica dos moradores acabou estimulando uma ocupação residencial segregada e segredadora, no qual ao mesmo tempo, determina e aprofunda a manutenção da desigualdade, e auferem maiores lucros para os detentores desse capital, garantem Cordovil e Rodrigues (2012).

Giménez (2007) coloca que essa cidade pacífica e ordeira, e com traços da tipologia de cidade-jardim, sustenta uma ideologia ainda mais perversa, em que privilegia sempre uma dominação elitista e defensora de uma hierarquização social, ideário adotado, no caso de Maringá desde o princípio, pela sua fundadora CMNP. Assim, o espaço urbano de Maringá tornou-se, conforme posso analisar por meio de Lefebvre (2006), um meio para execução de um ordenamento potente e centralizado, no qual a estratégia da classe dominante é a obtenção ou maximização de lucro. Nesse contexto, é possível observar atuando sobre o espaço urbano de Maringá o que Lefebvre (2006) chamou de discurso da modernidade, estratégia que age em prol de uma gestão eficiente dos espaços com o objetivo de transformar a cidade num produto estratégico para as classes dominantes.

Assim, vemos que essa estratégia é muito fomentada pelos agentes produtores do espaço, por meio da propagação do discurso da cidade com qualidade de vida, com geração de riqueza, um lugar de harmonia, garante Giménez (2007). Estratégia essa homogeneizadora e que acaba sendo “comprada” pela população e subserviente aos interesses da elite econômica, do poder público local e principalmente do mercado imobiliário da cidade. Dessa forma, constata-se que a configuração do espaço urbano de Maringá desde o início foi permeada por uma ideologia capitalista, que está sempre em constantes modificações, sejam por pressões locais, globais ou dos agentes produtores do espaço. Além disso, Teodoro e Amorim (2010) apontam que o Estado também se apresenta, junto ao capital, como um dos principais

transformadores e modeladores das cidades, o que também não deixa de acontecer de forma diferente na cidade de Maringá.

Como é possível constatar, antes mesmo da sua edificação, o espaço reservado para a fundação da cidade de Maringá já tinha sido definido conforme os objetivos da ocupação capitalista da CMNP, o principal agente social formador do espaço em todo Norte do Paraná. No entanto, como destacado por Araújo (2005), muitos são os agentes econômicos e políticos que agiram e ainda agem sobre a configuração do espaço urbano de Maringá para que seus planos sejam postos em prática e mantidos até hoje, como é o caso dos agentes imobiliários, as construtoras e as loteadoras, que desde o desenvolvimento da cidade preocupam-se em impor a valorização de algumas áreas da cidade, em detrimento de outras. E como já foi mencionado, o outro agente social definidor do espaço é o poder público – o Estado – que articulado com o poder público municipal, é o grande responsável pelas transformações ocorridas sobre o espaço urbano e também por controlar o surgimento dos fenômenos vistos como “indesejáveis” à ordem urbana, como as ocupações irregulares, as favelas, os moradores de rua, que prejudicariam toda a estética desenhada e mantida pelos agentes sociais da cidade (RODRIGUES, 2007).

Assim, estes grupos atuantes no espaço urbano são capazes de formar e modelar conforme seus interesses ou racionalmente o espaço social, como pode ser visto na configuração do espaço urbano de Maringá. De tal maneira, corroborando com a ideia de Lefebvre (2006) e Corrêa (2004), é perceptível a não existência de um espaço *a priori* neutro, preexistente, passivo ou vazio na história de Maringá, já que este sempre foi, e ainda é, carregado pelos interesses dos agentes dominantes. Portanto, vejo Maringá sendo tratada como um produto social, em que agentes produzem e consomem conforme os seus únicos interesses.

Nesse sentido, tratada como produto social, a realidade urbana de Maringá se mantinha conforme o que tinha sido planejado no seu projeto inicial, isto é, áreas determinadas para serem habitadas de acordo com as condições socioeconômicas dos moradores. No entanto, ainda que essa realidade urbana pudesse ser planejada e mantida, seja pela iniciativa dos agentes imobiliários, do poder público ou dos dois agentes, o espaço maringaense apresenta aspectos frágeis, cheios de contradições e de problemas, afirma Giménez (2007). Ou seja, por mais que se tente manter uma imagem de um produto “perfeito”, um espaço de consenso dentro dos padrões estabelecidos no projeto inicial, que lhe asseguram uma configuração “ajardinada e bela” (TONELLA; RODRIGUES, 2003, p. 2), a ideologia produzida nunca pode ser vista como um bloco fechado ou homogêneo, conforme

colocado por Malldier (2003), já que pode sempre surgir escapes ou resistências imprevisíveis frente a uma situação de assujeitamento. Igualmente, frente a uma realidade urbana “produzida”, começou a aparecer furos no espaço urbano de Maringá que permitiu vir à tona uma situação que antes estava sendo abafada.

Assim, resultante da crescente hierarquização social, da especulação imobiliária e o descompromisso do poder público local com a configuração do espaço urbano da cidade, começou a ocorrer sobre a realidade “perfeita”, problemas relativos ao deslocamento de grupos de baixa renda para os limites fora da cidade, para as cidades vizinhas, ou ainda, tinham a alternativa de residirem nas extremidades, isto é, nas “bordas” da cidade, locais carentes de infraestrutura urbana (FONTANA; VALOTTA, 2014). Contexto este que foi cuidadosamente ocultado e abafado da realidade urbana planejada para a cidade, já que conflitava com a imagem de um único espaço urbano homogêneo e próspero para “todos”. Dessa forma, vejo que para uma parte da população, que muitas vezes é aquela que ajudou arduamente na construção da cidade, é negada o direito de ter acesso ao que Lefebvre (2001) chamou de “as positivities do urbano”, ou seja, os benefícios que a cidade contemporânea tem para oferecer.

Portanto, Maringá se desenvolve como uma cidade capitalista, em que seu espaço urbano é o principal instrumento político “intencionalmente” organizado, configurado pelo Estado, o poder público municipal e nas mãos de uma classe dominante. Nesse sentido, aqueles que não estão dentro dessa realidade urbana planejada, ou ainda, que são afetados por esse processo de “desqualificação social” apontado por Nogueira (2009), já que não se sentem merecedores de reconhecimento social, enquanto são “removidos” para um lugar desvalorizado, lutam para construir uma identidade enquanto sujeito cidadão. No entanto, enquanto essas pessoas não oferecerem nenhum tipo de “lucro” aos interesses dos produtores do espaço, eles continuaram sendo afastados da imagem “bela” da cidade e também dos frutos produzidos por esse espaço, já que segundo Galvão e Tonella (2010), mantendo-os “escondidos” não existirão contradições sociais ou resistências, pelo menos no plano das aparências.

Dessa forma, essas áreas produzidas pelas estratégias de acumulação das classes dominantes, como é o caso do bairro Santa Felicidade e de outros bairros mais pobres e afastados do centro da cidade, acabam tendo uma função dentro dessa estrutura social construída, já que são lugares de reprodução dos diversos grupos sociais. Assim, cidade dita como “planejada” nunca conseguirá abarcar toda a complexidade existente na realidade social, visto que a cidade acaba sendo um campo de lutas e conflitos, ou ainda, espaço para a

existência de diferentes classes sociais fazerem uso dela, às vezes da maneira mais vital, tendo o direito à voz, a cidadania.

Assim, “produto” de uma colonização privada bem sucedida, Maringá vem reiterando características de exclusão, já que a datar do seu surgimento sua população nativa, os verdadeiros “pioneiros”, não foram incorporados à sua história “oficial”, visto que o objetivo de seus colonizadores era a construção de um espaço que transmitisse ares de modernidade, civilização e desenvolvimento. Como Araújo (2003) aponta, os idealizadores no seu processo de construção, tanto físico quanto ideologicamente, fazem questão de “excluir e apagar” o que existia antes no lugar, “reconstruindo”, junto com a cidade uma história de desbravamento e pioneirismo, tendo como personagem principal a Companhia de Terras Norte do Paraná. Portanto, veremos mais adiante que, essa prática de “excluir e apagar” o que havia antes e buscar incutir no imaginário das pessoas uma nova e perfeita imagem e história é comum entre os agentes sociais organizadores do espaço urbano da cidade de Maringá.

Nesse sentido, a realidade urbana divulgada por esses agentes de cidade “ajardinada e bela” prevalece sobre aquela cidade segregadora, dividida por espaços sociais previamente demarcados, por seus diferentes preços, no qual demonstra o quanto Maringá nasceu e se consolida sobre uma ocupação espacial socialmente diversificada (ARAÚJO, 2003). Assim, mesmo com o seu crescimento além dos limites pré-determinados e com uma contradição social latente, seus dirigentes continuam “disfarçadamente” e por meio de mecanismos diversos, disseminando a manutenção dessa distribuição desigual do espaço. No entanto, como já mencionado, ainda que o seu projeto inicial assegurasse um espaço reservado para a população pobre da cidade estabelecem suas residências, além do trabalho dos agentes em prol de manter essas pessoas “escondidas”, Rodrigues (2004) aponta que na década de 1950, a aparente harmonia urbana desviou-se do padrão apregoado.

Em decorrência dessa desigualdade social imposta na cidade, e também na época, em razão da crescente erradicação do café na região de Maringá e a conseqüente imigração campo-cidade, segundo Rodrigues (2004), passaram a ocorrer processos de ocupação irregular de terrenos públicos: na Vila Esperança, Colônia Portuguesa, av. Tuiuti, Vila Nova (favela do Queiroz), rua Monte Cáceros, rua Guedner e travessa Liberdade (as três são a favela do José do Suspensório), rua Setúbal, vila Morangueira (Chácara 94, 110, rua Havaí e atrás da Chácara Porta do Céu), Vila Moema e Chácara 15. Além desses lugares, na região do cemitério, localizado na área central da cidade, se desenvolveram também pequenas favelas, originando a chamada “Favela do Cemitério”. Eram cerca de 300 barracos que foram

construídos pelos próprios moradores, estes sem condições de acesso ao mercado imobiliário, acabaram morando sozinhos ou com suas famílias nesse espaço da cidade.

No entanto, esse processo que deu origem à favelização, tão comum em tantas cidades brasileiras, em Maringá era visto como algo que fugia da “normalidade” empregada em seu espaço urbano. Assim, nas décadas de 1970 e 1980, a ação do poder público local em reverter e impedir o crescimento dessa prática na cidade ocorreu de forma contundente, afirma Rodrigues (2004). Essas ações de “limpeza na ordem urbana” tiveram início na administração de Sílvio Magalhães Barros (1973-1977), prosseguindo no segundo mandato do prefeito João Paulino Vieira Filho (1977-1982) e finalizando no mandato seguinte do prefeito Said Ferreira (1983-1988). Dessa forma, a intervenção do poder público previa a transferência das 14 favelas localizadas próximas ao cemitério da cidade para núcleos populares construídos com recursos públicos para justamente receber essas pessoas, como é o caso do bairro Santa Felicidade.

Sendo assim, diante desse processo denominado de “Programa de Desfavelamento Municipal” pela prefeitura de Maringá, é possível enxergar nessas ações empregadas com a ajuda do poder público local, uma iniciativa para a permanência do padrão de embelezamento constituído na cidade, bem como, vemos uma conservação da hierarquização social criada na cidade desde seu projeto inicial, uma vez que essas “favelas” estavam sendo construídas em um local “reservado” às elites, muito próximas à região da zona residencial *principal* e perto do centro da cidade. Ou seja, algo “estranho e inesperado” surgia perante a estética racionalmente mantida pelos agentes sociais da cidade, algo que prejudicava a imagem construída de “cidade bela” e também desorganizava a divisão dos espaços sociais previamente demarcados, e em razão de todos esses fatores, os agentes entram em ação com o objetivo de “proporcionar à família maringaense a oportunidade de virem a possuir casa própria” (LEI MUNICIPAL nº 1.111/75 de 11/12/1975), e assim, realizar a manutenção da distribuição desigual do espaço. Portanto, é a partir desse ponto que na próxima seção irei dar continuação à forma que ocorreu a formação histórica do bairro Santa Felicidade.

4.1 SANTA FELICIDADE: SEUS PRIMEIROS PASSOS...

Para contar como ocorreu a formação histórica do bairro Santa Felicidade, decidi utilizar como fontes teóricas alguns trabalhos acadêmicos, em especial dois estudos que também investigaram a trajetória do bairro Santa Felicidade e de seus moradores: a tese de

doutorado da pesquisadora Marivânia Conceição de Araújo, realizada no ano de 2005, e a dissertação de mestrado da pesquisadora Ângela Caniato, defendida no ano de 1986.

A história do bairro Santa Felicidade, bem como a trajetória dos seus moradores, se inicia muito antes da entrega da chave simbólica no dia 29 de janeiro de 1977 – dia da inauguração do bairro Santa Felicidade, denominado na época de PROFILURB - Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados. Como exposto anteriormente, com o surgimento de algumas “favelas” no espaço urbano de Maringá e uma, em especial, na região central, a Favela do Cemitério, no final dos anos 70, a prefeitura de Maringá, autorizada pela Lei Municipal nº 11/75 de 11/12/75, visando difundir sua política de assistência social no campo da cooperação habitacional, instituiu o Programa Social de Desfavelamento Municipal, cuja finalidade era “proporcionar à Família Maringaense, cujos rendimentos auferidos estejam abaixo dos valores mínimos estabelecidos pelo programa habitacional do BNH, através de seus órgãos cooperadores e promotores, a oportunidade de virem possuir casa própria” (CANIATO, 1986, p.15). A meta do programa foi criar o Núcleo Habitacional Santa Felicidade, financiado pelo BNH – Banco Nacional de Habitação, que tinha como plano global: iluminação pública, rede de água pluvial e esgoto sanitário, água potável, praça pública urbanizada, ponto de ônibus coberto, ruas asfaltadas e macadamizadas, centro social etc.

Para tanto, a prefeitura incumbiu a Fundação de Desenvolvimento Social de Maringá (FDSM) criada pela Lei Municipal nº 1122/76, de 04/05/1976, para ser o agente promotor do Programa Social de Desfavelamento Municipal. Segundo Caniato (1986), a Fundação se incumbiria de realizar a triagem necessária para a escolha daqueles que seriam beneficiados, realizar o trabalho de elevação social dessas pessoas, realizar os contratos de comodato, informar a prefeitura algum caso de desistência do contrato, e ainda, fiscalizar o cumprimento das obrigações por parte dos novos moradores do bairro.

Nas palavras de Galvão (2011), o objetivo da prefeitura com a implementação do programa era proporcionar moradia “decente” à população mais pobre da cidade, no entanto, existia um objetivo por trás dessa “boa ação”, a de acabar com a paisagem degradante que os barracos causavam ao ideário de “cidade bela”, “cidade modelo”, já que a cidade se orgulhava pelo fato de não possuir favelas ou áreas de ocupação irregular. Sendo assim, a Fundação se incumbia de fazer o levantamento das pessoas que residiam em condições precárias nas 14 favelas existentes, conseguindo cadastrar 585 famílias. Nesse ínterim, se iniciava também o fechamento da maior favela da cidade que se localizava próxima na região “nobre” de Maringá, que segundo Caniato (1986) chegou a ter mais de 300 ranchos – a Favela do

Cemitério – assim, com a ajuda dos guardas municipais, a prefeitura providenciava a numeração dos barracos, e o impedimento da construção de novos barracos.

Após fazer a urbanização da área dos 280 lotes num local afastado do centro da cidade, isto é, na periferia da cidade, a prefeitura iniciou a construção das casas-embrião, que foram entregues somente com a instalação de água, luz e sanitária, em 42 m² de área construída, com apenas quatro paredes externas, em um terreno de 250 m². Inicialmente o bairro foi inaugurado com apenas 30 casas construídas e não acabadas no término da gestão do prefeito da época, Silvio Barros. Em seguida, devido às pressões dos proprietários dos lotes onde estava localizada a Favela, o prefeito que sucedeu – João Paulino Vieira Filho – abandonou o programa e iniciou a expulsão dos favelados, “rapidamente e à força, derrubando os barracos, colocando as famílias em caminhão da Prefeitura, deixando-as com seus pertences pelas estradas e municípios próximos a Maringá” relata Caniato (1986, p. 17).

Diante de tal situação, Caniato (1986) conta que a imprensa, os prefeitos das cidades vizinhas e alguns maringaenses, começaram a exigir que a prefeitura efetivasse o desfavelamento de uma forma mais humana e, portanto, o prefeito se viu obrigado a criar uma comissão especial, grupo que ficaria responsável em realizar o desfavelamento de uma forma mais “sutil”, realizando as indenizações para alguns, os cadastramentos para outros, com o objetivo de adequá-los ao projeto. Mesmo assim, os favelados foram obrigados pela comissão a assinar um documento declarando que estavam saindo da favela de “livre e espontânea vontade, e de não construir nenhum barraco na cidade e no município de Maringá” (CANIATO, 1986, p. 18).

Dessa forma, poucas foram as famílias que conseguiram chegar ao “sonho” de morar no novo bairro construído exclusivamente para eles. Assim, algumas famílias que não conseguiram se “adequar” às exigências do projeto, tiveram que arranjar outro lugar para residir: uns eram levados a Estação Rodoviária e Ferroviária para saírem da cidade, outros eram transportados para cidades vizinhas onde, segundo Caniato (1986), eram comprados terrenos para eles remontarem seus barracos. Assim, das 59 famílias residentes classificadas inicialmente para o Programa do Profilurb, apenas 13 acabaram sendo transferidas para o bairro, as outras acabaram desistindo e indo para outros lugares, por causa das pressões e das ameaças da prefeitura e dos proprietários dos terrenos.

Sendo assim, mesmo já inaugurado o bairro (29/01/77), as casas só começaram a ser ocupadas a partir de 09/11/77, coincidindo, relata Caniato (1986), com a mudança do prefeito e com a nova política de desfavelamento colocada em prática “a ferro”. Nessa época, houve uma certa modificação nos critérios estipulados pela Fundação para a seleção dos futuros

moradores do bairro. No início do programa, os critérios eram: renda familiar de 500 cruzeiros, ser residente em Maringá pelo menos há um ano, e uma referência fornecida pela entidade assistida, caso o morador fizesse parte de alguma. Posteriormente, dentro da nova política de desfavelamento, exigia-se que a pessoa fosse morador de Maringá; possuir família, isto é, ser casado e possuir filhos; ser indicado pelo Agente Promotor (a própria FDSM); apresentar uma declaração assinada por dois ex-vizinhos; ter trabalho efetivo, e ainda, aqueles moradores advindos da Favela do Cemitério eram obrigados a fornecer à Fundação atestados de “Boa conduta” e “Nada Consta”, retirados em delegacias, enquanto que para os moradores advindos das instituições de caridade bastava apenas uma declaração da entidade. Sendo assim, vemos um programa que foi criado, a princípio, para atender especialmente os moradores da Favela do Cemitério, acabou alterando seus critérios de seleção e as exigências para ocupação das casas, privilegiando assim, aqueles moradores advindos das entidades assistenciais da cidade.

Desta forma, se via uma nítida discriminação da Fundação àqueles moradores da Favela, uma vez que foram exigidos tantos requisitos morais e econômicos, critérios que dificilmente esse grupo teria condições de apresentar em razão de suas condições naquele momento (CANIATO, 1986). Dessa forma, é possível observar que o próprio órgão responsável pela ocupação do bairro, conseguiu realizar um processo de discriminação entre os primeiros moradores do bairro, já que, como conta Caniato (1986) aqueles das tais instituições se sentiam moral e socialmente mais desenvolvidos que os ex-moradores da Favela, bem como, também se sentiam com medo contra possíveis agressões e roubos. Entretanto, Caniato (1986) afirma que por meio da convivência cotidiana com os moradores da Favela, os primeiros moradores perceberam quem eram os “reais malfeitores” da situação, e isso os levou a se aproximarem e abandonarem as atitudes defensivas com os ex-moradores da Favela do Cemitério.

Portanto, Caniato (1986) relata que foram para o Profilurb, atual Santa Felicidade, aqueles moradores que, de certo modo, eram protegidos pelas instituições de caridade da cidade; aqueles que, da Favela do Cemitério, conseguiram provar à Fundação que eram “mais avançados” moralmente e economicamente; e ainda, aqueles que conseguiram resistir às pressões e ameaças daqueles interessados em privilegiar a organização social do espaço urbano. Além do mais, a autora menciona que, nesse processo de ocupação e construção do bairro, a força da organização desses ex-favelados também foi um passo importante para a construção do bairro, visto que já existiam dentro do bairro os agentes principais que ajudavam aqueles que enfrentavam dificuldades para serem beneficiados com a moradia,

deixando até em segundo plano a ação “bondosa” da prefeitura na construção das casas do Profilurb. Essa força de organização, complementa a autora, veio a se concretizar na criação, em 1982, na Associação de Moradores do Profilurb, a única naquela época a funcionar sem qualquer ligação com políticos ou órgão público.

Outro problema relatado por Caniato (1986) decorrido dessa troca de prefeitos durante a execução do programa, dizia respeito ao contrato de concessão definitiva do imóvel. Conforme previa o contrato de comodato, assinado entre a prefeitura e os futuros moradores, depois do período de dois anos de experiência, caso os moradores não infringissem as regras de “comportamentos sociais e morais” estabelecidos pela Fundação, os mesmos receberiam o contrato de concessão definitiva. No entanto, até o ano de 1986, no qual foi realizado o estudo da pesquisadora Ângela Caniato, nove anos depois que os moradores tinham ocupados a casa, ainda não tinham os contratos em mãos, permanecendo sob a guarda da Fundação, e propagando uma situação de insegurança entre os moradores.

Assim, essa situação de instabilidade dos moradores durou até a primeira gestão (1983 a 1988) do prefeito Said Felício Ferreira, em que a prefeitura retomou o processo de legalização da compra de toda a região que havia sido prevista para a construção de 280 casas (ARAÚJO, 2005). Nas palavras de Caniato (1986) e Araújo (2005), somente nessa época, na década de 1980, que a prefeitura começou a regularizar a posse das casas pelos atuais moradores do bairro, no entanto, sua preocupação maior não era apenas oferecer e regularizar moradia a estes moradores, mas para todos aqueles que ainda residiam nas sub-habitações existentes em Maringá. Sendo assim, a nova administração pretendia um movimento bem mais abrangente, que erradicasse de vez todas as consideradas “favelas” da cidade, sem utilizar a estratégia de expulsar as pessoas de suas construções e não oferecer-lhes uma condição melhor em troca, situação essa que já havia acontecido no início do programa, relembra Araújo (2005).

Nesse contexto, a mesma autora afirma que é possível perceber que o mesmo tratamento de jogar essas pessoas para as bordas da cidade – ou para a periferia – ainda é dado “aos pobres” que residiam em Maringá, como ocorreu com os moradores do bairro Santa Felicidade, colocados à margem da cidade, num local que naquela época tinha o menor valor de mercado, pelas condições de topografia e solo menos favorável, e ainda, em péssimas condições de infraestrutura, e como relata Araújo (2005), na presença de “casas de tolerância” e de dois frigoríficos, que afastaram por muitos anos o desenvolvimento e a habitação dessa área. Ou seja, um lugar evitado por todos naquele momento na cidade, mas que para os “pobres” seria o lugar adequado para se viver. Assim, é visível a continuidade da intervenção

das elites locais e agentes sociais construtores do espaço em segregar e afastar essa população vista por estes como um “obstáculo” para a manutenção da “bela imagem” divulgada da cidade, bem como para o seu progresso social e, principalmente econômico. Araújo (2005, p. 149) complementa:

A busca pela manutenção dos espaços “visíveis” da cidade livres de figuras indesejáveis como os pobres ou favelados, ainda permeia a ação dos agentes formadores do espaço urbano, assim como das elites da cidade. Deslocar grupos residentes nas áreas centrais da cidade e destruir as sub-habitações onde moravam também pode ser entendido como uma forma de extirpar os pobres daquele espaço urbano. Ainda que essa retirada não seja total, já que eles foram transferidos para as franjas da cidade, essa mudança teve alto grau de eficiência, visto que liberou de uma população indesejada, um local cujo valor no mercado imobiliário aumentaria significativamente. Essa transparência é significativa, pois, entre outras consequências, segrega os pobres e os torna “invisíveis”, mantendo, para a cidade, a aparência de perfeição, de local planejado e sem pobreza.

Portanto, vemos a mesma ação de renegar a população mais pobre se repetir em Maringá, assim como aconteceu nas décadas de 1950 e 1960, em que a presença dos “pobres” era coibida na cidade, na década de 1980, a solução encontrada “em prol da família maringaense”, eles eram transferidos para um lugar só deles, resultando deste modo, numa cidade “limpa” e sem pobres. Entretanto, conforme colocado por Araújo (2005), a saída na época encontrada pela prefeitura de deslocá-los para fora da região “visível” não significava a solução para o panorama socioeconômico que a cidade enfrentava, no entanto, essa intervenção foi suficiente para manter a imagem positiva da cidade e dar continuidade ao ideário planejado. Por essa via também, era possível que o grande poder controlador existente na cidade, isto é, o poder público local e os agentes produtores do espaço, administrassem e vigiassem “os indesejáveis”, colocando-os ou removendo-os de um lugar para outro conforme julgasse conveniente, ou de acordo com os seus interesses, escondendo dessa forma, as contradições ou as mazelas que teimavam em aparecer na realidade urbana planejada.

4.1.1 Uma nova fase? Ou o retorno da velha fase para o bairro...

Em virtude de tudo o que foi mencionado até aqui, o bairro Santa Felicidade pode ser visto como um caso de desigualdade espacial e social, construído e mantido pelos agentes construtores do espaço urbano da cidade de Maringá, afirma Rodrigues (2004). Por outro lado, durante todo esse período de constituição, em que o bairro encontrava-se distante do

centro, desprovido de equipamentos urbanos, tais como creches, escolas, posto de saúde, entre outros, ou seja, mesmo diante dessa situação e na condição de segregados e excluídos das “positividades do urbano”, os moradores do bairro Santa Felicidade durante muitos anos e com muita persistência, conseguiram construir suas vidas no bairro, ergueram suas casas segundo o seu modo de vida, construíram suas relações de vizinhança e amizade no lugar que foram a eles destinados, ou seja, conseguiram tomar para eles este espaço, antes desconhecido e indesejado por todos, e transformá-lo na “casa deles”, embora estivessem ainda expostos a todas as adversidades existentes, como a precariedade na infraestrutura urbana e de serviços, além da estigmatização dos moradores por parte do conjunto da sociedade maringense.

Ocorre que, nesse meio tempo, relatam Reschilian e Uehara (2013), observa-se uma desaceleração do crescimento demográfico de Maringá, como reflexo do modelo de urbanização brasileiro. Nesse período, contam os autores, dois fenômenos surgem na realidade urbana da cidade: a expansão populacional para as cidades vizinhas, em razão do alto custo das moradias em Maringá, e também vemos surgir o fenômeno da verticalização no centro da cidade, com aparecimento de corredores altamente edificados, alterando a paisagem da “bela cidade”. Assim, nessa onda de urbanização desigual, na década de 1990, é possível enxergar em Maringá um aumento na aprovação de novos loteamentos, com a edificação e ampliação de condomínios horizontais por toda a cidade (RESCHILIAN; UEHARA, 2013).

Assim, em consequência desse surto de novos loteamentos e condomínios, a distância entre o centro da cidade e o bairro Santa Felicidade diminui, valorizando dessa maneira esta região, considerada antes “periferia da cidade”, bem como, aumentando de maneira significativa e inesperada o interesse imobiliário por ela. Dessa forma, em uma área que antes era desvalorizada e segregada, começava a surgir novos contornos e valorização no mercado imobiliário, o que resultou na instalação de mansões, vários condomínios de luxo, instituição de ensino e empresas na região (STAHLHOEFER; RODRIGUES, 2010). Além disso, torna-se presente a existência de equipamentos urbanos na região e no bairro.

Assim, superando a precariedade dos anos iniciais e com a valorização da região, a história de remoção e transferência começava se repetir e, sobretudo, novamente os moradores são vistos como “obstáculos” para o progresso imobiliário, o bem-estar social e econômico da cidade, e principalmente, o fato de que a “aparência de bairro simples” não estava mais combinando, ou melhor, se “adequando” com o que estava sendo construído ali ao seu redor. Vemos assim, uma população que teve que passar por uma falta de infraestrutura urbana, por uma situação de insegurança nos anos iniciais, sem ter a posse definitiva de sua casa, tornam-se (novamente) alvo estratégico de remoção, aponta Uehara (2012). Assim,

constata-se que nesse contexto, o capital imobiliário, apoiado por outros agentes dominantes, utiliza-se de mecanismos diferenciados para que, no mesmo espaço, ora irá segregar e excluir, ora irá absorver essa parte da população, contradição inerente à ideologia capitalista quando colocada em prática no espaço urbano (MENDES *et al*, 2008).

Sendo assim, em virtude dessa valorização da região e tendo como argumento a “necessidade de rápida tramitação de documentos e da iminência de repasses de recursos” (GALVÃO; RODRIGUES; TONELLA, 2009), no ano de 2007 é apresentado à população um Projeto de Requalificação Urbana e Social - ZEIS³ Santa Felicidade, da Prefeitura Municipal de Maringá, com recursos do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal, projeto este já apresentado pronto, ou seja, não debatido com a comunidade “objeto” da ação, que segundo a pesquisa do Observatório das Metrópoles - Núcleo RMM (2011)⁴, visava a reurbanização e a requalificação de áreas em declínio físico e social; a urbanização de novas áreas com construção de novas unidades habitacionais de interesse social; medidas de recuperação ambiental e a provisão de infraestrutura urbana e social aos seguintes conjuntos da ZEIS: Jardim Ipanema, Conjunto Residencial João de Barro I, Bairro Santa Felicidade e Residencial Tarumã.

Assim, a implementação do projeto previa a remoção de 1/3 do total de 246 dos terrenos do bairro Santa Felicidade, isso significava que a maioria dos atuais moradores seria removida para outro lugar e não iria usufruir dos benefícios dos investimentos dos recursos do PAC naquela área, garante Galvão, Rodrigues e Tonella (2009). Os mesmos autores explicam que a remoção seria necessária, de acordo com o projeto, uma vez que haveria uma ampliação no tamanho dos terrenos, que antes tinham 250m² e seriam ampliados para o tamanho que varia entre 300 a 350m². Além dessa justificativa, a transferência era necessária, pois o objetivo assistencial também abrangeria a melhoria das habitações nos bairros, no qual contribuiria para a desconcentração da população da região sul da cidade e a distribuição mais equilibrada do território urbano (TONELLA; RODRIGUES, 2010).

Assim, na sua proposta enviada ao Ministério da Cidade, esse mesmo projeto ainda justificava a sua existência em razão de três questões fundamentais, que só poderiam ser “solucionadas” com a contemplação dos recursos do PAC. A primeira questão que o projeto visava solucionar dizia respeito ao forte grau de conurbação que Maringá apresentava com

³ ZEIS: refere-se à Zona Especial de Interesse Social. Definição disponível no Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257/2001.

⁴ Relatório elaborado por Fernanda Martins Valotta. TR: Monitoramento da política de desenvolvimento urbano – monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento. Observatório das Metrópoles – Núcleo Regional de Maringá, 2011. Não publicado.

seus municípios vizinhos (Sarandi e Paçandu), que vinha produzindo uma deteriorização nas condições habitacionais nos municípios citados, já que estavam sendo pressionados pela demanda não atendida da cidade de Maringá; assim essa situação afetava as condições sócio-espaciais das duas cidades vizinhas, com efeito “bumerangue” sobre a cidade central Maringá.

A segunda questão contida no projeto construído pela prefeitura de Maringá-PR envolvia questões ambientais, especificamente o Jardim Tarumã, localizado em Maringá, em que parte de suas casas tinham sido construídas sobre uma área definida pelo Ministério Público como preservação ambiental, por se tratar de leito aterrado do córrego Tarumã. Em resultado disso, essas casas também apresentavam condições inadequadas de habitabilidade em função da umidade excessiva nos períodos de chuvosos do ano. E a terceira razão do projeto existir, era pela formação de enclaves ou guetos em bairros de Maringá, onde a presença do tráfico de entorpecentes provocava a desestruturação social, e o recrutamento de jovens que passaram a cometer delitos afetando não apenas o próprio bairro, mas o restante da cidade também.

Assim, com o objetivo de reverter essa lógica e “solucionar” tais questões, o poder público de Maringá elaborou um projeto que propunha uma transformação socioambiental que envolvia soluções para as áreas: social, segurança pública, econômica (emprego e renda), infraestrutura, educação e saúde. Entre as justificativas contidas no projeto apontadas como as mais graves estão: dados históricos da prefeitura confirmavam que o bairro localizava-se numa região conhecida como muito carente e a mais violenta do município; a presença de construções desordenadas (os chamados “puxadinhos”) e insalubres no bairro; baixos índices de escolaridade e uma resistência da população à instrução; altos índices de doenças como AIDS e outras DSTs generalizadas, e a presença de altos índices de dependência química na região, o que conforme o próprio projeto, interferia negativamente no comportamento destes indivíduos perante a sociedade local e regional, fato esse que, segundo o governo municipal, é o responsável direto pelo aumento da criminalidade e da violência no local. Portanto, essas foram as questões apontadas pela prefeitura e colocadas no projeto como as mais graves justificativas para a elaboração e implementação da requalificação urbana e social no bairro.

Assim, com a aprovação e a liberação do recurso, a partir do ano de 2009, cerca de 104 famílias foram removidas, para regiões consideradas como vazios urbanos “declarados de utilidade pública ou de propriedade do Município de Maringá de forma pulverizada na malha urbana, de maneira a manter a população atendida o mais próximo possível do local onde já

mantém laços sociais e econômicos”⁵. Sendo assim, os moradores que ficaram no bairro, cerca de 164 famílias, a prefeitura prometeu revitalizar suas casas em outra fase do projeto, conforme levantamento e consulta às famílias realizado pela mesma. Além de se preocupar “bondosamente” em manter os laços sociais e econômicos das famílias removidas, um dos interessantes objetivos do projeto era resgatar a autoestima desses moradores, aliás segundo o texto que consta no projeto, o discurso do resgate não servia para esses moradores, uma vez que só se resgata aquilo que um dia foi construído, e portanto, a autoestima dessa população deveria ser construída, mas não apenas com base em programas e assistência social, mas principalmente com o investimento do poder público no aspecto físico do bairro, “para mudar o impacto visual e conceitual da favela ‘símbolo da segregação espacial’, território por excelência da pobreza e da cultura popular”.

Portanto, pela única e exclusiva razão em conceder urgentemente uma inserção social e construção de cidadania para essa população, bem como pelo fardo em carregar uma história de exclusão e segregacionismo por tantos anos, a prefeitura justifica a existência desse projeto, ressaltando que, “o impacto da segurança, do belo, do estético, inaugurará uma nova fase, o princípio de uma nova história de inserção social” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ..., 2007, p. 16).

Além de toda essa preocupação “gratuita”, o município de Maringá também almejou, por meio desse projeto de requalificação, promover a melhoria de qualidade de vida dessas populações excluídas, realizando um trabalho social que incentive “a organização, a educação sanitária e ambiental, gestão comunitária e o desenvolvimento de ações em acordo com as necessidades e direitos da família, facilitando o seu acesso ao trabalho e a melhoria da renda familiar” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ..., 2007, p. 16). Assim complementa:

O enfoque da intervenção social é contribuir para uma ocupação urbana planejada, envolvendo os beneficiários em processo de mobilização sobre preservação ambiental, educação sanitária, convívio familiar e comunitário, relacionamento interpessoal, qualificação profissional, cidadania entre outros elementos propícios à sociabilidade e uma convivência pacífica. A intervenção contribuirá significativamente para a prevenção e erradicação da pobreza em áreas urbanas vulneráveis do município de Maringá e ainda oportunizará que vários núcleos familiares que residem sobre o mesmo teto adquira sua moradia, promovendo assim a qualidade de vida [...] (PREFEITURA MUNICIPAL..., 2007, p. 16).

⁵ PROJETO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL PARA REQUALIFICAÇÃO URBANA E SOCIAL DA ZEIS SANTA FELICIDADE E OCUPAÇÃO DE VAZIOS URBANOS – realizado pela prefeitura de Maringá no ano de 2007.

Assim, diante de todos os fragmentos retirados do projeto, vejo que utilizando explicitamente o discurso de “melhoria da qualidade de vida e assistência social as populações excluídas e segregadas” e, sobretudo o discurso da “construção de uma autoestima”, e estimulado em promover a cidade para os agentes imobiliários e os grandes proprietários fundiários, o poder público local consegue novamente por meio desse projeto, agir em favor da manutenção e propagação de um modelo de cidade que esbanja progresso e qualidade de vida e de serviços, e que para isso aconteça, aquele bairro que surgiu e permaneceu por tantos anos sendo o local destinado a esconder os “indesejáveis” e que carregava características singulares e pouco atrativas, isto é, ruas e calçadas bem estreitas e a construção dos “puxadinhos” nos terrenos, tornam-se neste momento alvo de interesses e infelizmente sujeitos a “adequação” aos padrões de beleza pregados na região e por toda a cidade de Maringá (avenidas e ruas largas e ajardinadas, calçadas ecológicas).

Portanto, o que vemos é um bairro e principalmente, pessoas e seus modos de vida sendo gerenciadas estrategicamente em razão de uma única e “aplaudida” finalidade, transformar a cidade em um lugar atrativo e belo, tanto para aqueles que investem quanto para a própria população atingida. Assim, aquela cidade que outrora tinha espaços em “desarmonia” e com conflitos aparentes, isto é, a bela região central reservada para as classes média e alta, e as “bordas” da cidade sendo um lugar improdutivo destinado aos pobres e ex-favelados, possui agora espaços visualmente semelhantes, mas que na realidade continuam carregando contradições sociais. Portanto, a cidade então fragmentada, passa a ser vendida e divulgada como uma cidade homogênea e próspera para todos, especialmente para os investidores.

Entretanto, em meio a essa visão estratégica e globalizante que os planejadores possuem da cidade, em que tudo aquilo que foge do padrão é modificado ou rejeitado, é possível encontrar um contraponto, isto é, conforme Certeau (1998) o fenômeno urbano pode ser compreendido por outro ângulo: o olhar do chão. É o olhar a partir daqueles que vivem a cidade, onde as práticas urbanas fogem de qualquer limite ou planejamento urbanístico. Olhar que é capaz de revelar histórias múltiplas e que se escondem no anonimato. Assim, é nesse anonimato que acontecem as práticas diárias, os conflitos, as disputas ou ainda, é o lugar onde as pessoas constroem, reconstroem, se apropriam e tornam aquele espaço delas. Portanto, foi esse olhar que lancei sobre as territorializações realizadas pelos moradores do Santa Felicidade, no entanto, foi interessante destacar a possibilidade e porque não, a importância de trazer para a discussão o olhar funcionalista para a cidade, como uma forma de entender o contexto em que se passam as práticas urbanas.

5

RELATOS DE CAMPO

Primeira visita de “reconhecimento” (09/09/2014)

Após ter lido alguns trabalhos e escutado algumas histórias e comentários referente ao bairro Santa felicidade, senti que esse era o momento de me desamarrar do olhar do outro e desenvolver os meus próprios relatos, ou seja, era a hora de conhecer o campo. É claro que uma questão ainda pairava na minha cabeça, como me inserir nesse lugar? E ainda, como ter acesso a essas pessoas que desejava tanto observar e escutar, mas que até então eram desconhecidas? Creio que quase todos os pesquisadores já passaram por esse momento de aflição e como veremos a seguir, comigo não foi nada diferente.

Sendo assim, tentando solucionar esses primeiros desafios, precisava de algum contato para me inserir no bairro, pelo menos nas primeiras visitas ao local. Então, tive a ideia de conversar com uma professora que já tinha desenvolvido uma tese de doutorado no ano de 2004 com os moradores do bairro e pedir uma indicação de alguém que pudesse me acompanhar numa primeira visita de “reconhecimento” ao bairro. Foi então que a professora me indicou um ex-aluno dela que mora exatamente no limite do bairro Santa Felicidade com outro bairro próximo, o João de Barro I, mas que sempre teve um contato maior com os moradores do Santa Felicidade. Esse meu “guia”, que prefiro chamá-lo assim, ao invés de atribuir um nome fictício a ele, me acompanhou nessa primeira visita que, na ocasião foi marcada no período da tarde, já que ele trabalhava no período da manhã e estudava à noite. Nessa primeira visita, o meu guia ofereceu uma carona de carro até o bairro, já que ele estava voltando para casa e sugeriu que nós caminhássemos um pouco pelas principais ruas do bairro. Ainda no trajeto em direção ao bairro, algo já me deixou muito surpresa (e realmente foi uma surpresa, já que nunca antes tinha estado naquela região). Em razão das leituras realizadas sobre a transferência dessa população para as “bordas” da cidade, ou seja, na minha cabeça a expectativa era encontrar uma região vazia ou desabitada, no entanto, esqueci-me de

um pequeno detalhe, que essa história ocorreu há quase 40 anos atrás, quando o bairro foi inaugurado. Assim, a “surpresa” em si foi ter me deparado com uma região em “pleno progresso”, ou seja, rodeada por um centro universitário e um tecnológico, grandes supermercados, ruas e avenidas largas e de fácil acesso, um comércio de rua latente, escolas, hospital municipal e uma unidade de pronto atendimento (UPA) que funciona 24 horas por dia. Mas o que prendeu minha atenção mesmo, foi a existência de alguns condomínios horizontais de luxo na região, um em especial pela grandiosidade da construção bem localizado há poucos metros do Santa Felicidade. O que quero destacar com toda essa descrição é como a cidade cresceu e invadiu aquela região, antes desabitada e “rejeitada” por muitos investidores, mas que agora revelava uma efetiva valorização do lugar. Nas figuras 3 e 4, vemos respectivamente como era a ocupação da região no ano de 2008 (imagem cedida pelo Observatório das Metrópoles/Núcleo Maringá), e atualmente no ano de 2015. Já a figura 5 demonstra a quantidade de condomínios (pontos vermelhos) na região do bairro Santa Felicidade (retângulo verde no mapa).

Figura 3 – Ocupação da região do bairro Santa Felicidade no ano de 2008.



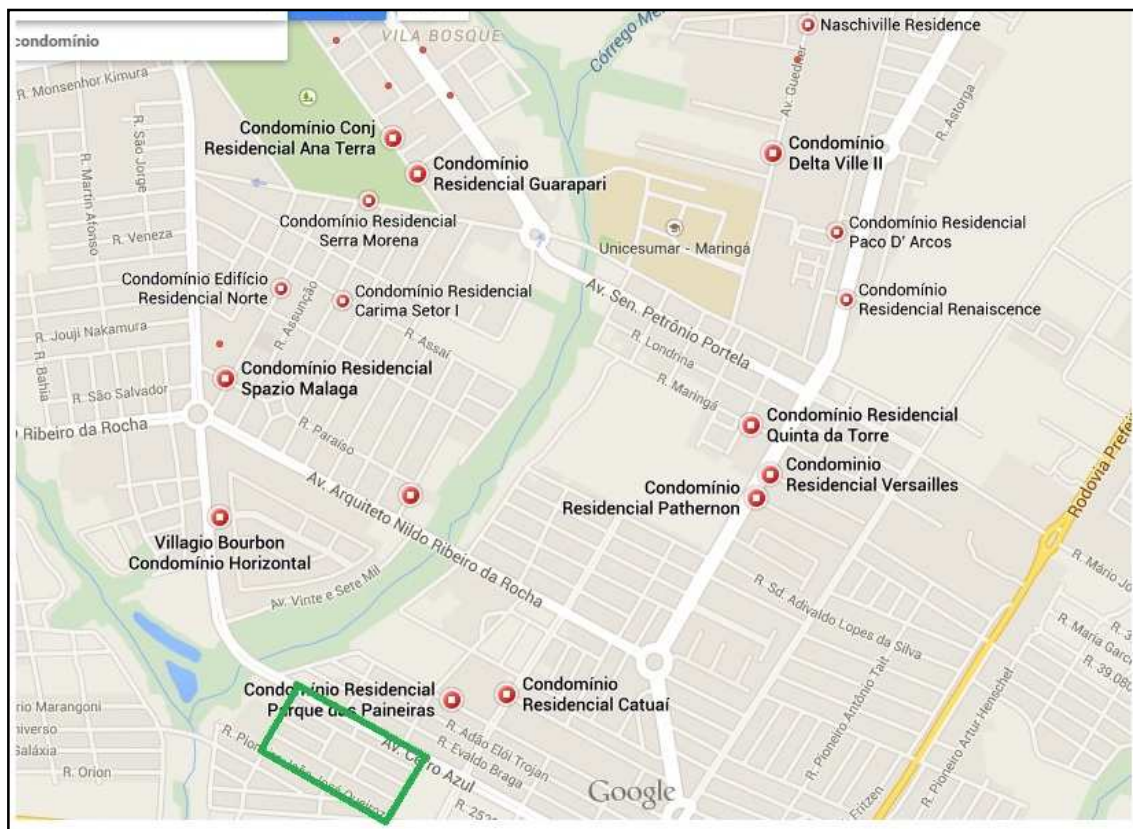
Fonte: Observatório das Metrópoles/Núcleo Maringá

Figura 4 – Ocupação da região do bairro Santa Felicidade no ano de 2015



Fonte: Google Maps

Figura 5 – Condomínios na região do bairro Santa Felicidade (2014)



Fonte: Google Maps

Assim, após passar por esse itinerário, chegamos no bairro por volta das 14h da tarde. Estava um dia quente e de muito sol. Paramos perto da única praça do bairro, e iniciamos a nossa caminhada pelas principais ruas. No entanto, enquanto andávamos, em razão do sol quente, não sei, mas notei a tímida presença de moradores pelas ruas do bairro, o que me causou num primeiro momento uma certa preocupação, mas exponho ela depois. Seguindo nossa caminhada, o que me chamou a atenção foi o “visual” do bairro. Novamente, por ter tido acesso a algumas fotografias antigas feitas pelo Observatório das Metrópoles (Núcleo Maringá), o aspecto físico ou melhor, as transformações nesse “visual” me causou uma outra grande surpresa. Por mais que já tivesse visto alguns registros fotográficos após a implantação da requalificação no bairro, o contato real e físico com aquela nova estrutura foi diferente. A expectativa era encontrar traços (formas, contornos) que tinham chamado a minha atenção, mas que agora não existiam mais. O sentimento foi de perda de algo que nem cheguei a conhecer. Se era estranho para mim, será que os moradores também se sentiam assim? Foi essa questão que ficou na minha cabeça. Já que esse sentimento veio à tona, gostaria de expor, desde já ao leitor algumas fotos conseguidas do “antes” da implementação do projeto, e outras pós-projeto, algumas foram retiradas por mim no decorrer das visitas, outras pelos pesquisadores do Observatório das Metrópoles (Núcleo Maringá).

Figura 6 – Santa Felicidade em meados nos anos de 1990



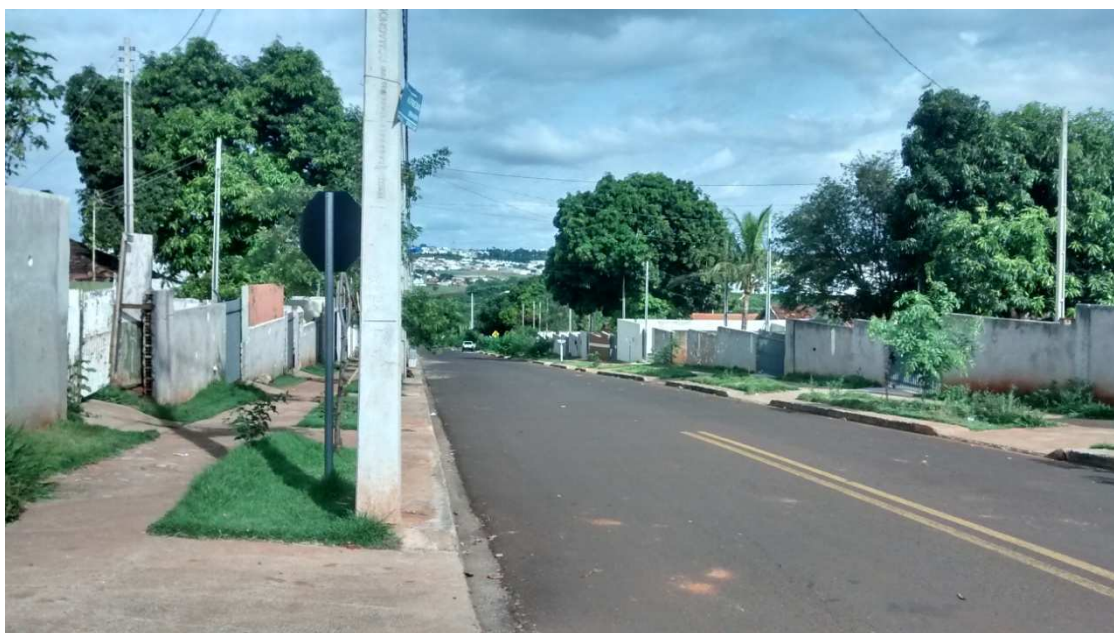
Fonte: Observatório das Metrópoles/Núcleo Maringá

Figura 7 - Santa Felicidade antes da Requalificação em 2008



Fonte: Observatório das Metrôpoles/Núcleo Maringá

Figura 8 – Santa Felicidade depois da Requalificação em 2014



Fonte: dados da pesquisa, 2014. Fotografia da autora

Figura 9 – Rua do bairro após a Requalificação em 2008



Fonte: Observatório das Metrópoles/Núcleo Maringá

Figura 10 – Lixo e entulhos após a Requalificação em 2008



Fonte: Observatório das Metrópoles/Núcleo Maringá

Assim, de um lugar que trazia características de bairro pequeno e popular, com ruas e calçadas muito estreitas, pessoas e crianças ocupando as ruas e, sobretudo, com vários pés de árvores frutíferas nos quintais das casas (que aliás, mesmo através da imagem fotográfica trazia uma sensação de íntimo, isto é, da possibilidade de colher uma fruta do pé no quintal de casa), fui literalmente transportada para um cenário com um padrão estético muito frequente nos bairros centrais da cidade de Maringá, isto é, um modelo de ruas largas e calçadas ecológicas. Além disso, no caminhar me deparei com algumas casas parcialmente destruídas (eram as casas daqueles moradores que foram transferidos do bairro), com as paredes derrubadas e um amontoado de lixos do morador anterior; vi ainda, terrenos abandonados e cheios de entulhos, muros destruídos, casas ainda por terminar e, principalmente, com pouca movimentação de pessoas nos quintais das casas ou nas calçadas. Ou seja, claramente o cenário era outro daquele visto nas fotografias e contado pelas pessoas.

Dessa forma, preocupada com a tímida presença das pessoas nas ruas, perguntei ao meu guia se aquela dinâmica era comum, e ele acabou me contando que “normalmente” aquela situação era habitual, já que naquele horário muitos moradores (principalmente os mais novos) estavam trabalhando e as crianças e adolescentes estavam na creche e/ou escola. Ele contou que o “burburinho” que existia ainda ali nas ruas só começava após as 18h ou 19h, quando as pessoas chegavam do trabalho e as crianças da escola, e infelizmente também encontraria a partir desse horário uma movimentação (disfarçada) de usuários e compradores de drogas no local. Informações que, no momento me deixaram um tanto preocupada, já que a minha estratégia inicial era ir a campo durante o período do dia e ficar até umas 18 horas da tarde (horário que daria para voltar de ônibus), mas devido às informações passadas e as recomendações feitas pelos amigos e até pelo próprio guia, que não era “recomendável” que andasse sozinha pelas ruas a partir do final da tarde em diante, mas então qual seria a estratégia? Se no horário que daria certo para mim, provavelmente não encontraria ninguém em casa ou na rua? Percebendo a minha aflição, o morador me falou que possivelmente no período da manhã e/ou tarde eu iria encontrar moradores mais velhos, já aposentados ou que não trabalhassem mais, e ainda, pessoas desempregadas. Portanto, sob essas condições, a minha estratégia “preliminar” seria conversar com esses moradores e aqueles que porventura estivessem no bairro nesses horários.

Resolvida temporariamente essa questão, posso continuar a narrar minhas observações. Assim, durante o caminhar pelo bairro também pude notar a existência de alguns comércios, como por exemplo, um mercadinho, um açougue, um ou dois bares, e também observei a presença de igrejas, fato que chamou minha atenção, por ser um bairro com apenas

quatro ruas principais e mesmo assim, conter um número considerável de igrejas, as que consegui contar, somavam em torno de umas quatro, entre igrejas católicas e evangélicas. Além disso, próximo ao bairro, há uma fábrica têxtil e uma associação de catadores de lixo, que o morador acabou me informando que algumas pessoas do Santa Felicidade trabalham nesses dois locais próximo ao bairro mesmo. Há ainda no bairro áreas públicas, como a praça Zumbi dos Palmares, nome dado em homenagem à cultura africana, local que são desenvolvidas ocasionalmente atividades com crianças e/ou adolescentes. Aliás, durante essa primeira visita, estava sendo realizada uma atividade de artesanato com algumas poucas meninas. Também notei a existência de uma quadra coberta, localizada no centro do bairro, que fica ao lado da única creche do Santa Felicidade. Há ainda dentro do bairro, uma escola de nível fundamental, e uma unidade do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).

Essa primeira visita de exploração ao campo, apesar de rápida, serviu para me dar uma prévia de como “funciona” o dia a dia daquelas pessoas e, entender a dinâmica do lugar e, principalmente como daqui em diante deveria me portar naquele ambiente já que, se para mim era uma experiência nova, aos olhos dos moradores também existia alguém desconhecido invadindo o seu espaço. Acima de tudo, essa ida me ajudou a formular as “minhas” primeiras impressões diante de tudo que já tinha lido e escutado sobre o bairro, quebrando algumas ideias preconcebidas e ajudando a construir outras. É claro que, pelo fato de ter sido uma visita guiada, onde existiu uma troca de informações durante a caminhada, essas “primeiras impressões” ficaram um pouco restritas à visão da pessoa que estava me acompanhando, já que ela me mostrou o que era importante sob o seu ponto de vista. No entanto, já sabia que nas próximas visitas eu teria que ir sozinha, para poder realizar as minhas próprias inferências sobre aquele local. Assim, com essas observações feitas, tivemos que encerrar nossa caminhada pelo bairro, já que devido à retirada de algumas árvores em razão da requalificação, estava extremamente difícil caminhar em pleno sol das 15h00 da tarde. Voltando à praça, preferi esperar em um ponto que tinha ali e fazer o trajeto de volta para a minha casa sozinha de ônibus, para aproveitar o tempo e rascunhar ali mesmo as primeiras reflexões. Portanto, finalizei a minha primeira visita ao bairro, confesso um pouco frustrada, já que não tinha conseguido conversar com nenhum morador.

Assim, depois dessa primeira ida ao bairro, percebi que não ia ser uma tarefa fácil reconhecer e abordar esses moradores, questão que causou certa apreensão. No meio desse impasse, acabei entrando novamente em contato com o meu “guia” e ele acabou me informando que o pai dele mora no Santa Felicidade já há alguns anos e que por ter ajudado a desenvolver alguns projetos sociais no bairro, ele poderia me ajudar e, sobretudo, me indicar

alguns moradores conhecidos. Mas que seria difícil entrar em contato e agendar uma conversa com ele, visto que ele viajava muito por causa do trabalho. No entanto, mesmo tendo essa dificuldade, essa informação já me deixou esperançosa em relação à minha inserção no bairro. Assim, fui à busca de agendar essa primeira entrevista, e realmente não foi fácil conciliar os meus horários e a agenda desse novo contato. No meio dessas tentativas e conversas por telefone, o dia do meu exame de qualificação estava se aproximando, foi então que decidi ouvir a banca primeiro e depois agendar a entrevista.

Segunda visita, finalmente voltando a campo (06/11/2014)

Após o meu exame de qualificação, fiquei ainda um tempo realizando e discutindo com a minha orientadora os devidos acréscimos e alterações recomendadas pela banca. Nesse meio tempo, voltei a entrar em contato com o pai do “meu guia” para ver se conseguia agendar a primeira conversa “formal”. E depois da espera e expectativa para retornar a campo, felizmente consegui marcar. No entanto, no dia anterior à entrevista, precisamente no dia 05 de novembro, fiquei sabendo pelo noticiário local que tinha ocorrido um incidente no bairro. O jornal informava que tinha acontecido um tiroteio à “queima roupa” perto da praça principal do bairro, por volta das 16h00 da tarde. Logo que fiquei sabendo, entrei em contato com o morador que me guiou na primeira visita para saber o que realmente tinha acontecido. Ele me contou que o tiroteio tinha ocorrido realmente perto da praça e que a vítima ficou praticamente caída na frente de sua casa, mas que o incidente devia ser apenas um “acerto de contas” entre os traficantes da região. Aquela notícia e em seguida a confirmação em tom de “naturalidade” pelo morador, me deixou bastante aflita e ainda mais preocupada com a minha própria segurança, já que tinha uma entrevista no dia seguinte no final da tarde, perto do mesmo local. Se pensei em desistir? Com certeza. Entretanto, tinha esperado tanto para conseguir aquela entrevista, se deixasse o medo ou a insegurança me deter naquele momento, posteriormente a situação iria se repetir, e eu teria que enfrentá-la da mesma forma. E foi pensando nisso, que resolvi não desmarcar a entrevista e seguir em frente.

Assim, percebendo a minha aflição, o morador que me ajudou desde o início, decidiu me acompanhar até o bairro. Nessa ocasião, optei em colocar uma roupa mais simples possível – calça jeans, tênis e camiseta – na tentativa, pelo menos, de não chamar tanto a atenção ou destoasse perante os outros. É claro que, passar despercebida é uma situação quase impossível, já que eu era a estranha para aquelas pessoas, no entanto, o meu intuito foi me apresentar como alguém mais próximo do comum ali. Assim, entrando no bairro, a minha

impressão foi até de mais movimento nas ruas. Nesse instante, o pai do meu guia me liga e informa que iria se atrasar cerca de meia hora. O que faria nesse tempo? Foi então que tomei uma decisão. Mesmo sentindo certo receio pelo acontecido no dia anterior e também por não conhecer ninguém naquele local, decidi dispensar a companhia do meu amigo e aproveitar aquele tempo antes da entrevista para andar pela rua e buscar me acostumar mais com o local e quem sabe me aproximar de alguns moradores.

Era 16h30 da tarde quando comecei a caminhar pelas ruas observando o lugar e à procura de moradores que pudessem me ajudar com indicações. A primeira impressão, como comentei, foi de mais pessoas transitando pelas ruas, muito em razão pelo horário, diferente da primeira visita, entretanto, era tímido ainda o movimento. Como na primeira visita, apesar da preocupação de estar sozinha, senti um certo ar de tranquilidade naquele dia (ou será que eu já estava começando a me acostumar com o lugar?), mas ao mesmo tempo, percebi que as pessoas ao cruzavam comigo expressavam algo diferente, como se tivessem estranhando a minha presença. Minha primeira tentativa foi numa igreja católica localizada bem perto da praça, na divisa entre o bairro Santa Felicidade e o bairro vizinho. A intenção era encontrar um responsável, um padre ou algum funcionário que me indicasse moradores ou fiéis mais antigos, que tinham o costume de ficar no bairro durante o dia. No entanto, a tentativa foi em vão, não havia ninguém no local naquele horário.

Depois dessa tentativa, percebi que logo ali perto tinha comércio funcionando, uma mistura de mercadinho com bar e açougue, que olhando de longe, parecia aquele típico boteco ou botequim de esquina. Chegando perto do estabelecimento, notei a movimentação de algumas pessoas bebendo e sentadas na porta, um som alto e estranhamente a presença de uma senhora com uma aparência bem idosa sentada em uma cadeira ao lado da porta, com um olhar meio longe e distante. Ao entrar, ensaiei um “boa tarde” para ela, mas não obtive resposta, encaminhei-me ao balcão, e um senhor veio em minha direção. De início, quando comecei a explicar o que estava fazendo ali, ele não se recusou a me atender, mas se mostrou meio desconfiado. Assim ao final da minha explicação, ele soltou logo que era tímido demais para conversar comigo e que não tinha muito tempo, já que sempre ficava alerta no balcão para atender os clientes ou para evitar algum possível furto. Mas acabou dizendo que a esposa dele seria uma melhor opção para conversar comigo.

No mesmo instante, a esposa desse senhor, dona Maria Amélia, veio lá dos fundos do estabelecimento em direção ao balcão e me perguntou num tom meio áspero qual seria o assunto. Expliquei a razão de estar ali, e sem ao menos ter perguntado alguma coisa, ela já saiu em defesa do bairro, me dizendo que o Santa Felicidade é um bairro como outro

qualquer, e como qualquer outro bairro existe violência e problemas. Percebendo a posição defensiva da moradora, tentei explicar melhor para ela os motivos que me instigaram a querer pesquisar o bairro, e isso de certa forma fez com que ela se “desarmasse”, e não ficasse apenas na defensiva. A partir daí, consegui estabelecer um diálogo com a moradora, onde ela acabou informando que morava e tinha esse comércio no bairro já tinha alguns anos, e que gostava muito do lugar que morava e que, sobretudo, estava disposta a defendê-lo. A conversa foi fluída, mas a moradora informou que naquele momento não poderia mais conversar comigo, foi então que consegui agendar uma “entrevista formal” com essa moradora para a quarta-feira da próxima semana. Aquela tinha sido a minha primeira abordagem “às cegas”, e que felizmente, encontrei uma moradora disposta a falar sobre a sua história e tinha conseguido estabelecer uma conexão com ela, apesar da desconfiança no início do diálogo.

Como ainda o meu entrevistado do dia não tinha chegado à casa dele, resolvi continuar minha caminhada e abordagem nas ruas próximas. Assim, logo que saí do mercadinho, quase em frente tinha um casal de senhores sentados em suas cadeiras na calçada e um carro na frente com o som ligado. Quando os olhei e fui me aproximando, eles já acenaram com a cabeça, como um sinal de cumprimento. Cheguei até a estranhar, já que comparando com o lugar onde moro é raro as pessoas cumprimentarem “gratuitamente” ou por gentileza. No entanto, esse gesto me chamou a atenção e por um instante, me parecia um sinal que aquele lugar ou os moradores tinham algo para ser contado. Assim, me aproximei desse casal e como já desconfiava, logo de início eles se mostraram muito abertos e simpáticos para conversar, um pouco diferente do casal anterior que teve receio e uma desconfiança na aproximação inicial.

A conversa fluiu rapidamente ali mesmo na calçada, eles me contaram um pouco dos resultados do projeto de requalificação, as mudanças nas ruas, um pouco também da história deles e como construíram sua casa. No meio da conversa, eles me informaram que aquela rua era divisa entre os bairros Santa Felicidade e João de Barro, em que de um lado da rua era considerado Santa Felicidade, onde o casal anterior residia, e atravessando a rua, já era considerado João de Barro, que porventura, era o lado em que eles moravam. No entanto, mesmo eles não fazendo parte do meu “campo” de pesquisa, continuei a conversa, pois senti nesse casal uma necessidade de ter alguém interessado em saber suas opiniões e histórias, ou simplesmente de parar ali e ouvir. Portanto, fiquei conversando ainda por um tempo, tentando também indicações de alguns moradores, além do que, aquela receptividade vinda do casal, em até certo ponto, me transmitia uma sensação de segurança, um sentimento de ter alguém conhecido ali. E isso, naquele momento me tranquilizava. Este casal, acabou indicando, e até

me ensinando o caminho, de dois moradores (mãe e filho) que residiam no Santa Felicidade, e que poderiam estar em casa naquela hora do dia.

A indicação era um pouco distante, a três quarteirões da onde estava, mas como tinha tempo ainda, decidir ir até lá caminhando. Chegando até a casa indicada, antes de bater, era notável que consistia numa residência muito simples. Era uma casa de esquina, do lado da esquina, o muro era baixo e todo quebrado, já o lado da frente da casa, a imagem se alterava, parecia ter passado por reformas, um portão fechado e já com alguns defeitos e uma parte de muro alto. Fui até a parte de muro baixo, já que esse lado dava para ver a porta de entrada da casa, e bati palmas. Nesse instante, saiu do quintal mais de dez cachorros latindo e chorando. Um homem, com aparência de mais ou menos 35 anos de idade, saiu e veio me atender. Apresentei-me e contei o motivo da minha visita ao bairro e a sua casa. Ele se apresentou com o nome de Gustavo, e informou que ali morava ele, sua mãe e mais um irmão. Antes mesmo de perguntar se ele gostaria de marcar uma conversa em um outro dia para falar sobre a sua história no bairro, ele já se mostrou animado com a minha presença e feliz em aparecer alguém interessado em pesquisar o lugar que ele mora, já que muitas vezes ele disse que foi em busca de atenção na prefeitura, e ninguém nunca o atendeu. No início, ele achou que o meu trabalho era de alguma reportagem televisiva ou de jornal, e pediu sigilo em relação aos nomes. No entanto, expliquei novamente que era uma pesquisa acadêmica, e que se fosse da vontade dele, os dados e nomes seriam preservados. E ele preferiu assim, já que se ele contasse certos assuntos, poderia até acontecer algo com ele.

Ainda nessa apresentação inicial, ele relatou que veio ainda pequeno morar no bairro com a mãe e o irmão. Contou sobre os problemas de tráfico de drogas no bairro, da ausência de políticas sociais, das promessas de muitos candidatos à prefeitura que apareciam lá interessados em construir prédios e arrecadar votos, depois abandonava e além de tudo, excluía a população dos benefícios. Disse ainda que tinha muitas histórias vividas e vistas por ele para contar, porém nem tudo poderia ser dito, mas que ele e a mãe estavam dispostos em conversar comigo, bastava agendar. Peguei o contato dele para confirmar e também para saber se a mãe dele aceitaria conversar comigo. Nesses dez minutos conversando, percebi na receptividade desse morador, um certo alívio em encontrar alguém para ouvi-lo, uma necessidade de atenção, e sobretudo, de assistência social. Percebi até um “tom de esperança” em sua fala supondo que eu poderia resolver os problemas relatados, o que me fez sentir, nesse caso, até um desconforto na possibilidade de causar nessas pessoas uma “falsa expectativa” na vida delas. Nesse instante, ouvir as histórias dessas pessoas requeria carregar uma grande responsabilidade. Notei desse morador, diferente dos outros até então abordados,

uma indignação e um tom de rancor na sua fala com tudo aquilo que ele tinha passado desde criança no bairro e vivia atualmente. No entanto, sem precipitações, aguardei até o reencontro para ouvir a sua história e entender a sua posição.

Antes de finalizar a conversa com esse morador, pedi que ele me indicasse algum morador conhecido. Ele acabou indicando a vizinha ao lado da casa dele. Assim, me despedi dele e voltei a caminhar pela rua. Na casa da vizinha indicada pelo morador tinha uma senhora, com aproximadamente uns 90 anos de idade, sentada próxima ao portão. Aproximei-me e perguntei se ela morava sozinha na casa. Antes mesmo de ela responder, outra mulher, apareceu no portão e disse que a senhora não falava mais. Apresentei-me para essa outra mulher, que se chamava Fátima e expliquei a razão de estar ali. A moradora informou que na casa morava ela, a mãe idosa, um filho e dois netos, mas que só conseguiria conversar com ela, pois o filho trabalhava o dia inteiro e só chegava à noite. Ela me passou o número do telefone e pediu para ligar para marcar, mas que de preferência fosse ao período da manhã, pois ela trabalhava meio período. Assim, apesar de ter sido uma abordagem rápida, já que a moradora parecia estar com pressa, ela me pareceu aberta para conversar e contar sua história no bairro numa próxima visita.

Após me despedir, segui direto para a casa do entrevistado do dia, o seu Osnir, pai do morador que me ajudou desde a primeira visita ao bairro. No entanto, no meio do caminho, meu telefone toca, era o seu Osnir avisando que se atrasaria um pouco. Já que era por volta das 17h da tarde, e ainda tinha um tempo, decidi ir até a praça principal do bairro, que ficava bem próxima da casa do entrevistado. Apesar do receio, já que ali perto era onde tinha acontecido o tiroteio do dia anterior, resolvi apenas ficar sentada no ponto de ônibus observando. Nos primeiros minutos observando, algumas pessoas já começavam a voltar do trabalho; mães voltando com seus filhos da creche ou da escola; algumas crianças descendo no ponto de ônibus; via também a movimentação em um bar próximo, algumas pessoas ali bebendo e ouvindo uma música que tocava naquelas máquinas *jukebox* antigas. Era o cotidiano seguindo normalmente, e esta “normalidade de bairro pequeno” me chamava atenção e despertava interesse. Quais histórias estão por trás dessa aparente normalidade? Normalidade esta que, o resto da cidade não conhecia ou tinha visto, ou ainda, não tinha escutado falar, uma vez que a “fama de bairro violento da cidade” soava mais alto.

Quando dei por conta da hora, notei um homem de bicicleta se aproximando da casa do entrevistado, era o seu Osnir chegando do trabalho. Um senhor simpático e sem formalidade me convidou para entrar em sua casa. Notei que era uma casa toda reformada, pintada, portão fechado, muro alto e tinha um carro na garagem. Achei a casa diferente dos

outros moradores que tinha conversado. No decorrer da entrevista, tive que modificar ou retirar algumas questões do roteiro, visto que esse morador, mesmo tendo contato com muitos moradores e ter ajudado a desenvolver alguns projetos sociais, por causa do seu trabalho depender das viagens, ele estava passando muito pouco tempo no bairro, e até se sentia meio desatualizado de alguns assuntos. Mesmo assim, a conversa durou cerca de duas horas, e ainda no final, seu Osnir me levou até a casa de uma sobrinha dele, já que ela foi uma das moradores que quis ficar no bairro, mesmo sua casa estando na linha de sair do projeto de requalificação. Assim, conversamos e agendamos uma entrevista no sábado de manhã, já que ela trabalhava durante a semana. Após as devidas apresentações, seu Osnir fez questão de me trazer em casa, para no caminho me mostrar às casas de outros moradores, possíveis contatos. Considero este, portanto, o início da minha pesquisa de campo, já que foi o dia em que consegui felizmente vencer medos e, sobretudo, estar próxima dos moradores e daquele lugar, e entender que nem tudo o que dizem por aí é a “verdade” completa sobre uma mesma história.

Apesar do seu Osnir e o seu filho (meu “guia”), se mostrarem prestativos em me ajudar com as indicações de moradores, e também em relação a minha insegurança em caminhar sozinha pelo bairro, oferecendo “caronas” no ir e vir do bairro, percebi que nesse momento era necessário estabelecer um contato direto com os moradores, nas quais um indicasse o outro, sem mediações de terceiros, pois seria um processo mais rápido. E até seria uma forma de me ambientar com o lugar e começar a compreender aquele “espaço praticado”. A partir de então, como forma de buscar maior autonomia em relação ao meu deslocamento, decidi realizar o trajeto ida e volta do bairro de ônibus. O objetivo, como não havia ônibus que me levasse direto ao bairro, era pegar dois ônibus na ida e dois na volta, no qual demoraria cerca de 1h30 até chegar ao bairro. Já em relação às indicações de moradores, é claro que não ignorei os contatos já recomendados, fui à busca deles, mas também resolvi ir de casa em casa em busca dos meus próprios “informantes”.

Assim, minha estratégia de abordagem com esses moradores seria realizar inicialmente uma conversa informal para explicar o motivo da minha presença, além da tentativa de tornar-se conhecido ou familiar por aquele morador, já que nas primeiras visitas notei que alguns moradores expressavam um desconforto em serem pegos de surpresa, uns agiam desconfiados, e outros estavam realmente ocupados naquele momento, e depois de realizada essa aproximação, tentaria agendar uma “entrevista mais formal” para outro dia de acordo com a preferência do morador. Sendo assim, em cada ida ao bairro para realizar uma entrevista marcada, o objetivo é tentar aproveitar a presença ali e pré-agendar outras para os

próximos dias. Dessa forma, com algumas estratégias prévias traçadas, mas inteiramente consciente que a partir da minha entrada em campo tudo poderia alterar-se, esperei ansiosamente pela próxima entrevista, que seria na quarta-feira (dia 12/11/2014) com a dona Maria Amélia, a dona da mercearia, primeira moradora que abordei.

Terceira visita, mas com a mesma sensação da primeira... (12/11/2014).

Era a primeira experiência de ir sozinha e de ônibus para o bairro. A moradora não tinha marcado um horário específico, mas sugeriu que fosse a partir das 15h00 da tarde, no entanto, a ansiedade era tanta que antes das 15h00 já estava descendo do ônibus dentro do bairro. Nesse dia, para não sofrer como na primeira visita, resolvi levar um pequeno guarda-chuva comigo, para que nada dessa vez atrapalhasse minhas caminhadas pelas ruas. Chegando ao bairro, desci em um ponto de ônibus próximo ao mercadinho da entrevistada, só tinha que andar um quarteirão e já estava lá. Era um pouco antes das 15h00, mas mesmo assim resolvi arriscar e ir à casa da moradora já. Nesse caminhar, percebi que havia poucas pessoas na rua, apenas um ou outro circulando pelo local. Fui direto para o mercadinho.

Chegando lá, o marido da dona Maria Amélia estava no balcão e antes mesmo de me aproximar, ele gritou dizendo que a esposa estava na casa deles, apontando para o portão ao lado. Aproximei-me do portão e bati palmas. Dona Maria Amélia veio de dentro da casa e num tom de espanto disse que não lembrava que tinha marcado nossa conversa e que achou que eu não apareceria, e enquanto falava isso, foi abrindo o portão. Ofereceu-me água e disse que poderíamos sentar na garagem para conversar, já que dentro de casa estava muito quente. Enquanto bebia água, olhei de relance para o interior da casa e percebi que, apesar de pequena, a casa era toda “arrumadinha” e organizada, e que fundo da casa parecia ter um quarto dividido em dois apenas por um pano pendurado. A moradora informou que há quase 22 anos mora ela, o marido e uma filha de nove anos na mesma casa e, que seus outros dois filhos, já adultos, moravam ali por perto. No decorrer da entrevista, me surpreendi com o sentimento de apego que a dona Maria Amélia demonstrava por aquele lugar, seu pedaço de rua, e também um enorme orgulho por tudo que passou e construiu em sua casa. Outra questão observada foi a importância da amizade dos seus vizinhos, e, sobretudo, o respeito que as pessoas demonstravam um pelo outro. Afeto esse que, a moradora demonstrou desde o meu primeiro contato com ela no balcão do seu mercadinho, quando sem perguntar, ela já saiu em defesa do bairro, que na hora me pareceu uma tentativa de convencimento que aquele era um lugar bom.

A entrevista durou cerca de uma hora, e já no final, perguntei se ela teria alguma indicação, e ela acabou indicando uma moradora que também mora no bairro há alguns anos. Disse que o nome dela era dona Cecília, mas que todos no bairro a conhecem como irmã Ceci, já que ela mantinha em sua casa um espaço para a realização de cultos evangélicos. Assim, me despedi da dona Maria Amélia, e segui em direção à casa da moradora indicada no intuito de conseguir encontra-la e agendar uma conversa para outro dia. Ficava a dois quarteirões da onde estava no momento. Enquanto caminhava, fui observando a presença de alguns terrenos abandonados, repletos de lixos e de muitas casas com reformas não acabadas, dando a impressão que aquele lugar estava passando ou já tinha passado por aparentes modificações físicas ou estruturais.

Perto da casa da moradora, notei novamente como a rua estava vazia, poucas eram as pessoas que transitavam por ali daquele horário, vi algumas apenas paradas no ponto de ônibus. Era por cerca de 16h00 da tarde. Fui andando e de repente avistei uma casa com uma placa pregada no muro com a escrita “Igreja Assembléia de Deus”, logo conclui que aquela era a casa da moradora. Assim, bati palmas e esperei alguém sair. Um senhor veio me atender e disse que a dona Ceci não estava em casa. Contudo, ele se apresentou como esposo dela e disse que, se eu não me importasse, naquele momento ele estava disponível e poderia conversar comigo. O nome dele era Ademilson e logo me convidou para entrar e puxou uma cadeira para me sentar. Logo que passei do portão, me deparei com uma varanda coberta apenas por telhas, várias cadeiras de plástico em um canto, uma espécie de púlpito de madeira e no fundo, a casa. Tinha vários cartazes com mensagens bíblicas pregadas na parede e os horários dos cultos realizados durante a semana. De repente, vi uma senhora bem “miúda”, que aparentava ter uns 80 anos, deitada “desconfortadamente” num banco de madeira comprido, no canto da varanda, estranhei aquela cena, pois ao mesmo tempo em que parecia “desconfortável”, a senhora estava imóvel e dormindo tranquilamente.

Enquanto o morador pegava uma cadeira para ele sentar, olhei rapidamente para dentro da casa, e fiquei (diria) chocada com a simplicidade que havia ali dentro. A casa me lembrava um “barracão”, via poucas divisões, mas o que chamou minha atenção foi que a casa tinha apenas duas janelas na frente, e por isso dificultou olhar para seu interior, porque estava muito escuro lá dentro. Mas mesmo assim, consegui ver que a casa não tinha forro, era somente coberta por aquelas telhas de cerâmica e tudo parecia apertado. Seu Ademilson sentou-se comigo e começou a contar a sua história no bairro. Disse que se mudou para o bairro por volta da década de 80, e que antes morava numa *colônia* perto de uma avenida principal da cidade. Disse ainda que, o pessoal dessa *colônia* e de outras de Maringá, estavam

ganhando casas no bairro, ganhando não (ressaltou ele), na época foi feito os chamados “contrato de comodato”. Apesar da receptividade do morador, ele dava sempre respostas curtas e sem muitos detalhes, porém, ele acabou descrevendo a situação em que era o bairro quando chegou, como foi duro para construir sua casa, e ainda, algumas situações atuais após a requalificação. Referente à igreja que ele e a esposa mantinham, falou que antes tinha outro “ponto de culto” no bairro, mas que recentemente resolveu abrir esse dentro de casa mesmo, já que estava difícil manter o outro lugar. Ressaltou ainda que as pessoas que frequentavam o ponto eram da região, mas que a maioria era do Santa Felicidade mesmo.

Chegando ao término da nossa conversa, percebi que aquela senhora continuava dormindo no banco enquanto conversávamos, não tive como não perguntar quem era, e o seu Ademilson acabou falando que era a mãe dele e que ela tinha o costume de vir para a casa dele e dormir a tarde inteira naquele banco, já que na sua casa ela ficava sozinha. Antes de encerrar, perguntei ao morador alguma indicação e ele sem hesitar, informou que o cunhado dele, que chamava João, morava a cerca de dez casas para cima, e que provavelmente estava em casa esse horário, já que o filho dele estava bastante doente. Disse ainda que, sua esposa devia estar voltando para casa, mas que achava melhor marcar outro dia, pois daqui a pouco eles tinham um culto marcado, e não iria dar tempo, mas que ele avisaria que estava a procura dela. Assim, logo que saí da casa do morador, como já era por volta das 16h40, resolvi só passar na casa do seu João para tentar pré-agendar uma conversa.

Fui até a casa indicada e chegando, como de costume, bati algumas palmas. Ninguém atendia, ouvi apenas vindo lá de dentro vozes que pareciam de crianças sussurrando ou conversando. Já quase desistindo, saiu um homem no portão sem camisa, era o seu João. Aparentava ter uns 40 anos de idade e logo que me viu, voltou e falou que ia colocar uma roupa e já voltava, deixando o portão aberto. Pela fresta do portão, notei que as vozes que tinha escutado eram de duas meninas que estavam paradas na porta da casa, tentando olhar também quem batia no portão. Com a volta do morador, agora já vestido, expliquei a razão da minha presença e perguntei se podíamos marcar outro dia para conversamos. Lembro-me da fala dele, “*Mas você já não está aqui? Vamos conversar agora, entre!*”, já abrindo o portão.

Quando passei do portão, vi um terreno bem grande, com o chão todo coberto por aqueles pedregulhos e apenas a casa construída no meio do terreno vazio. Os muros ao redor da casa não eram tão altos e ainda pareciam que tinham passado por reformas recentes, já que a parede estava sem reboque, somente no tijolo. Seu João já arrastando uma cadeira para me sentar, perguntou se podíamos conversar no quintal mesmo, já que a casa estava muito bagunçada e as crianças estavam lá dentro. Dito isso, ele sentou-se num balde virado para

baixo e iniciamos nossa conversa. Foi a entrevista mais difícil até aquele momento, no sentido que toda hora éramos interrompidos por alguma criança e o seu João esquecia sobre o que estava falando. No entanto, ele contava que antes de vir para o bairro no ano de 1987, morou em várias “quebradas”, referindo-se às favelas ou sub-habitações que existiram em Maringá, tendo passado até pela Favela do Cemitério por um período. Contou-me com muito afeto que gostava mais do bairro como era antes da requalificação, e que agora era outro lugar, não encontrava mais as pessoas na rua. Disse ainda que, a casa dele estava toda “largada” daquele jeito, porque o dinheiro que ia usar para acabar a reforma, teve que usar no tratamento do filho doente (enchendo os olhos d’água). Falando ainda da casa, falou que a casa dele era para ter sido demolida, mas que ele não quis sair do bairro, porque a vida dele estava uma bagunça naquele momento e já tinha cinco filhos para cuidar, então ele preferiu ficar no bairro a passar por outra mudança.

No final da conversa, na saída do portão, o morador disse que ele não sabia se tinha me ajudado, mas que tinha gostado da nossa conversa, pois foi um tempo que ele parou e contou para alguém o que ele já tinha vivido, já que ele vivia atrás tentando resolver seus problemas em relação à questão social e raramente alguém parava para ouvir. Nesse momento, senti novamente o peso da responsabilidade da minha ação na vida dessas pessoas, que aparentemente estava “apenas ouvindo”, mas que o “apenas contando” para aquelas pessoas era muito importante. Enfim, seu João acabou me indicando também um casal que residia quase em frente à sua casa, a dona Linda e o seu marido Sebastião. Eram moradores que também, mas por outro motivo, resolveram permanecer no bairro diante da oportunidade de transferência. Contudo, já tinha passado das 17h30, mas antes de ir embora, resolvi mais uma vez tentar pré-agendar uma visita com esses moradores, já que era logo em frente.

Atravessei a rua e fui em direção à casa. Bati palmas e levei um susto, pois dois cachorros pularam no portão. Percebendo a movimentação, uma senhora veio me atender. Chegando ao portão, antes de me apresentar, ela disse num tom meio áspero, que eu devia ter tocado a campainha, assim evitava que os cachorros latissem tanto. Percebi a irritação da moradora, e tentei ser o mais breve explicando a minha presença. A moradora logo de início disse que era muito difícil encontrar o marido em casa, pois ele trabalhava como vigia noturno e durante o dia descansava e que, a conversa “teria” que ser com ela (afastando a possibilidade de conversar com ele), e que deveria ser em outro dia, pois estava ocupada. Notei que a moradora estava bem desconfiada da situação (talvez por alguma coisa que aconteceu no passado), e então marquei para conversamos no dia seguinte também a partir das

15h00. Entendi a reação da moradora, pois eu era alguém estranho e querendo invadir a sua história.

O que me fez entender que nem todos me tratariam da mesma forma ou com a mesma receptividade que tinha sido tratada, até porque são pessoas com passados e, sobretudo, com histórias diferentes, que reagem conforme suas experiências vividas. Assim, após combinar a entrevista com a dona Linda, decidi finalizar o dia de campo, pois já se aproximava das 18h00. Indo em direção ao ponto de ônibus para voltar para casa, que ficava do “lado de fora” do bairro, observei que havia uma maior movimentação no bairro, crianças e moradores chegando a suas residências, parecia que “tomava cor” aquele lugar que até agora estava cinza e vazio. Era a grande a minha curiosidade de saber como as pessoas se comportariam naquela hora do dia, entretanto, resolvi não arriscar em perder o ônibus e depois ficar tarde demais para voltar para minha casa. Além do cansaço, não digo físico, mas mental e psicológico, por ter ouvido tantas histórias em uma só tarde e passado por situações fora da “minha realidade”. Situações ou histórias que pesaram sobre a minha responsabilidade, e que dificilmente eu conseguirei de desfazer delas, apenas pegando um ônibus de volta.

No quarto dia seguinte... (13/11/2014).

No dia seguinte, estava de volta ao campo. Como no dia anterior, fiz o mesmo itinerário de ônibus e desci lá dentro do bairro, também quase na mesma hora. Era um dia de sol e novamente estava com o meu guarda-sol. O cenário era de alguns moradores, pessoas mais velhas, sentadas dentro de suas casas, pelo quintal, e outras passando por ali apenas. Nesse dia tinha “programado” ir na casa da dona Linda (a última moradora com quem falei no dia anterior) e também tentar novamente encontrar a irmã Ceci em sua casa. Assim, me encaminhei para a casa da dona Linda, já que estava próxima. Chegando à frente da casa, toquei a campainha (como recomendado pela moradora), e logo ela saiu e foi primeiro prender os cachorros. Em seguida, a moradora me convidou para entrar. Notei que ela estava menos desconfiada, e mais “falante”. Era uma casa toda pintada por fora, a pintura até parecia nova, com um canil na lateral da casa e uma espécie de “puxadinho” na frente, todo arrumado e reformado. A moradora me convidou para entrar pela sala e sugeriu que ficássemos ali mesmo. A casa era pequena e simples por dentro, mas o que me impressionou foi a organização, a decoração, que era simples e sem luxo, algumas retratos pendurados na parede, mas que aquela organização e objetos demonstravam uma ligação com o local, uma história e um vínculo construído.

Como tive um estranhamento no início com essa moradora, resolvi iniciar nossa entrevista com alguns assuntos que não estavam no meu roteiro, justamente na tentativa de fazer com que a moradora saísse um pouco da posição de defesa. Decidi perguntar sobre as pessoas que estavam nas fotografias penduradas na parede, foi então que, de alguma forma a moradora começou a se expressar mais e me contou que eram seus netos e filho nas fotos, mas que eles não moravam mais com ela na mesma casa, disse a moradora num tom meio triste. Contou ainda que eles moravam naquele “puxadinho” feito no quintal, mas com a requalificação, eles tinham ido para outro bairro, e finalizou sua fala comentando que agora só de vez em quando eles vinham visitá-la. Notei que aquela desconfiança inicial, já tinha se “quebrado” um pouco, então dei início a entrevista. A moradora contou que reside desde o ano de 1994 no Santa Felicidade, e que antes morava com a sogra em um outro bairro da cidade. Contou-me ainda sobre os primeiros anos no bairro, da situação de descaso do poder público local, de como o bairro era excluído do restante da cidade, mas por outro lado, a moradora começou a descrever como era o modo de vida desses moradores, a união e os laços que construíram entre si e com o lugar físico. E foi visível na sua fala esse apego que ela “tinha” com o bairro. No entanto, como coloquei, tinha no passado, pois a partir do momento que a dona Linda começou a falar sobre o projeto de requalificação, a sua feição se alterou. Trazia no seu discurso um sentimento de angústia de não ter mais sua família, amigos e vizinhos por perto; relata também a mudança “visual” que ocorreu no bairro, e o seu desgosto pelo “o que virou” o bairro atualmente, sempre trazendo o passado e comparando com a situação atual.

A angústia da moradora é ainda maior, pois ela conta que na época do projeto, a casa dela era uma das quais deveriam ser removidas do bairro, mas que, devido à pressão que a prefeitura fez e a desconfiança do seu marido em não acreditar que a prefeitura daria uma casa nova ao casal, fez com que ele recusasse a mudar. Dona Linda comenta que ela queria mudar, mas pela casa nova e não pelo bairro, mas que com a decisão do marido, ela acabou se conformando. Porém, dona Linda conta que “as coisas” para os moradores que ficaram no bairro também começaram a mudar. “*O lugar não é mais como era antes*”, “*ficou estranho*”, “*os vizinhos ficam dentro de casa agora*”, foram as frases que a moradora mais repetiu durante a nossa entrevista, demonstrando a sua perspectiva sobre as mudanças ocorridas no bairro. Posso estar exagerando, mas o discurso da moradora descrevia claramente como aquilo tinha afetado seu modo de vida no lugar, seus costumes e hábitos, e ainda, como tudo o que existia antes, estava fazendo falta no seu dia a dia. A angústia da moradora era realmente maior quando falava dessa “perda” do que quando, em sua opinião, seu esposo recusou-se ou

perdeu a chance de se mudar para uma casa nova. Ou seja, apesar do sonho da “casa nova” ter um valor para ela, os sentidos e as práticas antes desenvolvidas naquele espaço tinham uma maior importância para essa moradora.

Assim, no final da entrevista, já no portão, antes de me despedir, a moradora me pegou de surpresa ao dizer que tinha gostado muito da nossa conversa, que tinha alegrado o seu dia, pelo fato de tê-la feito reviver as boas lembranças do bairro, e de como era levar a vida antes. Parecia uma outra moradora me falando isso, muito diferente daquela que me recebeu na primeira abordagem. No entanto, de um lado eu estava feliz em ter conseguido conduzir aquela conversa de uma forma que a moradora se sentiu à vontade para compartilhar sua história, mas por outro, esse sentimento me fez sentir um tanto egoísta, já que a moradora se abriu e contou como estava nitidamente sofrendo com aquela situação, e eu enquanto pesquisadora, apenas me preocupando com o sucesso da minha entrevista. Novamente pode parecer um melodrama da minha parte, mas a forma como aquela moradora se expôs, me fez novamente refletir sobre o meu papel naquela situação.

Questões à parte, saindo da casa da moradora, fui até a casa da moradora irmã Ceci. Quando já estava batendo palma na casa, duas mulheres aproximaram-se, uma jovem com um bebê no colo e uma senhora, e perguntaram quem eu estava procurando. Disse que estava à procura da moradora dona Ceci, e no mesmo instante, a senhora falou que era ela mesma. A moradora ainda brincou, falando que eu deveria abrir o guarda-sol para não me queimar, e completou dizendo que o marido dela já tinha comentado com ela sobre uma moça da universidade. Aproveitei a sua fala, e expliquei a razão da minha presença, disse ainda que, poderíamos marcar em um dia da sua preferência para a entrevista. Novamente fui pega de surpresa com o gesto da moradora, ao dizer que poderia ser naquele momento, uma vez que eu tinha já enfrentado aquele sol. Convidou-me para entrar e sentamos numa mesa. Dona Ceci me contou da sua igreja ou ponto de culto (como ela mesmo nomeou), da sua relação com os vizinhos (contou que muitos não conversavam com ela, pois diziam que ela só falava sobre “coisas da Bíblia”), e diferente do seu esposo, ela disse que veio parar no bairro devido ao *desfavelamento* realizado pelo prefeito da época. Que pelo meu entendimento, os dois se referiam ao mesmo processo que passaram, mas nomearam de formas diferentes. No entanto, apesar da receptividade da moradora na minha chegada e ter respondido “devidamente” as perguntas realizadas, nossa conversa foi meio “travada”, a moradora pensava demais para se expressar, fiquei em dúvida se era a forma dela de falar, timidez ou se o seu marido já tinha comentado algo com ela sobre as minhas questões. Assim, mesmo insistindo, a entrevista durou cerca de meia hora somente.

Não demorei a me despedir da dona Ceci e estava na rua novamente. Não tinha mais nenhuma conversa agendada para aquela tarde, mas como ainda eram 17h00 horas, lembrei-me daquele morador que conversei na minha segunda visita ao bairro, o Gustavo, e que ele tinha me falado para passar um dia de tarde em sua casa para conhecer sua mãe, a dona Maria Helena, foi então que decidi arriscar e ir até lá. Contudo, sua casa ficava do outro lado oposto do bairro, então resolvi ir até lá, mas por outro caminho, para tentar observar outras coisas que poderiam surgir. Assim, fui subindo em direção ao meu destino. Durante o caminho, passei pela única quadra coberta do bairro, que fica ao lado da creche. A quadra parecia descuidada, com um mato enorme ao redor. No entanto, ao passar ao lado, percebi a presença de alguns adolescentes e homens por ali sentados na arquibancada. Não olhei fixamente, mas parecia que eles estavam consumindo drogas no local, portanto, segui em frente e continuei subindo a rua. No entanto, a dúvida ficou na minha cabeça, seria uma prática normal dessas pessoas no bairro? Como se fosse um ponto ou um território deles? Não sabia ainda, para confirmar ou não minha suspeita, só passando outras vezes pelo local.

Bom, continuei minha caminhada e logo já estava na frente da casa da dona Maria Helena e do seu filho Gustavo. Bati palmas e uma senhora veio me atender. Suspeitei que fosse a dona Maria Helena, mas perguntei se o Gustavo estava em casa e ela disse que ele estava ainda no trabalho. Expliquei a razão da minha presença, e ela falou que seu filho já tinha comentado com ela. Perguntei então se ela se incomodava em marcar para a gente conversar um outro dia, e ela disse que estava quase saindo a hora que bati palmas para visitar uma amiga, mas que poderíamos conversar naquele instante mesmo. Ela abriu o portão e me convidou para entrar. Sentamos no quintal mesmo para conversarmos. No entanto, antes de iniciar a conversa, dona Maria Helena, me fez a seguinte pergunta: *“Mas que resultado essa entrevista vai trazê pra mim fia?”*, e antes mesmo de eu tentar responder algo, ela continuou a sua fala dizendo que a história daqueles dos moradores do bairro é só de sofrimento, e que a grande culpada era a prefeitura que “armou” para eles, e ainda por cima, tiraram um pedaço do terreno dele e deram para a vizinha. Disse ainda que, muita gente já tinha aparecido na porta dela, e nunca levaram uma solução para seus problemas. Depois dessas palavras da moradora, fiquei até sem uma reação. A moradora percebeu e disse que a culpa não era minha, mas que ela estava exausta daquilo tudo.

Depois dessa confissão em tom de desespero, dona Maria Helena estava mais calma e começou a me contar a sua história. Contou-me que nasceu em Curitiba e se casou por lá, mas logo veio para Maringá. No entanto, a moradora disse que morava em outro bairro antes com o marido e três filhos. Com os olhos cheios d’água, a moradora contou que no ano de 1986 ela

perdeu o marido, e depois de seis meses de viúva comprou o direito da casa no Santa Felicidade. A moradora conta que teve que criar seus três filhos sozinha em um bairro sem o mínimo de estrutura e no meio do nada. Dona Maria Helena me contou ainda sobre como era o bairro antes, a relação com os vizinhos, sua opinião (já um pouco revelada) sobre o projeto de requalificação e etc. Assim, apesar da moradora ser uma senhora muito agradável e que me recebeu muito bem em sua casa, quando começou a falar sobre o bairro e, sobretudo, sobre as mudanças causadas pelo projeto, que acabou alterando o seu modo de vida, o seu lar, ela se transformou, sua feição mudou. Parecia-me tão sofrida, mas ao mesmo tempo demonstrava uma força e uma história incrível, como todos que tinha encontrado nesse bairro até o momento. No final da nossa conversa, a dona Maria Helena me passou o telefone do filho, e disse para ficar atrás dele, então ele desistiria de falar comigo, por receio ou medo. Aquela recomendação da moradora me deixou confusa, por que ele teria medo? Somente ele poderia responder. Enfim, encerrei a entrevista e como já estava perto das 18h00, fui para o ponto de ônibus.

Quinta visita... É outro dia! (14/11/2015)

A última visita que realizei em campo me deixou tão atordoada, devida à história e a situação da moradora, que tinha planejado em ir falar com a dona Fátima (vizinha da dona Maria Helena) para agendar um horário para nossa conversa, mas acabei esquecendo. Mas logo que cheguei na minha casa na noite do dia de 13/11, liguei para a moradora, já que ela tinha me passado seu número e, marcamos para sexta de manhã. Seria diferente, já que até agora só tinha ido ao bairro no período da tarde. Então, sem pensar, lá estava eu novamente no ônibus em direção ao Santa Felicidade! Contudo, antes de prosseguir com minha narração, gostaria de esclarecer uma estratégia que não estava dando certo, mas que na prática já tinha sido meio que “alterada”. Estou falando sobre a estratégia inicial que tinha traçado para abordar os moradores, no qual teria uma conversa informal primeiro e só depois marcaria uma entrevista “mais formal”. No entanto, como você leitor tem percebido, não funcionou muito, pois grande parte dos moradores pelo menos até agora, tem me recebido em suas casas na mesma hora, sem qualquer tipo de formalidade, tirando algumas exceções, em que os moradores estavam ocupados no momento da abordagem. Portanto, de agora em diante, a estratégia é deixa o morador decidir, se ele quer conversar no instante da apresentação ou agendar para um outro dia. Outro ponto que gostaria de chamar a atenção é sobre o número de entrevistas/conversas por visita. Até o momento, não estipulei nenhum número exato, quase

tudo depende de qual é a reação dos moradores no momento da abordagem, por isso que acredito que seja comum variar, e assim pretendo manter e continuar nas próximas visitas.

Dando continuidade, cheguei ao bairro as 9h00 da manhã da sexta-feira. Tudo parecia mais tranquilo ainda. É claro que apesar da tranquilidade, em cada esquina poderia ser surpreendida, até porque não conhecia ainda todas as ruas e lugares do bairro. No entanto, percebi que no período da manhã o silêncio era ainda maior pelas ruas do bairro. Chegando à frente da casa, bati palmas e a moradora, dona Fátima, já venho me atender. Convidou-me para entrar e pediu para que não reparasse na bagunça, pois não tinha dado tempo dela arrumar ainda. Entretanto, não tinha como não reparar, já que isso faz parte da minha pesquisa. Começando por fora, notei que no terreno existia uma casa maior (a casa em que eu estava) e uma espécie de “puxadinho” também, que durante a conversa a moradora acabou falando que sua filha antes morava ali, mas que acabou se mudando, já que tinha conseguido uma casa em outro lugar. Além disso, notei que tinha um outro pedaço no terreno que parecia que algo tinha sido destruído, pois tinha alguns entulhos de concreto no quintal.

Assim, já dentro da casa, entrei pela cozinha e fui direto para a sala esperar a moradora. Observei que a cozinha era a parte da casa mais “arrumada”, toda com azulejo na parede e piso no chão. Já na sala pude perceber que as paredes eram apenas no concreto. A moradora começou a contar-me sua história. Disse que nasceu em Minas Gerais, mas que veio morar no bairro no ano de 1992. No entanto, disse que antes chegou a morar em vários bairros de Maringá, e só depois por intermédio da prefeitura, foi sorteada com uma casa no Santa Felicidade. Contou-me ainda sobre a situação do bairro quando chegou, mas o foco da sua conversa foi o projeto de requalificação. A moradora que antes tinha uma espécie de confecção em casa, teve que fechar seu micronegócio, pois o projeto do PAC não permitia nenhum tipo de comércio em um terreno residencial. Com toda essa situação, a moradora parecia bastante desiludida e injustiçada com a ação do projeto, já que ela sobrevivia da renda gerada pela confecção. Por isso que para ela, o projeto tinha ajudado as pessoas, ela tinha ganhado o muro novo e um portão, mas não tinha o direito de “acabar” com os seus planos de vida, que preferia trocar tudo isso pelo seu negócio de volta. A moradora ainda relata que teve até que destruir o “quartinho” que mantinha com as máquinas de costura na época e que os entulhos ainda estavam no seu quintal, já que era promessa da prefeitura recolher esse tipo de lixo. Portanto, era visível na sua fala o seu desconforto em relação aos resultados do projeto, devido à alteração que causou no seu modo de vida. A moradora contou que atualmente mantém as máquinas na casa de uma amiga da filha e que por enquanto tem trabalhado por lá. Ao finalizar a entrevista, já na saída do portão, a moradora confessou que acha a política de

Maringá muito suja e que alguém saiu ganhando uma parte a mais nesse projeto, visto que com a “grana” que tinham em mãos, somente as reformas de alargamento das ruas e calçadas no bairro, não teria gasto todo o recurso destinado.

Assim, logo que saí da casa da dona Fátima, avistei de longe, mais ou menos umas dez casas para frente, uma senhora parada no portão, parecia olhar o movimento da avenida próxima. Era uma senhora de cabelos brancos já, aparentava ter uns 80 anos de idade. Me aproximei e quando cheguei mais perto, ela olhou para mim e soltou um “bom dia”. Fiquei surpresa com o gesto da moradora, aproveitei e me apresentei para ela. Logo, expliquei a razão da minha presença no bairro. A senhora, muito simpática, se chamava Ana, e sem criar qualquer tipo de impedimento, me convidou para entrar. Era uma casa diferente, toda com grade (do muro até o telhado da casa) e com umas divisões desproporcionais. A moradora me chamou para entrar num cômodo que tinha logo na frente da casa. Achei estranho porque aquele quarto parecia ser a “casa” da moradora. Era equipado com fogão, uma geladeira e uma pia pequena. Do outro lado do cômodo tinha um sofá-cama e uma mesa, aquelas típicas de bar, e só o banheiro era separado. Apesar da casa ser maior que aquele cômodo, a moradora me informou que ela vivia naquele quarto, porque o resto da casa era do filho e da nora. Alias, tinha uma porta que era passagem para o restante da casa, mas que a maior parte do tempo vivia fechada, já que apenas seu filho tinha a chave.

A moradora me contou que vive no bairro tem mais de 30 anos, que antes morava em Rolândia-PR e se mudou para o bairro com o filho pequeno. Contou-me que separou do marido antes de mudar para o bairro, pois ele batia nela, e que um dia ela resolveu se separar e mudar-se para outro lugar. Conta a sua chegada ao bairro e como era uma casa na esquina, sofria com os ataques de pedra (a moradora conta que os usuários de drogas atiravam pedras nas casas), por isso que a casa é desde daquela época toda fechada com grade, pelo medo da moradora em ser acertada por alguma pedra. Em relação ao projeto, pensando apenas nas mudanças estéticas, fala que “achou importante” o que foi feito e que agora bairro está bonito. Porém, ao mesmo tempo ela relata a falta dos vizinhos e o vazio que o bairro se encontra hoje, já que nem de dia é possível encontrar as pessoas na rua, como ficavam antes. A entrevista com a moradora durou cerca de uma hora.

Antes de despedir-me, a moradora me chamou para conhecer as plantas dela, que era uma das suas razões de não querer mudar de sua casa. Mostrou-me planta por planta, contou os nomes dela e até queria que eu levasse uma para minha casa. No entanto, eu contei que ia embora de ônibus e que não dava para levar. Notei a carência da moradora por atenção e ter alguém para ouvi-la. Ainda na saída do portão, ela me convidou para voltar quando estivesse

passando por perto, para tomar um café ou para conversarmos mais. Fiquei impressionada pela receptividade dessa moradora, que mesmo com sua história sofrida e viver praticamente excluída da vida do filho, ela me recebeu na sua casa, sem importar-se que eu era uma estranha. Assim, terminando a entrevista, já perto do meio-dia, resolvi ir embora e aproveitar o período da tarde para telefonar para os próximos moradores que seriam entrevistados (o morador Gustavo e a sobrinha do seu Osnir, a Diane), além de utilizar à tarde para iniciar a transcrição das entrevistas já realizadas.

Sexto dia de visita... Sábado de manhã (15/11/2014)

No sexto dia seguido, consegui ligar e agendar para sábado de manhã duas entrevistas: com a moradora Diane e o morador Gustavo. Esses seriam os primeiros moradores mais jovens, na faixa dos 30-35 anos de idade, que iria entrevistar, além do fato de serem os únicos que cresceram no bairro. Cheguei ao bairro eram quase 10h00 da manhã, horário que tinha marcado com a moradora Diane. Estava um dia tranquilo, nublado, algumas pessoas lavando a calçada, outras mexendo com construções e, diferente dos outros dias, encontrei muitas senhoras e crianças indo para a igreja, com a Bíblia na mão. Não sei se estava me acostumando com o lugar, mas a sensação de segurança era maior.

Cheguei na hora combinada na casa da moradora Diane e bati palmas. Ninguém atendeu. Tornei a bater. Vi uma menininha espiando pela janela, era a filha da moradora, que parecia ter uns 5 anos de idade. Ela saiu no portão e disse que a mãe dela estava dormindo, mas ela ia chamá-la e entrou novamente. Demorou cerca de cinco minutos e de repente ouço uma voz lá de dentro falando que eu podia entrar que o portão estava aberto. Era a Diane falando. Entrei e fiquei um tempo esperando na varanda. A casa era reformada, toda com piso no chão, garagem, equipada e organizada, uma das melhores casas, no sentido de estrutura, que tinha visitado até o momento. Aparentava ter uma condição financeira melhor que os outros moradores entrevistados. Diane nesse momento apareceu na porta da casa e pediu que eu entrasse. Pediu desculpas pela demora, mas disse que tinha perdido a hora de levantar. Sentamo-nos na cozinha mesmo e começamos a conversar. Antes de iniciar as questões, a moradora me perguntou se eram muitas, pois ela tinha que arrumar a casa ainda e também porque ela não gostava de falar muito da sua vida e não sabia falar direito. Disse a ela que não me demoraria muito e que ela poderia se expressar da maneira que quisesse, sem nenhuma formalidade, sobre seu modo de vida, como foi crescer no bairro e a situação atual.

A moradora pareceu-me mais calma e menos envergonhada depois da minha fala. Começou a contar-me sobre sua infância no bairro, que brincava muito na rua e num tom de saudade disse que naquela época todos eram unidos e tinha esse hábito de ir para a rua. Ela não negou que ainda existe esse hábito, mas com a saída de muitas pessoas por causa da requalificação, a rotina do bairro não é mais a mesma. Disse que as pessoas se reuniam, as crianças ficavam mais na rua, mas também colocou a “culpa” dessa mudança da retirada das árvores, já que agora não tem mais sombra para as pessoas ficarem de dia conversando. Relatou ainda que, a droga e a violência também são causadoras dessa mudança, apesar da moradora deixar claro que em nada atrapalha sua vida, já que ela e os outros não mexem com eles, referindo-se aos traficantes ou usuários de drogas. A fala da moradora me pareceu que existe ali “código da convivência”, em que cada um preserva o “seu lugar” e respeita o limite e as regras do outro. Fala que tinha ouvido dos outros moradores, de “cada um na sua”, mas que até agora não tinha compreendido essa divisão existente entre os diferentes atores atuantes nesse espaço.

Ainda em relação ao projeto, a moradora comentou que a sua casa deveria ter sido derrubada, mas que na época o seu ex-marido não quis sair da casa, por tudo que já tinha construído no local. Mas contou-me que ela queria mudar pelo fato de ganhar uma “casa nova”, mas que pelo bairro ficaria. Notei que a moradora valorizava muito essa questão do “novo”, de ganhar uma “coisa nova”. Disse ainda que os vizinhos dos dois lados são seus amigos antigos e nenhum deles reclamou ou brigou em razão da decisão, já que cada um iria ganhar a metade do terreno, caso ela se mudasse para outro lugar. Nesse momento, a moradora se mostrava um pouco impaciente, então encerrei a entrevista. Antes de ir embora, já no portão da casa, perguntei ainda se a moradora tinha alguma indicação. A moradora indicou seu vizinho do lado, até me acompanhou até a casa dele e o chamou, mas ninguém atendeu, disse que era provavelmente ele estava na igreja, já que era sábado de manhã. Assim, me despedi da moradora e resolvi ir até a casa do morador Gustavo, que ficava logo ali perto, um quarteirão de distância.

Com o morador Gustavo a entrevista foi diferente e fluiu mais, muito em razão da conversa informal que tivemos na minha volta ao campo. A entrevista foi no mesmo lugar no quintal onde sua mãe (dona Maria Helena) tinha conversado comigo na quinta-feira. O morador iniciou sua fala dando ênfase no que fizeram com o bairro, referindo-se à requalificação. Na opinião do morador, foi um dinheiro jogado fora e aplicado errado, já que na sua visão tirar os moradores do bairro não foi a melhor coisa a se fazer. Disse ainda que, deveriam ter aplicado na área social, na educação e na cultura daqueles moradores, pois

somente isso mudaria realmente a vida deles. Em relação a esse assunto, o morador (assim como a sua mãe) demonstra um sentimento de injustiça, de uma dívida que o Estado e a prefeitura possuem com eles. No entanto, o morador se difere, pois confessa que, apesar de gostar das pessoas daquele lugar, irá lutar para sair do bairro e mostrar que ele é capaz de vencer. Senti muito na sua fala essa vontade de mostrar que é capaz, esse desejo de retirar-se da posição de não-sujeito. Muito dessa atitude advém das dificuldades enfrentadas e da situação de exclusão que o morador vivenciou e revela até os dias de hoje vivenciar.

O morador também conta que sua adolescência foi muito feliz no bairro, que existia a prática de ficar na rua, ele mesmo conta que passou madrugadas com os amigos na calçada, cantando e conversando. Até a feição do morador se alterou quando começou a contar sobre a convivência entre os vizinhos. No entanto, ele não deixa de ressaltar que as drogas também é uma das culpadas por essa “perda” da convivência entre os vizinhos, já que muitos dos seus amigos não conseguiram se livrar do vício das drogas e isso acabou afastando todo mundo. Ressalta também a questão da violência, de como isso afetou e foi deixando as pessoas mais fechadas e isoladas em suas casas. Entrando nessa questão, perguntei a ele se tinha medo de falar sobre isso (já que sua mãe tinha comentado comigo e foi um dos únicos moradores que pediu sigilo do nome), e ele respondeu que durante sua vida no bairro já tinha visto e ouvido muitas coisas e, que ele é uns dos poucos que conversam sobre isso, e sendo um dos poucos, ele pode ser “prejudicado”, por isso que apesar de falar sobre isso, ele se preserva. Falou também que isso (as drogas, a violência) nunca se tornará algo natural para ele, como se tornou para a maioria dos moradores, que conseguem conviver, sem se envolver ou comentar sobre, ou ainda, dizer que está tudo bem. Notei nesse morador uma vontade de ser ouvido.

Assim, finalizando a entrevista, perguntei de alguma indicação, e o morador acabou falando de uma senhora que morava dois quarteirões para baixo, dona Aparecida, mas que todos conheciam como dona Cida. Na saída ainda, o morador me acompanhou até o portão e disse que esperava que, de alguma forma tivesse contribuído para o meu trabalho.

Sétima visita, de volta a campo (20/11/2014).

Após tirar um tempo para transcrever todas as entrevistas até então realizadas e também analisar ou readequar alguma questão do roteiro que não estava dando certo, decidi voltar a campo. Não tinha nenhuma entrevista marcada, mas tinha algumas indicações feitas pelos moradores, como a dona Cida e outros dois moradores recomendados pelo morador Osnir, um casal e um senhor, que o seu Osnir falou que tinha muitas histórias para contar.

Assim, estava indo a campo com nenhuma certeza se iria ou não conseguir conversar com esses moradores, mas o importante era estar lá.

Chegando ao bairro as 15h00, fui direto à casa da moradora indicada, dona Cida. Consegui achar a casa e bati palmas. Saiu uma senhora (bem miudinha) que veio até o portão e já abriu o portão, antes mesmo de me apresentar. Expliquei para ela a razão de estar ali, e ela pediu um segundo, pois estava no telefone com sua irmã e pediria para ela ligar mais tarde. Falei para ela que se quisesse voltaria depois, mas ela insistiu e já foi pedindo para eu entrar e fechar o portão, enquanto ela ia desligar o telefone. Ofereceu-me água e falou que nossa conversa poderia ser na sala. Reparei que a casa era simples por dentro, as paredes sem pintura, mas tudo estava no seu lugar, “arrumadinho” e decorado de maneira simples. Antes de começar a entrevista, já sentamos na sala, a moradora começou a falar e me mostrar a perna dela, que naquele dia estava inchada e parecia estar com uma alergia. Achei um gesto tão pessoal, igual quando você compartilha um problema com alguém conhecido/íntimo.

Logo em seguida a moradora começou a contar-me que residia no Santa Felicidade há cerca de 20 anos e que, antes morou cerca de 15 anos em um outro bairro da cidade, e que a propósito, adorava morar lá, mas teve que se mudar porque a casa não era dela. Assim, a moradora contou que conseguiu uma casa no Santa Felicidade rápido, pois o marido trabalhava na prefeitura de Maringá, e eles facilitavam para os funcionários. Logo que chegou, a moradora conta que a casa já estava toda dividida e que tinha muito medo de sair na rua, só ficava trancada e chorando com os filhos dentro de casa, pois achava que só tinha ladrão morando ali. Contou-me que teve onze filhos, mas mudou-se para o bairro apenas com nove, já que um ela acabou perdendo com cinco meses e o outro se suicidou quando tinha 19 anos.

A moradora continua sua narração contando que aquele medo que tinha quando se mudou foi se amenizando, por causa das amizades construídas com os vizinhos. Complementa ainda dizendo que soube lidar com a violência, e que na rua dela não acontece nada, somente para os outros lados. Fala ainda que, hoje se acostumou no bairro, só mudaria se ganhasse uma “casinha nova”, já que essa que mora, depois que o marido faleceu, ela não conseguiu mais arrumar nada, pois não sobra dinheiro para isso, mas que tem medo de mudar e não gostar dos vizinhos, já que os vizinhos do “Santa” são tão bons para ela. Assim, falando sobre a casa ainda, a moradora relata que o projeto não fez quase nada, somente fez um pedaço do seu muro e o resto ela teve que pagar para fazer. Conta ainda que falta arrumarem sua calçada, mas apesar disso, a moradora coloca bastante ênfase afirmando que “parece” que melhorou bastante, já que arrumaram até as ruas. Já no final da entrevista, na saída do portão,

a moradora expressa novamente que o bairro ficou muito bom depois das reformas, e em razão disso, ela só muda quando morrer, afirmando que já se acostumou naquele lugar. Ainda assim, quando estava me despedindo, dona Cida me abraçou e disse: “*é tão legal quando uma pessoa assim vem conversa com a gente*”, o que demonstra o quanto esses moradores, com suas histórias ricas, são carentes de serem escutados e ouvidos por alguém.

Assim, finalizando a conversa com a dona Cida, fui atrás das duas indicações realizadas pelo morador Osnir. Como estava mais perto, fui primeiro à casa do casal dona Lúcia e seu Júlio. No entanto, no caminho percebi uma movimentação na frente de uma casa no final da rua, vi ainda que tinha um carro de polícia estacionado em frente, não deu para saber o que estava acontecendo e assim, continuei a minha caminhada. Chegando à casa do casal indicado, notei que eles estavam sentados no quintal da casa, me aproximei do portão e comecei a falar com eles. Expliquei a razão da minha presença e comentei a indicação do morador. Eles pareciam lisonjeados por eu tê-los procurados, permitiram minha entrada e puxaram uma cadeira para me sentar junto deles.

Apesar de ficarmos apenas no quintal, reparei que a casa tinha algumas reformas, era pintada por fora, e ao lado, tinha uma espécie de “puxadinho”, que depois os moradores comentaram que era para ser derrubado, pois o projeto não ia mais permitir os “puxadinhos”, no entanto, eles questionaram falando que não tinham recebido a escritura da casa com as novas medidas, porque eles iam derrubar um negócio que investiram para fazer? No quintal, diferente das outras casas visitadas, essa tinha uma árvore enorme (uma mangueira) e uma mesa de jogar bilhar bem próximo à varanda da casa, que depois o casal comentou que seus filhos mesmo não morando com eles, viviam lá de finais de semana para jogar. O casal contou que se mudou para o bairro no ano de 1987, quando saiu a casa para eles. Descrevem ainda como era o bairro quando chegaram, como se esforçaram para reformar a casa e criar os quatro filhos. Narram também como era a convivência entre os vizinhos, a multidão que ficava na rua e como hoje isso está diferente. O casal fala sobre a requalificação, assumem que, apesar de gostarem do bairro, pela “casa nova” eles mudariam, no entanto, entram em contradição em todo o momento da conversa. Falam ainda sobre a suspeita ou boato que um dia eles, que no caso é a prefeitura, vão dar um jeito de eles saírem de lá. A entrevista durou cerca de 1h30, os dois se mostraram com uma vontade enorme de contar suas histórias. Assim, ao me despedir, ele me chamam para voltar e ainda brincam que não contaram nem metade das histórias que viveram.

Ao sair da casa e voltar para a rua, fiquei em dúvida se ia procurar o outro morador recomendado, pois já se passava das 17h00. No entanto, resolvi ir e tentar pelo menos marcar

num outro dia. No caminho, quis retirar aquela dúvida sobre a quadra, visto que estava por perto. Fui me aproximando e percebi novamente uma movimentação na quadra. De longe, parecia alguns jovens sentados na arquibancada, cerca de umas cinco ou seis pessoas. Não olhei fixamente, pois confesso, fiquei com receio, não sabia qual seria a reação ao ver alguém “encarando”. Seria mesmo um ponto de encontro dessas pessoas no bairro? Enfim, só com as falas dos moradores iria descobrir isso.

Foi então que decidi ir em direção à primeira rua do bairro, onde morava o outro morador indicado pelo seu Osdir, que era conhecido por todos no bairro como o seu Carlinhos. Ainda não tinha entrevistado nenhum morador da primeira rua que deu origem ao Santa Felicidade. Notei que essa primeira tinha algo de diferente, principalmente na sua primeira quadra. Em relação ao visual, as casas ali pareciam mais cuidadas, e por outro lado também, percebi que as pessoas eram mais próximas, isto é, existia uma sociabilidade maior. Assim, chegando na frente da casa do morador, encontrei duas senhoras conversando e tomando sorvete no quintal da casa, uma delas veio até o portão e se apresentou como dona Chica e falou que era esposa do seu Carlinhos. Expliquei a razão da minha presença e, ela foi logo me convidando para entrar, já que ele estava em casa, e não iria perder a oportunidade de contar as histórias dele. Ela então foi em direção da casa para chamá-lo. Enquanto isso, a senhora que estava tomando sorvete junto com a dona Chica acabou escutando minha explicação sobre o trabalho, se apresentou como dona Queila e comentou que também era moradora do bairro. Aproveitei a simpatia da senhora e perguntei se ela aceitava conversar comigo em outro dia, e sem pestanejar ela foi logo me passando o número da sua casa, que ficava umas três casas para baixo apenas. Enquanto estava conversando com a dona Queila, um senhor apareceu na varanda, era o seu Carlinhos. Um senhor com uma aparência frágil, aparentava ter uns 70 anos e com os cabelos todos brancos. Antes de me apresentar para ele, sua esposa chegou perto de mim e disse que ele estava sem o seu aparelho auditivo e, que por isso eu teria que gritar ou falar bem perto do ouvido para ele conseguir escutar as questões.

Era um senhor muito simpático, e que logo foi me chamando de *guriazinha*. Tentei explicar a razão da minha presença e com muita dificuldade ele conseguiu escutar. Por causa disso, resolvi prosseguir fazendo apenas as perguntas principais do roteiro, e o resto deixaria o morador falar à vontade. Ele começou a me contar que veio do Rio Grande do Sul e que era um exilado político. Contou-me que na época da ditadura foi exilado do país, e devido a isso, passou a morar em vários países, enquanto a família dele estava morando no sul do país. Disse morou onze anos fora do Brasil, e que durante estes anos morou na França e na Alemanha, mas passou a maior parte deles em Cuba. Quando eu iria imaginar que iria

encontrar um combatente e exilado político no bairro? Fiquei muito surpresa com a história que estava sendo contada e maravilhada com a garra daquele homem, que de início julguei frágil.

Ele contou ainda que ao voltar para o Brasil, foi buscar sua família no Sul e veio para Maringá, foi morar na Favela do Cemitério, aliás, foi um dos moradores a ocupar aquelas 30 primeiras casinhas construídas no bairro, quando inaugurado. Contou-me que tinha sido três vezes presidente da Associação dos moradores, quando ainda existia e que ele e os moradores que construíram o bairro que se tem hoje, que nada foi “ganhado”. Durante a entrevista percebi que, a maioria dos moradores que passavam diante do portão cumprimentava-no e ele, respondia acenando, e às vezes até chamava o morador pelo nome. Em relação ao projeto, o morador se colocou totalmente contra, dizendo que aquilo que fizeram no bairro não foi para a população, e sim para conseguir votos. O morador disse veemente pensar por meio das ideias comunistas, e que nunca seria enganado com a promessa de uma “casa nova”, e que só sairia do bairro direto para o cemitério, pois gostava daquele povo, das amizades e de tudo que construiu naquele espaço.

A casa era bem organizada, sem muito luxo, tudo muito simples, mas existia um capricho naquela organização. No quintal da casa tinha uma área com muitas plantas, flores e algumas verduras, no qual o morador disse que sua esposa que cuidava de tudo. Apesar de estar gostando das histórias do seu Carlinhos, tive que encerrar a entrevista, pois estava um tempo de chuva e também porque já era quase 19h00 da noite. Seu Carlinhos me acompanhou até o portão e me agradeceu pela visita, disse que tinha ficado muito feliz e que me queria de volta a sua casa, já que não tinha nem começado contar a sua história. Assim, finalizei minha sétima visita ao campo, cheia de histórias surpreendentes e que seriam inesquecíveis para mim.

Oitava visita ao campo... me sentindo em casa! (21/11/2014).

Após o dia anterior, que tinha sido muito surpreendente, voltei ao bairro de manhã com a expectativa de encontrar a dona Queila em casa. Era de manhã, não tinha muita gente na rua, então fui direto para a casa da moradora, que também morava na primeira rua do bairro. Cheguei na casa e bati palmas, mas ninguém atendeu. Uma senhora do outro lado da rua me gritou e disse que a dona Queila estava na casa do vizinho, me apontando umas seis casas para baixo, onde tinha um senhor sentado na frente de uma casa. Fui até lá, e esse senhor me informou que a dona Queila tinha passado por lá, mas tinha acabado de ir para o

centro. O senhor se apresentou como seu Joel e, perguntou se era algo grave e se ele poderia ajudar. Comecei a explicar a razão da minha presença, e de repente sai uma mulher do portão da casa interessada na conversa. Era a esposa do seu Joel. O morador disse que também morava há muito tempo no bairro e, que se eu quisesse ele poderia falar comigo naquele momento. Foi então que o senhor recolheu sua cadeira e entramos.

Era uma casa muito simples, feita com umas partes de madeira. Ficamos na varanda mesmo. Seu Joel sentou-se do meu lado e a sua mulher, dona Maria Alice, disse que estava um pouco ocupada, mas que dependendo da pergunta, ele iria lá fora “dar uns pitacos”. Mas a maior parte da entrevista foi o seu Joel que conversou comigo mesmo. Contou-me que não sei lembrava mais quando se mudou para o bairro, mas lembra que só tinha as 30 casinhas da primeira rua e, o resto era tudo mato. Disse ainda que era do estado de Sergipe e que veio com aqueles caminhões *pau de arara* com 13 anos para São Paulo e só depois veio para o Paraná. No entanto, antes de se mudar para o bairro morou por cinco anos no Núcleo Social do Bispo Dom Jaime, e só com a ajuda deles que conseguiu ter a sua “casinha” no Santa Felicidade. O morador exaltou bastante durante sua fala de como gosta do lugar onde vive e, que todas as transformações que fizeram foram por conta do Estado, que eles não pagaram nada. Já no final da entrevista, em direção ao portão o senhor agradeceu por ir falar com eles, e disse ainda que, se sentiu muito bem relembando sua história, sua luta.

Saindo da casa do seu Joel e da sua esposa, fui falar com aquela senhora que estava varrendo a calçada. Tinha gostado da sua simpatia. Ela já estava dentro da casa, bati palma e, logo ela apareceu na varanda e disse “*Vamo entrá?*”, como se eu fosse uma “velha conhecida”. Então, antes mesmo de explicar a razão da minha presença, a moradora foi abrindo o portão e me chamando para entrar. Ela se apresentou como dona Graça, e disse que poderíamos conversar na varanda mesmo. Enquanto sentávamos, reparei que a casa da moradora era “arrumadinha” e já tinha passado por reformas. Era aparente o cuidado que ela tinha com o lugar. Contou-me que era do estado da Bahia e que veio para Maringá no ano de 1976, já divorciada e carregando quatro filhos e, sem condições conta que foi morar na Favela do Cemitério. Disse ainda que, depois do *desfavelamento* foi para um núcleo social em Maringá, e só após quatro anos que conseguiu comprar o direito de uma casa no Santa Felicidade. A moradora diz gostar muito do lugar onde mora, das amizades cultivadas e brinca que, só muda do bairro quando for para o cemitério.

Depois de finalizada a entrevista, a moradora me convidou para conhecer como era a sua casa por dentro. Mostrou-me os cômodos, como ela os dividiu e quem dormia em cada quarto (quando seus filhos moravam com ela ainda). Como falei, era uma casa simples, mas

notei que a moradora tinha muito orgulho do que tinha construído, e ainda, era visível o seu vínculo material e simbólico com o lugar. No final do *tour*, a moradora ainda me convidou para tomar um café. A sensação e a forma que a moradora me tratou era surpreendente. Não que os outros moradores não tenham me tratado bem, mas essa moradora me fez sentir em casa e esquecer por alguns minutos que estava naquele bairro em que as pessoas “condenavam” tanto. Já no final da visita, dona Graça me levou até o portão e me chamou para voltar mais vezes, e inesperadamente quando estendi a mão para me despedir, ela me deu um abraço apertado. Aquele abraço típico de avó, com carinho... algo realmente inesperado de uma pessoa que tinha acabado de conhecer.

Após a visita à dona Graça, já era quase meio dia, hora de almoço, as pessoas estariam ocupadas em suas casas, e como a manhã tinha sido proveitosa e de muitas histórias, resolvi voltar para casa. No entanto, antes de encerrar, gostaria de expor um ponto que vinha observando nessas últimas visitas ao bairro. Tem a ver com a receptividade das pessoas. No decorrer das visitas realizadas até agora, chega até ser engraçado, mas foi uma “coisa” sentida, durante minhas caminhadas pelas ruas, de uma casa para outra, pude perceber que as poucas pessoas que encontrei sentadas em frente ou do lado de dentro de suas casas ou ainda, aquelas que estavam apenas transitando por ali, enfim, notei que algumas pessoas me cumprimentavam com um “bom dia” ou “boa tarde”, ou um simples acenar com a cabeça. Eram gestos discretos que foram chamando a minha atenção. Pensei comigo, seria resultado da existência de uma “rádio peão” no bairro, em que os moradores entre si comentavam que havia uma pessoa estranha pesquisando sobre as histórias dos moradores do bairro... Ou seria apenas um gesto banal, ou um comportamento intrínseco aqueles moradores? Por enquanto não posso afirmar a causa desses gestos, mas posso com certeza afirmar que, essa ação de alguns de “realizar esse cumprimento”, me garantiu uma impressão de maior segurança no campo com o passar do tempo, uma sensação de estar entre conhecidos.

Outro ponto que, de maneira breve gostaria de comentar tem a ver com os moradores até agora entrevistados residentes na “primeira rua” que deu origem ao bairro. Mas não os moradores, mas a minha percepção da rua em si. Pode ser uma apenas uma suspeita, mas mesmo assim gostaria de levanta-la. Pelas conversas que tive com esses moradores da primeira rua, tinha a sensação que entre eles existe uma troca, um vínculo mais forte, seja com o local (o bairro, a rua) como também com as pessoas que ali residem, isto é, seus vizinhos. Não que nas outras ruas ou vizinhos não tenham percebido essa sociabilidade, contudo, entre esses moradores notei que eles ainda cultivam essa sociabilidade, especialmente depois da requalificação, coisa que não senti na fala dos outros moradores, em que o não-dito é

preenchido por um sentimento de perda, de sempre lembrar o passado ou dizer que “antes era melhor”. No entanto, não quero me precipitar, já que são apenas suposições, assim, deixo para confirmá-las no momento de uma análise mais profunda.

Nona visita... Será a última? (03/12/2014)

Mais de uma semana depois da última visita, voltei a campo. Não sabia ainda se essa seria a última visita, uma vez que o ambiente estava se tornando familiar, isto é, aquela estranheza sentida nas primeiras visitas que, me faziam perceber melhor o que estava acontecendo naquele espaço, estava se transformando em algo comum. Além de que, a quantidade de entrevistas já realizadas (até o momento 16 conversas) estava me incomodando um pouco, visto que o intuito da minha pesquisa nunca foi acumular grandes quantidades de dados ou informações. Assim, com essas reflexões, voltei ao bairro para ver se conseguia conversar com uma moradora que não tinha conseguido ainda encontra-la, a dona Queila. Moradora que inclusive, morava também na primeira rua do Santa Felicidade.

Cheguei ao bairro pela manhã sem saber se a moradora estaria em casa, já que eu não tinha nenhum número para entrar em contato antes, mas resolvi arriscar. Aproximando-me de sua casa, notei que tinha duas senhoras conversando na frente da casa do seu Carlinhos, e quando olhei novamente, vi que era justamente a dona Queila e a esposa do seu Carlinhos, a dona Chica. Fui chegando perto das duas e a dona Queila já olhando para mim disse “*Ah fia, os vizinhos me falaram que você veio me procurar e eu não estava, mas vamos indo lá pra casa*”, o interessante que não me lembrava de ter pedido para nenhum vizinho avisá-la, o que demonstrava a troca de informações entre eles. Cumprimentei as duas, e antes de irmos para a casa da moradora, aproveitei a presença da dona Chica para perguntar se ela não gostaria de conversar comigo também, e ela acabou confessando que para conseguir conversar com ela, eu teria que vir em um dia que seu marido não estivesse em casa, pois se ele estiver perto, ele não iria deixá-la falar, por causa das suas tantas histórias. Então respondi que, logo que terminasse a conversa com a dona Queila, passaria na sua casa para “tentar”.

Assim, acompanhei a dona Queila até a sua casa e entramos. Ela me recebeu sem nenhuma “formalidade” e nos sentamos no primeiro cômodo da casa, na sala. A casa era pequena e com uma aparência que tinha passado por poucas reformas, mas tudo era organizado e com detalhes, fotografias, enfeites na estante etc. Iniciamos a conversa e a moradora contou-me que era pernambucana e que fazia cerca de 50 anos que tinha vindo para Maringá. No entanto, antes morava em Moreira Sales/PR, e só depois de casada que veio para

Maringá, onde passou por vários bairros de Maringá morando de aluguel. Disse ainda que, não se lembrava da data exata que se mudou para o bairro, mas fazia já uns 37 ou 38 anos. Comprou a casa de uma amiga que tinha desistido de morar em Maringá e estava se mudando. A moradora conta ainda como foi sofrida a vida no início no bairro, em que os moradores eram rodeados de mato, e não tinha mais nada. Ressalta como era a união antes dos moradores, e que hoje ainda existe, mas são poucos aqueles que permanecem unidos, já que muita gente se mudou do bairro.

Contudo, apesar da alegria que parecia conduzir a vida dessa moradora, pela sua simpatia e receptividade que me recebeu, a moradora carregava uma história triste. Dona Queila começou a me contar que tinha seis filhos homens, mas que quatro deles faleceram por volta dos 13 e 14 anos por conta de uma doença degenerativa. A moradora ainda conta que, perdeu o quinto filho no ano de 2009, por causa de contração da gripe A, deixando um neto de 9 anos que hoje vive com ela. Nesse momento, a moradora enchia os olhos d'água, mas ao mesmo tempo falava de uma maneira natural e sincera da perda dos seus filhos. Fiquei sensibilizada com a história daquela mulher, alguém que passou por tantas perdas e que carregava uma alegria, sem nenhum vestígio de amargura ou tristeza nos seus gestos. Uma história de perdas e de superação que ninguém conhece, como tantas outras ouvidas durante essas visitas, histórias que me fazem lembrar do *homem ordinário* de Certeau, isto é, aquele homem invisível, tomado até pelos outros como fraco ou idiota, mas que na realidade carrega consigo histórias ricas e nunca ouvidas, e ainda, uma capacidade imensa de transformar-se a partir daquilo que é imposto.

Ao final da entrevista, dona Queila ainda me convidou para tomar um café com ela, enquanto isso a moradora veio me mostrar uma blusa que ela estava terminando de costurar. O detalhe é que a moradora, sem qualquer constrangimento, contou que era analfabeta e que por causa disso, estava utilizando uma outra blusa sua como molde. Era nítido a felicidade da moradora em ver que estava dando certo, mesmo tendo dificuldades. Na saída ainda, dona Queila quis me mostrar a horta que mantinha com todo cuidado na metade do terreno que tinha recebido por meio da requalificação. Assim, já no portão, a moradora também me deu um abraço apertado, me convidando para voltar mais vezes que estivesse passando por ali. Despedi-me da moradora, e como prometido, fui até a casa da dona Chica, no entanto, ninguém me atendeu. Era quase meio-dia, a rua estava praticamente vazia, foi então que resolvi voltar para casa e encerrar, quem sabe, a minha última visita ao campo.

Antes de encerrar, gostaria mais uma vez de expor uma reflexão, já que enquanto voltava para casa da que seria a “provável” última visita ao campo, alguns pensamentos

teimavam em aparecer. E eles novamente estavam relacionados à forma que as pessoas me receberam. O decorrer das visitas ou o passar do tempo naquele lugar, além da abertura e da receptividade dos moradores, fez com que eu afastasse gradualmente aquele discurso de “bairro violento e perigoso”, tantas vezes repetido e aceito por pessoas próximas e a população de Maringá como discurso oficial, já que a sua imagem estava ligada à violência e à criminalidade noticiada nas páginas dos jornais populares. Discurso esse que, confesso, acabou influenciando as minhas primeiras visitas ao bairro, já que inconscientemente, acabei “comprando” essa imagem e discurso preconcebido do lugar e de seus moradores. E apenas nesse momento vejo que a insegurança e o medo sentido nas primeiras idas ao bairro, possivelmente são consequência da influência desses discursos “criados” em torno do bairro. É claro que o objetivo aqui não é dizer se o Santa Felicidade é ou não um lugar violento e perigoso, ou ainda, discutir se o discurso visto como “oficial” é verdadeiro ou falso, pelo contrário, o que venho tentando relatar é justamente como o juízo que tinha construído sobre o bairro foi se desfazendo pouco a pouco, ou melhor, se transformando, a partir do meu contato com as pessoas, com suas práticas e ricas histórias. Finalizo, portanto esse capítulo no qual tinha como intuito relatar (e descrever) ao leitor um pouco do meu processo de idas e experiências de abordagem no campo, e principalmente, narrar como essas pessoas me receberam em suas casas sem qualquer pudor e contaram suas histórias.

6

PRÁTICAS COTIDIANAS DE APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO REALIZADAS PELOS MORADORES NO SEU TRANSCURSO HISTÓRICO

Para compreender como ocorreu a territorialização realizada pelos moradores do bairro Santa Felicidade, foi necessário entender como essas pessoas desde o início, construíram suas formas de apropriação a fim de estabelecerem suas relações de pertencimento, seja de posse material ou simbólica, sobre o espaço, definindo comportamentos, linguagens e práticas; enfim, na intenção de construir um território. Sendo assim, após escutar as histórias desses moradores, resolvi reunir sete pontos que destaco como importantes em todo esse processo: inicialmente, a vinda desses moradores para o bairro e os primeiros vínculos; a situação do bairro quando chegaram; as mudanças ao longo do tempo; em seguida, em específico, procurei saber sobre os impactos do projeto de requalificação na vida desses moradores; depois, busquei investigar como esses moradores tornaram esse lugar deles (o que gostam de fazer; seus hábitos e costumes; a convivência entre vizinhos; práticas espaciais no bairro; se viam algo de diferente no bairro); destaquei a questão da violência, isto é, se isso de alguma maneira influencia na territorialização construída por eles; e por fim, sobre o futuro desses moradores no bairro, ou seja, se eles aceitariam se mudar ou se veem morando no bairro daqui uns anos.

A) A vinda para o bairro e os primeiros vínculos

Assim, na tentativa de me aproximar um pouco das histórias desconhecidas dos 17 moradores entrevistados, bem como descortinar a construção dos vínculos e relações tecidas com o lugar e as pessoas, resolvi dar início fazendo perguntas como o local de nascimento, e no caso de não serem de Maringá, como chegaram à região e posteriormente ao bairro, e também pedia para os moradores contarem como foi inicialmente que fixaram residência no

bairro. As falas que seguem são retratos das recordações dos moradores diante de tais questões:

Morador Carlinhos

(001) Se eu te contar a minha história ela é muito longa, porque eu morei fora do Brasil muitos anos, eu morei na França, depois fui pra Argélia, depois morei 11 anos em Havana, em Cuba, eu era perseguido político, eu fui exilado. Mas só depois da ditadura que nois ganhou perdão político é que nois viemos pra cá...daí eu trouxe minha família do Sul pra cá, e nois viemos construir nossa vida aqui,... É uma história longa, há mais de 30 anos que nois tá aqui, nois viemos das favelas, nois era favelado, aquela favelinha do lado do Cemitério, lá da favelinha famosa, aquelas áreas lá era da igreja, era dos empresários, era dessa gente aí, daí o prefeito que inventô de desapropriá essa área e fazê essas casinhas pros favelados. Nós não era daqui, a gente é lá do Rio Grande do Sul, eu sou preso pela época militar, da ditadura militar, nós viemos pra cá e não tinha moradia, daí fomo procurar as favelas [...]

Moradora Graça

(002) Ah, eu não sou de Maringá, nasci na Bahia e vim pra cá em 76, daí eu vim pra favela, onde tem aquelas prédios lá perto do cemitério, eu morei lá na favela um ano, depois entrou o prefeito e ele quis acabar com a favela né, aí ele acabou com favela [...] Lá era bom, eu saía de manhã para trabalhar de doméstica e chegava só de noite, nunca aconteceu nada, o pessoal lá da favela também eram bons, muito bons. Eu morava num rancho de tábuas lá, de compensado minha fia, eu ia lá no depósito de calçado buscá caixa de compensado pra podê fazer o rancho, já com os cinco fios... daí quando acabou, só teve uma reunião avisando que ia acabar com a favela ... Aí na época, foi em 78, eu alembro que o prefeito João Paulino deu pra cada um 5 reais, porque naquela época era 5 mil cruzeiros, eu peguei esse dinheiro e pus no banco... Daí depois eu fui lá pro Núcleo das Irmãs, lá eu fiquei quatro anos, morando lá... depois eu comprei o direito aqui dessa casa com o dinheiro que pus no banco, aí que eu vim pra cá,...eu já era separada, eu separei do meu marido lá na Bahia, e vim com 4 fios e veio um na barriga, que eu nem sabia... mas todo mundo que ganhou aquele dinheiro pôde comprar um datinha, teve gente que foi pro Sarandi, espaiou tudo, outros vieram pra cá, e assim foi...

Como podem ser observados, os excertos 001 e 002 são de moradores advindos de um dos locais que foi o estopim para a fundação do bairro Santa Felicidade, a Favela do Cemitério. São moradores que trazem histórias anônimas e que retratam o contexto de remoção vivido por eles. Entretanto, muito mais do que anônimas, são histórias que provocaram surpresas, como é o caso do fragmento 001, do morador seu Carlinhos. Um exilado político e guerrilheiro no Rio Grande do Sul da época da ditadura militar no Brasil, e único morador que viveu naquela “*favelinha do lado do cemitério*”, e que foi diretamente transferido para a primeira rua inaugurada no Santa Felicidade, que na época ainda era o antigo Profilurb. Uma história abafada entre tantas outras histórias desconhecidas que tentarei trazer a você leitor.

Há mais de 30 anos morando no bairro, Seu Carlinhos me recebeu e se mostrou muito satisfeito em poder contar as suas histórias e, principalmente ter alguém para ouvir. No

fragmento exposto (001), o que chama a atenção é a maneira que o morador se refere ironicamente à Favela do Cemitério, “*a favelinha famosa*”, utilizando o adjetivo “*famosa*” que explicitamente demonstra o quanto era divulgada a existência da favela, e implicitamente nos remonta ao estigma, ou seja, à propaganda “negativa” que era realizada sobre esses moradores na época, e que traz à tona toda a história que os “indesejáveis” causaram na realidade urbana planejada da cidade. No final do fragmento (001) também é possível notar em relação às medidas adotadas pelo prefeito na remoção dos moradores, devido ao uso do léxico *inventar*, que expressa criar ou inovar, mas que na fala revela um sentimento de desaprovação do morador.

Da mesma forma, o fragmento discursivo 002, revela como a moradora, dona Graça, chegou a Maringá. A moradora narra sua trajetória, que se inicia com a vinda do estado da Bahia para Maringá, sua passagem e saída da Favela do Cemitério em razão do desfavelamento; em seguida, sua ida para uma instituição (Núcleo das Irmãs) e posteriormente para o bairro Santa Felicidade. Após relatar a decisão do prefeito em *acabar*, ou seja, pôr fim no local onde morava (Favela do Cemitério) logo quando veio para Maringá, é notável a preocupação da moradora em assegurar como era tranquila a vida na favela, “*nunca aconteceu nada, o pessoal lá da favela também eram bons, muito bons mesmo*”, tentando afastar o estigma existente em torno dessas pessoas, bem como o que representava morar lá na época.

Em relação ao programa de desfavelamento, período em que os moradores das favelas ou ocupações irregulares existentes na cidade, especialmente os da Favela do Cemitério, foram transferidos para o Santa Felicidade, a moradora relata que no ano de 1978, época do segundo mandato do prefeito João Paulino Vieira Filho (1977-1982), foi criada uma comissão especial para a transferência mais “sutil” desses moradores. A moradora conta que existiu apenas uma reunião para avisar sobre o fechamento da Favela, e ainda que “ganhou” uma indenização de cinco mil cruzeiros do prefeito. Na última frase do fragmento 002, a fala da moradora “*mas todo mundo que ganhou aquele dinheiro pôde comprar um datinha*” demonstra a “eficiência” do programa e, principalmente a reprodução de uma formação discursiva em vigor naquele momento, isto é, o discurso da “boa ação da prefeitura” em prol de todas as pessoas removidas, que ainda saíram da favela recebendo os “seus direitos”, sua indenização como qualquer outro cidadão respeitado. Entretanto, por trás desse discurso de “boa ação” da prefeitura em oferecer melhores condições de habitabilidade aos ex-favelados, vejo o funcionamento de uma ideologia de “limpeza do espaço” sendo propagada e colocada em ação. Ainda no final do trecho 002, a moradora confirma que o restante das pessoas

transferidas acabou indo para cidades vizinhas, como Sarandi, ou para outros cantos “escondidos” da cidade.

Os fragmentos que serão expostos a seguir (003 e 004) são de moradores que chegaram ao bairro Santa Felicidade em decorrência das intervenções realizadas ainda na gestão do prefeito João Paulino Vieira Filho (1977-1982) e na primeira gestão (1983-1988) do prefeito Said Felício Ferreira, em evitar o crescimento das chamadas “sub-habitações” em prol de uma “cidade limpa e sem pobres”. Assim, a prefeitura nessa época dava continuidade à construção das 280 casas previstas no programa Profilurb e ao mesmo tempo, concedia espaço no bairro para os moradores dessas sub-habitações (CANIATO, 1986; ARAÚJO; 2005).

Morador Ademilson

(003) Eu não nasci aqui no bairro, aqui é um bairro que eu moro cerca de uns 27 anos mais ou menos, eu vim pra cá em 1980, daí todos esses anos eu vivi aqui, mas antes nós morava lá perto da avenida Morangueira. Mas cê sabe como isso aqui surgiu? Isso aqui é que desmanchou todas essas colônias, essas favela de Maringá sabe? Eu mesmo vim de uma dessa colônia... E começaram a dar casa pro pessoal, daí aqui foi ganhado, quer dizer, ganhado não, eu paguei por isso e nós depois fomos reformando, fazendo o possível, né...

Morador João

(004) Bom, eu sou nascido ao lado da Praça Rocha Pombo, de lá eu vim pras quebradas, lá perto do Cemitério, eu vim morar na Vila Morumbi, ali aonde hoje construíram aquele prédio, aí dali, meu pai morreu em 1982, daí eu fui morar lá na Morangueirinha, de lá eu estou até hoje aqui, eu cheguei aqui daí em 87...

No trecho 003, seu Ademilson, que reside no bairro desde a década de 1980, conta que veio de uma dessas consideradas “*colônias*” que existiam na região da Avenida Morangueira. Ao relatar como foi o processo para adquirir a casa no Santa Felicidade por intermédio da prefeitura da cidade, o morador utiliza as afirmações “*começaram a dar casa pro pessoal, daí aqui foi ganhado*” e, logo depois o morador volta atrás e esclarece que a moradia não foi “doada” pela prefeitura, pelo contrário, que ele pagou, organizou e reformou com o próprio esforço, isto é, “*fazendo o possível, né*”. No entanto, antes do morador retificar sua afirmação, é possível observar que a construção da formação discursiva do morador é atravessada por um pré-construído, isto é, pelo discurso de “boa ação do poder local” propagado na cidade e reproduzido pelos próprios moradores afetados por essa intervenção. O morador ainda no final do fragmento (003) tenta colocar-se numa posição de comando, isto é, demonstrar a sua capacidade de progredir, mesmo diante do lugar ou da posição ocupada (ex-favelado e pobre), contudo, vemos um discurso cheio de “furos”, sendo a todo o momento sendo construído, e ao mesmo tempo, interpelado por outros discursos que o precedem. No

fragmento 004, o morador seu João, narra que morou em vários lugares na cidade de Maringá. O próprio relata que morou um tempo nas *quebradas*, se referindo as “favelas” que existiam na região do cemitério da cidade, passando por outros lugares e somente no ano de 1987 que fixou residência no Santa Felicidade.

Também encontrei moradores que vieram morar no bairro por volta da década de 90, não em razão do programa de desfavelamento realizado na cidade, mas por outros motivos:

Moradora dona Maria Amélia

(005) Eu não nasci aqui em Maringá, eu estou com 21 anos aqui, mas eu sou de Tuneiras do Oeste. Aí eu peguei e resolvi vim pra cá porque minha sogra morava aqui, aí eu resolvi vim pra cá pra arrumá minha vida e comprei essa casa aqui,... Não lembro o ano que vim, mas faz 21 anos que vim pra cá, foi lá por 92 ou 93 que mudei...

Moradora dona Linda

(006) Eu nasci lá em Amaporã, aqui no Paraná, daí eu vim pra Maringá eu tinha dois anos, daí eu fui mora lá no Mandacaru, depois fui para o Alvorada, eu morava com a minha sogra e pagava aluguel, só que não tava dando certo mais, daí a gente participava do grupo de casal lá no Alvorada, aí o padre de lá falou que tinha uma casa aqui e ofereceu pra nois, aí com 15 dias eu mudei pra cá, nem viemo vê como era a rua, como era o lugar, aí o padre cedeu a casa pra gente morá, aí a gente ficou morando por dois anos por comodato, depois de anos a gente começou a pagá...essa época eu tava com 23 anos, já era casado e tinha meu filho com 3 anos, foi em 94 isso...

Moradora dona Fátima

(007) Eu nasci em Minas, pro bairro eu vim 92, eu acho que tinha uns 30 anos, antes eu morei no Alvorada, morei na Vila Operária, no Jardim Liberdade, um monte de lugares aqui em Maringá, daí eu vim pra cá quando o prefeito era o Ricardo Barros, tá? Foi quando eu consegui uma casa dessa aqui, mas essas casas você fazia a inscrição, aguardava e aí saia uma pra gente, a gente pegava, tinha dois anos de carência pra poder paga e depois começava a pagar, e hoje tá pago, tudinho, não devo mais nada...

Moradora dona Cida

(008) Não nasci aqui não, eu sou de Minas, quando eu vim pra cá, faz mais de 20 anos que eu moro aqui... Daí meu marido fez a inscrição na prefeitura, e nois ganhou essa casa aqui, ganhou não, nois comprou essa casa aqui, daí nois tivemos dois anos pra fazê as benfeitorias, arrumá a casa tudo certim e só depois que nois começava a pagar, mas hoje essa casa é tudo pagado, tudo escriturada, não deve nada, nem asfalto, nem nada... minha casa é tudo pagado, não devo nada... Mas antes a gente morava no Alvorada, a gente morou 15 anos lá, daí minha mãe morreu e nois teve que mudar, aí vendemos e mudemos pra cá...

Todas as moradoras acima (fragmentos 005 ao 008) chegaram ao bairro por volta da década de 1990, momento em que o Santa Felicidade estava expandindo, e deixava de ser apenas aquela primeira rua inaugurada com as 30 *casinhas*, chamado de Profilurb. Pude observar diante das falas que essas moradoras chegaram ao bairro por um modo diferente de transferência, isto é, residiam anteriormente em algum bairro ou cidade, e ainda, já tinham

uma certa estabilidade de moradia, diferente daqueles que moravam antes em alguma sub-habitação. E ainda, são moradoras que dão ênfase na esperança de melhorar de vida com a mudança, como é o caso da moradora Maria Amélia (fragmento 004), que afirma “*eu resolvi vim pra cá pra arrumá minha vida e comprei essa casa aqui*”, em que a mudança é vista como algo positivo, como uma melhora nas condições de vida, com a possibilidade de um futuro melhor e a realização do sonho de “ter um espaço próprio”.

Sobre as condições de pagamento relatadas pelas moradoras dona Linda, Fátima e dona Cida (fragmentos 006, 007 e 008), as casas ainda eram adquiridas por meio de um contrato de comodato, realizados pela prefeitura e o agente promotor do programa de desfavelamento, desde a fundação do bairro. Nesse contrato, o morador tinha dois anos “*pra fazê as benfeitorias, arrumá a casa tudo certim*” (fragmento 008), e caso corresse tudo certo, o morador começava a fazer o pagamento da casa, como expõe as moradoras. Percebe-se que, mesmo com essas moradoras que apresentavam nenhum “risco aparente a ordem urbana”, além de residirem anteriormente em outros bairros da própria Maringá, ainda assim era feito um controle pelos planejadores de quem poderia ou não fixar residência naquele lugar.

Outro destaque que faço nas falas das moradoras dona Fátima e dona Cida (fragmento 007 e 008) é a necessidade de combaterem o estigma de “ex-favelados”, que as coloca como incapazes, com a construção de um discurso que as posiciona numa condição de “aptas”, isto é, capazes de conquistarem algo (comprar e pagar suas casas), afastando-se da posição de “carentes”, que precisam receber doações de alguém. No entanto, esse discurso de empoderamento proferido pelas moradoras é consequência da perspectiva que atualmente elas possuem da condição conquistada ao longo de todos os anos em que residem no Santa Felicidade.

Após os moradores contarem o lugar onde nasceram e trazerem toda a trajetória de como chegaram a Maringá e ao bairro, a próxima questão levantada foi como eles fixaram (se estabeleceram e se apropriaram) residência no bairro, e obtive relatos interessantes:

Morador Carlinhos

(009) Isso aqui era um horror demais, não tinha asfalto, nem água, não tinha nada, aqui era um barraco, com quatro pau em cima e umas telhas, era um monte de terra, e nois viemos pra cá e fomo pagando isso aqui, e fomo organizando, aterrando, fazendo muro, tudo foi nois que fizemos, não deram nada pra nois. [...] Compramos isso aqui e hoje somo proprietário, mas tudo foi nois que fizemos, a prefeitura não fez nada de bom pra nois, nois é que trabalhando e lutando com a vida que fizemos essa casinha aqui, essa é a nossa história aqui. E daí virou essa nossa vilinha boa, boa mesmo...

Moradora Graça

(010) Mas fia, essa casa aqui só era um barracão, ai eu fui trabalhando e reformando, e repartindo, aí os filhos foram crescendo e foi ajudando, na época eu era doméstica, daí aos poucos eu sozinha fui construindo isso aqui, não tinha água, não tinha nada, eu fui devagarzinho fazendo tudo isso aqui...

Morador João

(011) Quando eu cheguei o bairro não tinha estrutura nenhuma, era chão batido, daí era pra gente ter recebido a casa repartida, mas acabaram dando só o salão né, e a gente que fez esse muro, que repartiu aqui dentro, não tinha deslocamento pra você sair pros lugar aqui, era só mato... Mas daí com o tempo a gente foi construindo isso aqui...

Moradora Linda

(012) O bairro aqui era bem feio, era só as casinhas e um tanquinho de lavar roupa né, só era as paredes, não tinha divisão nenhuma, não tinha muro, não tinha estrada, era mato de um lado, mato do outro, era poucos moradores. Daí a gente que fez uma muretinha, mas o que a prefeitura deu só foi as paredes, só, só, só... sem reboque, sem nada, as quatro paredes com um tanquinho... só isso... Aí aos pouquinhos a gente foi mexendo, reformamos duas vezes já, e vamos reformar a terceira.

Moradora dona Fátima

(013) Quando eu peguei era só um quadrado, a única coisa que era fechado era o banheiro, sabe? Mas agora ela tá assim, mas porque a gente reformou, deu uma reformada nela, não terminamos ainda, mas era só os quadrados em volta, não tinha piso, não tinha divisória, não tinha muro, não tinha nada...

Morador Osnir

(014) Eu lembro que no ano de 91, foi quando mudei pra cá, não tinha quase nada aqui, eu passei o ano inteiro construindo, eu mesmo construí aqui, a gente fazia às vezes um mutirão de vizinhos, parentes, irmãos e cunhados... a gente ajudava na construção da casa deles, essa troca de favores, essa parceria. Foi isso o ano inteiro, daí depois em 92 eu mudei pra cá...

Perguntado sobre como foi que fixaram residência no bairro, o que se destaca nas falas (fragmento 009 ao 014) é que todos os moradores inicialmente preferem descrever a situação de precariedade do bairro, assim como o estado da casa, quando chegaram ao Santa Felicidade. É possível observar o uso repetitivo dos léxicos “*não tinha*” e do advérbio “*nada*” nas falas dos moradores, demonstra explicitamente um vazio, a não existência de algo; e implicitamente transmite a ausência de recursos e infraestrutura, mas principalmente a falta de assistência do poder público local, além de ser perceptível a dificuldade dos moradores em se deslocarem até o centro da cidade, já que o bairro ainda era afastado do restante da cidade, como a moradora relata “*não tinha estrada, era mato de um lado, mato do outro*”. Além dos usos dos adjetivos e dos advérbios nas falas “*era horror demais*” e “*era bem feio*” nos fragmentos 009 e 012, como uma forma dos moradores expressarem o sentimento de repulsa com o local, o que demonstra também inexistência ainda de qualquer nenhum vínculo ou ligação com o bairro.

Conforme os fragmentos expostos (009 ao 014) é evidente também a precariedade da estrutura em que as casas foram entregues, *“aqui era um barraco, com quatro pau em cima e umas telhas”, “aqui só era um barracão”, “era só um quadrado” “só era as paredes, não tinha divisão nenhuma, não tinha muro”,* em que os moradores reafirmam a situação e as condições de instabilidade que eles tiveram que enfrentar no início quando chegaram no bairro, atingindo o ponto de serem comparadas a barracos, ou seja, a uma habitação informal existentes nas favelas, mas como isso poderia existir num bairro que foi fundado justamente para oferecer a família maringense condições de habitabilidade?

Entretanto, após os moradores relatarem a precariedade das casas logo quando chegaram ao bairro, em seguida os mesmos demonstram pelas suas falas *“fomo organizando, aterrando, fazendo muro, tudo foi nois que fizemos, não deram nada pra nois”; “eu sozinha fui construindo isso aqui”; “a gente que fez esse muro, que repartiu aqui dentro [...] a gente foi construindo isso aqui”; “Mas agora ela tá assim, mas porque a gente reformou, deu uma reformada nela”; “a gente que fez uma muretinha [...] Aí aos pouquinhos a gente foi mexendo, reformamos duas vezes já”,* como a condição das casas e do próprio bairro melhoraram devido ao próprio esforço, garra e trabalho deles mesmo, ou seja, o implícito é que os moradores tentam superar as condições precárias impostas enfatizando a força, o empenho e o trabalho de “sozinhos” terem construído e transformado aquele local *“sem nenhuma estrutura”,* em um lugar particular, em que é possível não apenas um investimento “braçal”, mas onde é possível realizar uma produção de vínculos materiais e simbólicos-identitários com o espaço, tornando-se assim, o seu território, o seu “lar”.

Vemos portanto, moradores que, de início, enfatizam a precariedade existente no passado, isto é, quando chegaram ao bairro, para posteriormente relatarem a melhoria realizada *“pelas próprias mãos”* nas moradias, na tentativa novamente de se desvincularem do discurso propagado pela cidade de “ex-favelados”, de “carentes”, e ainda, do estigma instalado sobre eles e o bairro, para se colocarem na posição de “conquistadores” ou seja, sujeitos que, sem a ajuda de terceiros, foram capazes de construir suas casas. Além disso, é possível ver como esses moradores, em meio à ausência de infraestrutura (isto é, do lugar “estigmatizado” de onde eles falam) começaram a se organizar (do seu próprio modo) e tornar aquele espaço antes inóspito agora na casa deles, isto é, é possível enxergar a prática de apropriação desses sujeitos sobre o espaço no sentido de transformá-lo no espaço “deles”.

Portanto, pode-se observar como a partir da prática desses moradores, da experiência e investimento com/no lugar, isto é, da própria vivência com os anos no lugar, os moradores que antes definiam o lugar como *“um horror” “feio”,* o classifica depois como uma *“vilinha*

boa”, evidenciando a transformação de um lugar vazio de significados, que com a dedicação, energia, trabalho e esforço depositado, passa a ser o seu “reduto”, o seu lar, a sua *vilinha* – demonstrando a produção de sentidos e significados a partir da prática. Assim, nesse início da chegada e primeiros vínculos construídos por esses moradores, vejo muitos discursos e ideologias legitimadas no contexto político-social sendo combatidas e transformadas nas falas dos moradores e, no mesmo instante sendo reproduzidas e utilizadas inconscientemente pelos próprios em seus discursos, como uma forma de justificar ou dar sentido às suas falas. Dessa forma, diante do discurso desses moradores nos deparamos com vozes falando de posições ideológicas e sociais diferentes, mas que interagem entre si, ora numa relação de aliança ou harmonia, ora de conflito ou oposição.

B) O antes

Logo em seguida, pedi para os moradores contarem como era o bairro quando chegaram:

Morador Osnir

(015) Como era o bairro? Olha, no início chamavam aqui de "pombal" né, porque era assim, todas as casinhas iguais e uma porta só de entrada e por dentro tudo oco... Tinha umas ruinhas estreitas, as calçadas também eram bem estreitas, daí esse pessoal que vivia na clandestinidade aproveitava, eles quebravam as lâmpadas para ficar mais escuro e facilitar o movimento deles... daí depois desse projeto as ruas elargueceram e as calçadas também... Mas esse pessoal que veio no início pra cá era aquele pessoal das favelinhas, o Estado fez um apartheid né naquela época... Vamos pegar os mais pobres e colocar tudo junto, e esconder... Então aqui ia ficar o pombal dos pobres, dos miseráveis, todas aquelas pessoas identificadas como um problema estavam aqui, e aqui ficou taxado como é até hoje... hoje quem chega em Maringá e fica aqui 15 dias ou um mês, já ouvi falar do Santa Felicidade que é um, não vai lá, toma cuidado, se você for lá, vai levar tiro.

Quando perguntado ao morador (fragmento 015) como era o bairro no início, ele logo nos dá uma visão como era a estrutura física do bairro, descrevendo as formas das ruas e calçadas, que naquela época eram bem estreitinhas (como relatam os moradores), além disso, o morador destaca que as casas eram chamadas de “pombal”, fazendo referência ao local onde os pombos se abrigam, o que demonstra as condições de habitabilidade das construções em que os moradores foram empurrados e escondidos na época, além de revelar como essas pessoas eram vistas pelo restante da cidade (a marca, o estigma que carregavam) ou ainda, mostrar quais discursos estavam sendo reproduzidos naquele momento.

É interessante também compreender a fala do morador perante a decisão do agente público local em fundar o bairro, “*O Estado fez um apartheid né*”, em que vemos a construção do discurso do morador atrelado ou ainda, sendo legitimado pela formação discursiva relacionada ao regime segregacionista que vigorou na África do Sul. Nesse sentido, é possível perceber a presença de uma relação interdiscursiva na fala do morador, em que o seu discurso é atravessado por outro discurso “já ouvido” e “já dito” no contexto histórico, como uma forma de transmitir um efeito de sentido na sua fala. Dessa forma, faz sentido o morador recorrer ao termo *apartheid* para dar sustentação ao seu dizer, pois o contexto vivido por eles de exclusão, de isolamento do restante da cidade e todo o estigma “*taxado*” até os dias atuais sobre a imagem do bairro e, principalmente lançado sobre essas pessoas desde a época da implementação do programa de desfavelamento é “comparável” à mesma situação imposta pela política segregacionista em relação aos negros. Assim, foi possível notar como a interdiscursividade requerida pelo sujeito em questão evidenciou as diferentes formações discursivas que podem constituir o sujeito, resultando em um discurso interpelado por memórias que retomam o sentido de um pré-construído socialmente, dando significação à sua fala e, provendo também outros sentidos. Ainda no fragmento 015, o seu Osni descreve a estrutura do bairro no início, e acaba relatando uma prática de “quebrar as lâmpadas” que o *peçoal* (referindo-se aos traficantes e usuários de drogas) costumava realizar antigamente e ainda é realizada, já que nas minhas caminhadas pelas ruas do bairro observei e me foi relatado em algumas conversas informais, que mesmo sendo colocados postes e mais altos em razão do projeto de requalificação no bairro, essa prática ainda é realizada, mesmo que com menos frequência, nas ruas do bairro. Dessa forma, podemos perceber que esse *peçoal* também de alguma forma procurou formas de se organizar, fixar e se estabelecer no bairro, exercendo também as práticas de territorialização deles.

A seguir, os moradores continuam relatando como era o Santa Felicidade no início:

Morador Ademilson

(016) Era um bairro que estava começando, não tinha asfalto, não tinha nada aí, era mais cascalho né, rua de chão, não tinha nada... Era um bairro meio assim, meio transtornado né, meio sem segurança... mas hoje eu vejo mudou cem por cento, cem por cento, de primeira era normal não parava uma lâmpada acesa aqui na rua, era tudo quebrado, era muito vandalismo, muito vandalismo demais...agora hoje não, hoje tá bom, tá bom...Hoje fizeram uma mudança e mesmo passando assim um pano meio por cima, mas abriram bastante, o campo aqui se abriu bastante, as ruas, enfim, com as benfeitorias ficou bom... ficou ótimo, pelo menos né, as ruas aí, parte municipal, assim, ficou bom...

Morador Carlinhos

(017) Isso aqui era uma semi-favela, hoje não é mais, hoje é um bairro respeitado porque tá organizado, não é resultado do projeto, é a comunidade mesmo que se

organizou e construiu a sua moradia, isso aqui nunca foi apoiado pelo poder público, fomos aqui jogado, largado aqui... não tinha luz, não tinha água, não tinha nada, mas isso aqui nois tudo que paguemos,... Aqui não era nada, nada, daí nois fumo aterrando, tudo foi nois que fizemos, não fizeram nada pra nois não..., os moradores aqui que fizeram e reformaram a própria casinha aqui, ninguém fez nada pra nois, e hoje eu gosto muito daqui, sabe? Eu me sinto muito bem aqui, muito bem aqui...

De início, esses dois moradores (fragmentos 016 e 017) nos levam ao cenário que existia no Santa Felicidade quando chegaram no bairro. Uma cena de descuido do poder público local, já que os dois moradores não poupam no uso repetitivo dos léxicos “não tinha” – “não tinha asfalto”, “não tinha nada”, “não tinha água”, “não tinha luz” – o que demonstra o ambiente precário e instável que esses moradores encontraram na chegada ao bairro, bem como também a proeminência ou até o estabelecimento de duas realidades na cidade, de um lado a difusão de discurso estético, cidade “bela” e em pleno progresso, e de outro lado bem “escondido”, a existência de um ambiente esquecido e principalmente omitido do restante da cidade.

O interessante nesses dois fragmentos 016 e 017 é que os dois moradores, apesar de expressarem inicialmente a precariedade existente, em seguida eles defendem de formas diferentes a melhoria que ocorreu no bairro. O morador seu Carlinhos, que é o único morador que entrevistei que residia antes na Favela do Cemitério e foi um dos primeiros moradores transferidos diretamente para o bairro, defende a melhoria por meio de um discurso ideológico atravessado por princípios comunistas (em razão do contexto político-social vivido pelo morador na época do seu exílio), em que relata que o desenvolvimento do bairro ocorreu apenas devido à dedicação, à união e à liderança dos próprios moradores, isto é, da “comunidade” em se organizar e construir a sua moradia, retirando ou combatendo qualquer discurso que defenda a contribuição ou auxílio do Estado, assim como qualquer benefício em razão do projeto de requalificação. Ou seja, o morador coloca os moradores do bairro numa posição de sujeitos ativos perante o estigma de “ex-favelados” e, principalmente combate o discurso ideológico que apresenta o poder público local como o grande responsável pela melhoria do bairro, das casas e na vida dessas pessoas. Na última frase do trecho 017, “*Eu me sinto muito bem aqui, muito bem aqui*” o morador ainda busca reafirmar seu discurso demonstrando a sua satisfação em morar atualmente no bairro, a criação de vínculos afetivos e identitários, mesmo vivendo num contexto de descuido do poder público; e ao mesmo tempo, também procura combater a imagem negativa que o restante da cidade ainda possui e divulga sobre o bairro.

Por outro lado, o fragmento 016 traz a fala do seu Ademilson, morador que, assim como o seu Carlinhos (fragmento 017) relata as condições precárias encontradas no início do bairro, bem como as melhorias que foram realizadas, só que diferente do morador anterior, seu Ademilson retoma o passado (ruim e precário) para delegar que essas melhorias do presente aconteceram em virtude das “benfeitorias” do projeto de requalificação, ou seja, por um certo momento o morador reproduz o discurso ideológico determinado pelo poder público local. No entanto, ele coloca ressalvas. Isto é, apesar do morador exaltar os benefícios do projeto para o bairro, ele deixa escapar por meio de uma metáfora “*passaram um pano meio por cima aí*” que explicitamente refere-se à ação de limpar, tirar o pó, mas implicitamente o morador quer expressar a sua não completa satisfação com as reformas realizadas no bairro. Na verdade, pela fala do morador parece estar subtendido o seu tom de desaprovação com as melhorias advindas do projeto, mas ele acaba comprando e reproduzindo o discurso dominante divulgado das “melhorias que o projeto trouxe para o bairro”, isto é, de como antes era precário e ruim e agora está melhor e com possibilidades de crescimento.

Seu Ademilson também relembra como era o bairro antes, dá destaque à prática que “*de primeira era normal*” das lâmpadas dos postes viverem quebradas, prática também evidenciada pelo morador Osnir no fragmento 015, o que nos confirma que naquela época e provavelmente também nos dias atuais, exista no Santa Felicidade outras práticas de apropriações (em busca de uma territorialização) sem ser as práticas dos moradores.

Em conformidade com as falas dos moradores anteriores, as falas (018, 019 e 020) aqui expostas também descrevem o cenário existente no bairro quando chegaram, ou seja, a falta de infraestrutura, o descuido por parte do poder público local, e principalmente a situação de insegurança que os moradores viviam nessa época.

Morador Joel

(018) Como era aqui? Na época que mudei só tinha essa rua, aqui não tinha nada, não tinha cerca, não tinha nada. A gente tinha que arranja saco plástico pra coloca nos pé para sair daqui, daí pnhava no pé e saia na lama, naquele barro danado, e lá diante jogava fora e pegava o circular. Nois sofreu bastante, pra você ver hoje isso aqui né, agora mudou porque ficou mais bonito né... Essas ruas eram estreitas, não eram largas, agora pode parar um carro de lá e de cá, e pode passar um ainda no meio tranquilo... nois gostamo muito do conforto que tá aí agora.

Moradora Maria Amélia

(019) Quando eu vim pra cá tinha pouca coisa, não tinha asfalto, só depois de dois anos que foi fazê asfalto, tava tudo buraqueira, tinha que andá de bota de borracha, se não sacola no pé né quando chovia, graças a Deus agora não precisa mais. Mas eu sempre gostei daqui, sempre foi um lugar de pessoas boas pra mim. [...] Hoje em dia nois fala assim: Quem entrou numa casa veia, agora eu to assim, numa mansão, eu falo memo, que minha casa quando eu entrei aqui, era feia, feia mesmo, aí graças a Deus nois fomo aumentando, tudo né...

Moradora dona Graça

(020) Minha fia quando eu cheguei aqui só tinha essa rua, tudo era barro, ali naquela descida, só era uma ponte, uma pinguela que vivia caindo, era uma lama quando chovia, pra nois passá lá só indo de bota ou sacola nos pé... aqui era triste minha fia! Mas eu sempre gostei e gosto daqui até hoje...

Como nos conta a moradora dona Graça (fragmento 020) que para realizar o deslocamento do bairro em direção ao centro da cidade, na época a única alternativa dos moradores era atravessar por uma ponte, por “*uma pinguela que vivia caindo*”, ou seja, a moradora utiliza a palavra *pinguela* para se referir a uma ponte improvisada com troncos ou paus, sem nenhuma proteção, mas que era a situação enfrentada pelos moradores. Assim, em meio a essa situação, os moradores dos três fragmentos expostos anteriormente (018, 019 e 020) revelam a prática dos próprios moradores em utilizar sacos ou sacolas plásticas e/ou botas de borracha quando chovia, já que não existia asfalto nessa época no bairro, e foi a forma que eles encontraram para se deslocar e principalmente a ação dos moradores em driblar aquela situação que o lugar oferecia e impunha a eles.

O interessante é que os moradores dos fragmentos 018 e 019 utilizam essa memória do passado, isto é, essas lembranças de “abandono e precariedade” do bairro e da casa para presentificá-las, fazendo comparações com a situação atual, como podemos ver na fala “*Nois sofreu bastante, pra você ver hoje isso aqui né, agora mudou porque ficou mais bonito*”, o morador presentifica suas lembranças, isto é, ele reconstrói o passado com a condição que tem hoje, colocando-o como ruim e dando ênfase nas melhorias atuais, reproduzindo e sustentando o discurso ideológico de “melhorias pós-projeto de requalificação” numa posição de comando. Isso demonstra como o discurso é atrelado ao contexto político-social no qual o sujeito está inserido, sendo dessa forma, influenciado pelas ideologias presentes nesse contexto. É o caso também da moradora Maria Amélia (fragmento 019), que faz uma comparação do que tem hoje em relação ao que tinham antes, isto é, da condição de sua casa no início “*era feia, feia mesmo*”, e hoje se coloca numa posição melhor “*agora eu to assim numa mansão*”, utilizando o termo *mansão* para empregar um sentido de ascensão social e material, de *status*, um luxo maior, bem como enfatizar a sua capacidade de conquistar algo.

Além disso, quando as moradoras Maria Amélia e Graça (trechos 019 e 020) expressam “*Mas eu sempre gostei daqui, sempre foi um lugar de pessoas boas pra mim*” e “*Mas eu sempre gostei e gosto daqui até hoje*”, é possível observar a importância para as moradoras em dar ênfase no vínculo ou ligação afetiva construída entre o morador e o lugar. Assim, aquele bairro que antes era um espaço precário e sem valor para as moradoras, transforma-se num lugar seguro, em que é possível desenvolver um sentimento de

pertencimento, dando a possibilidade ao sujeito de poder demonstrar um afeto pelo lugar onde mora. No entanto, essa ênfase dada aos vínculos construídos também demonstra a intenção (proposital?) das moradoras em combater o discurso divulgado que coloca o bairro como um “local violento”, no sentido de propagar uma “boa imagem” e ainda, a presença de pessoas “de bem” residindo no bairro. A próxima moradora também faz uso do mesmo discurso para demonstrar o seu apego (material e simbólico) pelo bairro:

Moradora dona Queila

(021) Eu lembro que fiquei muito feliz quando mudei, até hoje eu sou feliz aqui né... Mas fia, eu gostei de mudar pra cá, eu me lembro, a gente plantava roça, já que era no meio do mato né, carpia e plantava milho, plantava mandioca, tinha de tudo menina, todo mundo plantava, porque a gente tava no meio do mato né, então pra gente não ficar no meio do mato, a gente fazia horta...

É possível observar nesse trecho "*fiquei muito feliz quando mudei, até hoje eu sou feliz aqui né, porque eu vivi a vida inteira né*", em que a moradora justifica ser feliz pela trajetória que construiu esses anos no bairro, dando valor à história construída e demonstrando um sentimento de pertencimento e uma produção de significados no lugar. A moradora, dona Queila, conta que em razão da situação de isolamento do bairro, os moradores tinham (alguns ainda têm esse hábito de horta, jardim) o costume de fazerem horta ao redor, já que como a mesma coloca, as casas ficavam no “*no meio do mato*”. Isso demonstra como esses moradores, mesmo diante de um espaço criado para um determinado fim (abrigar os considerados “indesejáveis” pela cidade), por meio de práticas do dia a dia, conseguiram encontrar uma forma de se organizarem e apropriarem do lugar. Assim, podemos observar que a partir do momento em que o sujeito rompe por meio da vivência com essa imposição do lugar, ele se sente à vontade e capaz de criar, e principalmente de realizar movimentos, resultando assim em uma produção de práticas de apropriações sobre esse espaço.

Moradora dona Ana

(022) Era um bairro bão, mas vamo falá a verdade, era perigoso, era muito... mas hoje eu fico com esse portão aberto, ninguém entra, quer dizer, o povo agora tudo a gente conhece né, passa cumprimentando...é homi, é muié, é rapaizinho, é moça, é o povo que mora aqui né, agora a gente tudo conhece...

Moradora dona Cida

(023) Vish, aqui tinha muito ladrão, quando eu mudei aqui, era pirigoso menina, eu chorava, Deus me livre, era tão pirigoso esse lugar aqui. Mas vou te falá, foi difícil pra mim acostumá aqui, chorava tanto porque lá no Alvorada era muito bom demais, só que o povo daqui, graças a Deus pra nois, até hoje, meus vizinhos é tudo bom, todo mundo gosta de eu aqui, ninguém é ladrão aqui, é tudo antigo, respeitam meu marido...

Nas falas anteriores (fragmento 022 e 023) é possível observar um discurso sendo atravessado por diferentes formações discursivas. As duas moradores iniciam suas falas relatando como se sentiam inseguras na chegada do bairro, “*era perigoso, era muito*” e “*era perigoso menina, eu chorava*”, isto é, vemos as próprias moradoras reproduzindo o discurso propagado na cidade de “bairro violento e perigoso” (discurso que, como relatei na minha entrada no campo, também de início acabei comprando-o). No entanto, logo em seguida as mesmas se colocam contra ou negam esse discurso, com a inserção de um outro, no qual demonstra a construção de vínculo com o lugar e a criação de uma confiança entre os vizinhos, utilizando o verbo “acostumar” (fragmento 023) para expressar algo que se tornou habitual, íntimo e deixou de ser um espaço “perigoso” para elas e, acima de tudo, propagando a imagem de um bairro “bom para se viver”, em que todos se conhecem e se ajudam. Nesse sentido, percebo uma ênfase dada pelas duas moradoras em colocar como o bairro era violento no início, chegando até a utilizar um discurso já-dito ou já-ouvido no contexto social, para dar sustentação ao discurso atual pronunciado, aquele de “bairro bom”, sem a presença de ladrões.

Os próximos dois fragmentos 024 e 025 são os dois moradores mais jovens (entre 30 e 35 anos) também os únicos que chegaram ao bairro crianças e que vivem até hoje no bairro, possivelmente por causa disso é que são os únicos que, ao relatarem como era o bairro no início, eles relembram da infância e da adolescência.

Moradora Diane

(024) Era um monte de casinha, sem muro, sem asfalto, sem árvore, sem nada, só cascalho aqui e mato... Daí cada um foi arrumando suas casas, seus quintal, aí depois teve o projeto, que daí aumentou as ruas, porque as ruas eram estreitas, alargou mais ruas, as casas que não tinha muro, fez muro, aí é o que é hoje... Mas vou te falar que eu gostava de antes aqui, de quando eu era pequena... Não pelo jeito que era o bairro, mas na infância era mais gostoso né, a gente brincava na rua, mas agora ele melhorou bastante né, eu gostei das mudanças que teve agora, acho que a maioria gostou, porque mudou muito gente, muita gente ganhou casa...

Morador Gustavo

(025) Nossa, na época da minha adolescência a gente foi muito feliz,... A gente não tinha dinheiro, todo mundo tinha uma história difícil, não tinha nada, mas era feliz, sabe? Mas pra te falar a verdade, antes das drogas invadir aqui era mais fácil, antes era difícil, tinha muito ladrão, tinha muita briga, morte, facada, era um povo loco, mas se via que era só problema psicológico, mas daí quando chegou a droga, ficou tudo mais difícil, daí a convivência ficou muito difícil, acabou o que tinha antes, o bairro nunca mais foi o mesmo, não tem mais aquela união, sei lá, de ser uma comunidade como era antes... Então assim, a droga que meio que foi separando...

A moradora Diane (fragmento 024) assim como os outros moradores no início de sua fala descreve a situação de descaso com o bairro e logo depois reproduz o discurso ideológico

de “melhoria”, colocando-o numa posição de comando ao exaltar as mudanças “estéticas” ocorridas no bairro. Contudo, ao mesmo tempo, a moradora traz a lembrança de quando era pequena, enfatizando gostar mais do bairro como era antes (negando o discurso dominante), demonstrando como as formações discursivas que constituem um discurso ora podem estar em aliança, ora em oposição. Nesse sentido, é possível observar a decisão da moradora em abafar seu discurso de saudosismo, em que fazia referência ao sentimento de saudade e perda daquela fase vivida no bairro, e a preferência em exaltar e reproduzir o discurso “oficial”, apoiado num pré-construído coletivo “*acho que a maioria gostou*” e também na importância da “casa própria e nova”.

No fragmento 025, o morador Gustavo faz referência à história sofrida de cada morador e à violência existente, entretanto, o morador ressalta ter sido mais feliz nessa época, discurso atrelado ao contexto social daquele momento (a relação de união e amizade entre vizinhos) no bairro e, coloca a culpa dessa “perda” com a chegada do tráfico de drogas no bairro, relatando que “*não tem mais aquela união, sei lá, de ser comunidade como era antes*”, em razão de um novo modo de “convivência”, ou melhor, seria um novo modo de “conveniência” que o tráfico de drogas instalou no bairro, em que cada um cuida do seu espaço, respeitando ou “tolerando” a presença do outro, trazendo assim conflitos e problemas com uma territorialidade que já estava sendo estabelecida e construída entre os moradores do bairro.

Dou destaque para a próxima fala, pois além do morador relembrar a situação do bairro antes sempre comparando com a condição presente, ele narra como se apropriou (material e simbolicamente) do lugar:

Moradores dona Lúcia e seu Júlio

(026) J - A vida aqui foi difícil, isso foi, pra mim foi, porque a gente já tinha quatro filhos né, e era difícil, porque eles tinham que estudar lá pra cima, não tinha colégio aqui ainda, aí tinha que passar naquela pinguela ali, na época a gente ia de a pé, não tinha ônibus, hoje tá mais fácil né, hoje o ônibus passa aí. Mas quando eu peguei era só feitas as quatro paredes por fora, era um caixote, sem divisão nenhuma, aí eu dividi tudo né, dividi os quartos e terminei, fiz até esse puxadinho aqui, eu qui fiz o que tá feito aqui, mas não tinha nada, era só as quatro paredes mesmo... Era difícil, mas hoje tá bem melhor né...

De princípio, o morador dá ênfase no quão era difícil viver no bairro em razão da falta de equipamentos urbanos, como os ônibus e a ausência de escolas dentro do bairro, demonstrando a situação de isolamento no qual esses moradores viviam nessa época. Entretanto, nessa recuperação da memória do passado (marcada por precariedade), o morador

acaba comparando e exaltando as mudanças ocorridas no presente, por vezes influenciado pelo discurso dominante. Assim, tendo o discurso atravessado pela ideologia “do belo, do progresso”, a situação vivida antes de isolamento é substituída pela sensação de proximidade com a oferta de serviços públicos (mesmo que ainda precários) faz com que o morador se sinta integrado e mais próximo do restante da cidade. A percepção do morador de uma mudança “estética” e a proximidade com o restante da cidade acaba atingindo e tendo a mesma eficiência de um discurso verbal, e ao mesmo tempo, também funciona no sentido de abafar a contradição social ainda existente entre os “de dentro” e os “de fora”.

Logo depois, o morador descreve como era sua casa, comparando metaforicamente a sua estrutura a um *caixote*, objeto que serve para guardar coisas, e em seguida ressalta o próprio esforço em organizar e tornar essa “caixa” em algo seu, “*eu dividi tudo né, dividi os quartos e terminei, fiz até esse puxadinho aqui*”, demonstrando como os indivíduos exercem influência, desenvolvem relações e se apropriam naquele espaço antes desconhecido, criando uma prática sobre esse espaço, que no caso do morador podemos ver a prática do *puxadinho*, uma forma de demonstrar uma relação de domínio sobre o espaço, já que o sujeito se sente livre e à vontade para fazer alterações no lugar, “adequando-o” conforme as suas necessidades e preferências.

Nesse sentido, a partir dessa trajetória narrada pelos moradores, desde a chegada ao bairro, passando pelas dificuldades enfrentadas por todos até a criação dos primeiros vínculos e organização do espaço, é possível refletir sobre o percurso semântico da construção desses discursos até esse momento da análise. Assim, na chegada desses moradores ao bairro, suas falas descrevem os tempos difíceis enfrentados por todos, em que o espaço-bairro ainda representa um local desconhecido e indiferente para esses sujeitos. Em seguida, nos deparamos com discursos que retratam a investida inicial desses moradores no espaço, em que as dificuldades compartilhadas fazem com que esses moradores se identifiquem e começam a construir um modo de vida nesse local, com características, códigos, comportamentos e práticas próprias, isso significa que, aquele espaço antes desconhecido, passa a receber uma produção, uma vez que, conforme coloca Raffestin (1993), trabalho, energia, sentidos e significados começam a ser produzidos sobre uma porção de espaço, onde o grupo em questão estabelece uma relação mais estreita com o espaço e as pessoas que também ali residem, apontando para a sua transformação e uma territorialização desse espaço. Portanto, mesmo diante da imagem construída do bairro e da posição ocupada e quase “imposta” a essas pessoas (de ex-favelados, de pobres, os “indesejáveis”), consigo enxergar uma produção inicial sobre esse espaço, tanto material, com a delimitação dos espaços, quanto

simbolicamente, em que vemos a identificação desse grupo com o espaço em que habitam. Assim, relatado esse percurso inicial dos sujeitos sobre o espaço, a seguir, me atento sobre as mudanças e as intervenções realizadas ao longo da história.

C) As mudanças

Quando indagados sobre as mudanças sentidas e executadas no bairro ao longo do tempo, os moradores destacaram:

Morador João

(027) Oh teve uma mudança sim, deu uma melhorada do status social de todos os moradores aqui da vila né... mas melhorou né, porque ficou larga as ruas, ficou um jardim bonito agora né, de longe agora você vê o bairro, antes você via só as casas, porque tinha as árvores, os pé de manga, os pé de não sei o que...Mas melhorou, a única coisa aqui é que eles estão acabando sem acabar né? Eles estão acabando, mas eles estão fazendo tipo de uma maquiagem, mas não tão acabando, tem buraco, tá faltando reparar,... foi uma reforma meio por cima, mal feito, matado...teve muro que já caiu que fizeram, tipo uma maquiagem, cê entende?

Morador dona Maria Amélia

(028) Mudou bastante coisa, antigamente ali só era mato, mas agora mudou né, fizeram ali aquela avenida bem bonita né, bem reta.. É miorou bastante, tem fábrica agora aqui... Mas vou ti fala a verdade, não foi tanta coisa não, nem muito, nem nada... a única mioria que eles fizeram foi arrancá as arvores que a gente gostava... eu tinha também uma aqui na frente, uma arvore boa, eles cortaram também... acabou tirando a sombra nossa, eles arrancaram tudo... Que direito eles arrancaram a árvore? Tinha umas árvores aqui, era umas coisas mais lindas,... a gente parava debaixo da árvore pra conversá com um, com outro, vish dava até gosto, agora a gente tem que corre pra caçar sombra...foi a melhoria que eles fizeram...

Nos fragmentos 027 e 028, os moradores iniciam suas falas alegando que houve mudanças, dando ênfase em aspectos estruturais, como por exemplo, “*ficou larga as ruas*”, “*ficou um jardim bonito*”, “*avenida bem bonita né, bem reta*”, ou seja, eles dão destaque principalmente nas mudanças estéticas no bairro, isto é, relacionadas à aparência, o quão “belo” o bairro ficou. O morador João (fragmento 027) ressalta “*deu uma melhorada no status social*”, fazendo referência a uma possível ascensão social desses moradores, no entanto, implicitamente vemos a fala do morador sendo interpelada pelo discurso dominante de “cidade bela e próspera”, em que as mudanças “estéticas” são vistas como uma questão de progresso, “camuflando” o real objetivo da mudança pelo qual o bairro passou.

Porém, apesar dos dois moradores defenderem no início de suas falas os aspectos ideológicos da “mudança”, atribuindo a ação de intervenção realizada pelo poder público local uma posição de comando, eles não conseguem “sustentar” essa relação de aliança, pois

logo em seguida, se mostram insatisfeitos com as transformações ocorridas, revelando suas opiniões. O morador João, chega comparar metaforicamente as mudanças com uma *maquiagem*, ato de embelezar ou alterar a aparência, sem alterar a conteúdo, que está implícito o discurso de uma reforma mal feita, uma ação realizada para causar uma boa aparência apenas. Assim, vejo no início o morador fazendo o uso do discurso oficial, no entanto, sua fala é atravessada por uma outra formação discursiva, que se coloca numa posição contrária, deixando escapar que essas mudanças não passaram de uma “maquiagem”, e que na verdade, não trouxe nenhuma significativa transformação social. Nesse sentido, vejo discursos sempre em movimento, ora explorando o sentido defendido pela ideologia dominante, ora combatendo o sentido imposto.

A moradora dona Maria Amélia também, após exaltar e defender as mudanças ocorridas, no mesmo instante flexiona o seu discurso para uma posição de insatisfação, em que questiona e ao mesmo tempo satiriza a melhoria que eles (o projeto) fizeram no bairro, falando da remoção das árvores, que conforme a própria moradora acabou retirando a sombra que elas faziam, alterando dessa forma a prática que realizava de parar e conversar com conhecidos debaixo delas. No final do trecho, a moradora ironiza “*foi a melhoria que eles fizeram*”, querendo demonstrar implicitamente que, na verdade, a única (buscando enfatizar que não foram muitas) melhoria feita foi remoção de algo que os moradores apreciavam e aproveitavam no bairro, demonstrando o seu descontentamento com mudanças causadas pelo projeto de requalificação.

Moradora dona Linda

(029) Teve muita mudança sim né, mas depois dessa tiração de casa, ficou estranho o bairro, eu gostava como era antes, sabe por que? Porque havia aquela conexão... havia sabe, tinha vizinho, você saía assim, você via as crianças brincando, se via as pessoa, se via as luz acesa.... cê sai hoje oito horas da noite, maior tédio, não tem ninguém, tá um abandono total, sabe? Acabou aquela alegria, aquela amizade, aquela união, pra mim acabou...ficou bonita a rua? Ficou...só que a única coisa que foi vantagem foi a rua, que agora cabe dois carros pra passá, a única vantagem...sabe aquela união, se perdeu... não tem mais aquele...[pensativa], não sei, pra mim acabou, nunca mais vai ser a mesma coisa que era.

Moradores dona Lucia e seu Júlio

(030) A gente acha que ficou muito bom pros moradores que ficou aqui, porque agora tá um sossego de criança, porque às vezes você chegava e via criança na rua, daqui até lá embaixo, no meio da rua, muita criança, era barulho de som de carro, de manhã e de noite... era uma competição sabe? Agora não, agora é um sossego... mas antigamente não, vamos supor, um dia de festa, um cara tocava um som aqui, outro cara tocava som ali, cê não sabia o que você escutava... entendeu? Era um trupêlo de gente, era um trupêlo de gente... Eu até falei pra minha esposa, esse fim de ano vai ser esquisito, porque geralmente as famílias se ajuntava né, juntava minha família aqui, o outro do lado de ajuntava também, então a rua era cheia, ficava até, vish, até de manhã cedo na rua... Mas hoje não, né, vai ser esquisito...

Morador Gustavo

(031) Olha, teve uma certa mudança sim, mas foi meio que tentando maquiá assim, porque a cidade cresceu pra esses lados, só serviu pra gringo vê né? Eu não acredito nas melhorias que teve aqui, antes era melhor, era um povo simples, e todo mundo conhecia todo mundo, existia união...

Apesar dos moradores (fragmentos 029, 030 e 031) tentarem utilizar o discurso dominante como uma forma de sustentar todo o dizer em relação às melhorias ocorridas no bairro em razão do projeto, fica explícito em seus depoimentos que as mudanças de ordem estrutural e estética ocasionaram uma perda do vínculo que tinham com o lugar e as pessoas, principalmente pela menção das expressões “*eu gostava como era antes*”, “*sabe aquela união, se perdeu*”, “*antes era melhor*”. É importante salientar o discurso em tom nostálgico empregado pelos moradores ao lembrar alguns hábitos que existiam antes no bairro, como a presença dos vizinhos conversando até tarde da noite na rua, as crianças brincando nas ruas, som dos carros, a reunião entre as famílias em dia de festa para celebrar, são exemplos que os moradores descrevem e que evidenciam esse envolvimento dos moradores com a rua e as pessoas e, sobretudo, o sentimento de perda desses laços entre eles.

As expressões “*ficou estranho o bairro*”, “*pra mim acabou, nunca mais vai ser a mesma coisa que era*” e “*esse fim de ano vai ser esquisito*”, demonstram que além do discurso de saudosismo, existe implicitamente um sentimento de não reconhecer mais o lugar em que moram, onde construíram suas relações e práticas. Vemos uma mudança ou uma quebra dessas relações (amizade, união, vínculo afetivo) que existiam antes, por isso o uso dos adjetivos “*estranho*” e “*esquisito*” que, demonstram um estranhamento com o lugar, algo que está fora do comum, anormal.

A próxima fala da moradora dona Queila, uma das moradoras que residem até hoje na primeira rua inaugurada do bairro, mesmo com as transformações, ela aproveita e fala de uma prática comum realizada entre os moradores:

Morador dona Queila

(032) Ah eu não sei ti falar o que mudou, mas tem uma coisa que nois nunca parou de fazê foram as nossas novenas né, é Natal, é na Páscoa, nem que nois tem só quatro pessoas, nois tamo ali, mas só que muita gente se mudou né, por causa do projeto, dá saudade... Mas até hoje nois temo esse hábito das novenas, graças a Deus nois vamo caminhando né, todos vizinhos antigos aqui, daí a gente aproveita né, pra rezar, pra conversar, pra dá risada né, é muito bom... somos vizinhos há muitos anos né fia [...] Mas ti falar viu, menina, o Santa antes era mais gostoso né... mas só que hoje tá bom assim né, naquele tempo era de um jeito né, e hoje é de outro, e hoje tá muito bom porque melhorou né, porque assim, de primeiro um ponto era bom por causa da união, mas hoje cê vê tem ônibus na porta né, tem mais médico, tem postinho, tem escola e creche né, pertinho... eu gostei dessas melhoria né, mas antes era gostoso...

A moradora revela uma prática comum realizada pelos moradores mais antigos: as novenas. Prática ainda mantida por poucos, já que como a própria menciona, muitos saíram em razão do projeto de requalificação. Assim, a prática passou a ser uma forma que os moradores encontraram de manterem o vínculo, o laço criado desde o início, até a própria afirma *“a gente aproveita né, pra rezar, pra conversar, pra dá risada né, é muito bom, somos vizinhos há muitos anos né, fia”*, ou seja, uma prática que mantém uma união, e uma forma que eles encontraram para manter uma relação entre eles e o local.

Outro ponto a ser destacado é que a fala da moradora está atrelada com o discurso dominante ao mencionar que a situação do bairro hoje é boa, pela oferta de infraestrutura (os ônibus e os médicos), no entanto, ela também ressalta num tom de saudade o passado, fazendo referência ao sossego e à união que existia antes. Portanto, esses moradores mais antigos, mesmo em meio às transformações, eles mantiveram uma prática que mantém o vínculo criado entre eles, mas, mesmo assim, eles também expressam um sentimento de perda e de saudade, com a menção das expressões *“o Santa antes era mais gostoso, né...mas só que hoje tá bom assim, né”*, em que a moradora revela sentir uma saudade, mas utiliza o discurso dos “benefícios recebidos” como uma forma de justificar ou compensar essa perda das relações e das práticas que antes realizavam. Assim, por ser destaque a todo o momento nas falas dos moradores, seja defendendo ou combatendo as mudanças ocorridas no bairro devido à implementação do projeto de requalificação, resolvi dar continuação à análise discutindo sobre essa questão em especial.

D) Requalificação para quem?

Em relação ao Projeto de Requalificação Urbana e Social ZEIS Santa Felicidade, implementado pela Prefeitura Municipal de Maringá a partir do ano de 2009 no bairro, em que previa entre outras coisas, a remoção de 1/3 do total de 246 dos terrenos do bairro Santa Felicidade, já que aconteceria uma ampliação no tamanho dos terrenos, que antes tinha 250m² e passariam a ter entre 300 a 350m², significava que grande parte dos moradores seriam transferidos para outros lugares da cidade, ou melhor, seria ofertada uma casa “nova” conforme a escolha do morador. No entanto, conforme informação transmitida pela coordenadora do Observatório das Metrôpoles em Maringá, Ana Lúcia Rodrigues, durante o IV Seminário sobre segregação e crescimento urbano na região metropolitana de Maringá, realizado no dia 24 de Novembro de 2014, nem todos os moradores quiseram sair do bairro e

abandonar suas casas (fato também comprovado nas entrevistas, nem todos quiseram sair) e, portanto, a prefeitura teve que reformular o projeto, estipulando que, a cada três casas, somente a casa do meio seria removida, deixando metade do terreno para cada vizinho do lado. Assim, esses foram alguns aspectos que impactaram diretamente na vida desses moradores e que causou entre eles uma divergência de opiniões, e justamente isso que procurei saber dos moradores, a sua opinião sobre o projeto e, principalmente como essa intervenção acabou afetando (ou não?) seu modo de vida no espaço-bairro. Nesse sentido, conforme as entrevistas iam acontecendo, me deparei com diferentes discursos e perspectivas defendidas e combatidas em relação ao projeto de requalificação.

Morador dona Maria Helena

(033) Ixi, com esse projeto só piorou, piorou... Porque quem ficou aqui tá no meio da bagunça, quem ficou só piorou, porque no meu caso, eu pagava R\$40 real de luz, tô pagando R\$130 agora, só porque eles mudou o poste pra lá, e não adianta reclamar, não adianta nada... Então eu falo pra você, eu to conversando com ocê, mas eu tô muita nervosa por causa disso aí, fiquei até doente, fiquei doente de tanto sofrê aqui... porque eles falô que o portão tá tudo pago, o muro tá tudo pago, que eles iam fazê, o portão não veio, tive que mandá fazê esse bem baratinho pra mim colocá aí, o muro não fizeram [...] eles aprontou com a gente, porque quê eles fez isso aí? Então fia, é isso que eu tenho pra fala pro cê, pra mim mudou pra pior e tá pior, antes tava melhor, antes tava bem melhor, eu tinha minha horta aqui dentro de casa, bem plantada, agora tudo acabou, acabou mesmo, tive que mudar tudo...

Moradora dona Maria Amélia

(034) Eu acho que miorá não miorô nada, porque você viu que mexeram e não terminaram... mas eu acho que eles nem deviam ter mexido em nada. Agora você oia ali, um pedaço sem asfalto, entulho, barro, aí quando chove em frente da minha casa sai aquele barreiro, antigamente não tinha isso... Igual as reunião que tinha, eles nunca chamou eu e meu marido pra conversá em nada, eu nem sabia das reunião, eu nunca fui convidada...nunca, nunca, nunca... só chegaram aqui e falaram que iam mexê no bairro, que nois tinha que fechá a mercearia, e até agora nada... Mas vai lá ver o muro que eles fizeram do lado de lá, o morador teve que reformar tudo de novo porque o muro tá caindo...

Morador Ademilson

(035) Eu acho que trouxe pouca melhoria né, tem muita coisa aqui que eles falaram que ia ser feito e não foi feita, que nem essas calçadas ecológicas que fizeram, eles plantou a grama, daí nasceu mato e eles não replantaram, e nois nem sabe pra que serve isso, só dá sujeira... Os que ficaram aqui não trouxe nada de benfeitoria não, pra nois não, mas eles diziam que os moradores que ficassem iam receber as benfeitora nas casas ... Então pra mim melhorou pouca coisa, não deu a qualidade que é pra ser dado, não deram não, mas melhorou, melhorou né, mas foi só isso, tem muita coisa ainda pra ser resolvida, mas pros moradores que iam sair, teve reuniões e tudo, mas pra nois que ficamos, que não saímos não teve contato ou informação nenhuma... ficamos sem saber se isso já acabou ou não, se eles vão fazer mais alguma coisa, a gente não sabe...

Morador Osnir

(036) O que eu sei é que foi um projeto esteticamente não pensando na gente né, inclusive, falam que o projeto é tirar todo mundo daqui e fazer daqui um condomínio de luxo, é o que falam por aí né,... Mas o que eu sei é que muitas famílias eram doidas pra sair daqui, porque vivia pai, filho, neto, até bisneto, tudo na

mesma casa, nos puxadinhos né, isso era comum desde o início aqui, mas também sei de outras famílias que não aceitou sair, entendeu? E tão aqui até hoje, daí foi isso...

A primeira situação que fui exposta foi de moradores que se mostram descontentes com as intervenções realizadas no bairro devido à requalificação. Esses moradores (fragmentos 033 ao 036) que continuaram no bairro reclamam dos resultados, como a dona Maria Helena coloca *"pra mim mudou pra pior"* e, sobretudo, para eles não houve mudanças ou melhorias significativas, como expressa seu Ademilson *"eu acho que trouxe pouca melhoria, né"*. E ainda, expressam que antes da realização do projeto, o bairro se encontrava numa situação até melhor. Os moradores narram a sensação de não término das obras, já que muitas coisas que os moradores relatam que eram para ser realizadas e não foram, como por exemplo, as “benfeitorias” que prometeram realizar nas casas daqueles que ficaram no bairro, como a moradora Maria Helena que, até hoje não recebeu o mínimo que a maioria das casas que passaram pela reforma receberam, que é o portão e a reforma do muro, já que com a ampliação dos terrenos e o alargamento das vias, a prefeitura teve que quebrar os muros da frente das casas e retirar os portões antigos.

Outra queixa desses moradores é a falta de informações relacionadas ao projeto, em que muitos me informaram que eram feitas as reuniões entre os moradores e a prefeitura, no entanto, alguns moradores (como a dona Maria Amélia) não eram informados sobre as reuniões. Outros ainda relataram que as reuniões eram apenas para aqueles que iam ser removidos do bairro, restando pouca ou nenhuma informação para aqueles que permaneceriam ali, sem saber quais seriam as próximas medidas do projeto, e como isso afetaria seus modos de vida. Além de relatar essa assimetria de informações entre os moradores, dona Maria Amélia conta como foi a abordagem da prefeitura, em que chegaram exigindo que ela fechasse o seu negócio próprio para a realização das devidas reformas na rua, e com a recusa da moradora, até hoje eles não voltaram a entrar em contato e informar o que será feito no seu caso.

Em relação à paisagem ou o cenário hoje do bairro, os moradores destacam que aqueles que ficaram no bairro estão no meio da “bagunça”, já que é possível encontrar pelas ruas, principalmente aquelas localizadas mais no interior do bairro, longe da avenida paralela ao Santa Felicidade e que foi reformada (e que nos leva a área central da cidade), casas que foram destruídas e que os entulhos ainda permanecem nos terrenos, um lugar propício para o aparecimento de bichos, o acúmulo de lixos e assim, afetando a paisagem daqueles que ficaram. O morador seu Ademilson, ainda questiona a funcionalidade das calçadas ecológicas

construídas no Santa Felicidade, já que muitos moradores não possuem condições financeiras ou de material (máquina ou qualquer outro instrumento) para realizar o corte ou a manutenção da grama, fato visível pelas ruas do bairro, onde é possível encontrar muito mato alto nas calçadas, além do descuido da própria prefeitura em não realizar os reparos necessários.

Assim, é interessante trazer aqui o meu olhar sobre essa questão do cenário em que atualmente o bairro se encontra. Confesso que, na primeira visita que fiz ao bairro, onde caminhei rapidamente pelas ruas principais, a minha impressão, foi de como a estrutura oferecida era boa, com ruas e calçadas largas, padrão comum e seguido em Maringá. Contudo, nas visitas seguintes que realizei ao bairro e que pude observar com mais detalhes aquele ambiente, percebi a presença de muitos terrenos abandonados e cheios de lixo e entulhos, encontrei calçadas não acabadas, outras nem feitas ainda, e mais, algumas já apresentando rachaduras ou pisos irregulares. E com os muros a mesma coisa, muros recentes construídos pela prefeitura e que já apresentava defeitos aparentes. O mais impressionante foi o clima de “não terminado”, ou ainda, a sensação de viver na “bagunça”, como a moradora dona Maria Helena mencionou, e que é imperceptível num primeiro olhar.

Assim, vemos moradores insatisfeitos com as mudanças realizadas e com a situação em que se encontra hoje o bairro e a própria residência, como é o caso da dona Maria Helena. Moradora que se mostrou muito triste e injustiçada com a situação, devido ao aumento do valor da conta de energia e, principalmente porque ela não recebeu da prefeitura o portão novo e nem a construção do muro, como prometido. O sofrimento da moradora é de ver a sua casa ainda com os muros quebrados, o seu quintal destruído, já que ela teve que remover suas plantações para que a prefeitura pudesse alterar os tamanhos dos terrenos dos vizinhos. Assim, vemos uma fala marcada pela perda do seu espaço e, sobretudo, a alteração no seu modo de vida, dos seus costumes e práticas que já faziam parte da forma que ela tinha encontrado para ocupar aquele espaço. Portanto, em razão dessa perda e do domínio que tinha antes sobre a sua casa, a moradora coloca ênfase no passado (no antes), “*antes tava bem melhor*”, e questiona a autoridade e a razão do projeto de ter implementado isso no bairro.

A fala do morador Osnir também mostra uma insatisfação com o objetivo do projeto, colocando que foi um projeto “estético” e que a prioridade não foi o atendimento das necessidades dos moradores. Mas o ponto que queria destacar da fala do morador, é que ele comenta que algumas famílias do Santa Felicidade antes da implantação do projeto, já tinham o interesse de se mudar do bairro por causa do número de pessoas da mesma família que residiam no mesmo terreno, nos chamados “*puxadinhos*”, que a propósito foi uma das justificativas para a requalificação, que conforme o próprio texto do projeto, eram construções

desordenadas e insalubres, já que algumas eram feitas sobre a rede de esgoto. No entanto, esses “*puxadinhos*” foi o modo que muitas famílias encontraram para sobreviver às condições oferecidas e ocuparem aquele espaço reservado para elas. Alguns moradores até relatam que apesar da situação de viverem todos no mesmo espaço e do desejo de conquistarem a casa própria, os “*puxadinhos*” foram uns dos motivos que acarretou no hábito das pessoas conversarem ou se reunirem nas calçadas, uma vez que dentro de casa não se tinha espaço ou condições suficientes. Assim, a retirada desses “*puxadinhos*” e, sobretudo, a transferência das pessoas que residiam neles, causa também uma mudança na forma da organização da vida cotidiana daqueles que ficaram no bairro.

Outros moradores também expressam um sentimento de insatisfação ao falar sobre a requalificação e, sobretudo, como ocorreu a abordagem da prefeitura na época:

Morador Gustavo

(037) Ah moça, isso aqui foi uma maquiagem, tinha uma grana pra fazê uma mudança boa e só estão enrolando, não precisava ser assim né, foi só maquiagem...É pra nois que ficou aqui, só piorou, tamo no meio da bagunça e não sabemos o que será feito...

Moradora dona Linda

(038) Olha fia, esse povo chegaram exigindo, a gente tinha que sair, porque era um projeto de lei que tinha que sair porque nossa casa tava na linha de saída né... Aí meu marido já ficou nervoso, pressionado, a gente foi pressionado, fomos muito pressionados, eles não ofereceu, foi uma pressão pra sair, e foi por causa disso que meu marido não quis sair, ele não acreditou, como a prefeitura, essa que tá querendo expulsá nois, vai dá uma casa nova? A gente demorou tantos anos pra arrumá essa e a prefeitura nunca deu nada... então a gente ficou...

Moradores dona Lucia e Seu Júlio

(039) Óia fia, quando eu fiquei sabendo da coisa, de repente eles estavam quebrando aqui, o cara já estava passando aqui e medindo pra fazê o tapume de madeira, daí só foram explicar depois que já estavam tampando o portão aqui, só depois é que teve uma reunião, mas já estava quebrado...

O morador Gustavo metaforicamente compara a intervenção do projeto com o efeito de se maquiar, recorrendo ao sentido explícito da ação de encobrir algo, ou ainda, realizar melhorias para causar uma boa impressão para aqueles de fora, mas implicitamente o morador expressa o seu descontentamento com a situação causada pela implantação do projeto. Ele menciona também, assim como a moradora Maria Helena, a condição em que se encontra o bairro atualmente, fazendo o uso do termo “*bagunça*” para se referir à sensação de desordem que as mudanças provocaram na vida desses moradores, e o sentimento de dúvida em relação ao futuro.

As falas dos moradores dona Linda e o casal dona Lúcia e o seu Júlio, demonstram como ocorreu a abordagem da prefeitura de Maringá nesses dois casos. A moradora dona

Linda nos relata a pressão do poder público local para retirá-los de sua casa, a situação parecida que ocorreu com os “favelados” da Favela do Cemitério quando também praticamente foram “convidados” a se retirarem daquele local. Contudo, nessa ocasião foram justamente as ações já realizadas pelo poder público local que fez com que o marido da dona Linda não acreditasse na oferta da casa nova, o que demonstra a relação de desconfiança criada entre esses dois agentes, muito em razão pelas situações já vividas de descuido e exclusão. Mostra também o valor depositado do morador pela casa que construiu e, principalmente, por tudo que passaram e enfrentaram para estarem ali hoje. Já a fala do casal dona Lúcia e o seu Júlio também nos revela como foi o tratamento aplicado aos moradores que continuariam no bairro, que ao menos foram avisados sobre o início das obras, o que demonstra um desrespeito com essas pessoas, proprietárias de suas casas, e o cenário de uma assimetria de informações sobre o qual se implantava o projeto. Por outro lado, me deparei ainda com um outro cenário narrado por alguns moradores:

Moradora dona Ana

(040) Eu acho que só ajudou esse projeto, ajudou sim, achei muito importante...eu até tenho uma colega que mora aqui pra baixo, ficou bonito lá, fizeram aquele murão alto, aquele murão cumprido assim, um murão assim de 2 metros, mas parece que tem mais, rebocadinho, arrumadinho... aah eu achei bonito, achei importante, o pessoal ficou bem confortável,...

Morador Joel

(041) Melhorou né, isso daí pra nois foi uma benção né, a gente nunca morou no conforto igual tá aqui, tá ajudando muito nois, a gente não pagou nada né? não pagamos nada disso não...

Moradora dona Graça

(042) Pra mim só trouxe mioria né, só miorou, eu não tenho o que dizer minha fia, eles fizeram o muro aqui, eu não paguei nada né... mas não tenho muito o que dizer sobre isso não fia...

Moradora dona Queila

(043) Ah fia, trouxe mudanças né, porque eles mexeu na nossa casa pra aumentá a rua né, porque que nem eu falei pra você, era uma coisa que a gente não tinha, agora passa ônibus aqui na frente da minha casa né... Aí agora cê vê já, fizeram os muros da gente, de repente ponho os portão né, agora já tá tudo bonitinho, pintado, cê vê ali embaixo né, agora tem aquela clínica que atende um monte de gente... eu acho que cada dia melhora mais né, porque cê vê, tudo que precisou, eu não mexi com nada, eu não paguei nada, eles fizeram tudo...

Moradora dona Cida

(044) Ah melhorou bastante né, a rua era bem estreitinha, agora ficou bem mais larga, miorou bastante...ficou bonito o bairro né...

Esses fragmentos expostos (040 a 044) nos narra outro cenário, que reconheço, já suspeitava que iria encontrar. Conforme as falas desses moradores, o projeto de requalificação

“só ajudou [...] achei muito importante”, “melhorou né, isso pra nois foi uma benção”, “só trouxe mioria, né”, essas expressões demonstram o quão foi eficiente o discurso que envolvia o projeto de requalificação no convencimento desses moradores da importância da mudança. Em outras palavras, nota-se que as falas desses moradores são interpeladas por um discurso que valoriza o “estético”, o “belo”, o “agradável” e silencia questões relacionadas à melhoria do nível social dessas pessoas, e ainda, consegue esconder as reais intenções dessas políticas. Em vista disso é que esses moradores dão ênfase nas suas falas nas melhorias nos aspectos físicos, isto é, nas transformações estéticas, principalmente com a menção das expressões “ficou bonito lá, fizeram aquele murão alto, aquele murão cumprido assim”, “eu achei bonito, achei importante, o pessoal ficou bem confortável”, “agora já tá tudo bonitinho, pintado”, “a rua era bem estreitinha, agora ficou bem mais larga [...] ficou bonito o bairro né”, ou seja, é visível a exaltação do belo, do bonito, em detrimento do questionamento, será que o intuito dessas mudanças estéticas era trazer benefícios para os moradores? Outro ponto percebido é a falsa impressão que essas transformações foram resultado de uma boa ação do poder público local em prestar o serviço para essas pessoas e, principalmente, a sensação de satisfação de não terem pagado pelas reformas, dando um valor ainda maior para as intervenções recebidas, como expressa as afirmações “tá ajudando muito nois, a gente não pagou nada né?”, “eles fizeram o muro aqui, eu não paguei nada, né”, “cada dia melhora mais né, porque cê vê, tudo que precisou, eu não mexi com nada, eu não paguei nada, eles fizeram tudo”.

Assim, diante dos diferentes cenários que foram construídos a partir das falas desses moradores, surgiram algumas ponderações. Portanto, vejo a situação de um projeto que se dizia preocupado em construir a autoestima desses moradores, mas que na verdade, acabou desencadeando um descontentamento e um sentimento de insegurança nessas pessoas, já que os moradores que ficaram no bairro relatam a sensação de viverem no meio da “bagunça”, a falta de informação na época e até os dias atuais sobre as mudanças que seriam realizadas e, sobretudo, a desilusão de alguns moradores com as promessas feitas e que até hoje não foram cumpridas. Assim, o que vemos não é só um não cumprimento dos objetivos do projeto, mas uma modificação no modo de vida dessas pessoas, a perda de suas práticas e costumes, além da desigualdade criada dentro do próprio bairro e entre os moradores, onde uns foram beneficiados e outros ainda permanecem na espera.

Além desses pontos, também gostaria de destacar a questão do aspecto físico do bairro. Quando estive presente no bairro, me deparei com um visual que nada tinha a ver com reais necessidades das pessoas que ali residem, aliás, muitas confessaram não saber a utilidade

ou como aquilo iria acrescentar na vida delas (que preferiram até como era antes). É claro que não exalto a situação de precariedade que essas pessoas viviam antes, mas vejo que as efetivas carências, as formas de organização da vida cotidiana (como por exemplo, os “*puxadinhos*”), isto é, aquilo que era característico e singular dessa população, e que muito provavelmente era o que fazia ela se manter unida, nada disso foi realmente levado em consideração, pelo contrário, esqueceu-se o que já se existia ali e impuseram sobre isso um padrão de habitação já produzido e legitimado pela cidade. Padrão estético que privilegia o belo, o ajardinado, as ruas e avenidas amplas, em detrimento de valorizar aquilo que é diferente ou peculiar de um lugar. E ainda, percebo esse discurso hegemônico “do belo” sendo reproduzido e, principalmente colocado numa posição de comando por algumas das próprias “vítimas” dessa imposição, que inocentemente exaltam e passam a reconhecer apenas as melhorias estéticas, silenciando as reais intenções desses agentes produtores do espaço.

Dessa forma, vejo a execução de um projeto que foi criado às pressas para “aproveitar” um recurso disponível, mas que carrega consigo uma visão estratégica e globalizante da cidade, perspectiva que vem sendo reproduzida já há alguns anos em Maringá, em que a cidade é transformada em um lugar atrativo e belo, ou seja, um espaço homogêneo e próspero para todos, que ao mesmo tempo, desconsidera aquilo que é produzido nas práticas diárias, os hábitos e costumes desconhecidos, a riqueza do cotidiano vivenciada por esses moradores. Sendo assim, em prol de uma lógica imobiliária e mercadológica em transformar a cidade num produto atrativo, vemos espaços e, sobretudo, relações sendo destruídas e o surgimento de espaços sem quaisquer vínculos identitários, que aos poucos vão perdendo os significados e sentidos ali produzidos e se transformando em espaços “abandonados”, onde a própria população não o reconhece e nem se apropria mais dele.

E) A relação bairro-moradores

Como uma forma de entender como esses moradores se organizaram e tornaram esse lugar deles, procurei perguntar respectivamente o que mais/e menos gostam de fazer no bairro; quais hábitos e costumes realizados no bairro; como era/é a convivência entre vizinhos; se existe alguma prática (de lazer, de convivência) realizada durante ou nos finais de semana pelas crianças e/ou adultos; e por fim, curiosa em saber como os moradores enxergam “o bairro” diante daquilo que foi construído sobre “eles”, perguntei se eles viam algo de diferente naquele lugar. As falas a seguir retratam o cenário diante de tais questões:

Moradora dona Ana

(045) Ah eu gosto assim daqui do cantinho que a gente mora né. Mas eu não tenho nada que eu não goste daqui... Eu gosto de tudo!

Morador Carlinhos

(046) Aqui eu tenho meus amigos que são verdadeiros, eles não me enganam, não mentem... Gosto é da simplicidade das pessoas, porque aqui nois é verdadeiro... aqui não tem nenhum intelectual, você fala o língua do povo e eles te entendem...

Moradora Diane

(047) Ah, não tem o que eu mais gosto,... Gosto porque meus amigos estão aqui, minha família... são tudo daqui, minha mãe mora ali mais pra baixo [...] não tem nada que eu não goste aqui, tipo a violência tá aí né, mas não tem o que fazer, eu vou fazê o que? Não mexe comigo, não faz nada...eles ficam na deles...Mas isso daí todo lugar tem, não existe lugar que não tem... esse bairro aqui já teve mais difamado, mas agora, não ouço muita coisa daqui não. Gosto de ficar aqui com a minha família, minha vida é aqui...

Moradora dona Ceci

(048) Ah eu gosto daqui porque já faz muitos anos que eu moro aqui, graças a Deus nunca aconteceu nada comigo né. Mas te falá, eu gostei de ter construído minha vida aqui, não tenho o que reclamar, criei tudo meus fios e netos aqui, com a graças de Deus.

Moradora dona Cida

(049) Ah eu gosto daqui porque é tudo perto, meus fios moram tudo mais perto aqui, então se fosse pra mudar pra um lugar longe, eu não queria não... eu gosto porque meus fios tá tudo mais perto... Mas eu não posso falá nada né... não tem nada incomodando... só quando eu mudei que eu tinha muito medo né, de morar aqui, não conhecia os outros né, os vizinho era tudo desconhecido, não conhecia ninguém, mas agora não, agora os vizinho tudo me conhece...

Moradora dona Fátima

(050) Eu gosto da minha casa, de tudo. Eu acho um bairro normal como qualquer outro, pela vida que eu construí aqui também, eu já me acostumei. Eu entrei aqui e fui montando as coisas do meu jeito, né... eu acho assim, quando você firma em algum lugar, você tem um projeto de vida né, e eu já construí aqui minha vida... Agora eu acho que se eu for pra outro lugar, pode ser que seja bom, mas vou ter que começá tudo de novo né, tem o risco de não dar certo, eu já estou acomodada aqui... e também tem outra coisa, você vai, pega uma outra casa em outro lugar, você tem que vê, porque aqui eu tenho meus irmãos que moram perto, eu tenho meus filhos que já tão perto, tem a escola dos meus netos já tudo aqui perto... quer dizer, a gente já tem aquela a vida aqui né, é isso que a gente pensa né...

Moradores Lúcia e Seu Júlio

(051) Aqui pra nois tudo tá bão, toda vida pra nois aqui foi bom, nois não tem queixa com ninguém, com vizinho, nada... Se eu puder ficar 100 anos aqui eu fico... É que pra nois toda vida foi bom né, porque foi um lugar que a gente alicerçou né, criou nossos filhos aqui...

Morador Gustavo

(052) Ah eu gosto das pessoas daqui, tem muitas pessoas aqui que me dão exemplo. E o que eu não gosto é das drogas que existe aqui, porque elas transformam, elas desencadeia, e quem não usa também sofre...

Morador dona Queila

(053) Ah fia, porque cê vê, aqui é o lugar que a gente mora né, então a gente se apegá né, no lugar que a gente mora. Agora se imagina se cê vai pro outro lugar que não conhece ninguém né, então eu gosto da amizade que já tem muitos anos né que você mora num lugar né, então a gente se acostuma, se apegá no seu cantinho né...

Moradora dona Maria Amélia

(054) O que eu gosto daqui é que as pessoas daqui respeitam muito a gente né, a maioria dos homi, das mulher, das criança, todo mundo daqui respeita todo mundo aqui...tem um respeito um pelo outro,...Pra te falá a verdade, eu sou feliz porque aqui não é só eu, aqui meus fios e eu, todo mundo é respeitado...

Moradora dona Graça

(055) Eu gosto muito da minha casa minha fia, de toda a minha história que construí aqui, porque quando eu morava lá na Bahia, eu não tinha nada, nada, nada...eu vim com uma peça de roupa no corpo, um chinelo de dedo... e graças a Deus aqui eu lutei e tenho, tenho onde morar, e nunca passei nenhum aborrecimento aqui... Pra mim tá tudo bom, não saio daqui pra nada minha fia, eu gosto muito daqui!

Morador Joel

(056) O que eu mais gosto aqui é a tranquilidade, aqui ninguém me aborrece, eu também não aborreço ninguém, aqui é tranquilo, e falam quem quiser daqui, porque você sabe que todo lugar tem gente boa e gente ruim né, porque daqui memo, já teve gente que foi procura serviço lá pra cidade, pro centro e quando dizia que morava aqui, ninguém dava serviço, mas isso é ignorância, mas aqui é tudo gente boa, conhecemos Deus e todo mundo, tem até a vizinha cumadre nossa aqui, quer dizer então, aqui todo mundo se dá bem...

Moradora Linda

(057) O que eu mais gostava era como era antes [...] agora o que eu não gosto é do tráfico de droga, é a pior coisa que tem aqui, o que estraga o bairro é o tráfico, mas eles ficam na deles...

Quando perguntado o que mais gostam do bairro, alguns moradores, como os fragmentos (050 e 055) dizem gostar “*muito da minha casa*”, dando uma importância material e simbólica à “casa”, lugar idealizado por esses moradores como um local que, desde o início, mesmo em oferecendo condições precárias ou mínimas de habitabilidade, foi uma forma de viabilização da construção da segurança e estabilidade para eles, e também vemos essa importância em razão da casa ser um local da realização da família. Assim, além de suprir uma necessidade básica de moradia dessas pessoas, cuja construção muitos moradores relataram que eles mesmos construíram, a casa também e principalmente transcende esse aspecto meramente material, tornando-se um lugar particular, com limites e reconhecida publicamente como um espaço de independência e satisfação desses moradores.

Vejo os moradores demonstrando a ligação afetiva existente e construída entre eles e o espaço, a partir das falas (fragmentos 045 e 051) em que expressam o que mais gostam do bairro, “*o lugar que a gente se alicerçou*”, “*gosto assim do cantinho que a gente mora*”, em que o verbo “alicerçar” demonstra que o espaço-bairro tornou-se uma base segura onde os moradores puderam produzir significados e sentidos. A moradora faz uso do termo “cantinho” também para se referir ao espaço que construiu, o que expressa como esse lugar se tornou confortável e acolhedor para o morador. As falas “*a gente se acostuma*”, “*se apega no seu cantinho*” (fragmento 053) e “*já estou acomodada aqui*” (fragmento 050), também

expressam essa ligação já construída com o espaço, ao ponto de criar raízes no lugar, sentir-se adaptados e habituados.

Os moradores recorrem também aos anos vividos ou à história construída no lugar quando questionados, principalmente com a menção das expressões “*gosto daqui porque já faz muitos anos que eu moro aqui*”, “*já tem a vida aqui*”, “*pela vida que construí*”, “*minha vida é aqui*”, “*gosto de toda história que construí aqui*”, “*eu entrei aqui e fui montando as coisas do meu jeito, né*”, demonstrando a importância da vivência e as fixações socialmente construídas durante o tempo no bairro, e sobretudo, fazendo referência ao modo de vida desenvolvido no lugar.

Outro ponto que manifesta essa vinculação afetiva com o lugar é o destaque que os moradores dão aos laços sociais produzidos no espaço-bairro, alegando gostar do lugar em razão da família e dos amigos de muitos anos estarem vivendo lá também, demonstrando os vínculos identitários e simbólicos desenvolvidos. Outro ponto destacado pela moradora Maria Amélia (fragmento 054), em que ela afirma gostar do bairro, pois “*as pessoas daqui respeitam muito a gente*”, “*todo mundo tem um respeito por tudo mundo*”, ou seja, quando os sujeitos ocupam e se apropriam de um lugar, de acordo com Raffestin (1993) eles tendem a desenvolver comportamentos nele e, nas falas da moradora está implícito também o desenvolvimento de uma “conveniência” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1998) mantida entre os moradores, em que cada um respeita os limites e a posição ocupada pelo outro.

Quando perguntado o que eles menos gostam do bairro, os moradores insistiram explicitamente em afirmar que não existe “*nada que eu não goste*”, ou “*gosto de tudo*”, “*nada me incomoda*”, “*nunca aconteceu nada comigo*”, no entanto, implicitamente nota-se a tentativa dos moradores em defender o discurso de “*como eles vivem bem*” ali, e gostam do lugar que moram (não o percebem como inferior comparado a outros bairros), e ao mesmo tempo, combater o discurso que muitos ainda reproduzem de “*lugar violento*”, colocando-o como um lugar/bairro como outro qualquer, isto é, tornando-o “um lugar comum” aos olhos de quem está ouvindo (o restante da cidade), e ainda, utilizam-se do discurso maior e oficial de mudanças (de como o bairro era antes e agora ele é igual aos outros), principalmente nas expressões “*mas tem em todo lugar*” “*acho um bairro normal*”, “*todo lugar tem gente boa e gente ruim*”, em que os elementos silenciados em seus discursos é a questão da criminalidade e do tráfico de drogas.

Contudo, nas falas de outros moradores o elemento “droga” não está silenciado, pelo contrário, é colocado de modo explícito, ainda que beirando um tom de indiferença com a situação, evidenciado nas expressões “*a violência tá aí, né*”, “*mas não tem o que fazer*”,

“*eles ficam na deles*”, e ainda, demonstrando uma “convivência” negociada entre os diferentes sujeitos presentes no bairro, onde limites e regras de convívio estão “implicitamente” combinados entre eles, mas esse assunto veremos um pouco mais no próximo item (F).

Assim, procurando investigar uma possível apropriação e territorialização desses moradores, seja por meio de ações que realizassem no dia a dia, perguntei a eles se atualmente existia algo que os moradores fizessem cotidianamente, algum hábito ou costume da comunidade (moradores) em geral:

Morador João

(058) Olha antes o pessoal ficava na calçada, mas não ficam mais hein?! Não fica mais, antigamente era uma festança, é que você nunca passou aqui né, é mais não tem mais não, aquela convivência, não sei o que aconteceu, sei lá, só sei que, igual falei pro cê, às vezes eu saio ali no portão não vejo mais ninguém... As pessoas começaram a se fechar, um pouco por causa da violência né, das drogas, mas antigamente quando nós mudemo aqui, fazia um pouquim de gente aqui, um pouquim de gente ali, aí um começava a conversar com o outro, aí ia passando pelas rodinhas... e sempre assim, aí depois cada um foi se fechando dentro da sua casa, ficava com o portão fechado...

Morador Ademilson

(059) É os moradores às vezes ficam na rua né, quando tá muito quente dentro de casa, então vai pra fora né, é um hábito do pessoal, é um hábito... Mas hoje você não vê muita gente não... o pessoal aqui de uns tempos pra cá se tornou mais assim caseiro, se fecharam, né...

Moradora Diane

(060) Os vizinhos aqui tinha costume de ficar na rua, ainda tem, ainda tem o costume, mas igual era antes não tem. Antes a gente ficava até dez da noite sentados ali na rua conversando, eu mesma ficava, mas hoje tiraram tudo as árvore daqui, então nem tem sombra mais... nem dá pra ficar na rua de dia... mas você vê alguns hoje ainda...

Moradora dona Fátima

(061) Tem crianças que brincam na rua ainda aí... Mas os vizinhos aqui conversam, não tem essa rivalidade, as pessoas saem pra fora, sabe? É bem menos hoje no geral assim, não sei por que, todo mundo tá fazendo algo agora né, o povo se mudou também né...

Moradores dona Lúcia e seu Júlio

(062) O povo ficava na rua, tinha gente que ficava aí, a noite inteira na calçada, o pessoal tinha amizade, e hoje dá oito, dez horas não tem mais ninguém na rua, é difícil ver gente até de dia... O pessoal mudou né, mudaram lá pra cima também né... Mas era uma multidão na rua, era até pirigoso, hoje não se vê mais isso... Antigamente o pessoal ficava na frente da casa mesmo, e era gostoso, era mesmo, ver todo mundo reunido, mas hoje não... mas eu até acho melhor, pelo sossego sabe? Cê não vê mais aquele vuco-vuco, nossa acabou tudo. Não vou dizer que não sinto saudade... nas festas assim, cada família tinha costume de ficar na frente da sua casa, às vezes a gente tava sentava lá fora, daí a gente ia andar um pouquinho e passava nas casas cumprimentando, nas rodinhas, só isso...

Morador Gustavo

(063) Nossa, quantas vezes eu virava a madrugada tocando violão na esquina, bebendo, fumando, cantando, nossa tinha muita união... futebol, reunia muita gente, as brincadeiras, as crianças brincavam... e hoje isso mudou, se quebrou... tudo, tudo, tudo... Antes era muito movimentado, era 24horas, às vezes o vizinho dali erguia o som tão alto, mas tão alto assim, e ninguém reclamava, amanhecia o dia... aí outro dia eu erguia também, e ninguém reclamava, e tudo reunido, tipo assim...tinha união mesmo...

Moradora dona Queila

(064) Ahh, fia, antes aqui se tinha o costume de ficar na rua, eu mesma, mas hoje é diferente... todo mundo se conhecia, daí até eu mesma, chegava de noite assim né, as meninas, as moças, vinham, sentavam ali, aí a gente ficava sentadas ali até 9h ou 10h da noite né, conversando, as meninas brincando... as crianças brincavam também, faziam brincadeira, a rua era estreitinha e tinha muita gente né, e todo mundo tinha a casa cheia, saía um pra fora, daí saía todos né, chamava todo mundo,... Mas vish, acabou, fia do céu... Que nem véspera de Natal e Ano Novo, essas coisas assim, aí você oiava assim na rua, nossa, era alegria, daí o ano passado cê oiava assim lá fora, cê fala “meu Deus que diferença”, não tem ninguém... cê precisava de vê, essa rua cê olhava de um canto pro outro, parecia uma feira, tava lotada sabe? Chegava tal horário, tava lotada de gente, todo mundo das suas casinhas né, um falava feliz Ano Novo para o outro, feliz Natal, cê precisava de vê, ia até um na casa do outro assim sabe? ai fia, era alegria... A gente chegava do trabalho e ficava conversando... e hoje não tem mais, nem as festas, acabou... Mas nossa menina, cê precisava de vê, eu gostava disso, por ser a rua estreitinha, todo mundo ficava mais junto, a gente sente saudade disso né...

Moradora dona Maria Amélia

(065) Bom, tinha gente que sentava na calçada, paravam até no meio da rua, quando a rua ainda era estreitinha né, era difícil de passar até... Agora hoje se você sair de tardezinha ou à noite é difícil achar gente batendo papo viu...

Moradora dona Linda

(066) O povo tinha o costume aqui de ficar na rua... era uma coisa muito boa e gostosa , muito, muito... em todas as ruas era assim, mas tinha ruas aí que é pra droga né, mas só que nesse pedacinho de rua nossa aqui, naquela ali também, era a coisa mais comum, agora não, antes lá pra seis, sete e meia, toda a criançada jogava futebol, jogava bets, esconde-esconde, sabe? Então sabe quando você vai sentindo assim que você não conhece mais ninguém, todo mundo mudou, os que ficaram a gente já não tem muito contato... a gente perde aquele, não sei te falar...Na minha opinião, eles fizeram a coisa errada, porque eles tiraram aquela gente e colocaram numa casa nova e tudo... só que eles quebraram uma coisa que é difícil existir numa cidade, numa comunidade... Então acabou perdendo, não tem nada a vê com aquele lugar, aquele lugar que tinha morreu, e eu acho que não volta mais não... ficou muito estranho, estranho, estranho...sei lá.. se saía oito horas, se via as luzes acesa, as crianças andando de bicicleta, sabe? Então agora o bairro ficou parecendo aquele negócio lá da guerra lá né, tudo derrubado, tudo... tem quintal por aí que parece que né...

Morador Joel

(067) A gente sempre conversava na rua né, esse era o costume do pessoal daqui, mas até hoje tem, é menos né, mas tem... a gente senta ali na rua, toma um ar fresco e leva o banquinho pra rua,... aí vem vizinho começa a conversa, eles vêm, aí é gostoso, é sempre costume aqui, pelo menos nessa primeira rua aqui, a gente ainda mantém né, eu mesmo fico sentado com o meu banquinho na rua...

Grande parte dos moradores já no início de suas falas mostra a existência de uma sociabilidade que acontecia por meio do “uso da rua”. Todos relatam essa prática,

principalmente pelas expressões, “*o pessoal ficava na calçada*”, “*o costume de ficar na rua*”, “*o povo ficava na rua*”, “*tinha gente que sentava na calçada*”, maneira pela qual os moradores encontraram de se apropriar do lugar, de tornar deles, demonstrando a criação de um vínculo e a formalização de um domínio sobre esse espaço. A rua para esses moradores é expressa por um espaço de experiências, de ação e de intimidade, um lugar que liga a casa, espaço privado ao espaço público, ou ainda, podemos ver a extensão da casa para a rua.

Os moradores relatam a prática das *rodinhas* de conversa na rua, em que as pessoas ficavam até oito ou dez horas da noite conversando com os vizinhos; o som alto que cada um colocava; as brincadeiras das crianças (futebol, *bets*, esconde-esconde, andar de bicicleta) e dos adultos, como o futebol e prática de tocar violão; os moradores também relatam as festas (Ano Novo, Natal) organizadas por eles mesmos que aconteciam na rua ou na casa de alguém, mas que acabava reunindo os moradores.

O hábito de alguns de chegar do trabalho e ficar na rua direto conversando com os vizinhos, onde um não precisava chamar o outro, era só sair na rua, e todo mundo já ia pra rua conversar. Os moradores ainda relatam que “*era uma festança*”, “*uma convivência*”, “*parecia uma feira*”, “*era difícil até de passar*”, o que demonstra como a rua era apropriada por essas pessoas, e como até seus limites eram transferíveis e tomados por esses moradores, onde os próprios impunham um modo de apropriação (seja física/material e/ou simbólica) e uma territorialidade. O próprio desenho da rua propiciava esse vínculo e a sensação de proximidade com a rua (de ser “meu”), como a moradora conta “*a rua por ser estreitinha, todo mundo ficava mais junto*”, ou seja, o que era característico do bairro, e que podia ser visto por muitos como ultrapassado, ou não adequado ao padrão urbanístico desenhado para Maringá, para os moradores era um traço que facilitava a convivência e a manutenção dos laços entre eles e com o lugar.

Assim, vemos a rua, traçado elaborado para um determinado fim, sendo apropriada e transformada por esses moradores num espaço que, antes era visto apenas pelo seu aspecto físico e urbanístico que compunha o bairro ou a cidade, torna-se por meio desse processo apropriativo um espaço de liberdade e criatividade, repleta de atividades e movimentos diários. Pelas falas dos moradores, vemos a existência de uma sociabilidade positiva entre eles expresso pela ocupação, e por conseguinte, a territorialização da rua por meio do corpo ou do uso do corpo (CARLOS, 2007), em que sob uma lógica repetitiva imposta à rua, o sujeito consegue impor outros sentidos, outras funcionalidades e significados. Para esses moradores a rua era sinal de encontro, de união, “*era uma coisa muito boa e gostosa, muito, muito...*”.

No entanto, ao mesmo tempo em que os entrevistados expõem essas experiências com a rua, os moradores se voltam para o presente e nos relatam que isso mudou, isto é, que não existe com tanta frequência essas trocas no espaço-rua, *“eles ainda tem o costume de ficar na rua, mas igual era antes, não tem”*, *“hoje é 8h, 10h não tem mais ninguém, é difícil ver até de dia”*, *“até hoje tem, é menos né, mas tem”*, em que os próprios afirmam essa alteração pela qual a sociabilidade construída passou. No discurso de alguns moradores, é possível perceber o sentimento intenso de perda sentida por alguns, com a menção das expressões *“hoje isso mudou, se quebrou...tudo, tudo, tudo...”*, *“Mas, vish, acabou, fia do céu...”*, *“aquele lugar que tinha morreu, e eu acho que não volta mais não...”*, em que os verbos utilizados quebrar, acabar e morrer expressam a fragmentação sofrido nesse espaço.

Os próprios moradores tentam apontar várias razões à mudança descrita, uns acham que é porque alguns moradores *“começaram a ser fechar”*, *“ficaram mais caseiros”*, outros apontam que foi por causa da violência, da retirada das árvores (já que não existe mais sombra na rua para conversar) e principalmente, relatam que a transferência dos moradores devido ao projeto de requalificação foi o que mais causou essa transformação na territorialidade construída nesse espaço.

Assim, vemos que não apenas a questão do projeto de requalificação com a retirada das pessoas e as alterações estéticas e estruturais que afetaram as relações já construídas ao longo da história pelos moradores, mas a violência também foi apontada como uma das causadoras dessa transformação, ponto que será discutido mais à frente, mas é possível adiantar que a criminalidade existente no bairro também impõe suas regras, seu domínio.

É claro que ainda existe entre os moradores essa experiência de troca na rua, a convivência, a questão da vizinhança, mas percebo que é algo mantido entre alguns, principalmente aqueles moradores mais antigos (e algumas crianças) da primeira rua inaugurada no bairro. São moradores que conseguiram manter a territorialidade construída, seja por meio da prática de *“ir para a rua”*, sentar na frente da calçada, o hábito das novenas realizadas entre eles e, principalmente, a permanência dos vínculos de amizade, a sociabilidade positiva construída durante anos por eles, onde cada um se conhece pelo nome, se visitam, trocam favores etc.

Contudo, em relação aos outros discursos pronunciados, em especial, dos moradores que residem nas casas localizadas naquelas ruas construídas numa fase posterior no bairro, é possível perceber que a mudança estética ocasionada pelo projeto acabou alterando os hábitos, as práticas, e ainda, quebrando os vínculos identitários e simbólicos existentes entre si e com o espaço-bairro. Causando até certo estranhamento com o local, como expressa a dona Linda,

ao afirmar que “*não conhece mais ninguém, todo mundo mudou, os que ficaram a gente não tem muito contato, a gente perde aquele...[...] não tem nada a vê com aquele lugar*”, expressando um sentimento de desconforto com o próprio local que ajudou a construir, que agora como relata a moradora, está parecendo um campo de guerra, devido aos entulhos que ainda existe em alguns terrenos das famílias removidas.

Com ênfase ainda nos vínculos desenvolvidos ao longo da história, perguntei aos moradores como era/é a convivência entre eles, eis algumas das respostas obtidas:

Morador João

(068) Olha, eu me dou com todo mundo, não tenho inimizades, mas vejo que todos aqui se respeitam, um gosta do outro sabe? Por mais que falam daqui, aqui não tem um povo briguento, que caça rolo, essas coisas, todo mundo é amigo, o bairro é assim...

Moradora Diane

(069) Ah, olha, eu tenho amizade com todos os vizinhos aqui, com de cima, com o de baixo, com o da frente, das outras ruas também, e são tudo vizinho antigo que moram aqui faz tempo, alguns mudaram né, mas a amizade continua, mesmo que a gente não se encontre mais...

Morador Carlinhos

(070) É muito boa a convivência aqui, as melhores coisas que eu tenho é os meus vizinhos dessa primeira rua aqui..., inclusive eu choro quando um vizinho morre, os melhores amigos que eu tive foram meus vizinhos, eu fui três vezes presidente da associação, eu chamava eles e nois lutemos muito pra construir isso aqui, nois lutemos bastante, nois sempre teve uma união muito boa aqui... isso aqui é a força do povo, o povo faz a sua história... O povo sempre foi unido aqui, é uma convivência que você não vai encontrar em lugar nenhum, ela que foi a base disso tudo...

Moradora dona Queila

(071) Ah, fia, sempre fomos amigos aqui, os vizinhos mais antigos dessa primeira ruinha aqui, aqueles que se achegaram depois, todo mundo se conhece e se respeita... Pra cê vê menina, há muitos anos, tem mais de 30 anos, que eu fazia e faço ainda a festinha pras crianças no dia de Nossa Senhora Aparecida, eu fazia aqui na minha casa, toda vida... eu sempre fiz uma festinha pra dar um docinho pras crianças sabe, mas agora acabou minhas crianças, menina, eu ainda to fazendo, mas vem muita pouquinho criança, então eu diminuí tudo sabe, compro só um pouquinho,... Mas, menina, todo mundo quando chegava no horário 5h00 da tarde, nossa aparecia muita criança, teve uma vez que apareceu 200 crianças... eu me sentia muito feliz, era muito lindo demais, cê sabe que ninguém esquece, aqueles meninos que hoje é moço, aonde me vê e lembra que vinha aqui e comia os docinhos. Hoje eu continuo fazendo, mas é pouquinho criança, porque mudou muita gente né, dai foram diminuindo as crianças né... Mas era lindo, nossa... sinto saudades... fia, nada é mais como era antes, o ano passado memo, eu fiquei aqui com o meu neto, cê precisava de vê, eu saí na rua pra vê né, aí eu falei “fio, vem vê”, apareceu duas pessoas ou três... muita gente saiu né, mudou... mudou muita gente...ficou assim né...

Moradora dona Graça

(072) A convivência aqui sempre foi de amizade, eu gosto dos meus vizinhos, quando encontra todo mundo, junta todo mundo e faz reunião nas casas, é gostoso, aqui nessa primeira rua, os mais antigos, né, a gente tem esse costume, sempre tem...vários aqui, antes a gente fazia muita reunião, as novenas, né, sempre foi

gostoso... a gente continua, né, mas diminuiu bastante porque teve uns vizinhos aqueles mais antigos que saíram, né... mas a gente continua...

Morador Joel

(073) É muito boa a convivência aqui, não tenho o que falar dos meus vizinhos não, não tenho mesmo, são boa gente, conheço todo mundo, todo mundo é antigo aqui. Nossa precisa de ver, nunca tive um pequeno caso com ninguém... A gente tinha mais vizinhos aqui né, é que muita gente, muita mudou, né, outros morreram também né... mas eu to aqui ainda...

Moradora dona Maria Helena

(074) Ah eu amo meus vizinho, gosto de tudo, gosto mesmo, pra mim os meus vizinhos são ok, não tem o que reclamar... Os problema que aparece aqui é os de fora que trás pra gente,... Mas fia, por eles eu ficaria aqui, nossa, não mudaria...

Moradora dona Ana

(075) Igual falei pro cê menina, essa minha vizinha aqui do lado que mudou, moramos trinta anos aqui, mas ela costuma vim aqui ainda me visitar... Mas te fala a verdade, os vizinhos, a maioria daqueles antigos, que nois conversava sempre, esses eram amigos mesmo, eles saíram tudo, é até triste pensar nisso fia... Antes a gente conversava tanto, agora é uma tristeza isso aqui, cê não vê mais ninguém na rua, nem de dia mais...

Lendo essas falas, percebi uma coerência, quase uma “coesão”, no sentido de uma harmonia ou sincronicidade entre as respostas desses sujeitos. Falo isso porque, na nossa vida já nos deparamos com situações de alguém “soltar” comentários negativos sobre seus vizinhos, mas esses moradores utilizam repetidamente as expressões “*me dou com todo mundo*”, “*tenho amizade com todos*”, “*muito boa à convivência*”, “*sempre fomos amigos aqui*”, “*gosto dos meus vizinhos*”, “*não tenho o que falar dos meus vizinhos*”, “*eu amo meus vizinhos*”, para falar da convivência e relações entre vizinhos. No entanto, analisar essas falas de perto, é tentar entender em que posição essa “harmonia” é apregoada, e principalmente compreender se existe um não-dito, ou ainda, a reprodução de um discurso.

Assim, compreendendo o contexto em que essas pessoas foram inseridas, em que desde o início enfrentaram dificuldades e situações parecidas, a luta conjunta e diária frente às precariedades iniciais, os laços de identidade e vínculos simbólicos quase que coletivamente construídos com lugar, um ajudando e confiando no outro, ou seja, diante do lugar conquistado nesse espaço, da trajetória de construção e transformações percorridas, é possível entender a ênfase e a importância depositada desses moradores sobre essa sociabilidade construída, e principalmente é possível entender os motivos que os levaram a ocupar essa posição e reproduzir esse discurso de boa convivência. O compartilhamento da mesma situação enfrentada fez com que esses laços se estreitassem.

No entanto, percebo na frase do morador João (fragmento 068), uma tentativa de querer afastar o discurso de “povo briguento”, com a ênfase colocada na convivência pacífica

entre os moradores. A moradora Maria Helena (fragmento 074) também tenta afastar qualquer tipo de comentários sobre o bairro e seus moradores, afirmando que “*gosto de tudo*”, mas principalmente relatando que os problemas que ali existem são decorrentes de influências externas, “os de fora”, isto é, o restante da cidade que acaba contaminando o bairro. A fala da moradora dá a entender a existência de fragmentação do espaço urbano, os de dentro e os de fora.

É relatado também a perda que aconteceu devido à remoção de alguns para outros bairros em razão do projeto de requalificação, como a moradora Diane descreve “*alguns mudaram, né, mas a amizade continua, mesmo que a gente não se encontre mais*”. Outra moradora também expressa com grande tristeza a saída dos moradores e o desvencilhamento das relações entre os mesmos, com as expressões “*eles saíram tudo*”, “*Antes a gente conversava tanto, agora é uma tristeza isso aqui, cê não vê mais ninguém na rua, nem de dia mais...*”, demonstrando novamente a questão da alteração na territorialização construída, e como isso acabou afetando os hábitos do dia a dia desses moradores, ao ponto de não se apropriarem mais da rua.

Contudo, é possível perceber em meio aos relatos desses moradores, que aqueles mais antigos (isto é, os residentes da primeira rua existente no bairro), conseguiram manter um vínculo mais forte entre eles, isto é, os poucos que permaneceram nessa primeira rua do bairro conseguiram manter um modo de vida, práticas ou comportamentos de vizinhança entre eles, questões não destacadas pelos moradores das outras ruas do bairro (que vieram de uma segunda fase do bairro). Como por exemplo, são esses os moradores que mantiveram a prática das novenas entre eles, algumas festas que ainda são realizadas (como a festa das crianças que a moradora dona Queila narra ainda realizar, mesmo com a redução das pessoas), são os que ainda mantêm essa apropriação material e simbólica (espaço de identificação) da rua, isto é, durante as minhas visitas, foram os que eu percebi que ainda ficam sentados na frente da casa, porém, mais que uma questão física, foram os moradores que se mostraram contentes e orgulhosos em relatar a existência dessa convivência, ao ponto de eu notar uma mudança na fisionomia enquanto relatavam a amizade existente. Por meio desses sinais, foi possível perceber como essa sociabilidade mantida entre eles faz parte da vida construída no bairro, e como são dependentes e atrelados a essa relação.

Com os moradores das outras ruas pertencentes ao bairro, não consegui sentir, observar e analisar em suas falas esse sentimento de pertencimento, de apego profundo ao lugar e às pessoas, é claro que eles descrevem (como visto) essa amizade, mas não conseguiram manter um vínculo forte entre eles, nem mesmo aqueles mais novos e que

viveram ali desde crianças ou adolescentes, e principalmente, não realizam mais os hábitos ou a questão da ocupação da rua. O fato disso é que veremos depois, é que grande parte desses moradores ficaram em dúvidas quando perguntei se mudariam ou não do bairro se fosse oferecido. Dessa forma, perante a essa possível situação de “desempoderamento” (tanto físico e simbólico) por parte de alguns moradores, busquei investigar qual era/é condição atual da interação entre os moradores e com o espaço-bairro, perguntando se existe algo que eles desenvolvem no dia a dia no bairro, como por exemplo, se existe alguma prática (de lazer, de convivência) realizada durante ou nos finais de semana pelas crianças e/ou adultos:

Morador João

(076) Olha na minha idade não tem nada pra fazer, antes aqui quando eu era mais novo a gente jogava muita bola aí, esse campo antigamente pra você ter ideia vivia cheio de gente jogando bola ali, a semana inteira, porque de dia ninguém jogava porque todo mundo trabalhava né, e fazia seus negócios né, mas assim, a gente ia trabalhar de manhã cedo, chegava seis hora, nem tomava banho, se reunia tudo ali, bando de mulecada, os véios, tudo junto, jogava bola até 11 horas, aí depois entrava pra casa, tomava seu banho e depois durmia... e hoje eu não vejo isso... A vida entre os moradores era mais ativo, pelo menos na época da minha idade era... não tem mais esse tipo de coisa não...

Morador Ademilson

(077) Ah é raro, aqui é raro, é difícil... você vê que tem campo, tem creche aqui em cima, aqui embaixo tem um salão das senhoras que quer fazer curso, tem concha que eles fizeram tudo aqui dentro, mas você não vê atividade, difícil... tá tudo jogado pra praça...você passa ali na praça tá tudo estragado, maus cuidados, né... vandalismo demais... maus cuidados,...

Moradora Diane

(078) Ah, é muito difícil, antes já teve mais, mas hoje não tem muito não... O que eu vejo aqui de final de semana é o povo fazendo churrasco pros parentes, mas é dentro de casa né... Mas atividade no bairro é bem pouca, não tem muita não... pras crianças já teve mais, o projeto Jhamayka, né, hoje diminui bastante com a saída do pessoal, né...

Moradora dona Fátima

(079) Aqui não tem nada pra fazer, raramente, às vezes... a gente tem uma igreja ali, mas também só funciona de sábado ou domingo, mas não tem! Tem os cursos que o CRAS oferece pras senhoras, mas não vejo ninguém ir... é difícil...

Moradora dona Queila

(080) Hoje em dia aqui no bairro agora não tá tendo nada aqui pra nois, não tá tendo nada, nem na rua mais... o pessoal fica mais dentro de casa, né,...aqui na rua só o seu Joel fica muito ali sentado na calçada, né, ali na frente de casa... mas hoje o que tem pra fazer no bairro, só o meu menino a noite ele tem um treino aqui no salão de luta, de muay thai que ele tá fazendo, pra fazer alguma coisa né, porque no meio da semana, outra dia assim, não tem nada,...

Moradora dona Maria Amélia

(081) Eu mesma no final de semana, todo sábado os meus fios se reúnem e faz churrasco aqui dentro de casa né,... O meu vizinho e minha vizinha dali também faz churrasco, é assim... Mas de final de semana meus fios ficam aqui mesmo no bairro, eles não tem costume também de ir no centro... mas costumam ficar mais por aqui mesmo... Meus vizinhos também ficam aqui, o meu vizinho ali também não sai, a

minha vizinha também faz churrasquinho final de semana na casa dela, fica todo mundo na sua casa unido mesmo aqui no bairro...

Moradora dona Linda

(082) Aqui não tem mais nada, nada, nem pras crianças, antigamente tinha! Antigamente a gente fazia festa, tinha o seu Zé, ele mudou agora, né, muitos mudaram né, mas virava e mexia a gente fazia festinha de dia das crianças, a Páscoa, a gente sempre fazia alguma coisa, tinha um pessoal que jogava bola, outros que sempre ficava na rua... Agora, não tem nada, alias faz tempo isso...

Morador Joel

(083) A gente fica aí, às vezes sai pra fora pra passear em outro lugar, mas a maior parte do tempo fica em casa mesmo, ou a gente vai pra igreja,... as crianças às vezes brincam aqui na rua, mas não é tanto não, tem pouca criança em vista de antes, antes era uma criançada na rua...a gente também fazia sempre festinha aí na rua, no quintal de algum vizinho, aniversário essas coisas, aí reunia todo mundo, era gostoso... mas hoje todo mundo mudou, tá vazio isso aqui...

Diante de uma sociabilidade latente e uma prática de apropriação da rua na qual fui apresentada anteriormente pelos próprios moradores, me deparei com essas falas (fragmentos acima, do 073 ao 083), e pude constatar uma drástica redução das interações, das práticas e ainda, pude confirmar diante das falas apresentadas a questão do rompimento ou a perda (não total) dos laços afetivos construídos entre os moradores e com o espaço.

Como é o caso das expressões repetitivas dos moradores quando indagados o que faziam atualmente no bairro em relação ao lazer, com ênfase eles respondem “*não tem nada pra fazer*”, “*é raro, é difícil*”, “*é muito difícil, antes já teve mais*”, “*hoje não tá tendo nada pra nós*”, em que os moradores relatam a inexistência de alguma atividade ou prática e, trazem lembranças daquilo que existiu no passado, como por exemplo, a prática do futebol organizada pelos moradores no campo existente no bairro, as crianças brincando na rua, as festas que aconteciam nas ruas ou no quintal de algum morador, enfim, nem essas apropriações das ruas os moradores falam não existir atualmente. A propósito, esse retorno ao passado é marcado explicitamente nas falas dos moradores pela utilização repetitiva das expressões “antes”, “antigamente”. Além disso, durante essa questão, observei que os próprios moradores não tinham se dado conta dessa dissolução, por meio das reações de surpresas ou muitas vezes pela fixação de narrar o passado, ou o que existiu, e muitos acabam se esquecendo de falar do hoje, do presente, uma vez que o “hoje” não carrega a mesma carga do que o vivido anteriormente.

É possível notar pelas falas dos moradores que apesar de agora o bairro possuir uma estrutura física melhor (em relação à precariedade narrada do passado, mas que ainda é deficitária) ou uma infraestrutura em razão do projeto de requalificação, ocorreu no bairro uma transformação, isto é, uma mudança nos costumes/hábitos de ocupação da rua que

existiam antes, como o morador expressa “*eles fizeram tudo aqui dentro, mas você não vê atividade, difícil...*”, ou seja, embora haja uma estrutura “física boa”, não existe mais uma apropriação física, ou ainda, uma sociabilidade maior e coletiva entre os próprios, algo que promova ou motive essa interação e troca entre eles.

Essa mudança é visível quando os moradores revelam que hoje muitos deles foram para dentro de casa, ou seja, a rua passou a ser um lugar estranho e vazio para o morador, ao contrário da casa que se transformou num local onde se sentem mais à vontade, dessa forma, com a ida para dentro de casa, surge sobre aquela territorialidade já construída uma nova forma de viver nesse espaço, agora com características mais individualistas, e com raras e pontuais práticas desenvolvidas em comum. Um exemplo citado pelos moradores é a prática do churrasco oferecido dentro de casa, mesmo que o vizinho ou a vizinha do lado também estejam fazendo o seu churrasco (justamente o churrasco, prática realizada normalmente com o objetivo de reunir de amigos e familiares, uma prática socializante).

Os moradores ainda argumentam que essa mudança ocorreu em razão do projeto de requalificação e a remoção de muitas famílias do bairro, justificativa já mencionada nos outros fragmentos/em outras questões.

No entanto, apesar dessas alterações na ordem construída, os moradores relatam que algumas práticas coletivas (mas na verdade são atividades) ainda são desenvolvidas no bairro, como é o caso das aulas de lutas (muay thai) oferecidas para as crianças e adolescentes pelo projeto social JHAMAYKA. Outros falam da oferta de cursos (bordado, ponto cruz, pintura) pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), no entanto, o interessante é que uma ou outra moradora fala da existência desses cursos, as outras entrevistadas, sequer lembraram de mencionar a existência ou a importância que isso possui.

Em relação a essas práticas desenvolvidas no bairro, acho interessante trazer que durante as minhas visitas, por duas vezes observei (no período da tarde) na praça do bairro atividades recreativas (dança e oficina de *bijuteria*) sendo desenvolvidas com as crianças por projetos assistenciais de Maringá, no entanto, o que reparei nesses dias foi pequena quantidade de crianças participando, além de serem eventos bem pontuais, já não tornei a presenciar novamente em outros momentos no bairro. Isso pode ter acontecido em razão do horário que a atividade estava sendo desenvolvida, em que a maioria das crianças frequentam a creche ou escola, ou em razão das minhas poucas visitas ao bairro, mesmo assim, a sensação ao presenciar aquela situação foi de vazio, parecia que algo estava faltando ali, e esse algo era as crianças, mais do que isso, o envolvimento e a presença delas. No entanto, expondo esse fato aqui, me lembrei de duas moradoras entrevistadas e da insegurança delas em deixar sua

filha e neto irem ou brincarem na rua ou na praça. Portanto, trouxe essa lembrança justamente para expor a influência do morador que “foi para dentro de casa” pode trazer para as práticas e as interações atuais e futuras no bairro, e como isso ocorreu também devido aos limites que a violência impôs nesse bairro, a ponto de influenciar a prática do outro.

Ainda fechando esse item, intrigada com a questão de como os moradores enxergam o bairro diante daquilo que foi construído sobre “deles”, perguntei se eles viam algo de diferente naquele lugar e, encontrei respostas diversas:

Moradora Diane

(084) Pra mim é o melhor bairro, sei lá, eu cresci aqui, construí minha vida aqui, todo mundo conversa com todo mundo, agora se você mora em bairro diferente, igual tem bairros mais nobres aí, ninguém tem contato com ninguém, sei lá, dessa proximidade que eu gosto, agora por aí em outro bairro não tem isso né, é cada um na sua...

Morador Joel

(085) Aqui é bem deferente do que os outro, porque tem vez que a gente passa por aí nos outros bairros, a gente acha meio isquisito né, não sei porque tá acostumado com aqui, mas é estranho... Se me dissesse assim “Cê quer um apartamento pra mora lá no centro e deixar essa casinha aí?”, eu falaria brigado, eu quero minha casinha mesmo... aqui eu me sinto bem...

Morador João

(086) Acho que nada de diferente, tá ficando igual aos outros bairro de Maringá, um vizinho não liga um pro outro não, cada um tá se fechando, eles estão se resguardando mais né... e hoje é pouco, aqui no Santa é muito raro, às vezes eu saio aqui, converso com o Ademilson aqui, quatro ou cinco palavras, e já entro pra dentro, porque não fica mais ninguém na rua...

O interessante dessas falas (fragmentos 084, 085 e 086) é que são moradores de faixas de idades bem diferentes e que residem no bairro também há tempos diferentes, como é o caso da moradora Diane, que reside no bairro desde os seus 3 ou 5 anos de idade no bairro, e o seu Joel e sua mulher que moram há cerca de 40 anos na mesma casa localizada na primeira rua inaugurada do bairro. No entanto, mesmo com esses perfis diferentes, os moradores dão ênfase no sentimento que possuem pelo lugar onde moram, principalmente pelas expressões “*é o melhor bairro*”, “*me sinto bem aqui*”. Completando suas respostas, eles fazem uma comparação com os outros bairros da cidade, mas se colocando como superior/melhores, apontando que nos outros bairros “*ninguém tem contato com ninguém*”, “*a gente acha meio isquisito*”, ou seja, esses moradores se colocam como diferentes, mas como algo positivo e que apreciam, exaltando a sociabilidade construída no próprio bairro. Contudo, percebo que essa ênfase no sentimento pelo bairro, além dessa comparação com outros, pode ser um mecanismo desses moradores em afastar qualquer tipo de imagem negativa criada em torno

do Santa Felicidade. Posição inversa defendida pelo seu João (fragmento 086), em que o morador dá destaque justamente na perda da característica (a comunhão entre os moradores e a ocupação da rua) que diferenciava o Santa dos outros bairros da cidade, afirmando que agora ele “*tá ficando igual aos outros*”, com a ida dos moradores para o interior da casa. A próxima fala exposta destaca um outro diferencial:

Morador Gustavo

(087) Então, quando você reúne num pequeno espaço muitas famílias com histórias de sofrimento assim, algo de bom você encontra, isso é o diferencial, todo mundo quer crescer, cê vê todo mundo daqui, oh, que vai pra outros lugares tem que fazê a diferença, porque parece que tem certa meio uma obrigação de vencer, então são pessoas que têm um esforço a mais, esforço para uma inclusão a mais... acho que o diferencial é esse, essa batalha de querê cresce, porque, nossa, cê vê cada exemplo aqui, que te fortalece... morar com pessoas muito simples assim... Então eu acho que o diferencial é esse, é um lugar que todo mundo tem algo pra fala, tem sua história de sofrimento, mas ninguém pra ouvir, ou querer ouvir, então...

De início, esse morador remete ao passado e as histórias sofridas de cada morador, e com base nisso coloca que o diferencial do bairro é justamente a força, a superação de cada um, mesmo diante das condições enfrentadas. No entanto, pela fala do morador “*são pessoas que tem um esforço a mais [...], para uma inclusão a mais*”, nota-se a dificuldade e a barreira dessas pessoas, isto é, de como é difícil a inclusão dessas pessoas na sociedade, quase uma “provação” que elas passam, em que se sentem “obrigados” a se afirmarem como “pessoas de bem”, no intuito de combater o modo como ele e o local onde mora é visto pela população externa. Ainda no final do fragmento, o morador expõe que o diferencial do bairro são as histórias vividas, histórias estas que ninguém quer escutar. Essa fala do morador mostra bem a questão das histórias abafadas e a situação de isolamento, agora não mais físico, mas de descuido com essas pessoas, os homens anônimos de Certeau (1998). Lembro que durante minhas visitas, esse morador, se mostrou muito entusiasmado com a minha pesquisa, chegou até confundir no início da conversa, achando que era alguma entrevista que alguma divulgação positiva sobre o bairro, mas mesmo depois de ter explicado o motivo da minha presença ali, ele não desistiu de conversar comigo, e até me contou das vezes que tentou procurar a prefeitura da cidade para falar de suas ideias para melhorar o bairro, no entanto, ele conta que ficava horas esperando por atendimento e que nunca foi recebido por ninguém.

Numa conversa informal que tivemos, observei nesse morador um grande ressentimento pelas injustiças que enfrentou na vida, e principalmente um rancor pelo desejo de ser ouvido, e ninguém nunca ter dado voz e vez para suas ideias. Dessa forma, apesar da trajetória de vida, por ter perdido o pai quando criança e a sua mudança repentina da cidade

de Curitiba para um bairro repleto de precariedade, também notei em meio a tantos sentimentos, uma vontade de transformar as pessoas e o lugar em que mora, insistindo na ida à prefeitura para ser ouvido por alguém. No entanto, como veremos mais para frente, esse morador foi um que quando perguntado se mudaria do bairro caso fosse oferecido, sem pensar muito ele respondeu que sim, como se a saída do bairro significasse uma esperança de uma mudança de vida, o alcance de uma posição social, e uma chance de apagar o passado, as dificuldades enfrentadas e o próprio estigma que ainda carregam. Já as falas subjacentes expressam uma outra opinião sobre a questão:

Morador Ademilson

(088) Pra mim não tem nada de diferente dos bairros, pra mim o que tem de deferente é a questão dos outros acha que aqui é deferente, mas pra nois não, é um bairro normal, normal pra nois... por causo que é um bairro que o povo fala muito, então fica um bairro assim meio... de primeiro nois era discriminado pra pegar serviço em Maringá, você falava que morava no Santa Felicidade, falavam que não tinha serviço, e isso agora acabou, acabou...

Moradores dona Lúcia e Seu Júlio

(089) Eu acho que não tem nada de diferente, antigamente cê precisava de ver como era, hoje eu vejo naquelas reportagens quando passa daqui do bairro, que vejo agora parece que é um nome já mais bem... sabe? Eles falam mais com respeito, sabe? Antigamente não, era com deboche, as pessoas tinham medo. Eu lembro muito bem, há uns 20 anos atrás, qualquer lugar que você fosse pegar um emprego, e isso já aconteceu comigo, tá? Se ia pegar um emprego, se dizia que morava lá no Profilurb, ou no Santa Felicidade, a vaga podia já ser sua, mas a pessoa falava pra você voltar no outro dia a tarde, daí você nem precisava voltar, porque não tinha mais emprego, hoje não, hoje mudou...

Morador Carlinhos

(090) A grande diferença de todos é que aqui é considerado o bairro mais pobre, se tu é mais pobre, tu já é diferente porque tu é tratado diferente,...Porque guriuzinha, quando você comentou que vinha aqui, eles não ti falaram “não vai lá no Santa Felicidade, porque lá é tudo ladrão, tudo é bandido”, é a imagem que tu traz, e você vê como eu sou bandido? Não, e eu sou não o único cara bom aqui, tá cheio de gente boa aqui...

Moradora dona Queila

(091) Ah, fia, o povo fala que “aí acontece isso, acontece aquilo”, mas a gente vê tanto lugar por aí que acontece tanta coisa que não é aqui, não é mesmo? Falam muito daqui né, pra você vê, cê já pensou você mora 40 anos num lugar né, e você fala assim, “eu tenho orgulho do lugar, do cantinho que eu moro...” Mas menina, até hoje né, tem gente que fala “Ah não sei o que aconteceu isso na vilinha”, ou “fulano é da vilinha”, mas eu falo “gente, não é todo mundo igual aqui né, tem muita gente boa aqui...

De início, esses moradores não apontam nada de diferente em relação ao bairro, entretanto, falam da questão das pessoas (o restante da cidade) enxergarem eles como diferentes, no sentido de ter uma visão globalizante e preconceituosa sobre eles. Até um dos moradores, seu Carlinhos (fragmento 090) questiona se quando comentei com as pessoas

sobre o meu fenômeno pesquisado, se elas não me alertaram sobre o perigo que ronda o bairro, e como descrevi nas minhas impressões de campo, foi exatamente isso que aconteceu, principalmente com as pessoas que cresceram e vivem na cidade. Isso mostra a imagem que parte da população de Maringá ainda carrega e faz questão de reproduzir sobre esses moradores, e por conta disso que encontramos nas falas deles uma tentativa de afastar essa imagem do bairro, colocando-o como superior ou no mesmo semelhante a qualquer outro bairro da cidade e, sobretudo, que existe “*muita gente boa aqui*”.

Os moradores utilizam ainda o “discurso da melhoria” pela qual o bairro passou no sentido de romper com as condições sociais e ideológicas que possibilitaram a produção de uma visão estigmatizada do lugar, fazendo referência até as vezes que foram (no passado) discriminados nas situações de oferta de vaga de emprego e como hoje eles não passam por essas situações. É claro que existe a possibilidade das pessoas terem alterado sua visão sobre o bairro, em razão das mudanças estéticas e estruturais ocorridas com o propósito de “salvar” esses moradores dos males que os assombravam, e também pelo fato de que esses moradores não estão mais isolados nas bordas da cidade, já que Maringá cresceu no sentido do bairro, dando uma impressão de integração com a cidade, no entanto, escutando esses moradores vejo que essas mudanças não ocasionaram uma eliminação do estigma construído, mas sim uma aceitação (já que agora essas pessoas estão em uma área valorizada) e um silenciamento, isto é, a imagem negativa ou o próprio preconceito proferido contra essas pessoas passou agora a ser silenciado pelo discurso da melhoria realizada por meio do projeto de requalificação, mas não podemos dizer que não exista mais, mas por hora foi/é amenizado. Assim, hoje nos deparamos com um bairro “aparentemente” requalificado, que passou por transformações históricas e sociais que permitiram e, sobretudo, determinaram a (re)produção e a dispersão de novos discursos em um dado momento pelos moradores.

Portanto, não querendo entrar na discussão se houve melhoras significativas ou não e, ainda, questionar se é verdadeiro/falso o sentimento de pertencimento dos moradores pelo bairro, nos deparamos com discursos sendo enunciados a partir de uma posição diferente, ou seja, mesmo sendo produzidos de um lugar marcado por um conjunto de condições históricas e ideológicas advindas ao longo da história, a enunciação desses moradores se inscrevem ideologicamente partindo de um sentido diferente, procurando nesse momento combater a posição de ex-favelados, inferiores e perigosos no qual foram colocados e defendendo uma outra posição ideológica de sujeitos que se orgulham do lugar conquistado, e fazem questão de declarar como vivem bem. Assim, por mais que eu queira acreditar que esse discurso pronunciado seja decorrente do sentimento de apego e orgulho que essas pessoas

desenvolveram pelo bairro, nesse momento ainda vejo um *já-dito* atravessando as falas desses sujeitos, que na ânsia de querer provar ou fugir da marca deixada pelo estigma produzido, sustentam e tomam como “suas palavras” o discurso de “melhoria e progresso”.

F) “... é cada um no seu quadrado”.

Um assunto que desde o início permeou o desenvolvimento desse trabalho e principalmente minha ida a campo foi a questão da violência. Como narrei nos meus relatos de campo, muitos foram os alertas dos meus amigos residentes em Maringá e do próprio morador que me guiou nas primeiras visitas ao bairro sobre os possíveis perigos que poderia enfrentar em campo, além de que, esse tema sempre esteve de alguma forma atrelada à imagem negativa que se construiu pela mídia do bairro, um lugar marcado historicamente como um espaço de criminalidade, da ilegalidade e da violência. Por conta disso, sem o propósito de discutir os índices de violência existente no bairro ou outros pormenores, decidi incluir esse tópico na discussão sobre a territorialização dos moradores, a fim de compreender se, de alguma maneira isso afeta ou não o modo de vida, a forma que organizaram ou se fixaram no bairro, enfim, como isso de alguma forma influencia na territorialização construída por eles.

Outro fato que também de certa forma justifica o meu interesse em entender de que forma a violência afeta a vida dessas pessoas, foi o incidente que ocorreu um dia anterior à minha primeira entrevista em campo, o tiroteio que aconteceu perto da única praça existente no bairro. Acontecimento que pode ter sido uma situação pontual, mas que não tem como negar, me deixou um tanto insegura, mas por outro lado, essa ocasião de modo surpreendente, me causou uma certa curiosidade: se isso afetava a vida dessas pessoas ou ainda, como elas lidavam com esses acontecimentos no bairro, ou pelo contrário, se isso não influenciava de forma alguma as relações construídas com o espaço habitado e com as pessoas residentes no bairro. Portanto, busquei saber dos moradores a perspectiva deles sobre o tema e, principalmente, se de alguma maneira interferia e como lidavam com isso no dia a dia do bairro.

Moradora Diane

(092) Não vou dizer pra você que não existe isso aqui, mas não interfere em nada não, a gente fica um pouco preocupada porque a gente tem filho, né, mas a gente vai

fazê o que, é cada um no seu quadrado... mas eu não saio desse bairro pra morá em outro bairro nenhum...

Morador João

(093) A violência aqui na minha vida não incomoda, a mim não... E pra te falar a verdade, hoje eu vejo a mulecada com uma latinha, com uma droga ali na quadra onde a gente jogava bola... é a semana inteira desse jeito.

Morador Carlinhos

(094) Aqui nunca teve problema, eles criaram essa imagem de uma área de bandido, não é não, não é não... Prostituição tem, drogado tem, mas aonde não tem? Mas não pense que aqui é lugar só de gente bandida, não é não, a maioria é gente boa, trabalhadeira, gente que trabalha de empregada doméstica, carpinteiro, pedreiro, tudo gente boa... agora, nesse meio tem aqueles que não trabalha, que vive da cachaca, vive da pedra, vive do crack, mas também não são pessoas que são perigosas pra ninguém, ninguém, ninguém; tem também aqueles que vem aqui só consumir droga, os de fora né, mas aqui a gente vive tranquilamente...

Moradora dona Ana

(095) No começo, aqui foi feroz, no começo foi, mas muito desses desaparecem daqui... Agora hoje, tá muito bom, aliás pra mim sempre foi bom, e hoje nem jogam mais pedras aqui, não jogam por causa dessa telha que nois pusemo, se não fosse isso, eles tinham derrubado essa casa tudo no chão. Sabe o que eles fizeram uma vez pra conseguir jogar pedra aqui? Eles vieram de cavalo, mas não conseguiram, eu lembro direitinho, mas já tem bastante tempo isso, de dia ainda... Mas daí não vieram mais, nunca mais, mas esses sujeitos aí foi saindo, foi saindo,... Ih, mas hoje miorô, nossa, nem comparação, melhorou sim, muitos desses aí estão hoje tudo preso né, na cadeia...

Moradora dona Fátima

(096) Mas eu acho que assim, tem violência como tem em qualquer outro lugar, acontece coisa que acontece em qualquer lugar... Então pra mim sempre foi tranquilo, você vê coisas estranhas, mas cada um segue a sua vida do jeito que quer, é cada um na sua, mas sempre foi tranquilo, e graças a Deus eu nunca tive problema nenhum com ninguém...

Moradores dona Lúcia e Seu Júlio

(097) Teve muita violência aí, mas graças a Deus nois nunca foi atingido em nada,... uma porque a gente não se envolve com eles, também, se aconteceu tal coisa, aconteceu pra lá, não temos nada a ver com isso... Antigamente quando mudamos pra cá era mais, hoje diminui uns 90%, mas sempre acontece algo entre eles, tudo é sempre entre eles...

Morador Gustavo

(098) Olha, num grupo de 100 pessoas, talvez uns 2% dê trabalho, mas isso em qualquer lugar, mas tem uma certa uma história antiga do bairro que daí a mídia dá um foco maior, sabe? Só pra reafirmar esse mito, mas em termos de violência, hoje é sussego...

Moradora dona Queila

(099) A violência aqui nunca mudou nada, sempre ficaram na deles, e nois graças a Deus nunca tivemos pobrema aqui, nunca... pode existir gente aqui assim, mas com nois nunca aconteceu nada...

Moradora dona Maria Amélia

(100) Graças a Deus é tranquilo aqui... é os de fora que vem e fica fazendo barulho. A pessoa faz perturbação, mas não é os daqui que faz, é os de fora. Porque esses dias memo nois tava falando que tem umas pessoas estranhas aqui, e nois fica assim, "Da onde apareceu essas pessoas?", aí o povo daqui já faz correio, e já fica sabendo...

Por que a gente já sabe quem é daqui e quem não é... Mas a violência que falam nunca me atingiu em nada, nada...

Moradora dona Linda

(101) Olha, quando eu mudei aqui, tinha assassinato aqui, era cinco horas da tarde, não podia sair pra fora que a bala corria solta, fazia zum zum zum... mas só que a maioria dessa época morreu ou foi preso né... Hoje, tem muito viciado, muito traficante, muita menininha de programa, é o que tem hoje... quando acontece alguma né, só acontece entre eles, é acerto entre eles, quando acontece é coisa entre eles mesmo... entendeu? Eu não vou falar que eles são ruim, porque eles ficam na deles, entendeu? Não tem o que reclamar hoje...

Moradora dona Graça

(102) Não minha fia, cê pode acreditar em Deus que a violência daqui nunca me atrapalhou, nunca! Nunca vieram me aborrecer, ali naquela casa ali, teve uma boca de fumo, mas sempre ficaram na deles e eu nunca entrei na vida deles...

Moradora dona Ceci

(103) De primeiro aqui era terrível, mas eles não mexem com a gente não, só se a gente se mete, tá entendendo? Se a gente se mete no meio deles, ou fica de rodinha na rua, porque antes o povo ficava de rodinha na rua conversando né, daí eles passavam correndo de moto só pra assustar o povo e não deixar o povo fazer fofoca deles né... mas não acontece mais, porque as rodinhas acabaram também, né... mas se você não se envolve, ao contrário, eles ajuda a protege, os de fora querê faze arte aqui, eles não deixam, ajunta a turminha e pega, e olha lá se não mata...

Moradora dona Maria Helena

(104) Fia, te falar a verdade, aqui você tem que caminhar, sem oiá dos lados, fecha sua boca e seu ouvido, muito mais escutar do que cê falar, e daí ganha mais... Porque menina, se a gente for espaiá as coisas que nois vê aqui que já aconteceu e que hoje também acontece, é menos né, mas acontece...vish fia, se a gente for contar [silêncio/pensando]... mas uma coisa te digo, eu sempre fiquei na minha, nunca atrapalhou não... Mas fia, todo bairro é igual, não tem como fugir disso...

Como é possível observar, uma questão ainda marcante na fala desses moradores é a criminalidade e os atos de vandalismos realizados nos primeiros anos de desenvolvimento do bairro. Ao longo das conversas informais e das entrevistas realizadas, eles mencionaram histórias de roubos às casas, o costume dos usuários de drogas que residiam no bairro de arremessar pedras ou tijolos nas janelas e nos telhados das casas, a prática (já mencionada) de também quebrar as lâmpadas dos postes, a questão da prostituição, o tráfico de drogas e os assassinatos que ocorreram no local e que causavam um clima de insegurança a esses moradores. Muitos foram os relatos narrando esse clima de insegurança na fase inicial do bairro, como uma das moradoras contou que, de modo frequente passava pelo constrangimento de ter a casa revistada por policiais, já que morava na primeira rua do bairro e os bandidos de outros lugares da cidade muitas vezes se escondiam no bairro, em razão do pouco policiamento na região naquela época.

Situação que atualmente se mostrou bem diferente, dado que durante minhas visitas, constantemente encontrei carros da polícia passando pelas ruas do bairro, numa aparente

ronda costumeira. Rotina confirmada por alguns moradores que relataram que, hoje em dia o policiamento no bairro é frequente e por vezes até visto como desnecessário ou em excesso. No entanto, essa ronda corriqueira me fez refletir: seria uma ronda normal ou um mecanismo de controle desses moradores, uma vez que atualmente a região está “em desenvolvimento” e se encontra rodeada por condomínios horizontais de alto padrão? Seria uma forma de vigiar os poucos moradores que residem ainda ali no bairro? O que torna interessante essa ação da polícia é que realizando uma comparação com o lugar onde moro, considerada área central de Maringá, perto da principal universidade pública da cidade (também rodeada por novos empreendimentos imobiliários), nunca encontrei tantas vezes com a costumeira inspeção policial. Estaria a polícia realizando apenas sua função de proteger os cidadãos de bem? Algo para se pensar.

Após narrarem essas situações de violência e insegurança que marcou os anos iniciais de implantação do bairro, os entrevistados passam a defender que o bairro não é mais violento como era antes, já que muitos daqueles que espalhavam e causavam essa situação de terror e medo no bairro, foram presos ou acabaram morrendo, o que suscitou conforme os moradores afirmam, numa fase de “tranquilidade” para o bairro. É claro que eles garantem que ainda existem casos de criminalidade, mas que houve uma diminuição ou ainda, que atualmente a situação é outra, ou seja, hoje eles veem muitos “acertos de contas” entre eles, outros afirmam que o movimento é de usuários de drogas no bairro. Até um dos moradores, seu João, conta que hoje o que ele presencia é uma “mulecada” consumindo droga na quadra. Prática narrada nos meus relatos de campo, em que pude observar sempre que passava receosa ao lado dessa quadra. Aliás, um lugar que antes era utilizado pelos moradores, numa prática de lazer e que está visivelmente abandonado, rodeado de mato alto e entulhos e, sobretudo, popularmente conhecido pelos moradores como um ponto de encontro dos intitulados “*nóias*”, nome dado por alguns moradores quando faziam referência a essas pessoas. Lugar que agora é território e cumpre essa função no bairro.

Dessa forma, com intuito de defender a diminuição da criminalidade e, sobretudo, combater o discurso que foi historicamente construído pela sociedade maringaense sobre o bairro, muito em razão dos seus primeiros anos, os moradores novamente invocam o discurso ideológico de “como vivem bem” no Santa Felicidade quando contam como essa questão interfere em suas vidas, principalmente com a menção das expressões “*a gente vive tranquilamente, muito tranquilo*”, “*mas sempre foi tranquilo*” e “*hoje é sussego*”. Assim, em razão dessa imagem que o bairro ainda hoje carrega, na qual seus moradores são enquadrados sob um único perfil, isto é, o perfil de perigosos ou de bandidos, os moradores

incansavelmente tentam combater esse estereótipo defendendo que residem também no bairro “pessoas de bem”, nas palavras do morador Carlinhos (fragmento 094), “*é um povo bom, humilde, muitos trabalhadores*”. Nesse sentido, vemos os discursos dos moradores em relação à criminalidade sendo construído a partir de uma rede de outros discursos, isto é, em que discursos produzidos e legitimados historicamente são combatidos com a inserção de outros que ainda estão procurando uma potencial visibilidade e reprodução.

Além disso, justificam que a violência encontrada no Santa Felicidade pode ser vista em qualquer outro lugar da cidade, colocando o bairro numa condição de igualdade perante os outros bairros e afastando a imagem negativa de “bairro mais violento da cidade”, como foi considerado na época que o projeto de requalificação ainda estava sendo enviado ao Ministério das Cidades para a aprovação dos recursos advindos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Foi observado também nos trechos apresentados (092 ao 104) que, como uma forma de reafirmar o discurso de “vivemos bem aqui” e negar qualquer tipo de problema em relação à violência na qual foram expostos, vemos o uso repetitivo dos léxicos “não”, “nunca” e “nada”, criando um sentido de negação, com o objetivo implícito de transmitir uma situação de segurança, estabilidade e normalidade, além da vontade de amenizar o “mito” ou a “história antiga de criminalidade” que permeia o desenvolvimento do bairro e a vida dessas pessoas.

Portanto, vemos um bairro e moradores que ainda sofrem com o historicamente produzido, isto é, com um imaginário negativo que, mesmo tendo passado por uma requalificação urbana e dita “social”, por mudanças positivas, ainda que em grande parte tenham sido meramente estéticas, por uma aproximação espacial da cidade ao bairro e uma “aparente” redução da contradição social imposta à cidade e, sobretudo, ainda que os moradores, de modo incansável, tentam reproduzir o discurso oficial de “melhoria de vida”, que se sintam parte da cidade e visíveis ao olhar dos demais, é possível ainda ver circular por Maringá um julgamento discriminatório em relação a essa população e ao lugar, no entanto, isso não é exclusivo ao Santa Felicidade, uma vez que tudo aquilo que não faz parte do ideário de “cidade bela” que se criou e é mantido fervorosamente pelos agentes sociais e enaltecido pela população maringaense, são esquecidos ou tratados como meras mercadorias que devem ser moldadas e valorizadas conforme seus interesses.

Uma questão que merece ser destacada e que justifica o título dado a esse tópico/secção é que, apesar desses moradores afirmarem, de modo frequente e explicitamente em suas respostas que a violência e, principalmente o tráfico de drogas não interferem em suas vidas, dando uma impressão de ordem pacífica, é possível perceber que esse espaço-

bairro é carregado de relações de poder, ou seja, ao mesmo tempo em que é produzido e territorializado pelos atores-moradores, também é possível ver a atuação de outros atores definindo limites, comportamentos e práticas. Dessa forma, quando os moradores utilizam as expressões “*cada um vive no seu quadrado*”, “*é cada um na sua*”, “*a gente não se envolve com eles*”, “*sempre ficaram na deles*”, e “*você tem que caminhar sem oiá dos lados, fecha sua boca e seu ouvido*”, vemos como ocorrem as relações entre os moradores e *eles*, e como esses limites e comportamentos são intrínsecos, isto é, se tornam com o passar dos tempos invisíveis e naturais, onde cada um sabe o seu devido lugar e como devem se comportar perante uma parcela do espaço.

No entanto, é importante ressaltar que, apesar dessa aparente harmonia e convivência “tranquila”, que olhando de certo ângulo pode parecer que os moradores vivem coagidos ou submetidos a determinados comportamentos, é preciso entender que como colocou Michel Foucault, mesmo numa relação visivelmente desproporcional, o poder não emana de um único foco, podendo ele surgir de qualquer posição, ou seja, não há uma posição fixa de dominador e dominado, mas sempre consciente ou inconscientemente estratégias e até me arrisco a dizer *táticas*, de ambos os lados a fim de manifestar ou subtrair de modo momentâneo um poder de um espaço habitado. No caso dos moradores do Santa Felicidade, nota-se em certos momentos que *eles* são vistos até de forma diferente, isto é, quando a dona Ceci diz “*se você não se envolve, ao contrário, eles ajuda a protege*”, ela está de certa forma respeitando o limite colocado e legitimando a ação *deles* contra “os de fora”, e ainda, desenvolvendo uma identificação com essas pessoas, no sentido de apoiar a ação deles na defesa de um bem comum, o território-bairro.

Nesse sentido, quando a dona Ceci comenta da ação realizada por *eles* para assustar os moradores e acabar com o costume das *rodinhas*, que como mencionado, era uma forma dos moradores se apropriarem do espaço, vemos os sujeitos exercendo influência sobre determinado lugar e, sobretudo, criando mecanismo de controle sobre os moradores, que a partir disso eram “obrigados” a irem para dentro de casa. Por outro lado, vemos os moradores também elaborarem um instrumento de controle contra “os de fora”, por exemplo, quando a moradora Maria Amélia comenta que “*esses dias memo nois tava falando que tem umas pessoas estranhas aqui, e nois fica assim, ‘Da onde apareceu essas pessoas?’ Aí o povo daqui já faz correio, e já fica sabendo*”, o termo “correio” dado pela moradora é um mecanismo criado por eles para vigiar e reconhecer quem transita pelo bairro. Abro um parêntese para dizer que é até cômico escrever sobre isso, visto que desconfio que fui vítima desse mecanismo em processo, já que durante as minhas visitas ao bairro, constatei um gesto

estranho ou incomum para mim, o fato é que alguns moradores me cumprimentavam nas ruas com um singelo “bom dia” ou “boa tarde”, sem me conhecerem. Isso só evidencia como ainda é forte o vínculo que esses sujeitos desenvolveram entre si, capaz de sustentar uma prática territorial sobre determinado espaço.

Assim, respondendo a questão realizada no início do item, se de alguma forma, a criminalidade afetava ou interferiria no dia a dia dessas pessoas no bairro, observei que mesmo com os moradores discursivamente se mostrando confortáveis e “tranquilos” com a situação que envolve a violência hoje no bairro, percebi que falar sobre esse assunto e seus desdobramentos é um assunto *tabu* para esses sujeitos, no sentido de que muitas coisas não podem ser reveladas e como artifício, os moradores utilizam o discurso da “harmonia e tranquilidade” que supostamente existe no bairro. Confesso que no dia a dia é visível essa aparente ordem instituída no bairro, no qual foi estabelecida a partir de um acordo informal entre os atores envolvidos, em que a expressão “*cada um no seu quadrado*” demonstra exatamente isso. Além disso, é possível ver pela fala da moradora dona Maria Helena, “*se a gente for espaiá as coisas que nois vê aqui, que já aconteceu e que hoje também acontece [...] vish fia, se a gente for contar...*”, demonstra que essa convivência (e conveniência) estabelecida no bairro baseou-se em um sentimento de medo e receio em expor a efetiva situação das relações que permeiam o convívio desses atores no bairro. No entanto, essa situação não causa nenhum tipo de desconforto para a maioria (não todos) dos moradores, devido ao fato de que é algo que vem sendo legitimado por anos, em que ambos os lados se respeitam e convivem passivamente, pelo menos na ordem do que é visto. Assim, é possível enxergar bairro Santa Felicidade como um espaço histórico, isto é, um lugar marcado por relações de poder e por práticas cotidianas de diferentes atores que atuam dinamicamente no sentido de se organizarem e fixarem seus próprios espaços devidamente negociados e defendidos.

G) Se fosse oferecido, mudaria do bairro?

Essa pergunta desde o início me causava certa inquietação, uma vez que as respostas poderiam revelar o quão esse espaço-bairro representa para esses moradores ou o quão forte é a sua relação com o local. Assim, transcorridas as dificuldades iniciais enfrentadas no bairro e a construção de um vínculo com o lugar, e ainda, após as “melhorias” em razão do projeto de requalificação, será que esses moradores aceitariam mudar do Santa Felicidade? Ou será que

eles se enxergam morando no bairro daqui uns anos? Fui apresentada a dois contextos, o primeiro:

Moradora dona Ana

(105) Ah perguntaram se a gente queria mudá, mas nois não quis né, surgiu a oportunidade de vender aqui né, meu fio tava quase topando, mas eu que não quis sair... Ah eu gosto daqui, já tô com mais de 30 anos aqui, construí minha vida aqui, pra mim é um lugar sossegado... me vejo aqui mesmo, não quero mudar não...eu deito aqui e durmo, deixo tudo aberto aqui... ninguém mexe. Me acostumei aqui, eu tenho muita flor plantada aqui, e minhas flor é bonita, eu vou arrancar tudo aquilo ali pra mudar? Ah, não, não compensa né, nem me interessei nem ir lá ver.

Morador dona Ceci

(106) Eu não quis sair, meus vizinhos moram aqui, eu vou saber que tipo de vizinho que me espera, nossa porque aqui é uma benção...

Moradora dona Maria Amélia

(107) Eu gosto daqui, não mudaria. Confesso que quando eu entrei aqui, eu entrei sem vontade, era feio, aí depois eu fui construindo, já fiz tudo isso aqui na minha casa, eu gosto dos meus vizinhos, e de tudo... então eu não quero sair mais... porque se eu for pra outro lugar, talvez eu vá achar os vizinhos meio chato, aqui não, aqui cada um óia o outro, por isso que eu gosto daqui, as pessoas são muito unida, entra em contato se precisar de madrugada, essas coisas, foi isso que me fez ficar aqui. Se eles saíam daqui, já é um pedaço meu que sai, que vai junto...

Moradora dona Queila

(108) Toda vida eu sempre falava “eu não quero sair”, porque eu gosto daqui né? Sofri tanto na minha vida, agora tô no meu cantinho aqui sossegada né, vou querer sair? A gente passou por isso tudo, ficou na terra, ficou tudo aberto aqui, a gente passou no meio do mato, agora graças a Deus né, to sossegada... Enquanto eu tiver viva né fia, não quero sair né, a não ser que um dia todo mundo tenha que sair, mas só se for todo mundo né, eu sozinha não vou, vai ter que sair todo mundo. O povo fala isso aqui né, mas não sei se vai acontece não né, o povo fala que vai chegar uma época que vai ter que sair todo mundo, diz que eles vão fazer assim, o povo fala né, mas eu não sei né...

Moradora dona Graça

(109) Ixi minha fia, eu só saio daqui pro cemitério, pra minha morada lá, não troco por nada aqui minha fia... eu tenho minha casinha, arrumadinha, como é que eu vou sair? Tudo repartidinho, eu não saio daqui pra nada, eu to tranquila na minha casa! Eu tenho orgulho daqui, de morar aqui, pra que vou sair daqui? Lutei tanto pra construir, pra que agora eu vou sair né...

O primeiro cenário que me deparei (que esperava encontrar) foi com moradores que mesmo com a oferta de se mudarem do Santa Felicidade, devido ao projeto de requalificação ocorrido no bairro ou alguma oportunidade de venda particular da casa, elas optaram continuar morando hoje e futuramente no bairro, como demonstra a dona Graça ao dizer que “*eu só saio daqui pro cemitério*”. Muitas foram as expressões mencionadas, que demonstram as razões de continuarem no bairro e principalmente a relação construída com o espaço, como por exemplo, “*já to com mais de 30 anos aqui, construí minha vida aqui*”, “*eu não quis sair, meus vizinhos moram aqui*”, “*sofri tanto na minha vida, agora to no meu cantinho, [...] vou*

querer sair?”, *“lutei tanto para construir, pra que agora eu vou sair”*. Fazem referência aos anos e a história vivida no bairro, por já estarem acostumadas ao lugar e à casa, os laços de amizade construídos com os vizinhos e principalmente citam o esforço, a condição que se encontravam no início, quando chegaram no bairro e o que elas possuem hoje, isto é, o lugar quando foi apropriado e as lutas conquistadas. Dão importância à questão da casa (enquanto aspecto material), espaço conquistado, no entanto, vejo que o sentimento de pertencimento construído ao longo do anos extrapola aos aspectos físicos e materiais apenas, alcançando níveis simbólicos e emocionais. As falas e as expressões dessas moradoras eram carregadas de um sentimento de muita alegria e satisfação ao mencionarem as experiências vividas nesse lugar, que por conta das histórias sofridas que enfrentaram, aquilo ali representa um ganho, a conquista realizada, a “única” coisa para se orgulharem, por isso que a perda de alguém significa um *“um pedaço meu que sai, que vai junto”*, como relata a dona Maria Amélia (fragmento 107)

Aliás, três moradoras Ana, Queila e Graça (fragmentos 105, 108 e 109) fizeram questão no final da conversa de me mostrarem a casa delas, de como tinham dividido e adaptado os cômodos, o cultivo da horta, das plantas e flores que realizavam no quintal etc. O que me impressionou foi a forma que elas lidaram com o lugar, não no sentido material, embora suas casas apresentassem algumas reformas, mas ainda eram casas muito simples, como é o caso da dona Ana, uma senhora de mais de 80 anos de idade e que me recebeu num único cômodo em que vive transformado em quarto e cozinha, já que o resto da casa é dividido por uma parede onde moram o filho e a nora. No entanto, apesar do espaço pequeno em que vive, ela me mostrou orgulhosa o quintal da casa, onde cultivava suas plantas e flores, e que segundo a moradora, foi o que motivou ela permanecer no bairro. Dessa forma, não só o quintal (forma material, estrutura) motivou essas moradoras a continuarem ali, mas a prática, o valor e os significados produzidos, o vínculo identitário e simbólico desenvolvido com os demais presentes que foram decisivos nessa decisão.

Além dessas moradoras que me mostraram o quanto estão territorializadas com o lugar (mesmo enfrentando transformações, como as mudanças estéticas no bairro e a mudanças dos vizinhos), um outro cenário surgiu quando perguntado aos moradores se eles mudariam do bairro:

Morador Ademilson

(110) Ah se ganhasse uma casa melhor do que a minha, me desse melhores condições, ai nois pensaria em mudar, mas pelo bairro eu ficaria aqui, a gente já se adaptou aqui né? Já conheço tudo...

Morador Joel

(112) Fizeram o convite né, mas a gente não quis sair não, porque quase toda a família mora por aqui, e outra, eu gostei desse lugar, foi onde eu tive tranquilidade, nessa ruinha aqui nois tem amizade com Deus e todo mundo né, não tem malvadez, tem vizinho bom. É gostoso morá aqui, mas se eu ganhasse uma casa, eu mudaria, pela casa, mas pela vizinhança eu ficaria aqui...

Moradores dona Lúcia e seu Júlio

(113) Se fosse minha vontade, eu só sairia daqui direto pro cemitério... Mas me deram essa casa aqui, me deram sem nada, agora tá rebocada, tá repartida, se tá forrada foi porque eu que forrei, na época me deram um chiqueiro fechado. Então, se ela tem um pouquinho de valor hoje é por causa de quê? Porque foi eu que fiz, não foi ninguém, lutei pra fazer né, eu que fui construindo né, bonitinho, mas ti falá, se eles tivessem chegado em mim e tivesse falado, oferecido uma casa, é claro que eu ia aceitar, quem não ia querê uma casa nova né...

Moradora dona Cida

(114) Ah se fosse pra mim sair, eu sairia né, porque eu ganhava uma casa bem melhor do que essa né, mas sabe que eu já até acostumei aqui, mas pela casa eu mudaria. Mas eu tenho medo né, porque meus vizinho aqui tudo é bom né, vai que a gente vai mora no meio de um povo, de uns vizinho briguento aí,...

Ainda que esses moradores demonstrem a existência de um vínculo com o lugar a partir das expressões, “*a gente já se adaptou aqui né? Já conheço tudo*”, “*eu gostei desse lugar, foi onde eu tive tranquilidade*”, “*Se fosse minha vontade, eu só sairia daqui direto pro cemitério*” e “*eu já até acostumei aqui*”, eles apresentam opiniões um pouco diferentes em relação à permanência no bairro. Apesar das afirmações de como gostam do bairro e da tranquilidade encontrada na vizinhança, do medo do desconhecido e a luta para construir a própria casa quando chegaram ao bairro, já que lhes foi dado um “*chiqueiro fechado*” como relatam os moradores dona Lúcia e seu Júlio, esses moradores aceitariam mudar de bairro (mesmo confessando gostar do lugar e que se fosse pelo lugar eles ficariam), caso fosse oferecido uma casa em melhores condições ou uma casa nova para eles viverem, como é possível ver nas falas sublinhadas nos fragmentos acima (110 ao 114). No entanto, é preciso entender sob quais condições essas falas foram ditas.

Acredito que a primeira condição que os levaram a tomar essa posição é a questão da importância da casa para esses moradores, em razão da própria história de vida e das situações de precariedades vividas nos anos iniciais do bairro, e a luta de alguns até os dias de hoje para conseguir reformar e melhorar suas residências. As casas desses moradores, assim como as dos outros, são casas simples, sem grandes reformas ou melhorias aparentes (exceto as reformas das calçadas, portões e muros realizadas pelo projeto de requalificação), algumas ainda sem forrar, e construídas com o auxílio de tábuas de madeiras, por conta disso que a conquista de uma casa melhor e nova toma uma grande dimensão para esses moradores. Até aqui nada muito diferente das razões daqueles que preferiram continuar no bairro.

Contudo, o que percebi nas falas de alguns moradores, como é o caso desses fragmentos acima, como o discurso do “ideário da casa nova” criado pelo poder político e, nesse caso executado pelo projeto de requalificação (PAC) encontrou nesses moradores uma condição perfeita para ser reproduzido. Dessa forma, a questão do “novo”, que para esses moradores representa a possibilidade de ascensão e inclusão social, passa a assumir uma maior magnitude na vida dessas pessoas, tornando-se muitas vezes o objetivo maior, em detrimento das relações já construídas no lugar habitado. Não estou dizendo que essas pessoas não possuem o direito de receberem as positivities do urbano (aliás, merecem mais do que todas, devido à história de exclusão e segregação), mas que essa ideologia criada pelos setores públicos e apoiada por outros agentes sociais, encontra nessa população com histórico de exclusão e marcadas pelo estigma social, o apoio popular e a manutenção de um poder político. Sendo assim, é possível notar nas falas desses moradores que, apesar do sentimento de apego e dos vínculos criados com o bairro e com as pessoas que ali residem, seus discursos são marcados pela ideologia do “novo” que, na maioria das vezes traz a falsa ilusão e a esperança de uma vida melhor para essas pessoas a partir do sonho da casa nova. Além desses dois cenários encontrados, também acabei me deparando com uma terceira situação quando perguntado se os moradores aceitariam, se surgisse a oportunidade, de mudar do Santa Felicidade. Assim:

Moradora Diane

(115) Então, eu não sei como é que vai ficar a minha situação aqui, né, como a minha casa era pra ter saído, né, mas como na época eu e meu ex-marido quis ficar... eu não sei agora, eles já terminô o projeto, entregou as casas ali em cima para os outros moradores, eu não sei o que eles vão fazer comigo, se vão me dar outra casa, eu não sei qual será o nosso futuro aqui, não vieram fala nada comigo, nenhuma informação é passada pra nois...

Moradora dona Fátima

(116) Bom, eu já paguei tudo aqui né, apesar da documentação está incerta assim, mas aqui está quitado, mas eu acredito que a gente vai tá morando por aqui mesmo, pelo menos o que a gente deseja, mas a gente não sabe o que pode acontecer amanhã né, não tem como prever,... pra mim aqui tá bem, mas eu não sei sabe, assim como inventaram o PAC, eles podem inventar outra coisa... Não vai muito tempo pra alguém vim mexe com nois aqui... O que eu to sabendo é que isso aqui já foi vendida, mas como é que os caras pode vende uma coisa que não é deles, é nossa, aqui tá no meu nome, eu paguei, não tenho escritura ainda, mas tem uns papel que tá ai,... Eu acho que alguma forma eles vão criar, pra eu ter que sair, de forma espontânea ou não...

As falas dessas moradoras relatam um pouco da situação em que alguns moradores atuais do bairro se encontram. Quando perguntei para elas se aceitariam continuar morando no bairro, elas declararam a situação de incerteza que alguns moradores estão vivenciando em

razão do projeto de requalificação realizado no bairro. Alguns moradores, como a moradora Diane, conta que como a sua casa estava marcada para ser removida, e ela e o ex-marido acabaram não aceitando sair do bairro, eles estão até os dias de hoje, mesmo com os resultados da finalização do projeto sendo divulgado na mídia, sem saber quais providências o órgão responsável pelo projeto, no caso a prefeitura da cidade, fará com esses moradores, que ao menos são informados das futuras ações.

A moradora dona Fátima também relata a mesma situação no bairro, que mesmo não recebendo a oferta de mudança de casa pelo projeto, a moradora expõe o sentimento de insegurança em relação ao futuro no bairro, já que devido à alteração nos tamanhos dos terrenos, segundo os moradores, a prefeitura prometeu a emissão da nova escritura para os proprietários com as novas metragens assim que finalize o projeto, promessa não realizada pelo menos até a época que estive em campo. Aliás, durante as entrevistas os moradores informaram que hoje no bairro alguns moradores (os que possuem condições), por conta do medo de perder a casa, estão por conta própria fazendo suas escrituras. A moradora ainda confirma alguns boatos que ouvi em algumas conversas informais ao longo das minhas visitas ao bairro, do receio de alguns moradores e a certeza de outros que futuramente eles serão “convidados” a se retirar do bairro, devido à alta valorização imobiliária da região. Verdade ou não, somente o tempo para confirmar, mas enquanto isso, a situação de incerteza de alguns moradores em relação à escritura das casas e o futuro de outros, só tende a espalhar o boato e levantar suspeitas sobre os reais interesses dos agentes produtores do espaço.

6.1 A TERRITORIALIZAÇÃO: UMA (NOVA) SITUAÇÃO?

Após da descrição de como esses moradores, desde o início, construíram suas práticas cotidianas de apropriação do espaço do bairro Santa Felicidade ao longo da história, abro essa seção finalmente na tentativa de alcançar o meu último objetivo específico desse estudo, que é interpretar como esses moradores, a partir de suas vivências cotidianas construíram suas territorializações nesse espaço. Para tanto, será apresentado alguns pontos que saltaram da trajetória desses moradores, desde a chegada ao bairro até a territorialização existente nos dias atuais e, juntamente, relacionar com as principais bases conceituais que desde o início nortearam e serviram para a compreensão e construção dos elementos dessa pesquisa.

Assim, na chegada ao bairro, mesmo diante de um contexto de descuido e precariedades aparentes, é possível enxergar que o espaço-bairro representa para elas uma

esperança de melhora de vida, uma ascensão social e material, já que muitas não tinham um lugar para ser chamado de “lar” ou de “sua casa”, um lugar que transmitisse segurança, e muitas acabaram encontrando no espaço do bairro a possibilidade de recomeçarem e de alguma forma construir suas vidas. Além disso, vemos que por conta da trajetória de vida de cada um, das histórias relatadas, ter acesso àquele pequeno pedaço da cidade, por mais que não tivesse o mínimo de infraestrutura adequada, representava para esses moradores a oportunidade de mostrarem que eram capazes de progredir, de conquistar algo e se afastarem do estigma já presente na cidade.

Contudo, apesar dessa vinda para o bairro significar a possibilidade de melhorar as condições de vida, os moradores ainda estavam “reconhecendo o lugar”, isto é, via-se o início de um processo de territorialização, em que aquele espaço-bairro que foi “oferecido” aos moradores e por alguns comprados (com muito orgulho) era, segundo Cresswell (2004), um local ainda desconhecido e anônimo, sem qualquer vínculo ou sentimento produzido, nem com as pessoas que também estavam chegando e, principalmente com o lugar concreto. Por essa razão que, quando contam do início do bairro dão ênfase na descrição da situação de precariedade, a ausência de recursos, demonstrando explicitamente a não existência de qualquer ligação, seja material ou simbólica, com o espaço-bairro.

Porém, durou pouco tempo essa fase de estranhamento, quer dizer, esse período inicial, já que logo em seguida, aqueles moradores que, de início, se mostraram indiferentes, começaram se reconhecer, de uma forma ou de outra, com esse espaço e entre eles. Assim, os moradores do seu próprio modo, começaram a se organizar no bairro, a criarem suas práticas, formas de apropriação, a reformarem suas casas, com muito trabalho, esforço e dedicação e, principalmente contando com a ajuda dos seus novos vizinhos. Dessa forma, a partir do investimento na própria casa, da preocupação em reformá-la, da relação de proximidade e identificação criada entre os vizinhos, visto que muitos passavam pelas mesmas dificuldades iniciais, o espaço-bairro começa a transmitir a essas pessoas uma maior estabilidade, a ponto de se sentirem ligados a ele, adquirindo assim significados, e principalmente, revelando-se como um lugar apropriável para se viver.

Nesse sentido, mesmo enfrentando as condições precárias impostas pelo lugar, estarem excluídos do restante da cidade, no “meio do mato”, sem serviços públicos adequados, disputando espaço ainda com práticas de outros atores (traficantes e usuários de drogas) que conviviam/convivem ali também, é possível perceber uma iniciativa por parte desses sujeitos em querer transformar, não no sentido de irromper com essa situação, mas elaborando aquilo que Certeau (1998) chamou de *mil práticas* pelas quais os usuários se apropriam do espaço

organizado, ou ainda, usos diferentes daquilo que pode parecer homogêneo ou comum, como é o caso dos moradores do Santa Felicidade, em que houve uma ocupação da rua por meio do uso do corpo, principalmente antes da implantação do projeto de requalificação, isto é, do alargamento das ruas e calçadas e, todas as mudanças estruturais que ocorreram no bairro.

É por meio da ação corporal, segundo Carlos (2007), que o espaço pode ser sentido, apropriado e vivido pelo homem, ou seja, por meio do ir e vir do corpo que o indivíduo transforma o espaço e passa a conhecê-lo melhor, traçar trajetos, construir relações com a vizinhança, com comerciantes e com os outros atores ali presentes. É a partir dessa saída, do “colocar-se” para fora, tornar-se visível, que a rua toma um outro sentido, se torna um elemento essencial no bairro, marca a transição entre o espaço privado e o espaço público, ou ainda, entre a casa e a cidade. Nesse momento, a rua nasce para esses moradores como um lugar de práticas, de movimento. Cria-se uma nova forma urbana nesse espaço, onde são tecidas histórias, uma cultura, costumes, tornando-se assim, um espaço de identidade e identificação, afirma Carlos (2007). É onde o morador anônimo, aquele marcado pelo estigma de favelado e pobre, excluído do convívio central da cidade, recebe o reconhecimento e o respeito dos outros que dividem o mesmo espaço, passa a ser conhecido lá dentro pela sua identidade, seu nome e história de vida, e não mais por ter pertencido a “*favelinha famosa*”.

Assim, aquele lugar “fabricado” por meio da ação conjunta entre prefeitura da cidade, o Estado e com os incentivos dos agentes imobiliários, que continha uma certa ordem pré-estabelecida, os moradores o modificam a partir de suas apropriações, seus modos e maneiras, transferindo, de acordo com Certeau (1998), uma carga de significados ao lugar, tanto corporal como cognitivas. Claro que ainda, isso até hoje, é um espaço vigiado e controlado pelos “de fora”, mas não é mais um espaço sem sentido, e sim um lugar cheio de movimento, praticado e consumido pelos moradores. Torna-se a prolongação da intimidade que se tem dentro de casa, funda-se um lugar de aconchego, de itinerários, de trajetórias que somente esses moradores usam e traçam conforme o (seu) bel prazer em meio à ordem urbana. Dessa forma, os laços e vínculos desenvolvidos criados entre si é que cria esse elo entre a casa e a rua, o dentro e o fora, transferindo os sentidos de família e união para o público. Acontece aos poucos uma “privatização” do espaço urbano, não mais por terceiros, agora por meio do investimento dos próprios sujeitos que vivem ali.

Também é preciso destacar que a singular estrutura que pertencia ao Santa Felicidade, favorecia essa proximidade entre os sujeitos, já que as ruas e calçadas eram estreitas, dando a impressão de intimidade, de continuação da casa. Isso não significa que essa questão física foi o estopim ou a única razão para o início dessa apropriação do espaço, mas a estrutura erguida,

não tem como negar, de certa maneira os deixavam mais próximos. Nesse sentido, a rua, torna-se a extensão de dentro, local de encontro, isto é, lugar para conversar depois de um dia de trabalho, para “jogar conversa fora”, trocar confidências e histórias, ouvir música, lugar de brincadeiras, de confraternizar com os amigos, realizar festas, como em aniversários, festas de fim de ano, Páscoa etc. São muitas as passagens destacadas pelos moradores dessa época que a rua parecia uma *feira, uma festança*, onde se viam as *rodinhas* por todo lado, isto é, lugar de convivência e de aventuras, onde os próprios compartilhavam e estabeleciam seus códigos e comportamentos.

Nesse contexto, os sujeitos realizam o que Fischer (2001) denominou de *processo apropriativo* ou apenas *apropriações*, em que se torna capaz de relacionar-se com o meio e transformá-lo, depositando nele a sua marca, e enfim, construindo um espaço pessoal, conduzindo o sujeito a um comportamento autônomo. O autor, assim como Certeau (1998), acredita na capacidade do homem em (re)criar de modo criativo, por vezes silencioso, as configurações já estabelecidas no espaço. No entanto, o autor alerta que esse processo é dialético e interativo, ou seja, ao mesmo tempo em que o sujeito insere numa porção de espaço seus valores, histórias, necessidades e emoções, construindo uma identidade no lugar, ele também acaba sendo construído e marcado por ele, isto é, o espaço também acaba se inscrevendo na história e no perfil do sujeito, como uma marca indelegável. No caso do Santa Felicidade, essa marca que podia ser sinônimo de orgulho pelas dificuldades vencidas, conforme as afirmações de alguns moradores, ela se torna negativa, um estigma, um fardo a carregar, em virtude de todo contexto que envolve a criação do bairro, e também por conta de um padrão de urbanístico do belo construído e mantido pelos produtores do espaço. Estigma que até nos dias atuais é discursivamente combatido pelos moradores, já que foi a maneira que eles encontraram em driblar, por meio da prática discursiva, uma marca que por mais que agora esteja “requalificada e esquecida”, mas que ainda é vigente em meio a tantos outros discursos que os rodeiam.

Um outro ponto que implicitamente os moradores buscam combater por meio dos seus discursos, que soam muitas das vezes num tom de indiferença ou normalidade, é sobre a possível existência da criminalidade no bairro, isto é, a presença desses outros atores que também procuram manter um domínio no bairro. O percebido foi que, conforme Certeau, Giard e Mayol (1998, p. 47) colocaram, existe uma “convenção coletiva tácita” em relação a esse assunto, não no sentido escrita, mas compreendida por todos os sujeitos no sentido de possibilitar uma coexistência harmoniosa no bairro, em que “*é cada um no seu quadrado*”, “*eu fico na minha e eles na deles*”, e assim a convivência no bairro é possível para todos.

Uma regra cultural onde cada um sabe o que deve ser feito e o que não deve, o que pode ser visto, mas não falado ou comentado. E o que é chamado pelos autores de *benefícios simbólicos*, que diz respeito ao que se espera (por vezes totalmente inconsciente) obter de acordo a conduta seguida, no caso do Santa Felicidade, esta relacionado ao próprio “sossego ou ordem” que hoje existe no bairro, ou ainda, a garantia de não correr nenhum risco, de serem protegidos contra aqueles “de fora”.

No entanto, em resposta a essa “convenção tácita” estabelecida em torno da questão do tráfico e dos comportamentos ali presentes, os moradores conseguiram criar entre eles uma maneira própria, não no sentido de escapar dessa conveniência imposta, mas com a intenção de também exercer um certo controle ou poder sobre o que ocorre cotidianamente no bairro, como por exemplo, o chamado “*correio*” ou “*rádio peão*” criado entre eles, que possui a função de informar o que está acontecendo ou quem está entrando no bairro (como ocorreu no meu caso, que sentia que a minha presença pelas ruas do bairro estava sendo divulgada), e a própria prática de “cuidar da vida do vizinho” ou “zelar” pela sua casa também representa uma forma desse controle sobre as condutas e as práticas no bairro.

Dessa forma, é possível compreender que esse espaço-bairro se transformou em um território segundo Haesbaert (2004), por intermédio de uma *dominação concreta/funcional*, em que a casa é referência de um espaço materialmente importante para a presença dessas pessoas no bairro, onde se sentem à vontade para construir e para controlar; e também por meio de uma *apropriação simbólico/cultural*, já que houve uma identificação do grupo com o espaço habitado, com o desenvolvimento de vínculos afetivos. Assim, essas múltiplas ações pelo qual esses moradores se apropriaram do espaço e estabeleceram suas relações de pertencimento, mesmo enfrentando uma situação de precariedade e isolamento do bairro, da presença de outros atores atuantes nesse espaço, o estigma presente na relação bairro-cidade, isto é, mesmo esse espaço sendo interpelado por muitas outras forças, os moradores conseguiram diante daquele espaço do início, construir um território, um espaço “deles”, o que acabou culminando num movimento em direção a uma territorialização.

Entretanto, como foi frisado durante todo o trabalho, o projeto de requalificação trouxe mudanças estéticas para o bairro, isto é, aquele lugar que, antes possuía características singulares e próprias, agora apresenta contornos bem parecidos com o padrão urbanístico já legitimado no restante da cidade. Contudo, essa mudança que aparentemente era apenas estrutural, também fez com que o modo de vida, os vínculos afetivos e o espaço de identificação que aquelas pessoas vinham desenvolvendo durante anos, isto é, a própria territorialização já construída, acabasse sofrendo alterações. Assim, o que visualmente eram

apenas intervenções físicas, acabou acarretando em mudanças mais profundas. Um indício que me levou a crer nessa mudança foi justamente o contato com as falas dos moradores, que na maioria das vezes quando me contavam do passado, do “antes”, era num tom de saudosismo, isto é, de saudade de algo que parecia não existir mais no “hoje”. Foi então que comecei a perceber e a desconfiar de um sentimento de *perda* presente na fala desses moradores, por vezes explícito no discurso, mas na maioria das vezes era implícito, no qual nem mesmo o próprio morador tinha se dado conta que “aquilo” que existia antes, fazia falta para ele no presente.

Um dos primeiros sintomas dessa ruptura aparente relatada pelos moradores foi a perda do espaço da *rua*, um dos elementos que lá no início do bairro proporcionou essa aproximação entre eles. A rua não possui o mesmo valor e significado que tinha antes. Não é mais o espaço em que os moradores se sentem à vontade para compartilhar sentimentos, alegrias, isto é, não é mais o prolongamento do que se tinha dentro de casa. Perde o sentido de local de encontro, e aos poucos parece retornar ao estágio de antes, um espaço qualquer, desconhecido. Assim, a mudança física (alargamento das ruas e calçadas, retiradas das árvores) faz com que aquela proximidade suscitada pelas ruas estreitas seja também modificada. Ou seja, os moradores não reconhecem mais o espaço de encontro e de práticas que eles mesmos ajudaram a construir, através da carga de significados que tinham transferido para o lugar, tanto por meio do corpo como simbolicamente.

A transferência das pessoas do bairro para outros lugares da cidade também causou nesses moradores que vivem lá hoje essa alteração na territorialização que se tinha construída. Muitos moradores lamentam a saída dos seus vizinhos, considerados amigos próximos, que eram justamente aquelas pessoas que eles encontravam na rua e sentavam para conversar e trocar histórias. Alguns chegaram até a questionar, para quê sair ou ficar na rua agora se está vazio? Se não encontramos mais ninguém, nossos amigos na rua? Assim, a saída ou a falta dessas pessoas também foi um fator percebido. Dessa forma, a mudança física e a transferência dos amigos mais próximos causaram (é causa até nos dias atuais) nesses moradores também uma alteração na própria identidade que tinha sido construída junto com esses elementos perdidos. Sendo assim, muitos moradores narram que hoje o bairro se tornou “estranho”, “esquisito”, ou que “preferia como era antes”, o que demonstra essa aversão com a nova situação vivida. É claro que muitos dessas falas que relatam esse estranhamento são interpelados constantemente pelo discurso oficial, no qual elogiam o belo, o grande progresso que aconteceu no bairro, ou ainda, narram em como hoje se sentem inseridos e próximos ao restante da cidade.

Assim, como consequência dessa perda de sentido da rua e também a vontade de compartilhar com os outros (que existia antes), o morador retorna para dentro de casa, é lá agora o “reduto” dele, onde se sente mais confortável para realizar suas práticas mais banais. Agora o dentro de casa traz esse aconchego, como por exemplo, a prática do churrasco, em que hoje cada morador individualmente realiza dentro de casa. As festas que eram realizadas na rua sumiram, as *rodinhas* desapareceram, a “multidão” ou a “feira”, palavras que os moradores usaram para definir como era a ocupação na rua antes, também se perderam, isto é, se dispersaram. Nesse sentido, como narrado nos meus relatos de campo, é visível esse vazio das ruas, já que foram esporádicas as manifestações de movimento ou ocupações da rua, o que justifica essa perda “espontânea” do sentido de ter o domínio da rua. No entanto, a “conveniência” criada em torno da questão do tráfico de drogas, em que “*cada um no seu quadrado*”, aparentemente permaneceu funcionando no bairro, agora até de forma mais eficiente, já que a mudança do comportamento dos moradores irem para dentro de casa favoreceu a coexistência harmoniosa dos diferentes atores, e minimizou quaisquer conflitos sobre espaço que poderiam vir a existir.

É importante destacar que, alguns moradores, principalmente os mais antigos que encontrei morando na primeira rua inaugurada do bairro, conseguiram manter uma “territorialização”, no sentido que ainda se sentem vinculados com o lugar, se sentem parte dele. São os que optaram e afirmam que só mudam do bairro quando forem para o cemitério, o que demonstra ainda a existência de uma relação construída durante anos, isto é, o sentimento de pertencer ao lugar, às histórias compartilhadas. Os outros moradores entrevistados, alguns que não possuem uma história tão longa no bairro, também expressam um sentimento, um afeto com as pessoas, amigos e os vizinhos que permanecem morando no bairro. Contudo, seja os moradores mais antigos ou os recentes, a carga de significados não é a mesma, ou seja, a produção realizada sobre o lugar não possui o mesmo valor. E ainda, os lugares que antes eram apropriados, como por exemplo, as ruas, possuem atualmente outro sentido, voltando a ser apenas um lugar geográfico e geométrico.

Assim, de uma territorialização que surgiu em meio a uma situação de precariedade e isolamento, na qual progressivamente foi sendo construída, por meio da interação, da apropriação e privatização do espaço público realizada por esses sujeitos, nos deparamos com intervenções que, inicialmente eram apenas estruturais e estéticas, mas que acabaram ocasionando uma alteração no modo de vida dessas pessoas e, principalmente nos sentidos e significados depositados e desenvolvidos coletivamente nesse espaço. Diante do cenário exposto, estariam esses moradores atualmente tendo suas territorializações reconfiguradas?

Ou então, estariam em um processo de transição? Uma vez que os sentidos anteriormente produzidos e compartilhados se perderam, e no momento, esses moradores (os que ainda restam no bairro) estariam em busca de um processo de reformulação a partir daquilo que ainda existe ou que sobrou entre eles e o espaço. O que fica visível nesse cenário é uma perda de território conquistado.

Desta forma, foi evidente perceber que, como afirma Pesavento (2007), a cidade é múltipla, ela não é apenas um contorno, uma *forma* como apontou Santos (1999), ou ainda, conforme Certeau (1998) ela não pode ser compreendida a partir de uma visão globalizante (o olhar do alto), sem entender o que se passa lá embaixo; a cidade, além dos seus formatos físicos, traçados e padrões elaborados pelo homem, além da repetição e da rotinização, daquilo que parece ser homogêneo ou passivo, a cidade é feita por praticantes, por suas histórias e produções desconhecidas, suas relações de pertencimento, suas práticas culturais, por seus ritos e festas, comportamentos e hábitos, ou seja, elementos que são invisíveis, aquilo que ninguém enxerga, mas que buscam marcar ou jogar um espaço, no intuito de transformá-lo em um território. Nesse sentido, olhando para as práticas desses moradores, ficou visível que a cidade é repleta de ações “microbianas” (CERTEAU, 1998) capazes de operarem sobre e entre uma lógica funcionalista estabelecida. Produções ou como Certeau (1998) denomina – as maneiras de fazer criativas – realizadas por pessoas comuns, os “sem voz”, e que nos revelam muitas vezes histórias abafadas ou escondidas em meio a uma organização racional do espaço.

Além disso, essa pesquisa também corroborou com os estudos já desenvolvidos por Fischer (1997; 1997a), Mac-Allister (2004; 2001), Saraiva (2009) e Saraiva e Carrieri (2012), no sentido de compreender a cidade como uma organização, uma vez que a cidade foi vista a partir de sua configuração espacial e territorial, contudo, não deixou de ser compreendida a partir daquilo que é produzida pelo seu povo, sua cultura, isto é, aquilo que é construído dinamicamente e simbolicamente por uma população. Nesse caso, busquei compreender a cidade não ignorando sua perspectiva funcional, isto é, sua organização espacial, mas que isso serviu como um pano de fundo ou ainda, trouxe ao estudo um contexto histórico para que pudesse compreender como a partir disso, como os sujeitos por meio de suas trocas simbólicas e relações sociais conferiam sentidos e valor a uma porção de espaço.

Assim, a partir de uma dinâmica sócio-urbana que transformou a cidade de Maringá em um espaço urbano fragmentado e hierarquizado, onde pessoas e seus modos de vida são gerenciados estrategicamente em razão de um planejamento urbanístico que privilegia o “belo”, aquilo que é “rentável”, em detrimento do que é produzido anonimamente, busquei os

conceitos de *espaço*, *lugar* e *território*, como uma forma de entender como esses moradores iniciaram esse processo de transformar aos poucos um espaço desconhecido em um território apropriável para a vida, em seguida, uma vez já instalados nesse espaço-bairro, tomei como base as noções de *apropriação*, *territorialidade* e por fim, o conceito de *territorialização*, no intuito de aprofundar esse processo de inscrição em um espaço e compreender como os mesmos se organizam dentro dessa dinâmica, se apropriam e estabelecem fixações no espaço territorial.

No entanto, em meio ao processo que narrei aqui, em que esses sujeitos desenvolveram suas práticas cotidianas de apropriação ao longo da história, a vinda para o bairro, a construção dos primeiros vínculos, as múltiplas ações que fizeram com que criassem uma relação de pertencimento (seja material e/ou simbólica) sobre o espaço, culminando no território deles; enfim, nesse ínterim, ocorreu a implementação do projeto de requalificação no bairro, que como já relatado, causou na territorialização estabelecida naquele espaço uma perturbação, isto é, uma ruptura. As falas dos moradores implicitamente demonstram a perda da referência de um espaço físico conquistado (a rua) e, principalmente, a referência simbólica, isto é, a falta do espaço de identificação e os sentidos compartilhados. É claro que a requalificação não foi a única causadora desse estranhamento com o espaço, vimos que a ação dos outros atores presentes no bairro por meio da “conveniência” imposta, também contribuiu para o morador se preservar dentro de casa, e evitar qualquer conflito, afetando de alguma forma, a territorialização construída.

Em suma, compreendendo a territorialização como Haesbaert (2002) denominou – como um processo que está sempre em movimento (dinâmico) de construção, visto que os elementos que a constituem resultam da relação tempo/espaço/homem, e estes variam com o decorrer do tempo – nos deparamos com uma territorialização construída pelos moradores ao longo da história e que hoje se encontra novamente em um processo de reconfiguração, ou melhor, de ressignificação, promovido pelas mudanças ocorridas no seu contexto sócio-histórico. Estariam os moradores produzindo ou atribuindo novos significados e sentidos para esse lugar? Tudo o que foi visto e ouvido me levam a acreditar nesses resultados. Assim, no próximo e último capítulo, serão apresentadas as minhas conclusões, destacando os objetivos inicialmente traçados e as respectivas considerações e contribuições desse estudo.

7

CONCLUSÕES

“Uma proposta. Tudo começou com uma proposta...”.

Foi dessa forma que dei início a esse trabalho, mais do que isso, foi assim que aconteceu a minha primeira inserção na pesquisa acadêmica, ainda na época da graduação. Confesso que chegar nessa que “parece” ser uma conclusão não foi um percurso rápido e nem fácil, pelo contrário, desde o início tinha noção do desafio que seria inscrever tais temáticas no campo dos estudos organizacionais. Mas por outro lado, foi um período de importantes aprendizagens, de aprender a olhar para diferentes perspectivas e enxergar a contribuição de cada uma para analisar um fenômeno social e, principalmente, aprender a desconstruir suas concepções e ideias já emolduradas e formatadas por discursos já ditos e ouvidos e a partir disso, buscar constantemente olhar pelos interstícios daquilo que já é dado, isto é, o que amplamente divulgado e tomado como verdade. No entanto, é um processo extremamente difícil e, tenho a consciência que ainda há muito para desenvolver e melhorar, já que aquela pessoa que iniciou sua entrada na área de pesquisa, que construiu esse estudo e a de agora, não são mais a mesma. Muitas coisas foram aos poucos se revelando como desnecessárias ou sem utilidade, já outras foram surgindo e se mostrando essenciais na trajetória desse estudo. Dito isso, tentarei apresentar a partir de agora as conclusões (até o momento) às quais cheguei.

Me ateno primeiramente aos objetivos desse estudo. O fenômeno escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa foi os moradores do bairro Santa Felicidade. Tendo como base as temáticas do *cotidiano* e das *idades*, comecei a investigar a história do próprio espaço urbano em que moro desde o ano de 2009, a cidade de Maringá. Deparei-me com um discurso amplamente veiculado e reproduzido pela população maringaense de cidade-perfeita, isto é, uma cidade bela e acolhedora, segura e desenvolvida, sem sinais de miséria ou pobreza. Contudo, essa imagem despertou meu interesse: *Será que não existem outros olhares? Outras perspectivas sobre essa mesma cidade “bela”? Ou ainda, algo invisível, abafado ou*

silenciado nesse discurso dominante? Foi então que acabei encontrando outra Maringá, uma outra história “não oficial” da cidade, e em meio a essa outra realidade, um caso específico chamou minha atenção – a história do bairro Santa Felicidade. Bairro que surgiu na segunda metade da década de 1980 numa atuação conjunta do Estado, do poder público municipal e dos agentes imobiliários em relação à organização o espaço urbano da cidade. O objetivo desses agentes era a remoção de várias famílias que viviam em “sub-habitações” espalhadas na cidade e transferi-las para condições de ‘habitabilidade’ no bairro Santa Felicidade.

Essa ação escondia outro objetivo abafado, o de preservar mais uma vez que o “traçado urbanístico” da cidade, em detrimento das preocupações e anseios das classes menos favorecidas, já que estes foram transferidos para um local distante, longe e fora da região “visível” da cidade. No entanto, vivendo por anos em meio a uma situação de precariedades e isolamento, no ano de 2007, é apresentado à população um Projeto de Requalificação Urbana e Social - ZEIS Santa Felicidade, que continha como previsão à intervenção de requalificação urbana e social na zona sul de Maringá, e entre os bairros que seriam requalificados, estava o Santa Felicidade. Vemos novamente esses moradores serem alvos dos interesses e infelizmente sujeitos a “adequação” aos padrões de beleza pregados na região e por toda a cidade de Maringá.

A partir desse contexto, o questionamento que deu origem a esta pesquisa foi: Levando em consideração as intervenções realizadas em Maringá em favor da manutenção de um ideário urbanístico, como ocorreu a territorialização dos moradores do bairro Santa Felicidade, desde os primeiros anos de fundação do bairro até os dias atuais? Para auxiliar no desdobramento desse questionamento, os objetivos traçados buscaram: 1. *Apresentar como ocorreu a configuração do espaço urbano da cidade de Maringá, bem como a formação histórica do bairro Santa Felicidade, do ano de 1975 até 2007, quando foi apresentado à população o Projeto de Requalificação Urbana e Social – ZEIS Santa Felicidade;* 2. *Descrever as práticas cotidianas de apropriação do espaço do bairro Santa Felicidade realizadas pelos seus moradores ao longo da história;* 3. *Interpretar como os moradores do bairro Santa Felicidade a partir de suas vivências cotidianas construíram suas territorializações ao longo da história.*

Com respeito a como ocorreu configuração do espaço urbano de Maringá, nos deparamos com uma cidade “produto” de uma colonização privada bem sucedida, dividida por espaços sociais previamente demarcados, por seus diferentes preços, no qual demonstra o quanto Maringá nasceu e, se mantém até a atualidade pautada sobre uma ocupação espacial socialmente diversificada, em que seus dirigentes continuam “disfarçadamente” e por meio de

mecanismos diversos, propagando a manutenção dessa distribuição desigual do espaço. Assim, diante desse contexto de “cidade bela” é que surge o bairro Santa Felicidade, criado justamente em razão da busca pela permanência de um traçado urbanístico instituído na cidade desde a época da sua fundação, em que privilegia sempre uma dominação elitista e defensora de uma hierarquização social. É nesse sentido que nos defrontamos com a história do bairro Santa Felicidade e de seus moradores, que desde o início foram tratados como “alvos” estratégicos dessa ideologia capitalista, que está sempre em constantes modificações, seja com o intuito de valorizar certos espaços em detrimento de outros, ou ainda, para atender as pressões de agentes locais ou globais, e, principalmente em virtude dos interesses dos agentes produtores do espaço.

Assim, diante de todas as adversidades no qual foram expostos, como a precariedade na infraestrutura urbana e de serviços, a estigmatização por parte do conjunto da sociedade maringense, além das intervenções realizadas no bairro em favor da manutenção de um ideário urbanístico, esses moradores conseguiram, no seu cotidiano, construir suas práticas de apropriações ao longo da história, como foi descrito no decorrer do *capítulo 6*, desde o momento da chegada ao bairro, naquele ambiente social desconhecido, mas que alimentava em alguns a possibilidade de uma vida melhor, até a partir da prática, da experiência com o lugar, vemos surgir a construção ou a produção de significados e sentidos, tanto de ordem material e principalmente na questão simbólica, em que a rua representava um lugar particular, tornando-se assim, o território “deles”. Todavia, a mudança ocasionada principalmente pela execução do projeto de requalificação no bairro, trouxe também alterações nas formas de apropriações desses moradores e, conseqüentemente no processo de territorialização, isto é, no modo como essas pessoas se organizavam e produziam significados ao lugar.

Também foi possível observar a partir da análise dessas práticas e as intervenções pelas quais passou, o movimento que existe nos discursos proferidos por esses moradores. Em um momento, seus discursos vão em direção ao discurso oficial, isto é, reproduzem o discurso ideológico que apresenta o poder público local como o grande responsável pela “melhoria” do bairro, das casas e na vida dessas pessoas; e em outro momento, os mesmos fazem oposição a esse discurso hegemônico, relatando sua insatisfação com a situação. Assim, conforme Certeau (1998) colocou, podemos ver que assim como as práticas cotidianas se constituem em um jogo de relações de forças, as falas ou as práticas discursivas também agem sob esse embate, ou seja, ora estão totalmente submersos a um discurso hegemônico, ora fazem oposição ou criam “movimentos táticos” frente a uma ordem imposta. Nesse sentido, os

discursos desses moradores são marcados por uma dinâmica de movimento, que ao mesmo tempo em que funda um espaço onde é possível realizar deslocamentos e transições, também permite que o outro adentre, tomando por vezes uma posição de comando.

Então, ao pretender interpretar como os moradores do bairro Santa Felicidade a partir de suas vivências cotidianas construíram suas territorializações ao longo da história vivida no bairro, observei que era impossível realizar este estudo me apegando ou narrando a cada uma destas práticas que constituíram esse processo, uma vez que cada resposta, cada maneira de fazer do cotidiano descrito pelos moradores no decorrer dos anos, são partes de uma forma de vida construída no lugar. Desta forma, o que foi destacado foram passagens e características importantes e que marcaram todo esse processo, assim pude enxergar como essas práticas de apropriações do espaço, no seu cotidiano, são interpeladas por relações de poder, isto é, intervenções ou estratégias dominantes de outros agentes que conduzem a uma fragmentação do espaço e, acima de tudo, buscam o seu domínio. No entanto, em meio à repetição, a homogeneização e perda de espaço (material e simbólico), podem surgir simultaneamente ou sucessivamente, práticas que atuam no sentido de driblar, como é o caso do *correio* ou a *rádio peão* existente entre esses moradores, que mesmo em meio uma ordem imposta, conseguiram criar uma pequena margem de movimento dentro desse espaço já organizado.

Além disso, fui apresentada a um cenário de incertezas, em que alguns moradores demonstraram a ocorrência de uma perda material e simbólica, isto é, não se sentem mais como parte do lugar; além de não saberem o que poderá acontecer daqui para frente no bairro, se futuramente serão novamente remanejados ou “convidados” a se retirarem de um espaço que eles mesmos ajudaram a construir, dando lugar a um novo empreendimento. Ou seja, esses sujeitos encontram-se numa situação de *fronteira*, isto é, não se sentem totalmente pertencentes nem cá e nem lá, nem dentro do território que construíram, nem fora dele. Nesse sentido, eis que a territorialização construída por esses moradores ao longo da história vivida no bairro também se encontra num processo de transição, num estágio intermediário, onde sentidos e significados que antes eram compartilhados estão sendo esquecidos e, ao mesmo tempo, reconfigurados, em que cada vez mais o “individual”, “o espaço privado” estão sendo priorizados.

Desta forma, este estudo pode contribuir teoricamente para as pesquisas sobre *idades* e *cotidiano*, pois como pude confirmar, os trabalhos que relacionam essas duas temáticas ainda são poucos, ainda mais quando pensamos na área da administração, apesar de que importantes estudos vêm sendo desenvolvidos no campo dos estudos organizacionais no qual tentam uma aproximação desses dois temas. Ele também pode ajudar no sentido de se ampliar

a visão sobre o objeto cidades, já que normalmente a cidade é compreendida apenas por um lado funcional e estratégico, mas como foi apresentado nessa pesquisa, não ignorando essa vertente, é possível também olhar o espaço urbano a partir daquilo que é construído pelos sujeitos sociais, suas emoções, significados e práticas, e principalmente, como as intervenções realizadas em prol da manutenção de um padrão urbanístico pode acarretar em alterações nos modos de vida naqueles que estão à sua volta, em especial, aqueles que estão nas suas “bordas”. E por fim, este estudo vem contribuir oferecendo ao campo da administração que não só de grandes homens ou casos de sucessos se constitui a história, mas é com grande honra e satisfação que trouxe a possibilidade de “dar voz aos sem voz”. Pessoas comuns, “os sem eira nem beira”, escondidas ou simplesmente esquecidas, que trazem histórias ricas, de opressões e perdas, que conferem sentidos e cor à vida urbana, enfim, também é parte integrante (e muitas vezes abafada) daquela história oficial de desbravamento e pioneirismo amplamente divulgada na cidade.

Algumas limitações vieram à tona no decorrer desse estudo, seja em relação à dificuldade de compreender um fenômeno social a partir de temas e conceitos advindos de campos de conhecimento e paradigmas diferentes; como a questão metodológica, e busca constante em não “enquadrar” meus sujeitos de pesquisa e o contexto que os circundam em um único método. No entanto, essas foram dificuldades relacionadas à construção da pesquisa em si, já no que diz respeito ao “colocar em prática”, apesar dos todos os receios e medos do início da pesquisa, que ao longo do estudo foram se “desconstruindo”, houve uma dificuldade em encontrar as pessoas nas “ruas” mesmo, em razão da transferência de muitos moradores do bairro, mas principalmente por causa da mudança de comportamento desses sujeitos (como já ressaltado), que tive que superar com insistência e com muitas “palmas” de casa em casa.

E apenas chegando ao final desse estudo, em que me retirei do meu lugar comum e me coloquei junto ao outro é que pude compreender a atitude de admiração e o deslumbramento de Certeau (1998) diante das artes de fazer do mais fraco, uma vez que também me maravilhei com as histórias desses moradores, homens e mulheres comuns, que mesmo carregando silenciosamente suas perdas e dores, marcados e julgados historicamente, são capazes de construir e modificarem o próprio cotidiano a partir de suas operações desconhecidas e heterogêneas. Pessoas que me receberam com o seu melhor – com afeto e sinceridade! Sem mais, encerro por aqui.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- ALBERTI, V. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- AMBONI, N.; CARMINHA, D. O. Abordagem multiparadigmática em estudos organizacionais: indo muito mais além da visão hegemônica. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO, IV, Florianópolis, 2014. **Anais...** Florianópolis: 2014. Disponível em: <<http://coloquioepistemologia.com.br/site/wpcontent/uploads/2014/03/ANE100.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2014.
- ANDRADE, A. **Maringá**: ontem, hoje e amanhã. Maringá: Editora Rumo Gráfica, 1979.
- ANDRADE, C. M. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional, e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território**: Globalização e Fragmentação. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996, p. 213-220.
- ANGUERA, M. T. **Metodologia de La observacion en las ciencias humanas**. 6 ed. Ediciones Cátedra: Madrid, 1997.
- ARAÚJO, M. C. A cidade de Maringá: a constituição de um espaço urbano planejado e segregado. In: RODRIGUES, N. A.; TONELLA, C. (Orgs). **Retratos da Região Metropolitana de Maringá**: subsídios para a elaboração de políticas públicas participativas. Maringá: Eduem, p. 165-191, 2010.
- ARAÚJO, M. C. de. **Espaço urbano e exclusão espacial em Maringá**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 11., 2003, Campinas. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2003, p. 4-18.
- ARAÚJO, M. C. **O bairro Santa Felicidade por ele mesmo**: espaço urbano e formas de representações sociais em Maringá. 2005. 290 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho, Araraquara, 2005.
- BALDISSERA, D. **Apropriação de espaços públicos em centros urbanos**: Caxias do Sul 1910-2010. 2011, 238f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-graduação em Planejamento urbano e regional, Porto Alegre, 2011.
- BARROS, V. A. de; LOPES, F. T. Considerações sobre a pesquisa em história de vida. In: Souza, E. M. (Org.). **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional** [recurso eletrônico]: uma abordagem teórico-conceitual. 1 ed. Vitória: Edufes, 2014, v. 1, p. 41-63.
- BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 10 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003a.

BOTELHO, A. A cidade como negócio: produção do espaço e acumulação do capital no município de São Paulo. **Cadernos Metrôpole**, n. 18, 2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8727/6474>>. Acesso em: 04 mai. 2014.

BRASIL. Lei nº 1.111/75, de 11 de dezembro de 1975, Maringá-PR.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological Paradigms and Organisational Analysis**. London: Heinemann Educational Book, 1979.

CALDAS, M. P. Paradigmas em estudos organizacionais: uma introdução à série. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, p. 53-57, 2005.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000, p. 257-300.

CANCLINI, N. G. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. **Opinião Pública**, v. 8, n. 1, p. 40-53, 2002.

CANIATO, Â.M^a P. **A Luta pela moradia de ex-favelados como parte essencial do processo de formação da consciência social**. 1986. 143p. Dissertação (Mestrado)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1986.

CARLOS, A. F. A. A natureza do espaço fragmentado. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996, p. 191-197.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARRIERI, A. de P; LUZ, T. R da. Paradigmas e metodologias: não existe pecado do lado de baixo do equador. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 22., 1998, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: ANPAD, 1998.

CAVALCANTI, M. O ambiente construído e a politização do cotidiano nas favelas cariocas. **Cadernos Metrôpole**, n. 12, 2004. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8810/6531>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano**: 2, morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1998.

CORDOVIL, F. C. de S. **A Aventura Planejada**: engenharia e urbanismo na construção de Maringá – 1947 a 1982. 2010. 636 f. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos.

CORDOVIL, F.C. de S.; RODRIGUES, Ana L. Segregação socioespacial a negligência ao patrimônio construído: legado dos projetos e práticas do poder público municipal em Maringá-PR. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v.1, n.16, p. 41, 2012.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996, p. 251-256.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

CRESPO, M. P. Um estudo sobre o conceito de território na análise geográfica. In: III ENCONTRO DE GEOGRAFIA e VI SEMANA DE CIÊNCIAS HUMANAS, 2010, Campos dos Goytacazes, 2010. **Anais...** Rio de Janeiro: Instituto Federal Fluminense. Disponível em:<<http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/ENGEO/article/view/1680/863>>. Acesso em: 02 mai. 2014.

CRESSWELL, Tim. **Place: a short introduction**. Blackwell Publishing, 2004.

CUNHA, E. J. R. **A natureza do espaço urbano: formação e transformação de territórios na cidade contemporânea**. 2008. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em:<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/RAAO7EFPDL/a_natureza_do_espaco_urbano.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02 mai. 2014.

CUSTÓDIO, R. C. Narrativas de memórias e a pesquisa em História da Educação. In: **IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul/ANPED/SUL - A Pós-Graduação e suas Interlocuções com a Educação Básica**, 2012, Caxias do Sul. Narrativas de memórias e a pesquisa em História da Educação, 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/paper/viewFile/2907/30>>. Acesso em: 04 mai. 2014.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. **Porto Alegre: Art**, 2010.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DOURADO, A. M. Território, territórios: identidade dos assentamentos de reforma agrária em questão. In: 14 Encuentro de Geógrafos de America Latina, Lima, 2013. **Anales...** Perú: Unión Geográfica Internacional, 2013. Disponível em:<http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Auceia-Matos-Dourado.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2014.

DURAN, M. C. G. Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau. **Diálogo Educ., Curitiba**, v. 7, n. 22, p. 115-128, 2007.

FEITOSA, I. L.; POPADIUK, S.; DROUVOT, H. Estruturação de pesquisas acadêmicas: a perspectiva multi-paradigmática. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, XXXIII, São Paulo, 2009. **Anais...** São Paulo: Anpad, 2009. Disponível em: < <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EPQ452.pdf> >. Acesso em: 10 out. 2014.

FERNANDES, C. A. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. 2ª ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FERNANDES, D. J. **Um olhar sobre os estudos históricos do cotidiano**. 2008a. Disponível em: <<http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=142>>. Acesso em: 02 mai. 2014.

FERRAÇO, C. E. Pesquisa com o cotidiano. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 98, jan./ abr. 2007, p. 73-95. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n98/a05v2898.pdf> >. Acesso em: 03 set. 2013.

FERREIRA, D. S.. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/19883/14380> >. Acesso em: 26 nov. 2014.

FISCHER, Gustave-Nicolas. Espaço, identidade e organização. In: CHANLAT, Jean-François (Coord). **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 2001, v. 2, p. 81-102.

FISCHER, T. Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e reconfigurações do local. In: FISCHER, T. **Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

FISCHER, Tânia. A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades e ressonâncias culturais: Salvador, BA, cidade puzzle. **Rev. adm. pública**, v. 31, n. 3, p. 74-88, 1997a.

FONTANA, F.; VALOTTA, F. M. Projeto PAC “Contorno Norte” de Maringá: os impactos da obra e o aprofundamento do processo de segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 13, n. 155, p. 106-122, 2014.

GALVÃO, A. A. Questão territorial e mobilidade social: a trajetória dos moradores do bairro santa felicidade na cidade de Maringá-pr. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47, p. 1-15, 2011.

GALVÃO, A. A.; RODRIGUES, A. L.; TONELLA, C. Reestruturação socioespacial do território metropolitano: o caso do Pac Santa Felicidade em Maringá (PR). **Montevideo: Instituto do Milênio**, 2009.

GALVÃO, A. A.; TONELLA, C. Políticas públicas urbanas, espaço público e segregação em uma cidade média: o caso de Maringá-Pr. In: SEMINÁRIO NACIONAL GOVERNANÇA URBANA E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO, 1, 2010, Rio Grande do Norte. **Anais...** Rio Grande do Norte, 2010.

GALVÃO, Altair Aparecido. **Políticas públicas urbanas, espaço público e segregação em Maringá – PR**. 2012. 287f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências, Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2012.

GIARD, L. Apresentação de Luce Giard. In: CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GIMÉNEZ, Humberto Marshal Mendes. **A Verticalização de Maringá: O caso do novo centro: uma urbanização do possível**. 2007. 2007. 183f. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

GIOIA, Dennis A.; PITRE, Evelyn. Multiparadigm perspectives on theory Building. **Academy of management review**, v. 15, n. 4, p. 584-602, 1990.

GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GODOI, C. K.; BALSINI, Cristina P. V. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, p. 89-107, 2010.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

GRANGEIRO, M. F.; RODRIGUES, C. S. D.; FALCÃO, G. M. B. Desafios da bricolagem na pesquisa em educação: olhares e perspectivas de (re)constituição na formação de professores. In: Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste, XXI, Pernambuco, 2013. **Anais...** Pernambuco: UFPE, 2013.

GREGORY, Derek; JOHNSTON, Ron; PRATT, Geraldine; WATTS, J. Michael; WHATMORE, Sarah. **The dictionary of human geography**. John Wiley & Sons, 2009.

GUARINELLO, Norberto L. História científica, história contemporânea e história cotidiana. São Paulo, **Revista Brasileira de História**, v. 24, nº 48, p.13-38, 2004. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010201882004000200002&script=sci_arttext&tlng=es >. Acesso em: 04 jun. 2014.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: EdUFF/Contexto, 2002.

HAESBAERT, Rogério Haesbaert. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre. 2004a. Disponível em:< <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 1ªed. São Paulo: Centauro, 2004.

HASSARD, John. Multiple paradigms and organizational analysis: A case study. **Organization Studies**, v. 12, n. 2, p. 275-299, 1991.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

HONORATO, B. E. F. **Ordem e subversão nas cidades**: um estudo sobre a população em situação de rua de Belo Horizonte. 2014. 218 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

JACQUES, Paola Berenstein. Zonas de tensão: em busca de micro-resistências urbanas. In: BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein (Orgs.). **Corpocidade**: debates, ações e articulações. Salvador: EDUFBA, p. 106-119, 2010.

JOSGRILBERG, Fábio B. **Cotidiano e invenção**: os espaços de Michel de Certeau. São Paulo: Escrituras Editora, 2005.

KINCHELOE, Joe L. Describing the bricolage: Conceptualizing a new rigor in qualitative research. **Qualitative Inquiry**, v. 7, n. 6, p. 679-692, 2001.

KINCHELOE, Joe L. On to the next level: Continuing the conceptualization of the bricolage. **Qualitative Inquiry**, v. 11, n. 3, p. 323-350, 2005.

KINCHELOE, Joe; KATHLEEN Berry. **Rigour & Complexity in Educational Research**: conceptualizing the bricolage. McGraw-Hill International, 2004.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

LEÃO, André Luiz Maranhão de Souza; MELLO, Sérgio Carvalho Benício de; VIEIRA, Ricardo Sérgio Gomes. O papel da teoria no método de pesquisa em Administração. **Revista Organizações em Contexto**, ano 5, n. 10, julho-dezembro, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros e Sérgio Martins, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2001.

LEITE, Rogério P. A Inversão do Cotidiano: Práticas Sociais e Rupturas na Vida Urbana Contemporânea. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 53, n.3, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v53n3/a07v53n3.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2013.

LEVIGARD, Yvonne Elsa; BARBOSA, Ruth Machado. Incertezas e cotidiano: uma breve reflexão. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 1, abr. 2010. Disponível em:<<http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/575/396>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

LEVÍ-STRAUSS, Claude. **O pensamento Selvagem**. 8ª edição. Campinas, SP: Papirus Editora, 1989.

LEWIS, M. W.; KELEMEN, M. L. Multiparadigm inquiry: Exploring organizational pluralism and paradox. **Human Relations**, v. 55, n. 2, p. 251-275, 2002.

LUZ, F. Maringá: a fase de implantação. In: DIAS, R. B; GONÇALVES, J. H. R. **Maringá e o norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá: Eduem, 1999, p. 123-140.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MAC-ALLISTER, M. A cidade no campo dos estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 11, edição especial, p. 171-181, 2004.

MAC-ALLISTER, M. **Organização-cidade**: uma contribuição para ampliar a abordagem do objeto cidade como objeto de estudo no campo dos estudos organizacionais. 2001. 172 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Pontes, 2003.

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. Expressão Popular: São Paulo, 2009, p. 217-227.

MENDES, A. P. M. S.; BARROS, S. B. M. História oral e transformação: reescrevendo a partir de narrativas. In: BOURGUIGNON, J. A.; OLIVEIRA JUNIOR, C. R. **Pesquisa em ciências sociais**: interfaces, debates e metodologias. Ponta Grossa: Editora Toda palavra, 2012.

MENDES, C. M.; MARCATTI, R. S; TÖWS, R. L. A produção do espaço urbano em Sarandi (PR-Brasil): particularidades e disparidades. **SIMPÓSIO SOBRE PEQUENAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO LOCAL**, v. 1, p. 1-15, 2008.

MENDES, Luciano. **As culturas organizacionais territorializadas na atividade de camelô em Três Lagoas/MS**. 2011. 245 f. Tese (Doutorado) - Escola de Administração, Programa de Pós Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em:<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36861/000819303.pdf?sequenc=1>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

MENDES, Luciano; CAVEDON, Neusa Rolita. A atividade de camelô como prática urbana no contexto das cidades. *urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana* [online]. 2012, vol.4, n.1, pp. 123-140.

MINAYO, M. C. D. S.; DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO; O. & GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21ª Edição. Petrópolis: Vozes: 2002.

- MONTEIRO, L. A.; FONTOURA, Y. S. R. A perspectiva multiparadigmática e o debate objetividade-subjetividade em estudos organizacionais: possibilidades, alcances e limites. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, VII, Curitiba, 2012. **Anais...** Curitiba: Anpad, 2012.
- MOURÃO, A. R. T.; CAVALCANTE, S. O processo de construção do lugar e da identidade dos moradores de uma cidade reinventada. **Estudos de Psicologia**, v. 11, n. 2, p. 143-151, 2006.
- MOTA, L. T.; NOELLI, F. S. Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. In: DIAS, R. B; GONÇALVES, J. H. R. **Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999, p. 21-50.
- NEIRA, M. G.; LIPPI, B. G. Tecendo a Colcha de Retalhos: a bricolagem como alternativa para a pesquisa educacional. **Educação & Realidade**, v. 37, n. 2, p. 607-25, 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v37n2/15.pdf> >. Acesso em: 12 out. 2014.
- NEVES, G. R. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas). In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996, p. 270-282.
- NOGUEIRA, M. L. M. Subjetividade e materialidade: cidade, espaço e trabalho. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 21, n. 1, p. 69-86, 2009. Disponível em:< <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/195/270>>. Acesso em: 02 jun. 2014.
- NUNES, Aline. Sobre a pesquisa enquanto bricolagem, reflexões sobre o pesquisador como bricoleur. **Revista Digital do Laboratório de Artes Visuais**, v. 7, n. 2, p. 030-041, 2014. Disponível em: < <http://cascavel.ufsm.br/revistas/os2.2.2/index.php/revislav/article/download/15112/pdf.>>. Acesso em: 12 out. 2014.
- OLIVEIRA, A. A. R; LEITE FILHO, C. A. P.; RODRIGUES, C. M. Cruz. O Processo de construção dos grupos focais na pesquisa qualitativa e suas exigências metodológicas. In: Encontro da ANPAD, XXXI, Rio de Janeiro, 2007. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.
- OLIVEIRA, A. A. Observação e entrevista em pesquisa qualitativa. **Revista FACEVV**, v. 4, n. 4, p. 22-27, 2010. Disponível em: < <http://www.facevv.edu.br/Revista/04/OBSERVA%C3%87%C3%83O%20E%20ENTREVISTA%20EM%20PESQUISA%20QUALITATIVA%20-%20almir%20almeida.pdf> >. Acesso em 15 out. 2014.
- ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 7º ed, 2007.
- OTTOBONI, C. Perspectivas de triangulação entre diferentes paradigmas na pesquisa em Administração. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, XXXIII, São Paulo, 2009. **Anais...** São Paulo: Anpad, 2009. Disponível em: < <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EPQ2321.pdf> >. Acesso em: 10 out. 2014.

PAULA, A. P. P. de. **Repensando os estudos organizacionais: o círculo das matrizes epistemológicas e a abordagem freudo-frankfurtiana**. 2012. 233 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Ciências Administrativas Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

PÊCHEUX, Michel et al. Análise automática do discurso. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**, v. 3, 1990.

PECHÊUX, M. A forma-sujeito do discurso. In: PECHÊUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio** (Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al). 2ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel et al. Papel da memória. ACHARD, P. *et al.* **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, p. 49-57, 1999.

PEIXOTO, Daniel Lanna. **Estratégias e táticas cotidianas: um estudo sobre os sentidos das práticas sociais e suas influências no fazer estratégia de uma barraca em feiras-livres**. 2011. 107 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002 >. Acesso em: 02 mai. 2014.

POLLAK, Michael. Memória, silêncio, esquecimento. **Estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. **Projeto de trabalho técnico social para Requalificação urbana e social da ZEIS Santa Felicidade e ocupação de vazios urbanos**. Maringá, 10 de dezembro de 2007. 62f. Não publicado.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMPAZO, Adriana Vinholi. **O simbolismo das identidades naufragadas do Território Cantuquiriguaçu**. 2009. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Administração, Programa de Pós- Graduação em Administração, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

RAMPAZO, A. V.; ICHIKAWA, E. Y. Bricolage: a busca pela compreensão de novas perspectivas em pesquisa social. In: Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, II, Curitiba, 2009. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2009. Disponível em: < http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2009/ENEPQ64.pdf >. Acesso em: 13 out. 2014.

REIS, B. M. S. Pensando o espaço, o lugar e o não lugar em Certeau e Augé: perspectivas de análise a partir da interação simbólica no Foursquare. **Contemporânea**, v. 11, n. 1, 2013.

RAMOS, F.; SANTOS, B. M. Um olhar para grandes projetos urbanos em Maringá-PR. **II Simpósio de Estudos Urbanos: A dinâmica das cidades e a produção do espaço**, Campo Mourão: FECILCAM, 2013.

REIS, Osvaldo. **Maringá 60 anos: a história em conta-gotas**. Primavera: Maringá, 2004.

RESCHILIAN, P. R.; UEHARA, A.Y. Desafios à questão metropolitana: o processo de organização do espaço urbano e regional de Maringá. **Oculum Ensaios**, n. 15, 2013.

RODRIGUES FILHO, José. Desenvolvimento de diferentes perspectivas teóricas para análise das organizações. **Rev. adm. pública**, v. 32, n. 4, p. 163-75, 1998.

RODRIGUES, Ana Lúcia. **A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá**. 2004. 258 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

RODRIGUES, A. L. Maringá: a segregação planejada. In: MACEDO, O. L. C.; CORDOVIL, F. C. S.; REGO, R. L. **Pensar Maringá**, v. 60, p. 101-14, 2007.

RODRIGUES, A. R.; COSTA, S. P.; FERRARI, L. C. C. O contexto histórico e a institucionalização da região metropolitana de Maringá. In: RODRIGUES, Ana L.; MOURA, R. **Como andam Curitiba e Maringá**. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrôpoles, 2009.

RODRIGUES, Ana L.; MOURA, R. **Como andam Curitiba e Maringá**. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrôpoles, 2009.

RODRIGUES, N. A.; TONELLA, C. (Orgs). **Retratos da Região Metropolitana de Maringá: subsídios para a elaboração de políticas públicas participativas**. Maringá: Eduem, 2010.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. Editora Brasiliense, 1995.

SACCOL, Amarolinda Zanela. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Revista de Administração da UFSM**, v. 2, n. 2, p. 250-269, 2009.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7ª ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009. Disponível em: <<http://agbpp.dominiotemporario.com/doc/CPG31A-3.pdf>>. Acesso em: 05 Agosto 2014.

SARAIVA, Luiz Alex Silva; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Simbolismo e dinâmica nas organizações. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, V, Belo Horizonte, 2008. **Anais...** Belo Horizonte: Anpad, 2008. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEO/eneo_2008/2008_ENEO91.pdf>. Acesso em: 02 de jun. 2014.

SARAIVA, L. A. S. **Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local**: a indústria cultural em Itabira, Minas Gerais. 2009. 333 f. Tese (Doutorado em Administração) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SARAIVA, Luiz Alex Silva; CARRIERI, Alexandre de Pádua; SOARES, Ari de Souza. Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do mercado central de Belo Horizonte. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 2, p.97-126, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S167869712014000200005&script=sci_arttext>. Acesso em: 02 jun. 2014.

SARTOR, Carlos Eduardo. Imagem da cidade – cidade da imagem: o modelo de intervenção urbana do Rio Cidade. **Cadernos Metr pole**, n. 04, p. 65-91, 2000. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/viewFile/9302/6906>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

SCHERER, Andreas Georg. Pluralism and incommensurability in strategic management and organization theory: A problem in search of a solution. **Organization**, v. 5, n. 2, p. 147-168, 1998.

SILVA, A. B.; ROMAN NETO, J. Perspectiva multiparadigmática nos estudos organizacionais. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. 2 ed. São Paulo: Saraiva, p. 56-87, 2010.

SILVA, V. P.; BARROS, D. D. Método história oral de vida: contribuições para a pesquisa qualitativa em terapia ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 21, n. 1, p. 68-73, 2010.

SILVA, A. E. R. **Territorialidades e redes da migração maranhense nos canaviais paulistas**. 2012. Tese (doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

SOBARZO, Oscar. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, n. 19, p. 93-111, 2011. Disponível em: <http://www.geografia.ffe.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp19/Artigo_Sobarzo.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2013.

SOUZA FILHO, Alípio. **Michel de Certeau**: fundamentos de uma sociologia do cotidiano. **Sociabilidades**, São Paulo, v.2, p.129 - 134, 2002.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias et al. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 86-102.

SOUZA, M. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Expressão Popular: São Paulo, 2009, p. 57-72.

STAHLHOEFER, J. M. C.; RODRIGUES, A. L. (Des) articulações territoriais urbanas: a privatização de áreas públicas em Maringá. **II Simpósio Paranaense de Estudos Climáticos e XIX Semana de Geografia**, Maringá, 2010. Disponível em: < <http://www.dge.uem.br/gavich/downloads/semana10/9-9.pdf>>. Acesso em: 02 abril 2014.

TEODORO, P. H. M.; AMORIM, M. C. de C. T. As múltiplas leituras sobre a produção do espaço urbano em Maringá/PR. **GEOGRAFIA (Londrina)**, v. 19, n. 1, p. 143-164, 2010.

THOMSON, A.; FRISCH, M.; HAMILTON, P. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. MORAES FERREIRA, M. de; AMADO, J. **Usos & abusos da história oral**. 6ª edição. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

TOMAZI, N. D. Construções e silêncios sobre a (re) ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, R. B; GONÇALVES, J. H. R. **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. EDUEM: Maringá, 1999, p. 51-85.

TONELLA, C; RODRIGUES, A. L. Metrôpole regional no contexto da dinâmica paranaense. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, XXVII, Caxambu, 2003. **Anais...** Caxambu: 2003. Disponível em:< <http://www.observatoriodasmetrolopoles.ufrj.br/download/rmm%20-%20metr%F3pole%20regional.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

TONELLA, C.; RODRIGUES, A. L. Reflexões preliminares acerca do andamento do PAC, do Minha Casa Minha Vida e do Plano Nacional de Habitação de Interesse Social para a Região Metropolitana de Maringá. In: Seminário Nacional governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano, 2010, Natal. **Anais do Seminário Nacional governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano**, 2010. v. 1. p. 1-15.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Metodologia da Pesquisa**. 2ª ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2010.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

UEHARA, A. Y. **Do modelo de cidade-jardim à metropolização: evidências do urbanismo à brasileira na Região Norte do Estado do Paraná**. 2012. 102f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2012.

VERGARA S. C. **Projetos e Relatórios de pesquisa em administração**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1998.

VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, p. 37-58, 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142011000100004&script=sci_arttext >. Acesso em: 10 jun. 2014.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA DE HISTÓRIA ORAL TEMÁTICA (moradores do bairro Santa Felicidade)

1. Fale um pouco sobre sua vida.
2. Quais foram as mudanças que você sentiu no bairro ao longo do tempo?
3. Conte-me como é seu o dia a dia no bairro/na cidade.
4. Se pudesse escolher, moraria em outro lugar da cidade? Por quê?
5. Defina o Santa Felicidade. Qual a sua avaliação do bairro?
6. O que mais gosta e menos gosta no bairro?
7. Como é a relação/convivência entre os próprios moradores do bairro? E entre os vizinhos?
8. O que você mais gosta de fazer no bairro?
9. E os projetos sociais desenvolvidos aqui, o que você acha? Você participa de algum?
10. Sobre o projeto de requalificação que aconteceu no bairro, qual sua opinião? Sente que a vida no bairro mudou após a requalificação?